

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,  
REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE  
DOIS MIL E CATORZE.**

----- No dia trinta de junho de dois mil e catorze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como primeira secretária e o Senhor António Vicente de Figueiredo, como segundo secretário. -----

A Sessão teve início às nove horas e vinte e três minutos, tendo-se verificado as seguintes faltas:-----

--- No período da manhã e período da tarde, os Senhores Deputados, ANTÓNIO JESUS TAVARES DA FONSECA (Justificada), ANTÓNIO LUÍS GONÇALVES DA COSTA MARTINS (justificada), JOÃO FERNANDO MARQUES REBELO COTTA (Justificada) e JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (Justificada).-----

--- No período da manhã, os Senhores Deputados AURÉLIO PERREIRA LOURENÇO (Justificada) e ANTÓNIO DA SILVA GOMES TAVARES (Justificada).-----

--- No período da tarde, os Senhores Deputados, JOSÉ ANTÓNIO MARQUES SEABRA FIGUEIREDO (Justificada) e PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (Justificada) -----

Para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuída, fica a seguir transcrito:-----

**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:**-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– O Exmo. Senhor José Paulo Moreira Cardoso de Menezes, Presidente da Junta da União das Freguesias Boaldeia, Farminhão e Torredeita, entregou em mão neste Serviço de Apoio, solicitação de Justificação de falta à Sessão Ordinária da AM de 28/04/2014.-----

– A Junta de Freguesia de Ranhados, na pessoa do seu Exmo. Presidente remete via correio eletrónico Calendário de Eventos “Ranhados em Movimento” relativo ao mês de Maio.-----

– O Exmo. Senhor Fernando Martins Machado, Presidente da Junta de S. Pedro de France remete via correio eletrónico solicitação de Justificação de falta à Sessão Ordinária da AM de 28/04/2014.-----

– O Grupo Parlamentar “Os Verdes” remete via correio eletrónico ao Envio de PJI dos Verdes que Revoga o processo de privatização da Empresa Geral de Fomento S.A. (EGF) cuja discussão está agendada para 2 de maio.-----

– A Associação Nacional dos Municípios Portugueses remete e-mail referente - Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, no qual é solicitado o preenchimento de um inquérito através do Link disponibilizado no mesmo.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete e-mail referente ao Requerimento sobre Listagem de escolas com obras suspensas e projetos da empresa Parque Escolar EPE.-----

– O Grupo Parlamentar do CDS/PP remete via correio eletrónico informação da receção do ofício enviado (Moção) SAI-AM/2014/70.-----

- O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda remete via correio eletrónico, informação da receção das Moções enviadas.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete e-mail referente à Apreciação Parlamentar do PCP ao DL53-2014 (Estabelece um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação urbana de edifícios ou frações).-----
- O Chefe de Gabinete do Exmo Sr. Bastonário da Ordem dos Enfermeiros remete via correio eletrónico agradecimento relativo à Moção enviada.-----
- O Exmo Senhor Deputado Municipal Fernando António Figueiredo solicita via correio eletrónico pedido de suspensão de mandato desde o dia 15 de maio de 2014 até ao dia 10 de agosto de 2014.-----
- O Exmo Senhor Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, solicita via correio eletrónico prorrogação da sua suspensão de mandato por um período complementar de mais três meses a contar do dia 24 de maio de 2014.-----
- O Gabinete do Exmo. Senhor Primeiro-Ministro remete via postal informação da receção da Moção contra o encerramento das escolas do 1ºciclo do Ensino Básico.-----
- Grupo Parlamentar do Partido Socialista remete via postal informação da receção da "Moção pela Manutenção da Unidade Pediátrica no Centro Hospitalar Tondela Viseu".---
- A Comissão de Saúde da Assembleia da República remete via postal informação da receção da "Moção pela Manutenção da Unidade Pediátrica no Centro Hospitalar Tondela Viseu".-----
- O Grupo Parlamentar Os verde remete via correio eletrónico resposta do Ministério da Economia referente à questão Atrasos no pagamento dos terrenos expropriados para construção da A25.-----
- O Exmo Sr. Engenheiro Fernando Martins remete e-mail referente a “Reclamação de implantação da PT da EDP e Reclamação de aprovação de projeto de exploração aviária intensiva junto de cursos de água que vão a abastecimento público e local sem acesso público (caminho).-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete e-mail referente Apreciação Parlamentar do Mapa Judiciário - Audição Pública do PCP- 2 de junho 2014- 1430h na Assembleia da República.-----
- O Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara remete via EDOC cópia da participação contra incertos, efetuada à PSP relativa a “Furto no edifício da Assembleia Municipal”.----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete via e-mail Projeto de Resolução do PCP de reposição do horário normal das 35 horas.-----
- A Exma. Senhora Deputada Municipal Elisabete Maria de Jesus Almeida Farreca solicita via correio eletrónico pedido de suspensão de mandato entre o dia 28 de junho de 2014 até ao dia 28 de julho de 2014.-----
- O Exmo. Diretor Geral da Confraria de Santo António de Viseu Cónego Arménio Lourenço remete agradecimento pelo envio dos géneros alimentares ao Lar-Escola de Santo António.-----
- O Exmo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões, remete via postal Moção “ A água é de todos “ apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.-----
- A Escola Profissional de Torre de Itaipava remete Revista EVOLUIR.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete e-mail referente Projeto-lei do PCP alteração ao Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e Revogação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----
- A Exma. Diretora da Escola Grão Vasco remete via correio eletrónico agradecimento pela disponibilidade e apoio às atividades realizadas pelo AEZUV.-----
- O Exmo Senhor Deputado Municipal Manuel Teodósio remete via correio eletrónico solicitação de proposta de discussão da regulamentação do P.A.O.D., do Grupo Municipal do PSD.-----

- O Exmo. Senhor Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva, remeteu em mão pedido de substituição para o período entre os dias 27 e 30 de junho.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete documentos em formato pdf, com vista a serem presentes na Sessão ordinária da AM de 30 de junho de 2014.-----
- A “A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda.”, remete via postal Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete, e:mail referente Projeto de lei do PCP que recusa a privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) e revoga o DL 45-2014 de 20 de março.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete, e:mail referente ao Projeto de Lei que visa Impedir o encerramento de serviços públicos.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remete, via correio eletrónico pedido de desculpas e respetiva retificação da designação do Centro Hospitalar Tondela Viseu.-----
- O Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Côta António de Jesus Tavares da Fonseca, solicita via correio eletrónico justificação de falta na próxima Sessão da AM de 30-06-2014.-----
- O Grupo Parlamentar "Os Verdes" remete e:mail relativo ao projeto de resolução que visa recomendar ao Governo que não proceda à privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de março.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete via correio eletrónico Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente relativa à AM de 30 de junho de 2014.-----
- A Câmara Municipal de Viseu, remete resposta ao Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU na Sessão da AM de 28 de abril de 2014.-----
- A Delegação de Viseu da ANAFRE remete via correio eletrónico, informação relativa ao falecimento do Exmo Senhor Doutor Joaquim Cândido Leite Moreira, Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE.-----
- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:**-----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----
- Foram remetidas por via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, as Deliberações aprovadas bem como as respetivas Certidões referentes à Sessão Ordinária desta AM do dia 28 de fevereiro de 2014.-----
- Foram remetidas por via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, as Deliberações aprovadas em minuta bem como as respetivas Certidões referentes à Sessão Ordinária desta AM do dia 28 de abril de 2014.-----
- Foi informado via postal o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de S. Salvador e Repeses que, em virtude dos motivos invocados, a falta do Exmo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador e Repeses à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do passado dia 25 de Abril, foi considerada justificada.-----
- Foi remetida via correio eletrónico a todos os Membros desta Assembleia Municipal resposta da ANACOM à Moção “Por um serviço de TDT com qualidade”.-----
- Foi remetida via correio eletrónico a todos os Grupos Municipais e-mail proveniente da IGF referente à Auditoria ao Município de Viseu – Controlo do Urbanismo na Administração Local Autárquica.-----
- Foi remetida via correio eletrónico à CIM Viseu Dão Lafões, informação da retoma de mandato do Membro desta Assembleia Municipal, Fernando António Pereira Figueiredo no dia 28 de abril de 2014.-----
- Foi remetido ao Exmo. Senhor Presidente da Junta União das Freguesias de Viseu via postal, cópia da Deliberação e respetiva Certidão referente à Proposta de Alteração de denominação de União das Freguesias de Viseu para Freguesia de Viseu.-----
- Foi remetido via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, cópia da

**Deliberação e respetiva Certidão referente à Proposta de Alteração de denominação de União das Freguesias de Viseu para Freguesia de Viseu.**-----

– Foi remetido via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, teor da Recomendação da Coligação Democrática Unitária *“Propor à Câmara Municipal de Viseu que não aceite o abate indiscriminado de escolas do 1º ciclo do Ensino Básico”*.-----

– Foi remetido via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, requerimento, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, relativo ao fornecimento do Regulamento que estabelece aos critérios de atribuição anual dos apoios financeiros e materiais às coletividades, associações, instituições e cidadãos do Concelho de Viseu.-----

– Foi remetido via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia da fatura do cliente dos SMAS Viseu, João Carlos Loureiro Torres, que solicitou intervenção na sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 39.º do Regimento, para informar do seu descontentamento com o modelo de leitura dos contadores de água praticado pelos SMAS Viseu.-----

– Foi remetido via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, relativa a *“Garantia de Condições de Acessibilidade em todas as Mesas de Voto”*.-----

– Foi remetido via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, relativa a *“Classificação do Património de Arte Nova”*.-----

– Foi remetido via Postal a Sua Excelência o Primeiro-Ministro Dr. Pedro Passos Coelho, Sua Excelência o Ministro da Educação e Ciência Professor Nuno Crato e às Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Deputados da Assembleia da República, Dra. Elza Maria Henriques Pais, Dra. Maria Ester Vargas, Dra. Teresa de Jesus Costa Santos, Dr. Acácio Santos da Fonseca Pinto, Dr. Arménio dos Santos, Dr. João Carlos Figueiredo Antunes, Dr. José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro, Dr. José Hélder Amaral, Dr. Pedro Filipe dos Santos Alves, *“Moção Contra o Encerramento das Escolas 1º Ciclo do Ensino Secundário”*.-----

– Foi remetida via Postal a Sua Excelência o Ministro da Saúde Dr. Paulo Macedo, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República do Partido Social Democrata, do Partido Socialista, do Partido Popular CDS/PP, do Partido Comunista Português, do Partido Bloco de Esquerda, do Partido Ecologista os Verdes, ao Exmo Senhor Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia da República, ao Exmo Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos Professor Doutor José Manuel Silva, ao Exmo Senhor Bastonário da Ordem dos Enfermeiros, Enfº Germano Rodrigues Couto, ao Exmo Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE Dr. Carlos Fernando Ermida Rebelo, ao Exmo Senhor Diretor Regional da Beira Alta do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, *Moção aprovada por unanimidade na sessão ordinária realizada no dia 28 de abril de 2014: “MOÇÃO cujo teor é:*-----

– Manifestar a sua posição pela manutenção da Unidade de Cirurgia Pediátrica a funcionar no Centro Hospitalar Tondela – Viseu, nos moldes em que funciona;-----

– Exigir ao Governo que tome medidas no sentido de suprir a grave carência de enfermeiros verificado naquele Centro Hospitalar.-----

– Foi dado conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico do e-mail proveniente do Grupo Parlamentar do PCP referente ao Requerimento sobre Listagem de escolas com obras suspensas e projetos da empresa Parque Escolar EPE.-----

– Foi dado conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico do e-mail proveniente do Grupo Parlamentar *“Os Verdes”* referente ao Envio de PJI dos Verdes que Revoga o processo de privatização da Empresa Geral de Fomento S.A. (EGF) cuja discussão foi agendada para 2 de maio.-----

– Foi informado via postal o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Boaldeia, Farminhão e Torredeita que, em virtude dos motivos

invocados, a falta do Exmo Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Boaldeia, Farminhão e Torredeita à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do passado dia 28 de Abril, foi considerada justificada.-----

– Foi informado via postal o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de S. Pedro de France que, em virtude dos motivos invocados, a falta do Exmo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de France no período da tarde à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do passado dia 28 de Abril, foi considerada justificada.-----

– Foi dado conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico do e-mail proveniente do Grupo Parlamentar do PCP referente ao DL53-2014 (Estabelece um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação urbana de edifícios ou frações).-----

– Foi comunicado via correio eletrónico ao Exmo. Sr. Fernando Martins do envio ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara do pedido de esclarecimento e apuramento de responsabilidade relativo ao assunto "Implantação de apoios de energia AT para benefício particular, sem autorização para a passagem de condutores AT sobre áreas particulares".-

– Na sequência do pedido de suspensão de mandato solicitado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo para o período compreendido entre o dia 15 de maio de 2014 e o dia 10 de agosto de 2014, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal António Luís Gonçalves da Costa Martins para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de suspensão de mandato solicitado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Fernando António Pereira de Figueiredo para o período compreendido entre o dia 15 de maio de 2014 e o dia 10 de agosto de 2014, foi comunicado via postal ao Partido CDS/PP que Exmo. Senhor Deputado Municipal, António Luís Gonçalves da Costa Martins foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de prorrogação da suspensão de mandato do Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins por um período de três meses a contar do dia 24 de maio de 2014, foi comunicado via postal à Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de prorrogação da suspensão de mandato do Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins por um período de três meses a contar do dia 24 de maio de 2014, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que a Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----

– Foi remetido à DCJC (Divisão de Consultadoria Jurídica e Contencioso) da Câmara Municipal de Viseu, pedido de parecer referente a questões relacionadas com Senhas de Presença dos Membros da Assembleia Municipal.-----

– Foi remetido ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu pedido de parecer referente às Relações entre os Órgãos Municipais, nomeadamente no que respeita às Iniciativas dos Membros da AM junto da respetiva Mesa.-----

– Foi remetido ao Grupo Municipal da CDU via correio eletrónico resposta da CMV à Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU relativa às Garantias de Acessibilidades todas as Mesas de Voto.-----

– Foi remetido ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu via EDOC, agradecimento pela participação na Sessão e colaboração na organização na AM Infantil.-

– Foi remetido via postal à Comunidade Escolar participante, agradecimento pela colaboração na AM Infantil.-----

– Na sequência do pedido de suspensão de mandato solicitado via correio eletrónico pela Exma. Senhora Deputada Municipal Elisabete Maria de Jesus Almeida Farreca para o período compreendido entre o dia 28 de junho de 2014 e o dia 28 de julho de 2014, foi comunicado via postal ao Exmo. Sr. Deputado Municipal, António José Coelho Lopes para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de suspensão de mandato solicitado via correio eletrónico pela

Exma. Senhora Deputada Municipal Elisabete Maria de Jesus Almeida Farreca para o período compreendido entre o dia 28 de junho de 2014 e o dia 28 de julho de 2014, foi comunicado via postal ao Partido Social Democrata que o Exmo. Sr. Deputado Municipal António José Coelho Lopes foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva, para o período entre os dias 27 e 30 de junho, foi comunicado via postal à Exma. Senhora Deputada Municipal Florbela de Almeida Correia Soutinho para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal José Ernesto Pereira da Silva para o período entre os dias 27 e 30 de junho, foi comunicado via postal ao Partido Social Democrata que a Exma. Senhora Deputada Municipal, Florbela de Almeida Correia Soutinho já foi informada para proceder à respetiva substituição.-----

– Foi dado conhecimento aos Grupos Municipais via correio eletrónico do e-mail proveniente do Grupo Parlamentar do PCP referente ao Projeto-lei do PCP alteração ao Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e Revogação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

– Foram enviados aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital para as Sessão Ordinária do 30 de junho.-----

– Foi enviado aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico convocatória para a Sessão Ordinária do 30 de junho.-----

– Foram enviados ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmo. Sr. Vice-Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos Secretários da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----

– Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e ao Jornal Via Rápida, Edital para publicação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30/06/2014.-----

– Foi remetido via correio eletrónico aos Grupos Municipais Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente referente à AM de 30 de junho de 2014.-----

– Foi remetido via correio eletrónico ao Grupo Municipal da CDU resposta da CMV ao Requerimento apresentado na Sessão da AM de 28-04-2014.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos, cumprimentava todos os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras Vereadoras, ao Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Penso que já temos quórum por isso, podíamos iniciar a Sessão. Eu tinha aqui uma questão que é um problema da Mesa e que pedia a vossa compreensão. O Dr. Cotta teve um problema de saúde e não pode estar presente neste momento e eu pedia a um Membro da Assembleia, nomeadamente ao Dr. Vicente se podia ajudar-nos, para completarmos a Mesa. Informava também a Assembleia que o Deputado Carlos do Vale Martins do Grupo Municipal do PS, solicitou a prorrogação da suspensão do mandato por um período de noventa dias a contar do dia vinte e quatro de maio, sendo substituído pela Dra. Adelaide Modesto. Assim, como é regimental, colocava à apreciação desta Assembleia esse pedido de suspensão. Algum Senhor Deputado quer usar da palavra? Não havendo nenhuma questão, pressupõe-se que o pedido foi apreciado e aceite por todos. Também o Senhor Deputado Fernando António de Figueiredo, do Grupo Municipal do CDS/PP, solicitou a suspensão de mandato, de quinze de maio até dez de agosto, sendo substituído pelo Dr. António Luís da Costa Martins. Assim, também colocava à apreciação desta Assembleia este pedido de suspensão. Algum Senhor Deputado quer usar da palavra? Não havendo nenhuma questão, pressupõe-se também que o pedido foi apreciado e aceite por todos os presentes. Também a Senhora Deputada Elisabete Farreca do Grupo Municipal do PSD, solicitou a suspensão de mandato a partir

de vinte e oito de junho até vinte e oito de julho, sendo substituída pelo Dr. António José Coelho Lopes e também de igual modo, colocava à apreciação da Assembleia esse pedido de suspensão. Não havendo nenhuma questão, pressupõe-se que o pedido também foi apreciado e aceite por todos. Também informar que todos os pedidos de suspensão estão todos de acordo com a Lei, com a justificação que se impõe. Por outro lado, informava também que o Dr. António Luís Martins, não pode estar presente também nesta Assembleia e apresentou a devida justificação para esse motivo. Também o Deputado José Ernesto Pereira da Silva, informou da sua impossibilidade de estar presente nesta sessão, sendo substituído pela Dra. Florbela Soutinho. Também o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Côta, participou que não poderia estar presente nesta Sessão, solicitando a justificação da sua falta. Neste período de informações, destacava também o agradecimento que foi remetido à Assembleia pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas pela participação nas Comemorações do 40º Aniversário do 25 de Abril, e também da Diretora do Agrupamento das Escolas da Zona Urbana. Informava também os Senhores Deputados que a IX Edição da Assembleia Municipal Infantil que se realizou no passado dia 29 de maio e que teve por base o tema Liberdade, decorreu muito bem, quer os cartazes quer os trabalhos apresentados, foram de grande qualidade como podem até verificar pela exposição que está aí presente. Também referir que a colaboração do Executivo Municipal foi excecional, bem como dos diversos Grupos Municipais, inclusive a Assembleia, teve a presença do Senhor Presidente da Câmara, do Senhor Vice-Presidente e também da Senhora Vereadora na Sessão. Realçava também aqui, aquilo que foi uma constatação por nós todos, o grande à vontade, a espontaneidade com que os Jovens Deputados apresentaram os seus trabalhos, mas também as questões e as preocupações que colocaram, incluindo um aspeto que era a exigência que faziam de resposta quando por algum motivo havia algum esquecimento. Eles estavam à vontade e requeriam que lhes fosse dado resposta ao assunto que não tinha sido dado resposta. Penso que o sucesso desta Assembleia Municipal Infantil, é bom que se diga, é fundamentalmente dos professores e dos alunos que durante e foi muito tempo, se prepararam para a Sessão já que isto foi um combinar de todo um trabalho que fizeram em termos de escolas e a quem, professores e alunos, nós em nome da Assembleia Municipal inclusivamente já agradecemos. Penso que foi um grande dia de exercício de cidadania, uma cidadania neste caso até participada por eles, uma cidadania ativa e participativa em que os jovens Deputados foram aqui um exemplo na postura, foram um exemplo na intervenção, um exemplo até na capacidade de argumentação, do respeito e isto foi uma nota também muito importante, o respeito pela diferença de opinião, a convicção com que colocaram e defenderam algumas perspetivas, inclusivamente a tolerância e o reconhecimento que tiveram pelo trabalho dos outros. Houve aqui momentos de reconhecimento do trabalho que outros tinham feito. Por isso, podemos dizer que correu muito bem e que da nossa parte, até dissemos isso na Assembleia, que o futuro com aqueles jovens está perfeitamente assegurado. Passávamos agora de imediato à apreciação e votação da Ata da Sessão Extraordinária do 25 de Abril e por isso, perguntava se algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido de uso da palavra, colocava de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? A Ata da Sessão Extraordinária do 25 de Abril, foi aprovada por unanimidade. Passávamos também à votação da Ata da Sessão, aí já Ordinária de vinte e oito de abril. Algum Senhor Deputado quer usar da palavra? Não havendo ninguém que queira usar da palavra, colocava-se de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Temos que fazer a contagem. Isto é a primeira vez, também para termos o quórum já definido. Estão trinta e oito Senhores Deputados presentes e por isso, a Ata foi aprovada com trinta e sete (37) votos a favor e uma (1) abstenção. Vamos iniciar então de imediato o Período de Antes da Ordem do Dia e por isso solicitava, já temos aqui dos Grupos Municipais que entregaram a listagem das intervenções, do PS, só falta do CDS e o Bloco de Esquerda, também tem

alguma intervenção? Também, e o CDS não? Pronto. Então dava a palavra ao Senhor Presidente da Junta de freguesia de Bodiosa.-----

----- **UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BODIOSA RUI MANUEL DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Muito bom dia. Cumprimento a Mesa na pessoa do Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, todos os Deputados desta Assembleia e o Público aqui presente. Como todos sabeis, terminou mais um ano letivo e como tem vindo a acontecer anualmente, deparamo-nos com habitual dança das Escolas. Desta vez, atinge a Freguesia de Bodiosa e verificámos que a previsão de encerramento da Escola EB1 de Travanca, não teve em consideração a realidade e as condições específicas desta Freguesia. Assim, o Executivo da Junta de freguesia de Bodiosa, deliberou apresentar a esta Assembleia a seguinte Moção que passo a ler:-----

**“CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA EB1 DE TRAVANCA DE BODIOSA”**

*Recentemente foi noticiado o encerramento da escola EB1 de Travanca de Bodiosa, o que nos deixou bastante surpresos e preocupados.-----*

*O acesso à educação, é um direito, e as escolas nas aldeias ajudam à fixação das pessoas, no entanto, somos da opinião que todas aquelas que não reúnam as condições mínimas necessárias ao seu normal funcionamento deverão encerrar, mas para tal também é necessário que as escolas de acolhimento reúnam um determinado número de pressupostos, nomeadamente espaço de recreio suficiente para as crianças poderem dar asas às suas brincadeiras, quer de inverno quer de verão; ter um quadro de pessoal adequado, e que se tenha em consideração as necessidades específicas das crianças com necessidades educativas especiais.-----*

*No caso do possível encerramento da escola básica de Travanca, a escola de acolhimento será a de Oliveira de Baixo, que não reúne condições físicas para acolher mais 12 crianças, isto porque de verão é muito pouco o espaço com sombra onde as crianças possam brincar, de Inverno esse espaço resume-se, a uns míseros cento e poucos metros quadrados, para aproximadamente 60 alunos do 1º ciclo e do Infantário, que funciona numa sala do mesmo edifício.-----*

*Somos da opinião que é contraproducente existirem crianças de anos diferentes do 1º ciclo a frequentar aulas em conjunto. É desmotivante para quem aprende e também para quem ensina, mas as nossas escolas, apesar do que aqui foi referido, não deverão ser transformadas em grandes agrupamentos, que mais parecem fábricas de produção massiva de estudantes, com um tratamento e acompanhamento muito impessoal e distante, só porque existe uma regra, que foi feita a régua e esquadro e que passa para o terreno sem se ter em consideração a realidade de cada caso. Gastaram-se centenas de milhares de euros em remodelações nos edifícios das escolas anteriormente referidas, mas não se teve em atenção o futuro, limitaram-se a pensar apenas no presente, fazendo remendos e acrescentos.-----*

*A Freguesia de Bodiosa, está disposta a criar melhores condições de funcionamento nos estabelecimentos de ensino atrás referidos, para que os pais que atualmente têm crianças noutras escolas, noutras freguesias, possam colocar os seus filhos a estudar em Bodiosa, contaremos também, certamente com o apoio da Câmara Municipal.-----*

*Assim, e por tudo aquilo que aqui refiro, a população de Bodiosa exige que a escola básica de Travanca se mantenha aberta, dado a escola de Oliveira de Baixo não ter melhores condições que lhe permitam acolher mais crianças em segurança.-----*

*Finalizamos, solicitando que esta moção seja discutida e aprovada neste órgão, e que seja enviado ao Ministério da Educação o resultado, para que este possa voltar atrás com uma decisão que para nós não passará de um erro lamentável.”-----*

*Muito obrigado.-----*

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Coloca-se à discussão esta Moção. Quem quer usar da palavra? -----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues intervém dizendo: Eu

também tenho uma Moção sobre este assunto, não sei se?-----

- O Senhor Presidente da Mesa responde: Está bem.-----

----- **DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)**: Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, já que não há Presidentas (como diria a Dilma), Público e Comunicação Social Presente. Eu trago duas Moções, uma não é sobre isto, vou ler as duas talvez, para aproveitar já agora...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Podemos aqui considerar uma situação. Como é no âmbito da discussão ...-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues intervém dizendo: deste assunto, leio só... Muito Bem.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: E fechávamos este assunto.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues retoma a sua intervenção dizendo: **MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA DE TRAVANCA**-----  
Considerando que:-----

1 – Viseu é a capital de distrito onde vão encerrar mais escolas do 1º ciclo do ensino básico, por decisão do Ministério da Educação e Ciência (MEC) que já anunciou o fecho de 57 escolas, das mais de 300 a nível nacional;-----

2 – Muitas destas escolas encontram-se em zonas serranas, isoladas e deprimidas económica e socialmente, com dificuldades de acessos, obrigando as crianças (e os pais, naturalmente) a levantarem-se muito cedo para se deslocarem até à nova escola, nalguns casos, durante uma hora de caminho, o que, a somar-se a outros atentados à qualidade de vida das populações do interior que têm vindo a assistir ao encerramento de serviços públicos, postos de correio, serviços de finanças, tribunais, serviços de saúde, só poderá incentivar ainda mais o abandono das zonas rurais, aumentando o despovoamento do interior;-----

3 – O encerramento de 6.500 escolas desde 2002, a pretexto da transferência dos alunos “para alternativas com melhor qualidade para o ensino e a prática pedagógica”, se nalguns casos se pode justificar, noutros casos vem, pelo contrário, fazer aumentar o insucesso educativo e o abandono escolar, ao retirar as crianças do ambiente familiar por demasiado tempo;-----

4 – Algumas autarquias já recorreram a providências cautelares para evitar o encerramento de escolas; a CNIPE, Confederação Nacional Independente das Associações de Pais e Encarregados de Educação, lamenta que os pais e as autarquias não tenham sido chamados a participar neste processo, e ainda que não existe qualquer estudo que prove que é positivo concentrar alunos em centros escolares; a CONFAP, Confederação Nacional de Associações de Pais, denuncia casos em que as escolas de acolhimento não têm melhores condições do que as que vão encerrar, lamentando também o não envolvimento das associações de pais locais e das autarquias e alertou para o perigo de estes encerramentos feitos a “régua e esquadro” no conforto de gabinetes, levarem ao isolamento de muitas aldeias”; Também a FRAP- Federação Regional de Associações de Pais e Encarregados de Educação de Viseu denunciou que nem os pais, nem as associações de pais e encarregados de educação foram ouvidos pela tutela;-----

5 – O presidente da Câmara Municipal de Viseu que defendeu publicamente que “cada freguesia deveria ter uma escola”, já manifestou a sua indignação por o MEC, depois de ter acordado com a Câmara Municipal de Viseu o encerramento de apenas 5 das 11 escolas condenadas a encerrar no nosso concelho, vir mais tarde anunciar o encerramento da Escola de Travanca, o que a somar-se a muitos outros casos pelo resto do distrito e do país, prova que não está a ser respeitada a vontade das comunidades educativas, nem a dos autarcas, nem foi tida em consideração a moção que esta assembleia aprovou por unanimidade na última sessão;-----

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 30 de Junho de 2014, delibera:-----

1 – Manifestar a sua oposição ao encerramento da escola do 1º ciclo de Travanca e de qualquer outra escola do concelho de Viseu sem a concordância das respetivas comunidades educativas, conforme está legislado, das associações de pais e encarregados de educação, das juntas de freguesia e da Câmara Municipal de Viseu;-----

2 – Expressar ao Ministério da Educação e Ciência a solidariedade desta assembleia para com as associações de pais e encarregados de educação e para com os autarcas do nosso distrito, de que Viseu é capital, que se queixam de não ter sido ouvidos nesta decisão de encerrar escolas do 1º ciclo.-----

3 – Enviar esta moção ao senhor ministro da Educação e Ciência, à Direção Regional de Educação do Centro, à FRAP Viseu, à CNIPE e à CONFAP.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está à discussão também esta Moção.-----

- *O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho intervém dizendo:* Senhor Presidente. Nós tínhamos uma pequena intervenção sobre a mesma matéria, se calhar era oportuno, para depois não voltarmos ao assunto, era uma coisa curta.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* A intervenção pode ser no âmbito da discussão.-----

----- **TRÊS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito bom dia a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa e respetivos Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados, Senhores Funcionários, Público em geral, Comunicação Social. É impossível pensar o mundo sem Educação. A Educação é um desafio de sempre de toda a humanidade e um dos instrumentos fundamentais no combate às desigualdades sociais.-----

Assim, o Partido Socialista insiste em exprimir a sua preocupação relativamente às políticas de Educação desenvolvidas pelo Governo PSD/CDS, nomeadamente no que concerne ao encerramento das escolas do 1º CEB.-----

Se é verdade, que o anterior governo socialista, “desenvolveu” a reorganização da rede escolar, não é menos verdade que ao fazê-lo, primeiro teve a preocupação de criar boas condições físicas, através da construção dos centros escolares para, posteriormente, os alunos terem acesso a melhores condições de aprendizagem. O mesmo será dizer que a preocupação pedagógica/didática esteve no centro da ação da reorganização da rede escolar. Diariamente somos confrontados com o atual governo, PSD/CDS, numa atitude de destruição do interior e, neste momento, numa atitude de irresponsabilidade e de destruição da escola pública, pois estamos a ser alvo do encerramento de escolas do 1º CEB feita com “régua e esquadro” e no silêncio dos gabinetes.-----

Atitude esta que demonstra preconceito contra a escola pública. Denota uma total despreocupação e desrespeito com as crianças/alunos, com os pais e, não tem como prioridade a “qualidade das aprendizagens.-----

Não se encerram escolas sem primeiro criar condições físicas e pedagógicas aos alunos, não se encerram escolas sem primeiro ouvir os encarregados de educação, sem primeiro dialogar e negociar com a associação nacional de municípios e autarquias, pois como sabemos cabe à autarquia a organização dos transportes escolares. Não há o mínimo respeito pelas cartas educativas. Há, sim, um modelo centralista de decisão.-----

“Este não é o caminho”. A reorganização da rede escolar deve ser uma oportunidade para melhorar a oferta pública de educação no combate às desigualdades sociais. Tenho dito.---

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Dra. Filomena Pires.-----

----- **QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Cumprimentar todas as pessoas presentes e desejar um muito bom dia a todos. Saudar naturalmente a atitude do Senhor Presidente da Junta de Bodiosa por trazer aqui

uma matéria que também estava na minha agenda. De facto, discute-se aqui o encerramento de uma escola com um número significativo de alunos, que ao que parece terão que ser deslocados para uma escola que não tem efetivamente condições para os receber, contra tudo aquilo que diz de facto o Ministério de Educação, mas também não posso deixar de lamentar que encerrem cinco escolas do Concelho de Viseu. O encerramento de cada uma das escolas, naturalmente que trará consequências na vida das crianças, na vida das localidades onde elas estão situadas. Bem sei que está dito que tudo isto foi negociado com as Juntas de Freguesia, que tudo isto foi negociado com os encarregados de educação e os pais, mas, isso não impede que efetivamente haja consequências que consideramos que são menos positivas para as crianças, para a sua educação, para os pais e para as localidades onde se integram. Queria também trazer aqui uma outra questão relativamente ao encerramento de escolas. A lista divulgada pelo Ministério de Educação, não refere se há e quais são os jardins-de-infância que encerram. Portanto, não sabemos se há jardins-de-infância a encerrar e se existem, quais é que encerram, quais as razões que levam a esse encerramento e que respostas foram encontradas para esse encerramento. Já agora, perante as declarações públicas do Senhor Presidente da Câmara, perguntar-lhe como é que pretende custear a manutenção da Escola de Travanca de Bodiosa, se efetivamente se confirmar o seu encerramento, uma vez que não é da responsabilidade da Câmara o pagamento do salário do docente que assegura naturalmente o trabalho naquela escola. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra ao Deputado Pedro Alves.-----

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Queria cumprimentar o Senhor Presidente e a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os Membros desta Assembleia, os Senhores Presidentes de Junta e Público presente. Começar também por felicitar o Senhor Presidente da Junta pela Moção que aqui nos trouxe de defesa da manutenção da Escola de Travanca e este é um sinal claro de que a defesa da escola pública, não é como em tantas outras políticas uma bandeira da esquerda, é uma bandeira de todos nós. Tudo o que é um serviço público, nós também defendemos a manutenção dos serviços públicos na nossa região. Dizer também que alguns considerando que aqui foram feitos relativamente a esta situação em concreto, me parecem um bocadinho desajustados, nomeadamente a moção que aqui foi apresentada por parte do Bloco de Esquerda, que é muito pouco precisa relativamente à questão específica de Travanca. Há aqui uma tentativa de procurar extravasar a questão específica da Escola de Travanca, a questão específica da vida do Concelho e envolver toda esta situação e extrapolá-la para as políticas nacionais ou regionais, porque em nenhuma circunstância no Concelho de Viseu, há uma deslocação superior a uma hora. Mais, em nenhuma outra situação também no Distrito, há deslocações superiores a uma hora, isso é tudo insustentado, são inverdades e por isso mesmo da nossa parte, não haverá o acolhimento na aprovação dessa proposta. Outros considerando que aqui foram colocados relativamente ao encerramento de escolas, dizer que é feito a régua e esquadro, só o facto de haver uma proposta de encerramento para o Concelho de Viseu de onze escolas e cinco delas não se encerrarem, demonstram bem que não é pelo facto das escolas terem menos de vinte e um alunos que são encerradas. Cada caso é um caso e o caso de Travanca certamente por ter sido mal avaliado, ou havendo um lapso de qualquer natureza na apreciação dos requisitos da escola de acolhimento, poderá ter sido no nosso entender também, mal feita a proposta desse encerramento. Realçar também o trabalho que foi feito por parte da Câmara Municipal nesta matéria, dizer que nós concordamos e subscrevemos a defesa da manutenção da Escola de Travanca de Bodiosa, considerando que não há condições de acolhimento na Escola de Oliveira, porque nós sabemos que esta questão das reorganização da rede de escolas do primeiro ciclo é um processo que decorre

há mais de dez anos e é um processo que tem claramente tido os seus resultados positivos e isto, não é uma questão partidária, porque outros governos, nomeadamente os governos do Partido Socialista também procederam a esta reorganização da rede e com claros benefícios para as crianças, contrariamente ao que aqui foi dito. Nós sabemos e isso está provado cientificamente e não o contrário que as crianças que depois podem conviver e interagir em espaços com mais crianças, têm resultados mais positivos e que as crianças que são objeto de maior abandono escolar e de piores resultados, são aquelas que estão em escolas mais isoladas e com menos alunos. Por isso mesmo, o objetivo que se pretende com esta reorganização da rede do primeiro ciclo e que vai ter que obrigatoriamente continuar, porque infelizmente o país tem um problema de natureza demográfica e a ausência de crianças levou a isto mesmo, que se procedesse a essa reorganização da rede por falta de alunos não é, e em função disso, esperemos que haja sempre condições nas escolas de acolhimento para receber essa crianças e não é nos termos que aqui foi dito por parte da nossa colega Lúcia, dizer que o Governo anterior construiu centros escolares, o governo anterior não construiu centros escolares rigorosamente nenhum não pôs um cêntimo. O que o Governo anterior fez, a única coisa que construiu e que nós todos sabemos, foi aquela festa da Parque Escolar. Os centros escolares, foram todos construídos com fundos comunitários e com dinheiro dos municípios, do governo, zero. Os fundos comunitários não eram do governo, são da união europeia e a comparticipação nacional é dos municípios. Os municípios é que tomaram a iniciativa de se candidatar para a construção dos centros escolares. Os municípios é que definiram a sua rede, não foi o governo anterior, o que o governo anterior quis, foi a dez de outubro de dois mil e dez, fazer uma festa da inauguração de cem escolas, nomeadamente as escolas da Parque Escolar, e quanto a isso estamos falados porque nós sabemos quanto custaram as escolas da Parque Escolar e quanto nos está a custar neste momento a festa que foi a Parque Escolar e não vamos confundir uma coisa com a outra. Se alguma coisa foi feita ao nível da requalificação da rede de escolas do primeiro ciclo, esse esforço deve-se fundamentalmente aos municípios e aqui em Viseu, digam qual foi o esforço que fez o governo anterior ou qualquer governo no investimento da renovação da rede do primeiro ciclo. Nem um cêntimo. Essa responsabilidade é da Câmara Municipal. Por isso mesmo, quanto a isso, também estamos falados. Quanto às cartas educativas, também era bom que nós não fizéssemos disso uma bandeira como justificação. Nós sabemos muitas das vezes que os estudos que estão por detrás das cartas educativas, não são sérios, porque a maior parte deles, na maior parte das cartas educativas, aumenta exponencialmente a população escolar, quando nós sabemos que de há vinte anos a esta parte que tem reduzido e aumenta com que objetivo? Objetivos políticos de criar expectativas da construção ou renovação da rede. Por isso, aqui o que importa fundamentalmente salvaguardar é a defesa da Escola de Travanca e nesse sentido, da nossa parte haverá como disse da parte do PSD o apoio, uma vez que para nós se trata de um lapso e efetivamente não estão reunidas as condições na escola de acolhimento para receber com qualidade e dar garantias de uma melhoria do processo de ensino/aprendizagem para aquelas crianças e como tal da nossa parte vamos votar favoravelmente a Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta e pelas razões que também que adiantámos, uma vez que nos parece que é bastante difuso o que aqui foi dito e que não é claramente uma Moção de apoio à manutenção da escola de travanca, mas sim mais uma vez um conjunto de generalidades avulsas sobre a política educativa, não vamos votar e não vamos acompanhar o Bloco de Esquerda na Moção que aqui foi apresentada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, estimados Vereadores, estimados Colegas Deputados Municipais, Público aqui presente e Comunicação Social, o

meu cumprimento e a minha saudação. Em relação à Moção aqui apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Bodiosa, o que lhe queremos dizer é que da parte do CDS, tem toda a solidariedade, sobretudo pelas razões que já foram aqui evocadas. Não podemos estar a encerrar mais o interior, embora também defendemos que as situações têm que ser analisadas caso a caso. No entanto, penso que aqui a situação da escola de acolhimento não reúne as condições quer físicas quer pedagógicas mais adequadas para estas crianças e então em nome do bem-estar das crianças, defendemos e aprovamos também aqui a Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Bodiosa. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** O Senhor Presidente da Câmara Também pediu a palavra. Dava a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia por me dar a oportunidade de poder intervir nesta matéria. Queria cumprimentar todas e todos, a Mesa, as Senhoras e os Senhores Deputados, o Senhor Vice-Presidente as Senhoras e os Senhores Vereadores e Público presente. Dizer sobre esta matéria, em primeiro lugar obviamente congratularmo-nos pelo facto do Senhor Presidente da Junta, num trabalho muito estreito que fizemos em conjunto, vir hoje trazer aqui esta Moção, que acho que consolida todo um percurso que fizemos. Por outro lado, realçar aqui a unanimidade dos diferentes Grupos Municipais em relação ao posicionamento que a autarquia teve nesta matéria e queria também dizer o seguinte, porque não gosto de ser injusto. Eu elogiei há cerca de quinze dias o comportamento do Ministério de Educação, porque a postura que o Ministério de Educação teve foi irrepreensível em relação ao Município de Viseu. Da mesma maneira que criticamos, também devemos elogiar e até há oito dias atrás, aquilo que nós poderíamos dizer é que em relação às onze propostas de encerramento que tínhamos recebido, houve de facto um trabalho conjunto entre os serviços da Câmara liderados pelo Senhor Vice-Presidente e os serviços do Ministério da Educação, que nos levaram a uma conclusão. Aliás, quero também realçar que o município quis dar a conhecer em primeiro lugar ao Conselho Municipal da Educação, e no dia em que ocorreu o Conselho Municipal da Educação, tivemos um último contacto com o Ministério de Educação em que nos deram a garantia final de que efetivamente encerrariam cinco das onze escolas que estavam previstas inicialmente. Portanto, foi com surpresa que efetivamente depois viemos a constatar na lista a situação da Escola de Travanca e de imediato a posição do município foi firme. Por um lado, só entendemos que isto possa ser um lapso, eventualmente do Senhor Secretário de Estado responsável por esta área, aliás, tenho aqui uma chamada do Senhor Ministro da Educação, já no decurso desta Assembleia Municipal, o que denota que efetivamente o recurso que nós fizemos para o Ministro da Educação já deverá estar ser avaliado e conforme assumi publicamente, se tivermos que avançar para uma providência cautelar, avançaremos. Há uma coisa que gostava de garantir, esta escola funcionará no próximo ano letivo, independentemente das questões que a Senhora Deputada da CDU aqui levanta. Eu tenho assumido o seguinte: A autarquia, quando está em causa a defesa da população de Viseu, não questiona o que é da sua competência ou o que é da competência do Governo. Se tiver que assumir em algum momento alguma responsabilidade, depois imputará ao Governo. Agora, as crianças que estão aqui em causa, a negociação que foi feita estará acima de tudo e quero aqui também realçar o seguinte: Em todos os processos foi sempre respeitado o estrito cumprimento do princípio que nós definimos, sempre em estreita articulação com os pais. Foram ouvidos todos os pais das crianças visadas nestas cinco escolas, assim como foram envolvidos todos os Senhores Presidentes de Junta assim como os Agrupamentos de Escolas. Obviamente que um encerramento de uma Escola nunca é um motivo de congratulação, antes pelo contrário, é sempre um momento triste na vida de uma Freguesia, é sempre um momento triste na vida de um Concelho. Significa que há desertificação como já aqui foi referido. Significa que há quebra de natalidade. Há

questões muito graves que têm que ser atacadas de frente para evitar que isto aconteça no futuro. Agora, quando chegarmos perante a situação de ter que encerrar e no nosso caso concreto, estamos a falar de cinco escolas, uma com cinco alunos, outra com oito, outra sete, outra com quatro e outra com oito. Quando chega o momento de avaliarmos, por um lado a qualidade do ensino, as condições das crianças, sobretudo as condições pedagógicas, nós temos que pensar nessa situação. Há aqui situações de escolas em que temos cinco alunos praticamente um em cada ano o que torna praticamente impossível proporcionar a essas crianças uma boa educação. Por outro lado, houve aqui também uma outra preocupação por parte do Município, assegurar por um lado um transporte escolar digno a essas crianças para que efetivamente os pais não sejam lesados nesta situação de deslocação das crianças e em alguns casos o prolongamento de horário para assegurar que estas crianças e as suas famílias estarão perfeitamente sintonizadas e portanto, que fique bem claro que em todo este processo, por um lado não abdicámos dos princípios que definimos e continuamos a defender um princípio do qual não abdicamos e pedi inclusivamente ao Senhor Vice-Presidente que façamos uma atualização da carta escolar para que o princípio de que uma escola do ensino pré-escolar e uma escola do ensino básico sejam sempre salvaguardadas por freguesia. Conforme defendo os serviços mínimos do ponto de vista do concelho, do ponto de vista da freguesia, do ponto de vista da NUT II e NUT III, também os defendo do ponto de vista das freguesias do nosso concelho e este é um princípio pelo qual nos iremos sempre bater com a firmeza que nos caracteriza. Portanto, saudar a Moção, acho que todas as manifestações da Assembleia Municipal que permitam ao Município estar também resguardado na posição deste órgão é importante, porque isto vai-me permitir que hoje na conversa que irei ter telefonicamente com o Senhor Ministro da Educação, reafirmar o princípio de que quero a escola a funcionar este ano e reafirmar o princípio de que esta é uma vontade de toda a Assembleia Municipal, porque estou convencido de que toda a Assembleia Municipal irá votar favoravelmente a manutenção deste princípio. Muito obrigado Senhor Presidente.---

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente da Câmara. Para encerrar esta discussão, dava a palavra aos dois proponentes se eventualmente quisessem. O Senhor Presidente da Junta de Bodiosa se tivesse alguma coisa a acrescentar?-----

----- **OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BODIOSA RUI MANUEL DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Muito obrigado. Eu só gostaria de agradecer o apoio de todos e esperemos, uma vez que temos a garantia da Câmara que a escola irá funcionar no próximo ano letivo, que isso se verifique salvaguardando sempre os interesses das crianças. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra também ao outro subscritor da outra Moção.-----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Minhas Senhoras e Meus Senhores, Senhor Deputado Pedro Alves. Disse o Senhor Deputado que a defesa do serviço público não é um exclusivo da esquerda.- Eu também acho que não devia ser. Agora, o que o Senhor veio aqui dizer é que, ou o que o Senhor pretende com este negociar do voto contra é que a defesa da Escola de Travanca tem que ser uma bandeira do PSD. Mas como o que nos interessa é de facto associarmos a esta luta pela defesa da escola, ou pela manutenção como disse aqui o Senhor Presidente da Câmara, da Escola de Travanca se o Senhor quiser, para não inviabilizar a aprovação da Moção, se quiser retiro os pontos todos da Moção exceto o que diz respeito ao ponto cinco “O Presidente da Câmara de Viseu, que defendeu publicamente que *“cada freguesia...”*. Se quiser também retiro da deliberação, *“expressar a solidariedade desta Assembleia para com as associações de pais e encarregados de educação e para com os autarcas do nosso distrito, de que Viseu é capital...”*, agora uma coisa lhe digo, não pode haver aqui um PSD a duas velocidades. Não pode haver o Senhor Presidente da Câmara

que diz que Viseu é uma Cidade Região, o que pressupõem solidariedade com todos os concelhos vizinhos, e depois vir o PSD recusar essa solidariedade. Portanto, o Senhor diga o que é que quer que eu corte. Eu corto “*nalguns casos, uma hora de caminho*”, Peço para ser cortado desde já. Há mais alguma coisa que o Senhor Deputado queira?-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo entre o Senhores Deputados está bem?-----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém dizendo: Retira a Moção e aprova aquela.-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo entre os Senhores Deputados.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues retoma a palavra dizendo: ...de facto há uma posição sectária exclusivamente da parte do PSD o que eu lamento. Digo-o mais uma vez, eu já tinha essa suspeição, verifico que há de facto um PSD a duas velocidades. É o Senhor Presidente da Câmara que de facto tem uma posição corajosa na defesa de uma escola que até admite assumir o pagamento dos custos da manutenção da escola a expensas do Município e há depois um PSD a que já todos nos habituamos durante estes mais de vinte anos de vida.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Dava a palavra...é o direito de resposta? Senhor Deputado, foi uma interpelação à Mesa... Por uma simples razão... Senhor Deputado, eu tentei quebrar o diálogo e só se quebra o diálogo entre Deputados, se se der a palavra ao Deputado que foi interpelado diretamente. Isto é uma situação Regimental não é?-----

----- DEZ – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Muito bem, e por essa interpelação peço a palavra ao Senhor Presidente para responder. Primeiro, não há um PSD a duas velocidades, porque subscrevemos e também se tivesse atento o desempenho da Câmara e relativamente à sua Moção, à Moção do Bloco de Esquerda, dizer que se o objetivo e aqui o objetivo tem que ser claro, e aqui o nosso trabalho é claro, como foi a Moção que foi apresentada por do Senhor Presidente da Junta, da defesa da manutenção da Escola de Travanca, nós não queremos estar aqui a arranjar mais divergências e temos que ser objetivos e não vamos colocar outras questões em cima para que se consiga pelo menos o objetivo primeiro, que é defender a Escola de Travanca. Se o seu objetivo fosse esse, vinha cá tratar da escola de Travanca, mas não veio tratar da Escola de Travanca, veio cá fazer o que lhe apeteceu e que também é um direito seu. Agora, relativamente às questões da escola pública, da manutenção da rede, nós já aprovámos na última Assembleia uma Moção por unanimidade. Se queria então fazer um trabalho de defesa da Escola de Travanca, vinha trabalhar só sobre a Escola de Travanca e até podíamos ter fundido as Moções. Agora, não o fez porque não quis. Agora, da nossa parte não o podemos acompanhar porque o que nós queremos sobretudo é garantir a manutenção da Escola de Travanca e por isso mesmo estamos centrados só na escola de travanca, como a Câmara Municipal se centrou na Escola de Travanca. E por isso mesmo, não há dois PSD há só um, e por isso mesmo vamos aprovar a Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta e somos obrigados a chumbar porque o Senhor não teve a capacidade de ser objetivo no processo.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado, eu ia já pôr à Votação. Eu só queria... não dou mais a palavra, vai-me desculpar Senhora Deputada, houve uma interpelação direta do último proponente, não posso se não, era extensível esta discussão. Em relação...Senhora Deputada vai-me desculpar. Em relação a esta situação, eu penso que, permita-me a leitura com a retirada daquele considerando. Eu penso que a conclusão final, e depois, deixava isto, a conclusão final, talvez com a nova leitura da conclusão final e depois os considerandos deixava...eu ia fazer a leitura da conclusão final.-----

*A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 30 de junho de 2014, delibera:-----*

- *Manifestar a sua oposição ao encerramento da escola do 1.º Ciclo de Travanca e de qualquer outra escola do concelho de Viseu sem a concordância das respetivas comunidades educativas, conforme está legislado, das Associações de Pais e Encarregados de Educação, das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal de Viseu;*-----

- *Expressar ao Ministério da Educação e Ciência a solidariedade desta Assembleia para com as Associações de Pais e Encarregados de Educação e para com os autarcas do nosso Distrito, do qual Viseu é capital, que se queixem de não ter sido ouvidos nesta decisão de encerrar escolas do 1.º ciclo;*-----

- *Enviar esta Moção ao Senhor Ministro da Educação e Ciência, à Direção Regional de Educação do Centro, à FRAP Viseu, à CNIPE e à CONFAP.*”-----

Acho que, retirando aquela questão que era do..., esta é a conclusão da Moção do Bloco de Esquerda. Penso que esta conclusão, se os considerandos forem reanalisados, punha à consideração dos diversos Grupos Municipais também esta situação. Em relação à Moção de Bodiosa, eu punha já isto à discussão, penso que não era necessário ler todos os considerandos, partia só da fase final que eu penso que é importante.-----

“A Freguesia de Bodiosa, está disposta a criar melhores condições de funcionamento nos estabelecimentos de ensino atrás referidos, para que os pais que atualmente têm crianças noutras escolas, noutras freguesias, possam colocar os seus filhos a estudar em Bodiosa, contaremos também, certamente com o apoio da Câmara Municipal.-----

Assim, e por tudo aquilo que aqui refiro, a população de Bodiosa exige que a escola básica de Travanca se mantenha aberta, dado a escola de Oliveira de Baixo não ter melhores condições que lhe permitam acolher mais crianças em segurança.-----

Finalizamos, solicitando que esta moção seja discutida e aprovada neste órgão, e que seja enviado ao Ministério da Educação o resultado, para que este possa voltar atrás com uma decisão que para nós não passará de um erro lamentável.”-----

Por isso colocava desde já à votação Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por Unanimidade.-----

Colocava agora, se assim fosse o entendimento, a Moção do Bloco de Esquerda à...-----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém dizendo: Porque é o seguinte: Ninguém retirou, a Moção mantém-se com todas as situações. Não houve aqui nenhuma alteração à proposta de Moção. A Moção mantém-se com todas, com tudo que, para além...-----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a palavra dizendo: Eu passo a ler a Moção e o proponente dirá. Está bem.-----

**MOÇÃO “CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA DE TRAVANCA”**-----  
*Considerando que:*-----

- *Viseu é a capital de distrito onde vão encerrar mais escolas do 1º ciclo do ensino básico, por decisão do Ministério da Educação e Ciência que já anunciou o fecho de 57 escolas, das mais de 300 a nível nacional;*-----

- *Muitas destas escolas encontram-se em zonas serranas, isoladas e deprimidas económica e socialmente, com dificuldades de acessos, obrigando as crianças e os pais, naturalmente....*-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues intervém dizendo: passe isso, só para facilitar.-----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a palavra dizendo: Não, eu gostaria de ler está bem?-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues volta a intervir dizendo: Eu gostaria de reformular.-----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo: Eu gostaria de ler.... *Obrigando as crianças e os pais, naturalmente a levantarem-se muito cedo para se deslocarem até à nova escola, nalguns casos, durante uma hora de caminho, o que, a somar-se a outros atentados à qualidade de vida das populações do interior que têm vindo a assistir ao encerramento de serviços públicos, postos de correio, serviços de finanças, tribunais, serviços de saúde, só poderá incentivar ainda mais o abandono das zonas rurais, aumentando o despovoamento do*

interior;-----

- O encerramento de 6.500 escolas desde 2002, a pretexto da transferência dos alunos “para alternativas com melhor qualidade para o ensino e a prática pedagógica”, se nalguns casos se pode justificar, noutros casos vem, pelo contrário, fazer aumentar o insucesso educativo e o abandono escolar, ao retirar as crianças do ambiente familiar por demasiado tempo;-----

- Algumas autarquias já recorreram a providências cautelares para evitar o encerramento de escolas; a CNIPE, Confederação Nacional Independente das Associações de Pais e Encarregados de Educação, lamenta que “os pais e as autarquias não tenham sido chamados a participar neste processo, e ainda que não existe qualquer estudo que prove que é positivo concentrar alunos em centros escolares; a CONFAP, Confederação Nacional de Associações de Pais, denuncia casos em que as escolas de acolhimento não têm melhores condições do que as que vão encerrar, lamentando também o não envolvimento das associações de pais locais e das autarquias e alertou para o perigo de estes encerramentos feitos a “régua e esquadro” no conforto de gabinetes, levarem ao isolamento de muitas aldeias”; Também a FRAP- Federação Regional de Associações de Pais e Encarregados de Educação de Viseu denunciou que nem os pais, nem as associações de pais e encarregados de educação foram ouvidos pela tutela;-----

O Presidente da Câmara Municipal de Viseu que defendeu publicamente que “cada freguesia deveria ter uma escola”, já manifestou a sua indignação por o MEC, depois de ter acordado com a Câmara Municipal de Viseu o encerramento de apenas 5 das 11 escolas condenadas a encerrar no nosso concelho, vir mais tarde anunciar o encerramento da Escola de Travanca, e que a somar-se a muitos outros casos pelo resto do distrito e do país, prova que não está a ser respeitada a vontade das comunidades educativas, nem a dos autarcas, nem foi tida em consideração a Moção que esta assembleia aprovou por unanimidade na última sessão.-----

E depois, a Assembleia Municipal reunida, que já li. Agradecia que fosse...-----

----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Vou ser muito sucinto. É o seguinte: Para facilitar a vida à bancada do PSD, eu proponho, porque o que interessa é de facto defender-se a escola de Travanca, eu proponho reformular a Moção, deixando ficar apenas nos considerandos o Ponto Cinco, com uma ligeira alteração. Ficaria assim:-----

- O Presidente da Câmara Municipal de Viseu que defendeu publicamente que “cada freguesia deveria ter uma escola”, isto, mas deixe-me dizer-lhe apenas que, quando eu falo numa hora de caminho, estava-me a referir e eu citei apenas quase em exclusivo declarações de Autarcas e de Confederações e da FRAP, e o Presidente da FRAP Viseu, de Federações Regionais de Associações de Pais e acho que é o da CNIPE, Rui Martins, citou uma escola de Castro-Daire que demora uma hora ou mais de caminho, para a nova escola. Mas para facilitar, ficaria assim:-----

- O Presidente da Câmara Municipal de Viseu que defendeu publicamente que “cada freguesia deveria ter uma escola” já manifestou a sua indignação por o MEC, depois de ter acordado com a Câmara Municipal de Viseu o encerramento de apenas 5 das 11 escolas condenadas a encerrar no nosso concelho, vir mais tarde anunciar o encerramento da Escola de Travanca, o que a somar-se a muitos outros casos pelo resto do distrito e do país, prova que não está a ser respeitada” e agora acrescentaria “em alguns casos a vontade das comunidades educativas, nem a dos Autarcas, nem foi tida em consideração a Moção que esta assembleia aprovou por unanimidade na última sessão” e ficariam então os considerandos que é manifestar a oposição ao encerramento da escola de Travanca e expressar a solidariedade, porque eu acho que isso é uma questão que certamente estamos todos de acordo, uma vez que como capital região, naturalmente não podemos deixar de estar solidários com os Autarcas que estão nas mesmas condições que o Senhor Presidente da Câmara. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado muito rapidamente, a Moção ficava, o título: “CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA”

**DE TRAVANCA**”. Certo? Depois, considerando que: O Presidente da Câmara Municipal de Viseu, e depois, aqueles considerandos que já foram lidos.-----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém dizendo: Ou alteram aqui algumas coisas ou então não faz sentido. Porque a proposta extravasa a questão de Travanca e não faz sentido nenhum.-----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a palavra dizendo: Senhor Deputado, há aqui uma reformulação e não pode haver mais discussão. A partir daí, está à votação a Moção. Está à votação a Moção.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues intervém dizendo: Eu retiro o Ponto dois da deliberação. O ponto dois, expressar ao Ministério da Educação a solidariedade desta Assembleia...-----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo: Ó Senhor Deputado, isto aqui...Senhor Deputado, a situação é assim, eu ponho à votação e agora em definitivo, ponho: Título, Moção, foi aquela que foi a sua proposta.-----

**MOÇÃO “CONTRA O ENCERRAMENTO DA ESCOLA DE TRAVANCA”.**-----  
Considerando que:-----

- *O Presidente da Câmara Municipal de Viseu que defendeu publicamente que “cada freguesia deveria ter uma escola” já manifestou a sua indignação por o MEC, depois de ter acordado com a Câmara Municipal de Viseu o encerramento de apenas 5 das 11 escolas condenadas a encerrar no nosso concelho, vir mais tarde anunciar o encerramento da Escola de Travanca, o que a somar-se a muitos outros casos pelo resto do distrito e do país, prova que não está a ser respeitada” “em alguns casos (foi essa a sua sugestão) a vontade das comunidades educativas, nem a dos Autarcas, nem foi tida em consideração a Moção que esta assembleia aprovou por unanimidade na última sessão”.*-----

- *A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 30 de junho de 2014, delibera:*-----

- *Manifestar a sua oposição ao encerramento da escola do 1.º Ciclo de Travanca e de qualquer outra escola do concelho de Viseu sem a concordância das respetivas comunidades educativas, conforme está legislado, das Associações de Pais e Encarregados de Educação, das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal de Viseu;*-----

- *Expressar ao Ministério da Educação e Ciência a solidariedade desta Assembleia para com as Associações de Pais e para com Encarregados de Educação e para com os autarcas do nosso Distrito, do qual Viseu é capital, que se queixem de não ter sido ouvidos nesta decisão de encerrar escolas do 1.º ciclo;*-----

- *Enviar esta Moção ao Senhor Ministro da Educação e Ciência, à Direção Regional de Educação do Centro, à FRAP Viseu, à CNIPE e à CONFAP.”*-----

*Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovada por unanimidade.*-----

Vamos continuar a Assembleia, dava a palavra ao Deputado Paulo Pereira.-----

---- **DOZE: – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Obrigado. Quero começar por apresentar os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, em funções, Senhor Presidente do Executivo Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia Municipal, Público presente e Comunicação Social. Um dos pilares do programa eleitoral deste Executivo Camarário residia no desenvolvimento do papel da autarquia como elemento catalisador da captação de investimento para o concelho de Viseu. Pensamos ser agora um bom momento para fazer um balanço dos esforços desenvolvidos neste sentido. E faço qui um parênteses porque realmente nós dentro do Grupo Municipal do PSD, assumimos o compromisso de tentar cumprir o tempo, três, quatro minutos para cada intervenção no sentido também das novas alterações que o Regimento desta Assembleia vai ter e é difícil com o conjunto de iniciativas que já foram levadas a cabo pelo Executivo, de serem integradas nestes três, quatro minutos, pelo que irei fazer apenas um elenco dessas iniciativas que, no seu

conjunto, terão certamente profícuos resultados na captação de investimento para o concelho de Viseu.-----

Primeiro, a solução encontrada para o Parque Empresarial do Mundão, uma localização empresarial qualificada, com condições para melhorar a competitividade das empresas, permite a fixação de atividade económica, com lotes colocados a preços competitivos, transformando um problema numa oportunidade de atração de investimento e também de criação de emprego.-----

Renovo também a relevância da criação do Gabinete do Investidor da Câmara Municipal de Viseu, que já abordei numa sessão anterior desta Assembleia, que vem apoiar, facilitar, atrair e incentivar projetos de investimento empresarial, novos, de expansão ou de consolidação e também através da simplificação de processos.-----

A implementação em Viseu da Bizdirect, única localização nacional fora de Lisboa e do Porto, resultou de um protocolo promovido também pela Câmara Municipal, tendo sido criado, como todos sabemos, um Centro de Competências dedicado à prestação de serviços inovadores e de qualidade em tecnologia Microsoft, direcionado para o mercado internacional, instalado no campus do Instituto Politécnico de Viseu, que integra já mais de 30 colaboradores, prevendo-se que possa atingir os 150, sendo um exemplo prático da criação de emprego local.-----

O Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal, que posteriormente será discutido na Ordem de Trabalhos, virá definir um conjunto de regras que regulamentam a concessão de apoios ao Investimento pelo Município de Viseu, por forma a que existam normas claras que reduzam a discricionariedade na apreciação de propostas de investimento. Saliente-se a indexação dos apoios financeiros aos impostos municipais, como o IMI e o IMT, o que representa uma devolução do município a quem o escolheu para investir.-----

Também a promoção do primeiro orçamento participativo, como experiência piloto, vem dedicar 75 mil euros a projetos de cidadania participativa apresentados pelos munícipes, tendo sido feita a escolha do Centro Histórico de Viseu como destinatário, nas áreas da ação social, cultura, educação, proteção ambiental, urbanismo e mobilidade, entre outras. Aqui abro um parêntesis para referir também a pertinência da consulta pública e debate participativo com residentes e agentes económicos para ideias de revitalização do Centro Histórico.-----

Outro aspeto, a criação do Conselho da Diáspora, em Viseu, permite a introdução de um novo eixo na estratégia de desenvolvimento económico, associado à internacionalização, uma vez que este Conselho integra 15 empresários e investidores viseenses que estão na Suíça, França, Luxemburgo, Brasil, Estados Unidos da América, Canadá e África do Sul, em setores como o agroalimentar, a metalomecânica e o turismo. Esta diáspora irá certamente potenciar um crescimento de Viseu, inserido na economia global e internacional, podendo promover, por um lado, a internacionalização de PMEs e de empreendedores, e, por outro, a atração de investimentos.-----

Intimamente ligado com o ponto anterior, o Executivo Camarário irá também brevemente lançar o Dossier de Atração de Investimento, em várias línguas, para ser distribuído no mercado global internacional, com a promoção das condições de investimento estrangeiro em Viseu.-----

Um outro aspeto que também apreciei também bastante a iniciativa do Congresso de Agricultura Familiar, na ótica da promoção da possibilidade de circuitos de proximidade na distribuição de produtos agrícolas, aliás, tive recentemente a oportunidade de orientar uma dissertação de mestrado sobre esta temática, em que se conclui que existe uma grande apetência das duas populações estudadas (quer os pequenos produtores agrícolas, essencialmente agricultores familiares e os potenciais consumidores) por relações comerciais diretas.-----

Portanto, em resumo e concluindo, à semelhança de outros caminhos de desenvolvimento que Viseu continua a percorrer, penso que podemos também afirmar que, efetivamente, Viseu está na Rota do Investimento.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado, dava a palavra ao Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Como recordarão, pelo PSD, na pessoa da Senhora Secretária da Mesa, em anterior sessão desta Assembleia foram feitos encómios sobre o novo Mapa Judiciário, pela constatação, como foi referido, de que Viseu sairia altamente beneficiado pela dupla circunstância de que no Tribunal de Viseu se concentraria uma Instância Central, de nível Distrital, e se criariam Secções Especializadas de Família e Menores, de Comércio e de Execução.-----

Na altura, como também recordarão, sem ainda ter estudado em pormenor o assunto, tive ocasião de tentar pôr alguma água na fervura ao dizer que ninguém poderia sentir-se feliz com o mal dos outros, pois que tal concentração iria causar gravíssimos inconvenientes às populações que passariam a estar muito mais distantes do Tribunal e que seriam fortemente penalizadas com os gastos que as deslocações acarretariam, o que o Senhor Presidente da Câmara desvalorizou dizendo que eu parecia não estar satisfeito com essa melhoria para Viseu.-----

O tempo foi passando e, generalizadamente por todo o País se foram ouvindo manifestações de desagrado pela conceção e desenho do novo Mapa Judiciário e, nomeadamente, os mais diretos atores judiciários (Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público e respectivas Associações Sindicais, e a Ordem dos Advogados) se vêm manifestando contrários à reorganização judiciária aprovada pelo Governo.-----

Mas vamos ao caso concreto de Viseu. Atualmente funcionam no nosso Tribunal 4 Juízos Cíveis e 2 Juízos Criminais, todos com um Juiz titular e a maior parte deles com um Juiz Auxiliar, que julgam as Ações de valor até 30.000€, sendo que as Ações de valor superior a esse montante e os Processos Penais cuja pena aplicável seja superior a 5 anos são julgados por Juízes de Círculo, em número de 4, os quais igualmente presidem aos Julgamentos da mesma natureza nos outros Tribunais do Círculo Judicial de Viseu, que são, Mangualde, Nelas, Santa Comba Dão, Tondela, Oliveira de Frades, Vouzela, São Pedro do Sul e Sátão. Também para o mesmo âmbito regional existe um Juiz de Instrução Criminal.----- Por força da nova organização judiciária, relativamente a Viseu, o panorama passa a ser o seguinte:-----

Os 4 Juízos Cíveis e os 2 Juízos Criminais passam a Secções de Competência Genérica, 3 Secções cíveis e 3 Secções Criminais, dotadas de 1 Juiz em cada Secção. Só que a sua área de jurisdição passa a incluir os Municípios de Castro Daire, Oliveira de Frades e Vouzela. Para que se perceba melhor, basta referir que, de uma média de cerca de 12 Juízes se passa para 6 Juízes que, em vez de julgarem apenas os Processos da área do Concelho de Viseu, com uma população de 99.274 habitantes, passam a abranger os Concelhos de Castro Daire (com 15.339 habitantes) Oliveira de Frades (com 10.261 habitantes) e Vouzela (com 10.564 habitantes), no total de 135.438 habitantes, sendo que as populações destes 3 Concelhos têm de ver os seus assuntos judiciais tratados em Viseu, com os correspondentes custos de deslocação.-----

Quanto aos atuais Tribunais do Círculo de Viseu, cujo âmbito territorial atrás referi, passam a denominar-se Instância Central, com uma Secção Cível com 3 Juízes, uma Secção Criminal com 3 Juízes e uma Secção de Instrução Criminal com 2 Juízes, todos com competência territorial igual à da área do Distrito de Viseu. Ou seja, de uma anterior

área territorial com 223.854 habitantes, passam a abranger todo o Distrito de Viseu, com 377.653 habitantes.-----

Acrece ainda a criada Secção de Família e Menores, com 2 Juízes, com jurisdição sobre 14 Concelhos, só não abrangendo os do Norte do Distrito ou seja (Lamego, Cinfães, Resende, Tarouca, Armamar, Tabuaço, S. João da Pesqueira, Moimenta da Beira, Penedono e Sernancelhe), abarcando uma população de 271.767 pessoas, bem como Secções de Comércio, com 2 Juízes e de Execução, com 1 Juiz, ambas de âmbito Distrital, isto é, destinadas a tal população indicada de 377.653 habitantes.-----

Ora sucede que se o Ministério da Justiça foi lesto em aprovar a reforma territorial da Justiça, sem ouvir as populações destinatárias diga-se desde já, não mostrou o mesmo empenho em verificar se a reforma era viável, se havia condições logísticas e físicas para a sua aplicação, vindo a criar um caos de tal ordem que, como tem sido noticiado nos meios de comunicação social e quem lida com os Tribunais tem disso direto conhecimento, os Juízes têm instruções do Conselho Superior da Magistratura para não marcarem qualquer diligência no mês de Setembro, exatamente aquele em que a reforma é legalmente implementada.-----

Uma vez mais reportando-me a Viseu, o Tribunal Judicial tem apenas 6 Salas de Audiência, manifestamente insuficientes para o volume de trabalho que obviamente acarreta o funcionamento das atrás descritas 6 Secções de Instância Central e de Competência Especializada, providas de 13 Juízes e as Secções de Competência Genérica Cível e Criminal, dotadas de 3 Juízes cada, num total de 19 Juízes com o correspondente público-alvo, em muitos casos, como referi, de âmbito Distrital.-----

É certo que o 3º piso do Tribunal de Viseu está devoluto, aliás está ainda no "tosco" e, se fossem feitas obras de adaptação, eventualmente se poderia minorar o volume de trabalho que a reforma implica. Só que o Ministério da Justiça já fez saber que não irá fazer tais obras nem, ao que me consta, terá aceite a oferta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de as fazer o nosso Município e ser posteriormente ressarcido das despesas.-----

Por isso que, no atual panorama, cada Juiz está confrontado com a possibilidade de usar uma Sala de Audiências apenas uma vez por semana, pese embora o aumento significativo de processos a seu cargo e sem prejuízo de mesmo essa vez poder não ocorrer no caso de processos urgentes, por exemplo de réus presos, ou de Julgamentos em várias sessões.-----

Resumindo: instalou-se o caos no Tribunal de Viseu e a invocada melhoria para o concelho ou para cidade não passa de uma falácia, já para não falar nos acrescidos custos para as populações dos concelhos que, para o Tribunal de Viseu e sem qualquer vantagem, perdem os seus.-----

Pelo que venho de dizer, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta a seguinte

MOÇÃO:-----

- considerando o atrás exposto;-----
- considerando os evidentes prejuízos que a entrada em vigor da reforma que visa implantar um novo Mapa Judiciário irá causar ao funcionamento dos Tribunais, e nomeadamente ao Tribunal de Viseu, cujas estruturas não comportam o normal desenvolvimento processual da aplicação da Justiça, já que não existem condições físicas que suportem o aumento do número de Processos e o universo populacional a que se destinam;-----
- considerando o exponencial aumento de despesas que as populações que passam a ficar privadas de acesso local às Instâncias Judiciais irão necessariamente suportar;-----
- considerando que, nestas condições, não é aconselhável a entrada em vigor do novo Mapa Judiciário;-----

Apelam ao Governo e em particular à Senhora Ministra da Justiça para que suspenda imediatamente a entrada em vigor do Dec. Lei nº 49/2014, de 27 de Março que aprovou a nova reorganização judiciária e respectivo Mapa Judiciário, até que seja efetuado um

aprofundado estudo do impacto que tal medida irá causar no funcionamento dos Tribunais e administração da Justiça e na vida das populações.-----

Requerem a aprovação desta Moção em Minuta para envio imediato e que da mesma seja dado conhecimento à Senhora Juiz Presidente do Tribunal de Viseu, ao Senhor Procurador da República no Círculo Judicial de Viseu e à Senhora Presidente da Delegação de Viseu da Ordem dos Advogados. Disse.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado.-----

- *O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho intervém dizendo:* Gostava só de acrescentar uma coisa. Todos os números que eu disse são exatos. Sem discussão.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa retoma a palavra dizendo:* Por isso, colocava à discussão a presente Moção. Quem quer intervir? Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **CATORZE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS**

**HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social e Público em geral. O Dr. Ribeiro de Carvalho diz que os números não se podem discutir, e eu garanto que não os vou discutir, porque obviamente para os discutir teria que os ter estudado, trabalhado e como tal, não tenho essa informação e para isso teríamos que passar a discussão para um outro momento que não este. Eu só venho discutir aquilo que efetivamente sei e domino, e aqui, penso que não haverá gente suficientemente inteirada dessa matéria para vir aqui discutir os números e portanto, estamos perfeitamente de acordo e não os vamos efetivamente discutir. Agora vamos ter é outras coisas. Da intervenção que aqui fez, eu tive o cuidado de estar com muita atenção e não me apercebi de algo negativo para o Concelho de Viseu, que é o âmbito de atuação desta Câmara onde todos estamos. Não consegui vislumbrar nenhuma situação que fosse negativa para os Viseenses. Portanto, se efetivamente a há, terá a oportunidade de poder vir clarificá-la. Esta Assembleia, é uma Assembleia que tem um âmbito concelhio, não é uma Assembleia de âmbito distrital. A fundamentação que essencialmente aqui foi feita, poderá e deverá obviamente ser feita eventualmente noutros concelhos limítrofes e não nos compete aqui a nós meter a foice em ceara alheia como se costuma dizer e portanto metermo-nos na esfera dos outros concelhos. Cada concelho tem uma Assembleia Municipal conforme nós temos aqui, relembro que inclusivamente há órgãos, há fóruns, em termos de representatividade é maior do que um concelho portanto há órgãos intermunicipais onde efetivamente se podem aplicar. Por isso, a proposta, ou a Moção que o Partido Socialista aqui traz, é uma Moção que grande parte tem números que obviamente não se podem discutir, e por isso nós não os podemos discutir, mas também não podemos estar a passar um cheque em branco e garantir que efetivamente as coisas se sejam assim. Efetivamente, não as podemos discutir e por isso poderá passar para um outro momento. Relativamente às outras situações em concreto, não ficou claro e não é para nós claro que haja algum prejuízo para o Concelho de Viseu, mas relembra o seguinte, é que esta alteração, isso nós todos sabemos, isso todos podemos aqui discutir, é que se esta alteração do mapa judiciário está a ser feito, tem a ver com o entendimento que à tempos e a seu tempo foi feito com a “troika”, com o Governo de então, que não era o Partido Social Democrata e portanto, isto só é a concretização daquilo que foi assumido à cabeça, em termos da reforma que tinha que ser feita. Agora, não sei se estava bem claro, se era feita desta maneira, se um bocadinho diferente, nem vale a pena irmos por aí, que é uma discussão que não nos leva a rigorosamente lado nenhum. Aqui, o que nos importa é o que é de positivo para a Cidade Viseu e o que é de negativo para a Cidade de Viseu e no caso concreto, Cidade e Concelho obviamente esta questão aqui de região. Isto que foi aqui levantado, não há em termos objetivos, algo que possa ser prejudicial e dessa forma obviamente que nós não poderemos estar a votar algo que não estamos devidamente

fundamentados, que não é claro e uma outra parte que não diz diretamente respeito a nós e portanto, obviamente, é essa a fundamentação porque não poderemos votar favoravelmente esta Moção que agora é apresentada. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há mais algum Senhor deputado que queira usar da palavra sobre esta Moção? Dava a palavra então ao proponente.-----

----- **QUINZE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. A mim causa-me alguma perplexidade esta tomada de posição do PSD. Nós estamos confrontados com números e eventualmente, porque isto não era tão pequeno, não podia ser tão pequeno como eu desejaria, o Senhor Deputado, não terá ouvido bem, só assim é que eu percebo que diga que não há nada de negativo para os Viseenses, há mais advogados nesta sala e sabem que cada Juiz de Viseu atualmente, para uma área do concelho de Viseu, dispõe de no mínimo de dois dias de sala de audiências, dois dias. Aumenta o número de pessoas sobre os quais o Juiz tem jurisdição, aumenta portanto o número de processos que abrange muito mais áreas e cada um passa a ter, cada Juiz a ter apenas um dia, dizer que não há prejuízo para Viseu, é de certeza estar a enganar alguém Senhor Deputado.----- Prejuízo é evidente. É evidente, porque nem se quer o ministério se disponibiliza para criar mais salas de audiência e os processos terminam num julgamento. Isto é do conhecimento comum. Se não há salas de audiência para fazerem julgamentos, Viseu não é prejudicado, mas alguém acredita no que o Senhor está a dizer? Não digo mais nada e não me venha falar da “troika”, porque a troika tem as costas largas não é?-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há mais alguma...Deputado Manuel Teodósio. Penso que é uma interpelação depois desta intervenção?-----

----- **DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Membros da Assembleia Municipal. Dr. Ribeiro de Carvalho, eu disse que teria oportunidade de vir aqui clarificar, porque num texto tão longo que aqui foi apresentado, portanto, eu não disse que não havia mas que fizesse e fez muito bem em vir aqui demonstrar. Porque há uma coisa, sabe que eu não sou jurista, portanto, não sou advogado, não domino na prática porque não trabalho dentro daquele edifício ou vou com grande regularidade aquele edifício, onde tenho entrado quase exclusivamente para entregar listas candidatas a eleições, portanto é aquilo que eu conheço e portanto a situação que trouxe, agora aqui a explicar, percebemo-la ok? Perfeitamente percebido, mas, numa situação destas, já chegámos aqui. Ótimo, já percebi, por isso é que às vezes é bom a gente sintetizar para vermos melhor as coisas, porque num leque tão vasto que foi aqui apresentado dificulta a visibilidade. Agora também há uma coisa que é assim, falta fazer aqui a quantificação das coisas, não é? Porque é assim, se por um lado, há esse problema e compreendemo-lo, e então sugeríamos que fosse clarificada essa situação eventualmente em termos de Moção, no sentido que fossem criadas as condições para o normal funcionamento, estamos perfeitamente de acordo, a nossa preocupação é Viseu e é os Viseenses. Agora, também não podemos esconder que eventualmente haja aqui aspetos apesar de tudo positivos, porque nem tudo é mau, nem tudo é bom, porque ao alargar o âmbito, vai trazer mais gente para a Cidade de Viseu. Portanto vai trazer movimento à Cidade, se calhar os comerciantes, se calhar outros atores económicos de Viseu, vão ter algum benefício relativamente a esta situação que também não podemos escamotear como é óbvio. Mas por isso, estaremos disponíveis para fazer uma votação da Moção favorável, se ela se concretizar em que, para a operacionalização de esta reestruturação, estejam criadas condições, de que sejam criadas condições no Tribunal de Viseu para bom funcionamento.-----

- ***O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho intervém dizendo:*** Não

se pede nada disso. Pede-se apenas que se suspenda. Se entra em vigor o que está, é um desastre. É isso que lá está escrito.-----

- O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques retoma a palavra dizendo: Está-me a dizer que pede que se suspenda. Eu não falei em suspensão de nada. Por isso é que eu estou a dizer, pode ser parecido mas não é igual. Portanto, estamos dispostos a votar favoravelmente um texto, se me ouvirem, estamos dispostos a votar favoravelmente um texto em que se reforce a necessidade de serem criadas as estruturas de apoio para um regular e normal funcionamento.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Deputado Carlos Vieira.-----

----- DEZASSETTE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Muito rapidamente, prescindindo das saudações. Eu também confesso que percebo pouco de mapas judiciais e do funcionamento da rede de justiça, mas há uma coisa que eu sei e que tenho ouvido recorrentemente, que a expressão dos autarcas e das populações de que esta reorganização vai afetar o acesso das populações à justiça. Isso foi dito inclusivamente pela Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados, salvo erro no discurso da tomada de posse, em que acusou esta reforma, este mapa judicial de ser um atentado ao estado de direito e de dificultar uma coisa elementar num estado de direito que é o acesso das populações à justiça. Por isso o Bloco de Esquerda não poderá deixar de votar a favor desta Moção.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Deputado Rafael Amaro.-----

----- DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS): Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. É muito rápido aquilo que eu venho dizer. É digamos que, se esta Moção não for aprovada tal como está, o Grupo do Partido Socialista, fará chegar às entidades, à Ordem dos Advogados, Juizes, etc., tudo o que está na Moção, tudo aquilo que aqui foi discutido ou seja, fá-lo-á por conta própria, porque temos a perceção e portanto, o estudo que foi feito sobre isto vai nesse sentido, de que, quer a Ordem dos Advogados, quer, digamos que, os Juizes, portanto, quer todos os profissionais envolvidos, estão, ou seja, são favoráveis a esta posição e têm obviamente a mesma opinião que aqui foi evidenciada pelo Deputado Ribeiro de Carvalho. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Penso que já terminámos a discussão, não há mais nenhuma intervenção. Iria colocar então a Moção à votação. O motivo? Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, é só para ficar tudo muito claro não é? O repto que o Partido Social Democrata lançou ao Partido Socialista, no fundo retirar a palavra suspensão do mapa judicial, não é? Não foi aceite e é essa a razão por que vamos votar contra. Relativamente ao que o Partido Socialista irá fazer a seguir, obviamente que isso é da inteira responsabilidade do Partido Socialista. Até pode fazer muitas outras coisas que me escuso agora de referir. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Eu vou ler então a Moção. Senhor Doutor, o proponente dispensava-me ...certo. **MOÇÃO**:-----

*“Reunida em sessão Ordinária no dia 30 de Junho de 2014, a Assembleia Municipal de Viseu, considerando o atrás exposto;-----*

*- considerando os evidentes prejuízos que a entrada em vigor da reforma que visa implantar um novo Mapa Judiciário irá causar ao funcionamento dos Tribunais, e nomeadamente ao Tribunal de Viseu, cujas estruturas não comportam o normal desenvolvimento processual da aplicação da Justiça, já que não existem condições físicas que suportem o aumento do número de Processos e o universo populacional a que se destinam;-----*

*- considerando o exponencial aumento de despesas que as populações que passam a ficar privadas de acesso local às Instâncias Judiciais irão necessariamente suportar;-----*

- considerando que, nestas condições, não é aconselhável a entrada em vigor do novo Mapa Judiciário;-----

Apelam ao Governo e em particular à Senhora Ministra da Justiça para que suspenda imediatamente a entrada em vigor do Dec. Lei nº 49/2014, de 27 de Março que aprovou a nova reorganização judiciária e respetivo Mapa Judiciário, até que seja efetuado um aprofundado estudo do impacto que tal medida irá causar no funcionamento dos Tribunais e administração da Justiça e na vida das populações.-----

Requere-se a aprovação desta Moção em Minuta para envio imediato e que da mesma seja dado conhecimento à Senhora Juiz Presidente do Tribunal de Viseu, ao Senhor Procurador da República no Círculo Judicial de Viseu e à Senhora Presidente da Delegação de Viseu da Ordem dos Advogados.”-----

Quem vota contra? Quem vota a favor da Moção? Quem se abstém? Queria fazer uma declaração de voto. A minha abstenção, tem a ver concretamente com o fórum em que estamos que é Viseu, mas fundamentalmente tem a ver também e como não podia deixar de ser com a posição política e a opinião política que tenho sobre este mapa judiciário do qual tenho muitas dúvidas em relação à sua aplicação no distrito e na nossa região. Tem a palavra também..., é para declaração de voto? O Presidente da Junta da União das Freguesias de Viseu.-----

----- **VINTE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito bom dia a todos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente do Município, Senhores Vereadores, Membros desta Digna Assembleia, Público presente e Senhores Jornalistas. A minha declaração de voto, relativamente à minha posição pelo facto de me ter absterido, tem a ver com o seguinte: Em primeira instância pelo facto de que não conheço bem esta matéria, não sou versado nisso, e em segunda instância porque não sou propriamente um crente na justiça portuguesa. Tenho razões factuais para dizer que de facto a justiça portuguesa é morosa, é lenta e portanto tenho algumas dúvidas sobre a aplicabilidade desta medida do Poder Central. Em simultâneo também e por uma questão de solidariedade tenho ouvido diversos autarcas do distrito, manifestarem-se contra esta medida, daí também por razões políticas não poder concordar com ela.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Declaração de voto também do Deputado Pedro Alves.-----

----- **VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Relativamente a esta Moção também quero apresentar uma declaração de voto muito breve, para dizer duas coisas. Diferenciar primeiro a reforma no seu todo, por outro lado diferenciar também o que são as instalações que estão em Viseu para a instalação do novo tribunal e também diferenciar o mapa judiciário em si e a aplicação do mesmo na nossa região. Por isso mesmo dizer que nunca poderia concordar com a suspensão da reforma, porque a reforma é importante para o país, porque a reforma contém medidas que vão certamente melhorar não só o acesso à justiça, como melhorar a rapidez nos processos de decisão. Relativamente às instalações e foi aqui o que foi colocado em causa, relativamente às instalações naturalmente também que nos preocupa o facto de não estarem criadas as condições de natureza física para a instalação de todas as competências que estão previstas nesta nova reforma. Relativamente à questão do mapa judiciário no seu todo, é óbvio que nós já o expressámos aqui também no passado que deveria haver uma atenção diferenciada nomeadamente para as regiões cuja acessibilidade e a densidade populacional são diferentes, e nós temos concelhos aqui na nossa região que têm características muito específicas e que no nosso entender podem não estar salvaguardados da melhor forma os interesses dessas populações. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Vamos continuar o período de Antes da Ordem do Dia, dava a palavra... há! os resultados,

*desculpem lá! A Moção foi rejeitada com vinte e sete (27) votos contra, doze (12) votos a favor e seis (6) abstenções. Agora, pedia desculpas à Assembleia por este lapso. Dava a palavra então à Deputada Filomena Pires da Coligação Democrática Unitária.*-----

**----- VINTE E DOIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Correndo o risco já calculado, de que a Moção que aqui trago venha a ser convertida numa Recomendação em função de critérios que para mim não são suficientemente claros e que portanto eu questiono. Passo a ler a Moção que aqui trago.----  
**“PELA CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DE VISEU”**-----

*O contributo do turismo para o desenvolvimento económico das regiões, pressupõe uma estratégia integrada, com oferta diversificada e de qualidade, envolvendo todos os sectores de atividade.*-----

*Quanto maior for o acervo de oferta cultural, patrimonial, paisagística, gastronómica, etnográfica, religiosa, hoteleira, de saúde, mais garantia existe de atrair públicos heterogéneos e um fluxo regular de visitantes.*-----

*Se, do ponto de vista da capacidade hoteleira instalada, podemos considerar que o Concelho de Viseu responde às necessidades, já do ponto de vista das opções de baixo custo associado à componente de natureza, essa disponibilidade é francamente baixa.*-----

*Falta um PARQUE DE CAMPISMO NO CONCELHO DE VISEU. Esta é uma realidade a que urge dar resposta. Há 10 anos que o Concelho não dispõe desta oferta para os milhares de turistas, que têm no campismo uma opção preferencial de férias ou simplesmente uma forma mais económica de usufruir de alguns dias de descanso.*-----

*A existência de um Parque de Campismo no Concelho de Viseu, será sempre uma mais-valia para a oferta turística e para a atração de turistas e consequentemente para a dinamização do nosso tecido económico.*-----

*Podemos até considerar que, numa visão de desenvolvimento sustentado, que combata as assimetrias de desenvolvimento concelhias, este Parque de Campismo deveria, com vantagem, ser instalado numa freguesia rural.*-----

*Esse local poderia muito bem ser, a Mata de Vale de Cavalos, no limite da Freguesia de Côta, um extraordinário património natural que se encontra, incompreensivelmente, ao abandono.*-----

*Um projeto bem pensado e multidisciplinar poderia transformar o que é hoje um montão de infraestruturas degradadas e sem utilidade, um matagal negligente, num Parque Biológico de grande interesse turístico e científico, com funcionamento permanente, integrando no seu espaço o Parque de Campismo de Viseu.*-----

*Neste sentido, proponho que a Assembleia Municipal de Viseu aprove uma Moção, que recomende à Câmara Municipal de Viseu a inserção no próximo Plano Plurianual de Investimentos, das verbas necessárias à construção do Parque de Campismo do Concelho e à recuperação e usufruto público do ex-libris que é a Mata de Vale de Cavalos.*-----

*Trago também uma outra Recomendação que passo a ler:*-----

**“ATENTADO PAISAGÍSTICO E CULTURAL NO MERCADO 2 DE MAIO”**-----

*Pode haver, com toda a legitimidade, várias opiniões sobre as virtudes do factual projeto e a funcionalidade do Mercado 2 de Maio. Mas é de uma insensibilidade cultural e estética sem limites, destruir o que existe, enxertando um mamarracho intruso e pindérico, onde havia harmonia de formas, coerência de traço, beleza e arte. Arrancar uma das Magnólias para instalar um Carrossel de Feira é um absurdo.*-----

*É como se, pressionado por uma qualquer modernidade sem substância, um “iluminado” fizesse um grafiti sobre o quadro da Mona Lisa, assassinando a sua originalidade e natureza. Este ato precipitado e lesivo tem de ser imediatamente reparado.*-----

*Não é a instalação de um Carrossel de Feira que resolve o problema do comércio naquela zona. Não é a existência do Mercado 2 de Maio que cria dificuldades ao comércio local. O que levou o comércio da Zona Histórica ao estado em que se encontra, foi a proliferação de grandes e mega superfícies comerciais no Concelho, licenciadas coniventemente pela*

*Câmara de Viseu, foi a criação de novas centralidades e o empobrecimento generalizado da população, imposto pelo Governo PSD/CDS.-----*

*Afinal, ao contrário do que disse o Senhor Presidente da Câmara no último debate sobre o Centro Histórico, as opiniões dos moradores e dos cidadãos não estão a ser tidas em conta.---- Como se vê, antes mesmo do executivo camarário divulgar todos os contributos recebidos para a dinamização do casco velho da cidade, resultantes dos debates, avança com estas obras avulsas e imponderadas, que desdizem da boa-fé da campanha de discussão pública em curso.-----*

*Se a Câmara entende que faz falta um Carrossel de Feira para as crianças da nossa cidade, tem outros locais para o instalar. Por exemplo, no Parque Aquilino Ribeiro, que tem vocação para equipamentos desta natureza.-----*

*É imperioso um sobressalto cívico e cultural da população e dos eleitos, que trave esta afronta à arte e à harmonia do Mercado 2 de Maio.-----*

*Admitindo que o Executivo camarário pode ter sido mal informado sobre os impactos negativos na harmonia do Mercado 2 de Maio, causados pelo arranque da magnólia e a instalação do Carrossel de Feira, a Assembleia Municipal de Viseu, recomenda à Câmara a reposição da árvore e a deslocação do Carrossel para outro local mais adequado, corrigindo desse modo o erro da intervenção.-----*

Obviamente que esta referência à Assembleia Municipal, corrijo já, será naturalmente uma Recomendação da CDU porque mais uma vez isto tinha a forma de Moção e efetivamente antecipando que isto seria transformado numa Recomendação, houve aqui efetivamente um lapso final na redação. Dar ainda a informação de que vou deixar à Mesa um Requerimento sobre a constituição da Associação Beira-Amiga, assunto abordado por nós na última Assembleia, e só uma notazinha final ao Senhor Presidente, entendo que a minha questão sobre os Jardins de Infância que poderão encerrar no Concelho, não foi cabalmente respondida, portanto espero que venha a ser.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Uma informação que a Senhora Deputada sabe e que todos os Grupos Municipais sabem, mas agora vamos prestar à Assembleia, é que em relação a esse processo da proposta de Recomendação e porque os Grupos Municipais colocaram algumas questões, foi já solicitado e dado conhecimento aos Grupos Municipais, foi solicitado um parecer à Tutela sobre essa questão, já que o parecer que ao qual esta Assembleia tem decidido, é um parecer da Associação Nacional dos Municípios e por isso, nós entendemos que mantemos os procedimentos anteriores até ao parecer da Tutela que será depois aí sim, definitivo. Foi isso que já foi transmitido a todos e por isso, mantemos o procedimento até termos o parecer final da Tutela. Por outro lado, como é óbvio, essas propostas de Recomendação fazem parte da nossa Ata como é normal, e serão transcritas em Ata. Dava a palavra então ao Deputado Carlos Costa.-----

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Sendo já do conhecimento público o regresso das linhas aéreas regionais ao nosso Aeródromo, isto depois de um interregno de cerca de 20 anos, gostaria de manifestar aqui publico reconhecimento pelo empenho pessoal e institucional que sei que o Sr. Presidente da Câmara teve neste dossier e além disso manifestar uma opinião e propor uma Moção.-----

*Se por um lado as novas ligações nos colocam mais perto da capital, não podemos esquecer que elas também nos aproximam de Bragança e de Portimão, os outros extremos do nosso país.-----*

*Mas não podemos olhar para estas linhas, para estas novas linhas regionais que são diferentes das que já tivemos no passado, de uma forma egocêntrica. Lembremo-nos que estas linhas têm dois sentidos, e que abrem aos cidadãos de todas aquelas paragens uma*

nova via rápida de acesso a Viseu. Quiçá Viseu, será até, a localidade ou poderá vir a ser a localidade mais beneficiada. Ou seja, mais do que abrir portas e vias desses extremos do país a Viseu, também abrem Viseu ao mundo através da ligação que vamos ter mais privilegiada à Capital.-----

Esta nova via tem ainda o condão de não acarretar investimentos pesados, nem despesas de exploração desproporcionadas, rentabilizando de forma racional uma infraestrutura existente, introduzindo sim, melhoramentos funcionais.-----

Conjugada com a dinâmica de animação económica, social e cultural da cidade, tornarão Viseu mais próxima e mais atrativa, pelo que se crê estar aberto mais um vetor potenciador de desenvolvimento.-----

Penso portanto que este assunto será um assunto que une todos os Viseenses e gostaria de deixar à apreciação desta Assembleia uma Moção muito simples, muito singela. Passaria a ler:-----

*“Estando confirmada a conquista das ligações aéreas regionais para Viseu, o que representa para o concelho e para a região motivo de enorme regozijo, pela melhoria das condições de acessibilidades a partir de e para Viseu, propõe-se um voto de congratulação à Câmara Municipal pela reconquista para a cidade Região de Viseu deste relevante serviço”.* Tenho dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em discussão esta Moção, que no fundo é um Voto de Congratulação. Por isso está em discussão. Eu ia ler: *“Estando confirmada a conquista das ligações aéreas regionais para Viseu, o que representa para o concelho e para a região motivo de enorme regozijo, pela melhoria das condições de acessibilidades a partir de e para Viseu, propõe-se um voto de congratulação à Câmara Municipal pela reconquista para a cidade Região de Viseu deste relevante serviço”* Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com onze (11) Abstenções.* Declaração de voto? Só ia dar rapidamente a explicação. Eu li Moção porque é o que aqui vinha, era só isso.-----

----- **VINTE E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Eu absteve-me por um motivo muito simples. Eu não sei, não é do meu conhecimento, nem sou obrigado a saber que as linhas aéreas passam a passar em Viseu porque isso foi decidido pelo Senhor Presidente da Câmara, que é o que diz a Moção. Não sei, tenho que me abster, só por isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Íamos agora..., dava a palavra ao Deputado Carlos Vieira do Bloco de Esquerda.-----

----- **VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas. Vou apresentar também uma Moção de solidariedade com o Senhor Presidente da Câmara e com a Associação Nacional de Municípios, de que o Senhor Presidente é Vice-Presidente não é, ou a Câmara de Viseu é Vice-Presidente.-----

**MOÇÃO – “POR FINANÇAS MUNICIPAIS QUE SIRVAM AS POPULAÇÕES PELA AUTONOMIA E RESPONSABILIDADE DO PODER LOCAL”**-----

As autarquias locais, pela proximidade no terreno e pelos importantes serviços prestados às populações, deviam ter as suas competências alargadas e passar a ter mais recursos financeiros. As cidadãs e os cidadãos deviam ver melhoradas as possibilidades de participação nos órgãos autárquicos, a democracia local devia ser reforçada, a instituição das Regiões Administrativas devia ser entendida como um instrumento decisivo na coesão do território nacional e no combate ao desperdício de recursos públicos. Mas como é

sabido, a legislação ultimamente produzida não vai nestas direções, antes acentua o centralismo e o desrespeito pela autonomia do poder local.-----

A nova lei das finanças locais (Lei nº 75/2013, de 3 de Setembro) previu a criação dum Fundo de Apoio Municipal (FAM) visando a recuperação dos municípios que se encontrem em rutura financeira. Assim foi elaborada pelo governo a Proposta de Lei 232/XII - regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamentação do FAM. A proposta de regulamentação deste FAM está a gerar controvérsia. Vários municípios e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) têm, justamente, chamado a atenção para a inaceitável ideia da participação do Estado ser de apenas 30% na realização do capital social de 650 milhões € do novo fundo. Também a prevista subtração a todos os municípios, independentemente da sua gestão financeira ter sido cuidadosa ou não, dum participação coativa para o FAM, não se afigura nem solidária nem justa.----- Estando a referida proposta de lei nº 232/XII a ser apreciada pelo parlamento, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 30 de Junho de 2014, delibera:-----

- a) Insistir no reforço das competências dos municípios com a consequente melhoria dos recursos das autarquias locais;-----
- b) Expressar o seu desacordo com a imposição aos municípios, prevista na Proposta de Lei nº 232/XII, de assumirem 70% da realização do capital social do FAM;-----
- c) Manifestar a sua discordância pela prevista subtração, até 1,8% e durante 5 anos, da receita anual de todos os municípios na sua participação no FEF, no Imposto Único de Circulação e no IMI.-----

Já agora, se me permite, gostava apenas de fazer uma pequena observação às duas Recomendações da Deputada Filomena Pires, é que eu já tinha falado aqui, aliás, numa Assembleia Participativa no âmbito da reabilitação do Centro Histórico disse inclusivamente ao Senhor Presidente e já o disse aqui que achava também, que o Mercado 2 de Maio é de facto uma obra de arte, é uma escultura arquitetónica. Eu acho que houve alguma precipitação, como disse a Deputada Filomena, porque uma vez que estamos de facto em debate público sobre a reabilitação do Centro Histórico, podia ter esperado por algum “feedback” da população, mas eu discordo apenas de chamar... acho que aquele carrocel, é até demasiado bonito para ficar atrofiado, ali tapado pelas árvores. É uma réplica de um carrocel, que é do século XVIII e portanto, acho que ficava melhor mais exposto. De qualquer modo, não deixa de ser uma mutilação de uma obra de arte. Eu concebo a bondade da intenção do Senhor Presidente ao querer reabilitar o Mercado 2 de Maio, mas de facto, a culpa não foi do Arquiteto, ele fez aquilo a que já chamei, uma escultura arquitetónica, a culpa foi do dono da obra que não disse o que é que queria para ali. Eu tenho algumas dúvidas sobre um eventual teto, ou tapar o Mercado, mas enfim, vamos ver. Relativamente ao Parque de Campismo, já agora dizer também, eu também já o defendi, fez parte até do nosso programa eleitoral, do Bloco de Esquerda, que, sem prejuízo da proposta da CDU que foi um erro, um erro crasso, a Câmara não ter municipalizado o Parque de Campismo do Fontelo, porque Viseu é uma Cidade de passagem, as pessoas vêm por aqui, veem o Centro Histórico num dia, aquilo é tão aprazível, aquela mata, aliás, é uma das três joias da coroa da cidade como eu já as referi e é tão aprazível, que muita gente fica mais um dia só para usufruir daquele sossego, daquela beleza e daquela diversidade vegetal. Portanto, acho que teria toda a vantagem em vez de entregarem aquilo aos escuteiros, que acho que enfim, andam para lá a brincar, mas acho que teria sido muito mais útil, até porque muitos turistas, vêm a Viseu porque alguns roteiros inclusivamente têm lá o parque de Campismo do Fontelo, vêm a Viseu, dão com o nariz na porta e depois, vão naturalmente para o Parque de Vouzela que é um Parque classificado e portanto, tem todas as condições num envolvimento paisagístico também muito interessante. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Está em discussão esta proposta. Tem a palavra o Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **VINTE E SEIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas. O nosso Colega Deputado do Bloco de Esquerda, falou aqui em muitos erros, veio aqui apontar vários erros, mas a sua intervenção é um erro, um erro de casting. O Senhor traz um problema que não tem rigorosamente nada a ver com Viseu. Nem todos os problemas dos outros concelhos se refletem em Viseu. Felizmente que Viseu não está com um problema de rutura financeira na Câmara, por todos é reconhecido efetivamente que a situação não é esta. Portanto este é mais um caso que é um não problema, diretamente é um não problema para Viseu, indiretamente há-de ser porque o apoio que há-de ser concedido às autarquias que não geriram bem das contas, hão-de ir dos nossos impostos e também vai dos imposto do viseenses, é um problema nacional. Agora, mais uma vez não podemos andar, porque está a ser feita a discussão no concelho “Y”, nós também temos que a fazer aqui em Viseu. Portanto, esta é uma questão que felizmente e ainda bem que a trouxe, para uma vez mais ficar vincado que não é a situação da autarquia de Viseu. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais alguma intervenção? Dava a palavra ao proponente para encerrarmos a discussão. Não havendo mais nenhuma intervenção, quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Foi rejeitada com vinte e seis (26) votos contra, dez (10) abstenções e um (1) voto a favor.*-----

Dava a palavra a seguir ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Viseu.-----

----- **VINTE E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente, agradeço que me dispense dos habituais cumprimentos e dizer só uma nota prévia, esta minha intervenção talvez seja um pouco mais transversal aquilo que nos traz aqui, mas é obviamente algo também que é discutido nos fóruns municipais e portanto, não julgo que seja descabida, falar aqui sobre ela, ou pelo menos dizer o que penso relativamente a isso. Permita-me a leitura.-----

*“Faleceu, vítima de doença prolongada, o Professor Cândido Moreira, Presidente da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, cargo que ocupava e por amplo consenso, desde Fevereiro do corrente ano.*-----

*Consciente da doença que o acometeu e da gravidade da mesma, lutou até ao fim das suas forças, pela causa do Poder Local e dos valores da Democracia.*-----

*Voz intransigente na defesa da autonomia do Poder Local, era um homem de grande simplicidade, leal e com um profundo sentido de serviço às comunidades locais.*-----

*Resistiu até ao limite das suas forças, estando sempre presente na vida da Associação, enquanto seu Presidente e mesmo como um dos obreiros da fundação da ANAFRE.*-----

*Homem de causas e convicções, viveu apaixonadamente as questões do Poder Local e em especial a problemática das Freguesias, defendendo-as intransigentemente.*-----

*Sério e Frontal, dignificou a classe política, nas palavras e nos atos. Lutou até aos limites pela causa que abraçou, fazendo desta mais uma motivação e uma força, na tentativa de vencer a doença.*-----

*A Democracia Portuguesa e o Poder Local perderam um dos seus baluartes.*-----

*Nesta casa da Democracia Local, em homenagem ao cidadão e autarca Cândido Moreira, o grupo parlamentar do PSD, propõe um voto de pesar pelo seu falecimento e que se guarde um minuto de silêncio, em sua memória.*-----

*Que descanse em paz!*-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Está em discussão este voto de pesar. Algum Senhor Deputado quer usar da palavra? Por isso, íamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Íamos de acordo com a proposta fazer um minuto de silêncio.-----

Íamos então retomar os trabalhos. Tem a palavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão.---

**----- VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente do Executivo, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia, Público em geral e Comunicação Social. Muito rapidamente, pretendo assinalar aqui em nome do Grupo Municipal do PS, a nossa posição relativamente à Assembleia Municipal Infantil. O Senhor Presidente já dela falou no início desta Assembleia quando entrei um pouco atrasado, estava exatamente a falar nisso, relativamente aquilo que ouvi, subscrevo inteiramente aquilo que afirmou relativamente a essa Assembleia. Não queria deixar no entanto, enquanto representante do Partido Socialista nessa Assembleia, de sublinhar a elevação, porque foi mesmo isso que aconteceu ali assim do meu ponto de vista com que aquela Assembleia aconteceu, fruto certamente de um trabalho conjugado entre professores demais trabalhadores das escolas e essencialmente dos alunos, bem trabalhado, do empenho de todos estes atores que redundou num trabalho aqui apresentado no dia 29 de maio com os alunos das escolas que participaram, a refletirem aqui o trabalho que foi feito na retaguarda, merecedor de ser sublinhado. O tema que lhes foi proposto e que aqui foi muito bem trazido, por todos eles, por todas as escolas que participaram, a “LIBERDADE” é de facto um motivo de se sublinhar, de se sentir que vale a pena continuar com atividades como esta e portanto, deixamos a nossa nota de sublinhar, de realçar um evento que me parece útil, até porque vai trazer de alguma forma uma área nova à educação aqueles miúdos, porque são miúdos mesmo a quem é proporcionado um momento de cidadania no âmbito da política.-----

Portanto, deixar os parabéns a todas as escolas que participaram, e deixar um repto, se calhar à Mesa da Assembleia, se calhar também ao Município no sentido de tentar que todas as escolas preferencialmente, possam ser envolvidas e se venham a empenhar nesta atividade que só diz daquilo que as nossas crianças nos merecem. Muito obrigado.-----

**----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Repeses e S. Salvador.--

**----- VINTE E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REPESES E S. SALVADOR JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO (PPD/PSD):** Bom dia a Todos e a Todas. Queria em primeiro lugar, como vou falar das Cavalhadas de Vildemoinhos com muito orgulho, lembrar os dois vasilhinhos de manjericos que estão aqui, para de facto recordar os dois eventos que conseguimos, desde que há memória trazer à Cidade de Viseu, numa só semana.-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhor Vice-Presidente, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Caros Colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social Presente, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Na dupla qualidade de Presidente da Junta da União das Freguesias de Repeses e S. Salvador e da Direção das Cavalhadas de Vildemoinhos – Associação de Atividades Tradicionais, venho em primeiro lugar, manifestar o orgulho e minha imensa alegria pela excelente organização dos dois cortejos das Cavalhadas de Vildemoinhos, que vieram desfilar pelas principais artérias da cidade de Viseu, em menos de uma semana, tradição secular, que este ano comemorou 362 anos, digo 362 anos, de cumprimento da “Promessa”, feita pelos Moleiros de Vildemoinhos na capela de S. João da Carreira, em 24 de Junho de 1652, ao seu Santo Padroeiro, São João Batista.-----

Apesar de S. Pedro ter sido mais forte do que o nosso santo padroeiro, e nos ter brindado com muito chuva, naquela terça-feira, dia 24 de Junho, originando dessa forma, a falta de presença de milhares de pessoas para assistir ao evento, a danificação dos carros alegóricos, bem como provocando financeiramente danos sérios à Associação, deu-nos elevada motivação e ainda mais orgulho, para num prazo de quatro dias, prepararmos novo cortejo, com muita dedicação e empenho, trabalhando quase 24 horas por dia, para

percorrer de novo, as ruas da cidade, no dia 29 de Junho, dia de S. Pedro com sol a brilhar e os carros alegóricos a desfilar. Será caso para dizer que S. João e S. Pedro fizeram as pazes.-----

Salienta-se que sem o apoio logístico e financeiro do Município, que na pessoa do seu Presidente o Sr. Dr. Almeida Henriques no próprio dia 24 de Junho quando assistíamos à passagem do cortejo e as meninas Trambelas que o incorporavam no cravanço e a vender manjericos, choravam com o prejuízo provocado pela chuva, me incentivou para realizarmos novo evento no dia de S. Pedro.-----

Face a tais contrariedades, poderemos afirmar que Vildemoinhos está de parabéns, pois conseguiu trazer à cidade de Viseu, pela primeira vez em 362 anos, dois cortejos em menos de uma semana, grande festa popular de tradição portuguesa, apreciada e aplaudida por milhares de pessoas, que connosco quiseram partilhar estes momentos únicos de reavivar a memória dos nossos antepassados.-----

Naqueles dois dias, houve animação, música, criatividade, coreografia variada, muito brilho, capacidade de desempenho e sobretudo muito trabalho, todo ele concretizado numa confluência de gerações.-----

Nos eventos desfilaram carros alegóricos de muita arte, feitos por gente “Trambela”, que merece todo o respeito e consideração e que seja realçada na nossa região.-----

Os cortejos trazidos à cidade foram de excelente qualidade, tendo muito contribuído para isso, as várias equipas de trabalho, que voluntariamente, com sacrifício e com muito empenho, deram o seu melhor, meses a fio, na preparação e execução dos carros postos a concurso, e que desfilaram ao som dos zés pereiras, fanfarras, bandas de música, gaiteiros, ranchos e grupo de cantares e da colorida cavalaria que dá nome a esta festa única.-----

O público compareceu aos milhares, enchendo Viseu de alegria e animação.-----

Hoje em dia, as Cavalhadas de Vildemoinhos atingiram um patamar de qualidade muito elevado. A Associação e as gentes de Vildemoinhos, sentem-se orgulhosos, moralizados e fortemente empenhados em continuar a manter, com esse grau de qualidade, esta secular tradição.-----

Vildemoinhos Senhor Presidente, garante capacidade de organização, e de criatividade para fazer mais e melhor, mas também sabemos que a falta de capacidade financeira que o evento merece, não nos permite melhorar e aperfeiçoar a qualidade que o mesmo merece.-----

Para assegurar a realização deste sonho é imperioso manter e se possível melhorar todo o apoio financeiro, logístico e confiança, por parte das entidades oficiais, empresários e industriais da região de Viseu.-----

Continuamos a registar, mais uma vez, o nosso descontentamento pelo pagamento que temos que efetuar antecipadamente à PSP, para garantir a segurança e regulação do trânsito nesses dias festivos populares gratuitos, cujo valor este ano, ascendeu a mais de três mil euros.-----

O nosso lamento para a comunicação televisiva, que continua arredada da divulgação e promoção deste desfile de carros alegóricos magníficos que deu animação e vida à cidade de Viseu no dia 24 e 29 de Junho.-----

Por outro lado, o nosso sincero agradecimento aos grupos de trabalho que executaram os carros alegóricos, autênticas obras de arte, aos empresários, comerciantes, industriais, membros do júri e aos anónimos, que de uma forma ou de outra desinteressadamente ajudaram a construir e a divulgar esta festa tradicional impar.-----

Finalizando, Vildemoinhos deixa aqui neste lugar, um especial agradecimento ao Município de Viseu, ao seu Presidente Senhor Doutor Almeida Henriques, pelo apoio financeiro, logístico, todo o carinho e motivação que nos transmite, sem o qual a realização desta secular tradição, não seria possível com este altíssimo padrão de qualidade. Sr. Presidente da Câmara Municipal Doutor Almeida Henriques, já se sabe que financeiramente o saldo dos eventos é negativo, pelo que em nome da Associação que

também dirijo, solicito eventual apoio extraordinário para o pagamento da única Fanfarra, sedeadada fora do nosso concelho, que sob minha responsabilidade esteve presente, por entender ser estritamente necessária e abrilhantou o cortejo do dia 29 de Junho.-----

Pelos extraordinários cortejos que desfilaram pelas ruas, avenidas e praças da cidade de Viseu, nos dias 24 e 29 de Junho, pela capacidade organizativa e criativa das gentes “Trambelas, pela alegria, animação e cor proporcionada à multidão de pessoas que encheu a nossa cidade, proponho um voto de louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos – Associação de atividades Tradicionais.-----

Até para o ano!-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado, Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Repeses e S. Salvador. Está em discussão este Voto de Louvor. Eu não posso deixar também de entrar nessa discussão, aquilo nós vimos todos foi com grande sacrifício que foi mantida esta tradição, as pessoas desfilaram à chuva com grande exemplo de profissionalismo e também de entrega, sentimos todos a tristeza que tinham no rosto, mas fizeram a afirmação bairrista de uma localidade que nem o tempo domina e por isso, da minha parte, também, gostaria de registar a importância de este Voto de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos.-----

Está em discussão. Então, vamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Estão de parabéns as Cavalhadas de Vildemoinhos. Dava a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Lourosa.-----

----- **TRINTA – O SENHOR PRESIDENTE JUNTA DE S. JOÃO DE LOUROSA CARLOS ALBERTO FERREIRA DE ALMEIDA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social, Público presente. Também venho falar de Cavalhadas e gostaria de apresentar a seguinte Moção:-----

Considerando que:-----

“ As instituições Sociais, Culturais, Recreativas e Desportivas, são cada vez mais um fator de dinamização sociocultural e de socialização inter-geracional das suas comunidades.-----

Dão corpo a manifestações culturais ancestrais, transportando-as até aos nossos dias, tornando-as um fator de atratividade turística cada vez com maior impacto na economia local.-----

A Associação Cultural, Recreativa e Social de Teivas através do desfile das suas cavalhadas, donde se destaca a originalidade da “Dança da Morgadinha”, com o colorido dos seus trajes e a originalidade dos chapéus, tornou-se responsável pelo elevado número de visitantes que ocorrem a esta nossa cidade de Viseu.-----

Venho na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Lourosa propor que a Assembleia Municipal de Viseu, na sua reunião ordinária de 30 de Junho de 2014, aprove um voto de louvor aos corpos sociais da Associação Cultural, Recreativa e Social de Teivas, pela organização e realização da edição número 361 das suas cavalhadas, e respetiva “Dança da Morgadinha”, assim como o reconhecimento ao apoio dado pela Câmara Municipal de Viseu e a sua integração no cartaz das Festas Populares.-----

Proponho igualmente e pelas mesmas razões o mesmo reconhecimento aos Corpos Sociais da Associação das Cavalhadas de Vildemoinhos.-----

(em caso de aprovação esta moção deverá ser enviada á Associação C.R.S. Teivas).”-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Está em discussão este Voto de Louvor, também um voto merecido. Quem quer intervir? Algum Senhor Deputado? Não havendo qualquer intervenção, vamos de imediato para a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*-----

Penso que não há mais nenhuma intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia, por isso dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados.-----

----- **TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Renovo os cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, às Senhoras e Senhores Deputados. Gostava de muito rapidamente passar a alguns pontos abordados neste Período de Antes da Ordem do Dia. Por um lado, também me congratular com a forma como decorreu a Assembleia Municipal Infantil, é um evento ao qual estou ligado muito afetivamente até porque, como sabem, na altura enquanto Presidente da Assembleia Municipal o inicie e quero reiterar aqui, por um lado o compromisso da autarquia em continuar a organizar em conjunto com a Assembleia Municipal este evento e realçar aqui um pormenor muito interessante desta Assembleia Municipal Infantil, para além da postura dos jovens, uma das questões muito concretas que foi colocada, foi em relação à Escola de Santiago e à questão da necessidade dos jovens, das duas salas para refeitório e biblioteca. Eu tive a oportunidade de nessa Assembleia, não só assumir o compromisso com essa jovem e passado uns dias era lançado o concurso. Portanto, a Assembleia Municipal Infantil, acabou por ter também aqui um efeito de fiscalização e de recomendação à autarquia e teve um efeito prático, que foi exatamente as obras que vão decorrer durante as férias na Escola de Santiago que vai permitir que fiquem enfim, fiquem com as tais duas salas para refeitório e biblioteca e a parte de recreio. Em relação ao encerramento de escolas, foi um tema onde eu já tive oportunidade de intervir, realçar só aqui a aprovação por unanimidade, que acho que é importante do ponto de vista da posição do concelho. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Paulo Pereira, de facto a questão do investimento no nosso concelho é uma questão crítica, é uma questão que tem que estar na primeira linha e também gostava de deixar aqui expresso o seguinte: O investimento não se consegue com o clicar de dedos, se assim fosse não havia hoje regiões desertificadas no país. Toda a gente quer investimento na sua terra. A verdade é que o Município nestes oito meses de funções, com este Executivo tem vindo a criar os instrumentos necessários para poder ser competitivo do ponto de vista da captação do investimento. De facto, realçou aqui e bem o Gabinete do Investidora funcionar, já com dezenas de processos entrados e que está a acompanhar. O Regulamento que hoje iremos aqui discutir, mas que me reservarei para essa altura para não me estar a antecipar, o Conselho da Diáspora que dá importância aos tais empresários da primeira divisão que temos espalhados pelo mundo, ligados à nossa Beiras, ligados à nossa Cidade Região, que assumem aqui um compromisso de serem autênticos embaixadores das exportações da nossa região e também da promoção do investimento, a resolução do problema do Parque de Mundão que era uma questão que se levantava há uns anos e que foi resolvida no início deste mandato, para além da ampliação do Parque de Coimbrões e do posicionamento futuro do Parque de Lordosa. A questão da simplificação, hoje nenhum investidor procura um Concelho que não é amigo, que não é rápido na resposta, nós até podemos ter uma resposta negativa mas que seja rápida, mas também quando temos a resposta positiva, que ela também seja rápida, e temos dado alguns exemplos de rapidez, no tratamento destes dossiers. Por fim, o dossier do investidor que basicamente está concluído, um dossier que vai ser entregue ao AICEP, que está neste momento a ser formatado do ponto de vista de imagem, do ponto de vista da comunicação, exatamente para que passe a existir um instrumento na Agência do Investimento e Comércio Externo Portuguesa, para que quando há procura por parte de investidores externos, Viseu também esteja posicionado. Este é um dossier que estará enfatizando as nossas acessibilidades, os incentivos para o investimento, a qualidade da nossa saúde, da nossa educação, enfatizará os vários aspetos e estará em várias línguas, desde o mandarim ao árabe, ao italiano, ao alemão, enfim, nas línguas em que os investidores nos procuram.----- Obviamente que ao longo deste percurso, e com esta postura que o Executivo tem adotado,

nós só anunciaremos o que está concretizado, isso é um compromisso que eu assumi e que irei honrar ao longo de todo o mandato, até porque, sabem bem que cada vez que há uma lógica de captação de investimento, há outros municípios, outras regiões que se posicionam e portanto é importante que estas coisas só venham a público quando estão efetivamente concretizadas e no caso concreto da *Bizdirect* que foi o resultado excelente de uma parceria entre o Município e o Instituto Politécnico de Viseu, a verdade é que já está a funcionar, com os seus primeiros trabalhadores já lá a funcionarem, e a expectativa que temos é que venha a ser um projeto que em velocidade cruzado, possa atingir 150 postos de trabalho qualificados e portanto, é um caso concreto com o qual nos congratulamos. O próprio debate do Centro Histórico como o Senhor Deputado deixou aqui enfatizado, também tem muito a ver com a economia porque o facto de estarmos a colocar na agenda este debate público que hoje termina do ponto de vista público e que nos permitirá tirar algumas conclusões, é também uma forma de o executivo mobilizar os agentes económicos para um desígnio fundamental que é o nosso Centro Histórico que no fundo é o coração da cidade e queremos que ele funcione de uma forma correta. Gostava também de deixar aqui outros aspetos do trabalho que temos procurado fazer designadamente no âmbito do turismo, ainda captámos para Viseu, esta última ação que decorreu na última sexta-feira sobre turismo interno, foi claramente uma ação de grande nível na qual tive a oportunidade de participar de uma forma direta e a que o Município de Viseu, enfim, procurou captá-la exatamente para que ocorresse em Viseu para chamar à atenção para a nossa Cidade Região e realçar também o Congresso da Agricultura Familiar, que foi também na lógica das prioridades do investimento produtivo, atentos por um lado aos serviços que possam ser exportáveis, a aposta na indústria e ao mesmo tempo a aposta na agricultura em tudo que tem a ver com o sector primário, e este Congresso da Agricultura Familiar, foi também um momento importante. Por último deixar aqui uma nota, assumo e assumo com convicção a lógica da Cidade Região. Quando algumas pessoas, procuram minimizar o trabalho sério, muito sério que estamos a fazer, criando os instrumentos para efetivamente termos armas para conseguirmos captar o investimento, não estamos aqui contra o Concelho A, B ou C da nossa Região, antes pelo contrário, eu já tive a oportunidade neste oito meses de mandato de participar numa forma ativa em captação de investimento para outros concelhos que não são os de Viseu, e fá-lo-ei sempre que tiver que o fazer, porque importante é captar investimento para a região e congratular-me-ei sempre que algum investimento seja localizado nalgum concelho vizinho, que isto fique bem claro. O conceito que tenho o conceito que este executivo tem, é um conceito de Cidade Região e todo o investimento, obviamente que queremos incrementar o investimento no concelho, mas sempre que algum investimento se localizar nalgum concelho da nossa Comunidade Intermunicipal ou da nossa área de influência, estaremos sempre a congratularmo-nos e não iremos aqui andar a jogar um ping-pong de contabilizar se foram mais não sei quantos milhões para aqui ou não sei quanto milhões para acolá, até porque sabem que muitas vezes, alguns desses investimentos que se anunciam, depois vamos ver se são concretizados. Portanto, é bom também sempre, termos cuidado em relação aquilo que é anunciado e a concretização final. Da parte do município, vão ter sempre esta postura, que é uma postura serena, de lutarmos pelos instrumentos que estiverem ao nosso alcance no sentido de efetivamente criarmos mais postos de trabalho e mais riqueza para a nossa região. Meu caro amigo Ribeiro de Carvalho e distinto Deputado desta Assembleia Municipal há só uma questão que gostava de lhe voltar a colocar e que é tão simples como esta. O município tem assumido aqui uma postura que é esta: Independentemente de ser competência ou não do município, se entendermos que é importante para o concelho, não deixamos de intervir, e também nesta matéria dos tribunais, não deixámos de intervir e de ter reuniões sistemáticas com a Senhora Ministra da Justiça, com o Senhor Secretário de Estado da Justiça, já o novo Secretário de Estado, antes com o Secretário de Estado das Infraestruturas o Fernando

Santo, em que sempre nos posicionámos no sentido de honrar aquilo que eram as reivindicações antigas de Viseu, designadamente o Tribunal de Família e Menores, que é uma reivindicação antiga e não deixando, Senhor Deputado, convenhamos, Viseu ou não ganhou novas valências especializadas? Ganhou. O Senhor Deputado reconhecerá que do ponto de vista da Família e Menores, do Comércio, da Execução e do DIAP, Viseu do ponto de vista prático, ganhou novos serviços e isso é um dado que não podemos escamotear e também não podem os deixar de enfatizar a vitória que Viseu teve ao conquistar estes quatro novos serviços, independentemente da solidariedade que eu possa ter com os outros concelhos vizinhos. Por outro lado também a instalação do serviço, não é algo que me deixa indiferente e por isso é que tenho mantido contactos permanentes com a Senhora Juiz Presidente, com os diferentes Magistrados do Ministério Público, com os Funcionários Judiciais, assim como com a Delegação Distrital da Ordem dos Advogados exatamente para acompanhar a instalação, porque para mim não basta que Viseu conquiste estes serviços, é importante que estes serviços fiquem bem instalados e de facto o Tribunal de Viseu, tem uma mais-valia, o terceiro piso, o terceiro piso que devidamente potenciado pode permitir que estes novos serviços, estas novas competências fiquem bem instaladas. Aquilo que a autarquia de Viseu disse, enfim, já que o Senhor Deputado o tornou público, eu também o farei, eu manifestei ao Senhor Secretário de Estado da Justiça numa reunião que tive com ele em Lisboa, que se o problema fosse a Administração Central não ter condições neste momento para investir no terceiro piso, que a Autarquia de Viseu através de um protocolo poderia assumir o compromisso de fazer as obras de melhoria e de criação condições no terceiro piso e que depois o Ministério da Justiça nos ficaria a pagar ao longo dos próximos anos enfim de uma forma que permitisse, porque é preferível instalar bem estes serviços e que Viseu funcione também do ponto de vista exemplar, do ponto de vista dos serviços que ganha. Portanto, Senhor Deputado, o município tem feito aquilo que lhe compete e ainda não desistiu da concretização dos seus objetivos. Portanto, quero assumir publicamente que o município entende que só ficará bem resolvido este problema se efetivamente se criarem boas condições, designadamente através da utilização do terceiro piso que está lá disponível para haver mais disponibilidade de salas para magistrados e não ter que haver partilha de salas entre magistrados e também salas de audiências que permitam um funcionamento normal. Este é o posicionamento do município e não abdicaremos de lutar por isso. Portanto, a questão é esta, Viseu ganhou ou não? Ó Senhor Deputado, Viseu ganhou e quanto a isso não vale a pena escarpelizarmos porque efetivamente Viseu ganhou serviços, ganhou competências. Senhora Deputada Filomena Pires, folgo que ao fim de oito meses, enfim, a única crítica substantiva ao ponto de lhe chamar atentado paisagístico seja a colocação a título experimental do carrossel no Mercado 2 de Maio. O Presidente da Câmara tem afirmado em várias ocasiões que tudo o que está a ser feito no Mercado 2 de Maio e até gostava que a Senhora Deputada se congratulasse com as diferentes experiências que estamos a fazer no Mercado 2 de Maio, para lhe dar importância e para lhe dar vida e que estivesse a dizer assim: Saúdo a Câmara Municipal pelo esforço que está a fazer em conjunto com outras entidades de trazerem iniciativas ao Mercado 2 de Maio para o revitalizarem. Tenho dito em outros momentos, tudo o que está a ser feito no Mercado 2 de Maio é a título experimental e não definitivo, porque se não estaria a cair em contradição com o facto de irmos lançar um concurso público de ideias em conjunto com a Ordem dos Arquitetos que vai trazer seguramente boas ideias para podermos dinamizar o Mercado 2 de Maio. Também lhe quero dizer que a magnólia está de boa saúde à frente da Biblioteca, se a quiser visitar seguramente que ela se sentirá bastante honrada e já agora também, dizer à Senhora Deputada, que os pais dos meninos com quem eu tenho falado, porque eu vou ao local e ando na cidade todos os dias, me têm agradecido e me têm dito que de facto é muito mais seguro ter neste momento o carrossel onde ele está do que estar no Rossio exatamente em cima de uma estrada onde passam os

carros. Portanto, pergunte às crianças e aos pais e seguramente que eles estão satisfeitos. Agora, é como lhe digo, tenho-o afirmado, se em determinado momento chegarmos à conclusão de que não foi uma boa opção, como eu digo, isto são várias experiências que estamos a fazer, que não querem por em causa um conjunto de ideias que seguramente boas surgirão no concurso de ideias. Em relação aos Jardins de Infância Senhora Deputada, convenhamos o seguinte, eu não vou pôr a carroça à frente dos bois. Terminaram as inscrições nos Jardins de Infância, estamos a avaliar neste momento as inscrições que temos em cada um, isso é uma competência da autarquia e vamos fazer a sua avaliação e só será público o que iremos fazer depois de fazermos o mesmo que fizemos em relação às escolas do ensino básico. Falar com os pais, falar com o Senhor Presidente da Junta respetivo e enfim, com todos os intervenientes. Nunca farei algo diferente daquilo que exijo que o Governo faça em relação ao Município de Viseu. Em relação ao que trouxe aqui o Senhor Deputado Carlos Costa, eu quero enfim, manifestar aqui alguma estranheza até pela abstenção dos Senhores Deputados do PS e de uma parte do CDS, porque há que reconhecer o seguinte, este trabalho que o INAC pôs cá fora, o Instituto Nacional da Aviação Civil, que permitiu criar condições para que o Aeródromo Gonçalves Lobato fosse inserido na rota não acontece por acaso, é um trabalho continuado que nos levou por antecipação a tomarmos a decisão de efetuar obras de melhoramento numa altura que até fomos criticados, provavelmente as pessoas não estariam a perceber qual era o alcance de avançarmos com cerca de cem mil euros de obras no Aeródromo, se não tivéssemos avançado, se não tivéssemos tido essa coragem, o nosso Aeródromo hoje não estaria posicionado para fazer parte da rota nacional de ligações aéreas. Obviamente que fizemos a nossa parte do trabalho e ainda temos alguma parte do trabalho para fazer, porque do ponto de vista do concurso público que está a ser preparado e lançado, ainda faltam alguns aspetos de atendimento do ponto de vista de localização de melhoria do nosso sistema de iluminação noturna para permitir que o nosso Aeródromo mesmo com nevoeiro possa ter voos e portanto, como temos um sistema de iluminação iremos melhorá-lo e portanto ainda há algum investimento que temos que fazer para permitir que efetivamente num concurso público, é isso que estamos a falar, portanto, a expectativa pelo menos é pública de há algumas empresas interessadas em ir ao concurso, mas o concurso não é lançado por nós, é lançado pelo Governo e portanto a expectativa que temos é que, entre o final deste ano e o início do próximo, podermos passar a ter esta mais-valia da ligação aérea entre Vila Real, Bragança, Viseu, Lisboa, Portimão, sendo uma carreira diária e no verão podendo chegar às duas carreiras por dia, o que eu acho que é de facto uma mais-valia do ponto de vista turístico, do ponto de vista da atratividade será mais um ponto que constará do nosso dossier de investimento, porque às vezes estas pequenas coisas que parecem pequenas coisas aos olhos de algumas pessoas podem ser decisivas para a captação ou não de um investimento. Realço também aqui o GPIAA que está em fase de instalação aliás as obras estão a terminar e também aquilo que o município já manifestou de transformar o Aeródromo num Centro de Proteção Civil. Este ano melhorámos já bastante as condições para acolhimento enfim, dos instrumentos de combate aos incêndios e estamos numa perspetiva até porque vamos precisar de ter permanentemente bombeiros na aterragem das carreiras aéreas, vamos ter que ter bombeiros em permanência no Aeródromo e isto também nos abre aqui uma oportunidade de efetivamente colocar o Aeródromo como o nosso Centro de Proteção Civil, não só para servir Viseu, mas servir toda a Cidade Região e é também público que já lancei o desafio à Comunidade Intermunicipal e sei que ela está a trabalhar no assunto para que cada vez mais a lógica da proteção civil seja assumida numa lógica intermunicipal porque é dessa maneira que faz sentido e portanto, estamos muito empenhados na valorização desta infraestrutura. Senhor Deputado Carlos Vieira, o reforço do Poder Local, não pode estar mais de acordo, aliás, até fiquei preocupado de estar tão de acordo que haja mais competências para os Municípios, mas também tem que

haver envelope financeiro que nos compense esse reforço de competências. Em relação ao FAM, obviamente que o Município de Viseu, independentemente da sua posição de Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios, olha para o FAM, para o Fundo de Apoio Municipal numa lógica de dizer assim, então, mas um Município bem gerido como tem sido o Município de Viseu, vai ter que fazer aqui um esforço, mas vai ter que fazer um esforço o de Viseu, como vão fazer um esforço, nós faremos o vigésimo quinto ou o vigésimo sexto maior esforço do ponto de vista nacional. Também estivemos em total desacordo com a proposta inicial que o Governo nos apresentou, mas também lhe quero dizer que ainda decorrem neste momento negociações e que esta semana a legislação será votada na Assembleia da República e a expectativa que temos é que o Governo venha ao encontro das posições da Associação Nacional de Municípios e que fiquemos numa situação de paridade 50% os Municípios e 50% o Estado Central, que o prazo de realização, o esforço financeiro de realização do montante que cabe a cada um dos municípios possa ser alargado por mais um ano e que só se inicie no ano de 2015, obviamente que não deixará de ser um dinheiro que o Município irá aplicar num fundo.--- Agora, também é importante que quando há municípios em situação de precisarem de ser reestruturados que tenham um instrumento estável do que ficar ao critério do Governo A, B ou C, havendo este fundo, que até será de gestão conjunta entre os Municípios e o Governo, abre-se aqui a possibilidade, eu não sei se de hoje para amanhã por algum cataclismo, Viseu não terá necessidade de também recorrer a um instrumento desses, os municípios não podem dizer que estão fora disto, imaginemos que tínhamos aí alguma situação complicada que nos obrigava a fazer um investimento acima daquilo que era a nossa possibilidade? Portanto, a criação do FAM, acaba por ser um instrumento estável e estou convencido, não quero estar a antecipar, mas estou convencido que efetivamente vamos conseguir chegar a um entendimento alargado com o Governo e noutras matérias, por exemplo na matéria de no próximo Orçamento de Estado vermos desbloqueada a possibilidade de podermos admitir pessoas, porque os municípios, há alguns que não têm mesmo possibilidades, mas que deixem à autonomia do Poder Local dentro dos rácios, de uma percentagem daquilo que é a autonomia, enfim a receita, poderem ser as próprias autarquias a tomarem essa decisão, isso também está dentro do pacote de assuntos que estão em debate. Portanto, espero que chegue a bom porto dizendo que, como Presidente da Câmara de Viseu, não fico muito satisfeito que o município vá ter que subscrever obrigatoriamente unidades de participação, que no fundo são unidades participação, são ativos que se mantêm no município e que vão ser remunerados, aliás, o que prevê a Lei é que a própria comissão irá definir a remuneração desses ativos, o que no ponto de vista do Município de Viseu, desde que se garanta que a remuneração será idêntica aquela que hoje temos do ponto de vista da aplicação de disponibilidades financeiras ou de disponibilidades de tesouraria que temos, não teremos um prejuízo, a não ser aquele dinheiro ficar ali alocado para um determinado fim, mas, enfim, eu acho que conforme também pedimos a solidariedade de outros países quando Portugal necessitou de ajuda, também não ficaria bem aos municípios que agora se colocassem de fora em relação a ajudar Aveiro, ou ajudar Portimão, ou outros municípios que efetivamente estão numa situação..., agora, a lógica dos 50%, 50% parece-me uma lógica razoável e estamos convictos que esse vai ser o resultado final que vamos conseguir atingir. Gostava também de me associar ao Voto de Pesar ao Cândido Moreira, de facto eu sou autarca à muitos anos, acho que a autarquia, enfim, o autarca é aquele que está mais próximo das pessoas e o Cândido Moreira, quer enquanto Presidente da ANAFRE, quer enquanto fundador da ANAFRE, foi um grande exemplo que devemos seguir do ponto de vista de dedicação à causa pública e portanto, obviamente que me associo ao Voto de Pesar. O Deputado Alberto Ascensão falou da Assembleia Municipal Infantil e também já tive a oportunidade de me pronunciar sobre essa matéria, seguramente que sendo uma Assembleia de adesão voluntária, seguramente que o Senhor Presidente da Assembleia quando avança para a

organização, o objetivo é que todas as escolas participem, mas isso caberá sempre a cada uma das escolas decidir. Queria também associar-me aos dois Votos de Louvor quer das Cavalhadas de Vildemoinhos, quer das Cavalhadas de Teivas. Em relação a Vildemoinhos, referir de facto a tristeza que estava estampada no rosto sobretudo das Senhoras que normalmente não escondem tanto as suas emoções e o facto de eu ter dito logo ao Senhor Presidente das Cavalhadas, temos que repetir e fazer de facto esta reconciliação entre o S. João e o S. Pedro, e a verdade é que o S. Pedro portou-se bem e acolheu bem as Cavalhadas. Referir também as Cavalhadas de Teivas que no fundo são um grande evento da Freguesia de S. João de Lourosa e um grande evento do Concelho. Realçar aqui também esta lógica de partilha do cartaz, pela primeira vez as festas populares foram assumidas como um cartaz da Cidade e da Região inserindo aqui e aproveitando o que de bom já se faz. Não me vou pronunciar aqui em relação à Morgadinha porque eu acho que a Morgadinha foi fatal para mim nesse dia, se não tivesse dançado a Morgadinha provavelmente não teria ido parar ao hospital nessa noite, mas enfim, para a próxima tenho que me esforçar menos na dança da Morgadinha e portanto, não deixar de me congratular e dizer que de facto são dois bons cartazes e já agora dizer ao Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Repeses e S. Salvador, este ano pelo menos tivemos a Correio da Manhã TV a fazer uma reportagem sobre Cavalhadas assim como em relação às Cavalhadas de Teivas e tivemos a RTP ontem, porque no dia das Cavalhadas vieram dizer que tinham tido uma avaria. Espero que a peça que vai sair pelo menos permita expressar do ponto de vista da peça, o grande momento que foi, a cidade de facto estava ontem bonita, com sol e com muita gente. Portanto, eram estas as questões que eu queria enfatizar e agradecer a oportunidade de poder usar da palavra neste Ponto de Antes da Ordem do Dia. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Nós íamos aqui, antes de entrarmos na Ordem de Trabalhos ia só chamar à atenção se me permitem para uma situação. Todas as votações da Ordem de Trabalhos de acordo com a Lei são registadas e com a clara identificação dos Membros e o sentido da deliberação de cada Membro. Por isso essas deliberações farão parte da Ata e como tal serão publicitadas conforme já foi transmitido, por isso irão ser publicitadas e ficarão como é óbvio “online” à disposição de todos. Por isso chamava à atenção para esse pormenor. Também a própria Câmara Municipal na sua Ordem de Trabalhos, nos vários pontos da Ordem de Trabalhos pediu que fosse feita uma aprovação em minuta e por isso também da nossa parte, estendíamos isto, só o Partido Socialista é que fez esta proposta na Moção do Dr. Ribeiro de Carvalho, mas nós estendíamos que todas as deliberações da Assembleia, incluindo as Moções, etc., fossem aprovadas em minuta para terem efeito imediato, e fazíamos essa proposta à Assembleia nesse sentido. Por isso, todas as deliberações que haja na Ordem de Trabalhos, incluindo as Moções do Período de Antes da Ordem do Dia, fossem aprovadas em minuta para efeitos imediatos. Está em discussão esta proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.-----

Íamos passar já à Ordem de Trabalhos ao Ponto Número Um, Informação do Senhor Presidente e dava de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **TRINTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente Digníssima Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, Caros Membros da Comunicação Social. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que previamente remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no nº 4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.-----

Mas, permitam-me só que antes de ler e não vou fazer qualquer comentário adicional para além do que está na intervenção, depois estarei obviamente disponível para responder a qualquer questão, gostava de enfatizar três aspetos. Gostava de vos dar a conhecer em primeira mão que foi hoje publicado no Diário da República a classificação da Capela da

Senhora da Saúde, mais conhecida pela Capela do Quartel como monumento de interesse público. Portanto, foi hoje que isto aconteceu e neste esforço que estamos a fazer também de classificação de monumentos não queria deixar de dar esta informação em primeira mão. Já agora realçar também que no esforço que estamos a fazer de aproveitar as sinergias, quero referir que uma empresa de Viseu, assumiu a feitura de uma agenda regional cultural, que saiu o primeiro número hoje, que é uma coisa que acaba por não ter custos para o município, mas que vai ter aqui mensalmente toda a agenda dos eventos, culturais e desportivos que ocorrem pela região. Obviamente que o município não deixou de se associar até porque isto é um instrumento que permite uma maior divulgação de eventos. Realçar também que há uma outra empresa de uns jovens de Viseu, está já a fazer os roteiros de acompanhamento turístico da nossa cidade. Portanto, quando a iniciativa privada inicia um processo, cabe à autarquia apoiar e por último referir que Viseu, passou a dispor de um mapa, para já em Português e em Inglês, um mapa que permitirá aos turistas na visitem à nossa cidade terem uma forma de se poderem orientar e que dentro de poucos dias também passaremos a ter uma pequena brochura bilingue que vai enfatizar alguns dos principais monumentos da Cidade. Enfim, são instrumentos que no fundo, que valem o que valem, mas que são fundamentais para podermos promover esse desígnio de captação de turistas e de os recebermos bem.-----

Indo agora à informação escrita que trago, cumpre-me prestar nesta sede democrática contas públicas do governo municipal, das principais questões que implicam a comunidade de Viseu, as condições relativas ao seu bem-estar e progresso, e ainda dos avanços na implementação do programa “Viseu Primeiro 2013/2017”.-----

Começava por referir o apoio ao desenvolvimento económico, ao investimento e à internacionalização do concelho constitui uma das três prioridades fixadas na estratégia municipal. Temos dado passos concretos, seguros e estruturantes numa reorientação das políticas municipais para este objetivo. Depois da criação do gabinete de apoio ao investidor, a Câmara Municipal de Viseu deliberou na sua última reunião a aprovação de um sistema de incentivos locais ao investimento económico, tendo em vista a atração e fixação de empresas e a criação de emprego. A sua regulamentação específica será hoje sujeita à apreciação e deliberação desta assembleia. É desejo do executivo que a sua aplicação ocorra quanto antes. A proposta de regulamento prevê a atribuição de apoios financeiros diretos, em função do investimento e dos postos de trabalho criados e equivalente à tributação municipal. Este é um passo positivo e assinalável numa política local de dinamização económica e de atração de investimento. É também uma resposta pró-emprego, no Interior, à impossibilidade dos municípios isentarem as empresas que investem de impostos locais. Portanto, acaba por ser aqui uma forma de introduzir transparência e fixar regras muito objetivas.-----

O regulamento define critérios e escalões em proporção dos investimentos aplicados, sendo os incentivos aplicados num período de três anos. O regime abrange todas as iniciativas empresariais privadas ou públicas que visem a sua instalação ou realocação no concelho de Viseu, de carácter industrial, comercial e serviços de interesse municipal. É uma lógica nova nas políticas municipais. Assumimos a rutura com a tradição: os incentivos previstos rompem com o modelo generalizado de apoio indireto e casuístico ao investimento.-----

Precisamos de criar condições favoráveis e amigas do investimento, da economia e das empresas, e em particular das nossas micro e pequenas empresas com potencial de crescimento e também de internacionalização. Esta é uma questão política e estratégia fundamental para Viseu, no seu atual estágio de desenvolvimento. Merece, por isso, uma convergência de vontades e de esforços transversal à sociedade e ao tecido político-partidário local. Nesse contexto, constituí também a 23 de Junho o Conselho da Diáspora de Viseu, o primeiro fórum regional de diplomacia económica em Portugal. De diplomacia autárquica neste caso. Este Conselho é composto por empresários e investidores portugueses destacados em mercados estrangeiros, como a Suíça, França, Luxemburgo,

Brasil, Estados Unidos da América, Canadá, África do Sul e Costa do Marfim, em setores como o agroalimentar, a metalomecânica e o turismo. Esta é uma ideia simples, eficaz e que não custa fazer da nossa diáspora no mundo uma “embaixada” informal da cidade-região, nomeadamente no mundo dos negócios, mas também do turismo e da cultura. Este fórum de diplomacia económica é um canal que se abre para o contacto da nossa economia, PME, destino turístico e oferta cultural em diversos países com potencial de investimento. Com estas medidas, dá-se cumprimento a compromissos da agenda económica e de internacionalização do Programa “Viseu Primeiro 2013/2017” o da reforma da fiscalidade e dos incentivos locais à economia e da internacionalização, através da diplomacia económica. No fomento das condições de contexto ao desenvolvimento económico e à mobilidade, cumpre-me aqui prestar a informação de que o Aeródromo Municipal de Viseu recebeu a 2 de junho passado a respetiva certificação da autoridade aeronáutica portuguesa, o Instituto Nacional de Aviação Civil. Esta certificação é válida até 29 de Maio de 2019 e constitui o prémio do investimento que o Município em boa hora deliberou para a qualificação daquela infraestrutura. Este “selo” permitirá radicar no aeródromo municipal serviços de voos comerciais e operações aeronáuticas, cumprindo todos os protocolos de segurança em vigor. Esta condição abre perspectivas favoráveis para a inclusão de Viseu na futura nova rota interna de voos regulares que ligará o norte ao sul e o interior ao litoral, entre Bragança, Vila Real, Viseu, Lisboa e Portimão, cuja criação o Governo Português submeteu à Comissão Europeia, tendo por base um estudo do Instituto Nacional de Aviação Civil. Este novo modelo de ligações aéreas nacional é uma medida de coesão territorial de que Viseu poderá tirar partido do ponto de vista económico e também de mobilidade e turismo. A certificação do aeródromo municipal tornará ainda esta infraestrutura atrativa para a radicação de outros serviços, nomeadamente logísticos. A qualificação desta infraestrutura é de resto uma vantagem para a concentração e integração dos meios operacionais da Proteção Civil, que ali encontram especiais condições de instalação, teste, controlo e ao mesmo tempo funcionamento. A ideia colhe, de resto, abertura e um sentimento positivo por parte das respetivas autoridades e deve continuar a merecer o acompanhamento e o estímulo também da Câmara Municipal.-----

Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados, a Câmara Municipal de Viseu privilegia também um desenvolvimento estratégico e socialmente sustentado, numa cultura de governação aberta, participativa, coletiva e em rede com instituições e com os cidadãos. No final de abril lançámos em consulta e debate públicos uma proposta de estratégia para a revitalização do Centro Histórico de Viseu, prometendo um debate participado, aberto e coletivo com a população, os residentes, os comerciantes, os técnicos e especialistas, os criativos, as empresas e os investidores. Propusemos essa agenda de escuta ativa, sem preconceitos mas com objetivos perfeitamente assumidos. Queremos um modelo participado de desenvolvimento, mas produtivo, a pensar na resolução de problemas e também no cumprimento de desafios. A revitalização do Centro Histórico é uma das três grandes prioridades da nova estratégia municipal de desenvolvimento, e não poderia nem poderá ser concretizada sem ouvir e incluir as pessoas, os seus afetos, ideias e também aspirações. O desígnio da revitalização social, económica e patrimonial do Centro Histórico é, por isso, também, um motor de progresso cultural na gestão da cidade e no governo do Município. Estamos praticamente a concluir o debate participativo, ele termina hoje, para iniciarmos um processo de análise e reconsideração das nossas ideias e das propostas, nomeadamente, gostava de fazer aqui um ponto de situação atualizado há dois ou três minutos que diz que até a este momento realizámos 11 sessões presenciais e auscultações recebidas por escrito nomeadamente via web, ascendem a 159 contributos e neste conjunto de ações participaram 342 pessoas o que não deixa de ser de realçar, porque há quem pregue a necessidade de uma democracia local plural e fique em casa, e não venha a este fórum prestar o seu contributo, a verdade é que muitas pessoas anónimas participaram de uma forma direta e ativa nestas sessões. Há também quem proclame as

virtudes da participação num sofá, sozinho e à distância, e há quem as procure experimentar e concretizar na sua comunidade. O Executivo Municipal não hesita na sua opção de combinar pensamento, discurso, ação e diálogo. Gostava também de realçar a participação de alguns Deputados e de pessoas ligadas aos diferentes partidos em algumas destas sessões e dizer que alguns dos contributos escritos que recebemos, mas como termina também hoje o debate público, seguramente que outros partidos com assento nesta Assembleia farão chegar também os seus contributos pelo que nem sequer me vou dar agora ao trabalho de indicar quem foram os partidos que contribuíram porque presume que até ao final do dia, até ao lavar dos cestos será vindima. Este é um processo muito exigente e muito mais exigente do que realizar estudos de gabinete e encomendas a especialistas. Tomámos mais consciência dos problemas, das dificuldades e das tensões que estão em jogo entre diversos interesses em presença, nomeadamente os residenciais e os económicos, de lazer e divertimento. Mas é o único caminho para fazer bem, de forma socialmente justa e sustentada, no respeito pelas pessoas e com melhores resultados no médio e longo prazo. Este processo é também como já disse uma semente positiva em prol de uma nova cultura de cidadania e de governação aberta. -----

A Câmara Municipal de Viseu acaba também de lançar, exatamente há oito dias, o primeiro orçamento participativo do concelho. É um momento experimental, mas pioneiro e marcante no fomento da cidadania participativa em Viseu, na reaproximação dos cidadãos às políticas e às decisões, na promoção de uma democracia mais inclusiva, qualificada, transparente e responsável. O Orçamento Participativo de Viseu constitui mais uma medida do programa “Viseu Primeiro 2013/2017” a ser cumprida no primeiro ano do exercício deste Executivo. Simultaneamente, o Orçamento Participativo de Viseu é um contributo para a modernização dos serviços municipais e também a sua abertura à sociedade civil. Com esta iniciativa, o Município proporciona uma experiência real participativa e coletiva à comunidade viseense, através de um processo de apresentação de ideias, debate e decisão para a afetação de recursos financeiros em ações que visem o bem comum. Este primeiro Orçamento Participativo de Viseu assume um carácter experimental como eu referi publicamente e que não se minimize esta iniciativa, ela não é feita para inglês ver, ela é feita na perspetiva de estimular os cidadãos a participarem de uma forma ativa. Ela constitui uma realidade nova para o concelho, para a população, para os serviços municipais e também para todos os eleitos do nosso concelho. Tem neste contexto um orçamento de 75 mil euros e será dedicado a propostas e projetos de intervenção no Centro Histórico, incluindo zonas suscetíveis de serem integradas na futura “Área de Reabilitação Urbana”, indo de encontro à prioridade definida para a revitalização desta zona da cidade. Como não poderia deixar de ser, as propostas apresentadas devem inserir-se nas áreas de competência do Município, correspondendo a intervenções físicas/infraestruturais, pequenos equipamentos, serviços, programas e eventos. Como gosto muito de dizer, a democracia é o poder do povo segundo princípios de legitimidade, justiça, bem-comum, organização e ao mesmo tempo proporcionalidade. No Município não devemos deixar essa responsabilidade para outros nem esperar reformas que venham “de cima”. Devemos dar passos nem que sejam pequenos, concretos numa democracia local mais qualificada, mais responsável e também mais participativa.-----

Num outro âmbito, o desenvolvimento cultural de Viseu constitui outra prioridade do governo e da gestão municipal. Essa visão tem sido sustentada na reflexão do fórum “Viseu Cultura” e do Conselho Estratégico de Viseu, órgãos informais de debate e aconselhamento, e num diálogo de proximidade com agentes e produtores culturais.-----

Valorizar, qualificar e integrar a programação e produção cultural e de eventos do concelho são objetivos que a Câmara Municipal tem presente no seu discurso e também na sua ação. O apoio concedido a eventos internacionais como o Festival de Música da Primavera e o Concurso Internacional de Guitarra, o Simpósio Internacional do Som, os Jardins Efémeros, que dentro de alguns dias começaram e que terão hoje o seu programa

apresentado ao final do dia e a produções com o festival de artes cénicas “Viseu A” e o Festival de Teatro de Viseu, neste caso de cariz amador, educativo e associativo, são disso prova e exemplo. Neste contexto devem caber também uma valorização e promoção do cartaz de festas populares e tradicionais. Este ano como já referi, pela primeira vez, trabalhámos no sentido de integrar num cartaz conjunto estas festividades e manifestações que fazem parte da identidade local e das dinâmicas de todo o concelho, nomeadamente das freguesias. Desse cartaz fizeram parte a Festa das Freguesias que de facto, foi um momento alto destas festas populares, as Marchas dos Santos Populares que também regressaram ao coração da Cidade e penso que com a aprovação, não há aprovações unânimes, mas seguramente que a maioria das pessoas nos fizeram chegar que aprovaram esta decisão, as Cavalhadas de Teivas e de Vildemoinhos que hoje aqui também já foram enfatizadas e as festas locais que foram assumidas neste cartaz. Portanto, assumimos este cartaz como uma agenda integrada de eventos que promovem e afirmam Viseu como comunidade, como destino turístico atrativo para todos os públicos, com identidade e tradição.-----

Pela primeira vez também, Viseu assinalou com a população os 135 anos do Mercado 2 de Maio, dando início a um programa de eventos nesta praça entre os meses de Maio, Junho e Julho. A realização, que apresentou ao público uma reinterpretação da data histórica do 2 de Maio de 1834, contou com a participação de diversos agentes (RIV, GNR, Museu Militar, Zunzum, coletividades locais, freguesias e bandas musicais) e, segundo estimativas dos serviços municipais, um público superior a 6000 pessoas.-----

Senhor Presidente, Caras e Caros Senhores Deputados, a comunidade tem de estar no centro da agenda de cultura e eventos do concelho, e a cultura tem de estar ao serviço do território e da revitalização do centro histórico e das aldeias. Por essa razão, entendemos também e queria assumi-lo hoje aqui ter-se esgotado o modelo de organização da Feira do Livro, organizada pela Câmara de Viseu. A avaliação que fazemos, em termos de oferta e de público, aponta para uma redefinição desse modelo e a não continuidade dos pressupostos utilizados. Transmitemos na altura que a avaliação que fazíamos não era positiva e que lançava aqui um repto aos livreiros e às pessoas ligadas ao setor, apresentem uma proposta de Feira do Livro e a autarquia seguramente que não deixará de a apoiar. Uma proposta séria e profissional. A autarquia, não tem vocação para poder estar em todos os patamares e substituir-se aos agentes, antes pelo contrário, temos vindo progressivamente a assumir esta atitude de lançar o desafio às próprias entidades da sociedade para que assumam parcelas de responsabilidade e a autarquia cá estará para apoiar como tem acontecido.-----

Também no mês de maio lançámos a programação desportiva no Município para a temporada de Primavera/Verão. Esta programação segue o princípio segundo o qual a atividade desportiva deve ser estar ao serviço da comunidade, do seu bem-estar e da saúde pública. O eixo principal da aposta municipal está pois no fomento da prática desportiva da comunidade, prática desportiva regular, assistida e qualificada, que batizámos de “Viseu Ativo”. O padrão de qualidade de vida é uma prioridade em Viseu e a prática física da comunidade tem um papel central nesse mesmo desígnio. Assumimos a missão de proporcionar oportunidades de prática desportiva “para todos”. Em 2014, o Município investe na prática desportiva da Comunidade cerca 80 mil euros. Temos 80 dias de atividades para a Comunidade, com uma expectativa de 25 mil participantes. Este programa é também uma evolução face ao passado. A Câmara Municipal não ignora a realidade e a vontade dos munícipes. Constituiu portanto nossa obrigação valorizar uma nova oferta em detrimento de programas que revelavam já pouca adesão da população ou um decréscimo de procura, como é o caso dos tradicionais “Jogos Desportivos de Viseu”, que de 2012 para 2013 perdeu quase 30% das coletividades associadas e mais de 30% do seu público. Nós não podemos também deixar que as coisas continuem se virmos que o seu modelo está esgotado e portanto, há que encontrar modelos novos.-----

Constituem inovações desta temporada: As “Manhãs Desportivas” nos meses de Maio, Junho e Julho; o reforço dos jogos tradicionais para todas as idades, em encontros intergeracionais, nos meses de junho, julho e setembro; as atividades de Orientação para toda a família, em ambiente de natureza, para percursos pedestres e de BTT, nos meses de verão; os Desportos de Verão (Futebol, Andebol, Voleibol e Rugby), que serão reforçados no parque do Fontelo; o programa “Escola Ativa”, destinado a todas as escolas, para alunos dos 11 aos 14 anos e a meia-maratona das vindimas que será realizada a 21 de setembro e que será um dos grandes cartazes também da comemoração do Dia do Município e de uma semana nova que criaremos porque nos queremos cada vez mais assumir como a capital vinhateira do Dão. Portanto, ter aqui também uma presença neste domínio.-----

A agenda desportiva do concelho não sofreu qualquer desinvestimento, pelo contrário. Há mais atividades, mais públicos e um volume de apoios semelhante aos anos anteriores apesar de alguma diminuição da receita do município. O ritmo de atividades é aliás público.-----

Esta oferta de atividades desportivas para a Comunidade e a programação de eventos desportivos para o grande público assenta na força das parcerias. O Município não faz tudo nem se substitui a quem sabe fazer e ao associativismo local, que é um grande pulmão da dinâmica do concelho. A programação de desporto e de eventos desportivos associa e integra 100 instituições locais do movimento associativo, da comunidade escolar e do setor empresarial, e de juntas de freguesia. O que é um facto que importa aqui realçar.-----

Também por impulso da Câmara Municipal, o Município começa também a construir uma agenda esclarecida em torno do desenvolvimento rural local, da valorização dos produtos endógenos de qualidade de Viseu e da economia do setor primário, e de promoção da agricultura familiar, que regressou neste século ao fomento da sustentabilidade territorial e social do mundo moderno.-----

Neste quadro, a Câmara Municipal foi promotor em conjunto com vários parceiros do I Congresso de Agricultura Familiar em Viseu, ao lado do tecido institucional do setor, no ano em que se assinala justamente o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Aqui juntaram-se e apresentaram-se diagnósticos e propostas, boas práticas e projetos de sucesso na valorização da economia rural local, de pequena dimensão, de exploração familiar ou de produtos de nicho por micro e pequenas empresas.-----

Em Viseu, tenho afirmado isto muitas vezes, faz todo o sentido que este tema seja valorizado e promovido e que este setor seja potenciado. há de facto uma identidade rural e agrícola forte, há terras férteis e há pessoas, havendo portanto potencial de crescimento da agricultura de base familiar, e há qualificações e conhecimentos cada vez mais relevantes, com base nos centros de saber e ensino superior da cidade-região. A nova agricultura de Viseu passa por uma revalorização da agricultura de cariz familiar, de subsistência, semiempresarial ou mesmo empresarial, vencendo o preconceito social contra o valor da agricultura familiar, que não tem de ser desqualificada.-----

A atuação do Executivo não se tem ficado pelos diagnósticos e pelos eventos. Usámos de pragmatismo, numa atuação colaborativa também e de boa vontade. São disso testemunhos o lançamento e a organização do Mercado dos Lavradores no Mercado 2 de Maio e o incentivo às próprias freguesias para que criem mercados deste tipo. O investimento na requalificação e promoção do Mercado Municipal, a dificuldade que é ir ganhando os hábitos, ir reganhando os hábitos de procura neste mercado, mas não desistiremos, o lançamento a breve trecho do gabinete de apoio ao agricultor, tendo por base uma cooperação já firmada com a Associação dos Criadores de Gado da Beira Alta e a CAP, as iniciativas ligadas à promoção dos vinhos do Dão e de Viseu como cidade vinhateira; e o apoio conferido à Comissão Vitivinícola Regional Dão na organização do certame “Dão Capital”, em Lisboa.-----

O Município de Viseu está comprometido numa agenda de desenvolvimento rural local,

assumindo uma aposta no potencial agro-rural do concelho e da região e na promoção da agricultura familiar. Não fazem parte no naipe de competências municipais na letra da lei, pede-se no entanto ao município que chegue mais longe, e como tenho afirmado, mesmo que não esteja nas competências, não deixaremos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, nos setores que considerarmos fundamentais. Por isso desafiámos já também as nossas freguesias a cada vez mais e em projetos que estamos a preparar designadamente para o próximo quadro comunitário de apoio, apostarem no empreendedorismo rural de base local exatamente como forma de fixação das populações de criação de riqueza e de travar a tal desertificação. Como tenho dito, não gostaria de ver mais nenhum cidadão a sair das freguesias para vir viver para a cidade. É nossa aposta promover exatamente a fixação nas freguesias por via da agricultura e na oposta dos projetos de valor, mas também na criação de condições para reabilitação no meio rural, condições que permitam fixar pessoas.-----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, 252 dias depois de iniciar funções, são já visíveis as sementes lançadas por este executivo nas áreas económica, social, cultural e do desenvolvimento do território. Mantemos a mesma ambição na implementação deste novo ciclo de prioridades e nesta nova cultura de governação. Continuaremos empenhados no envolvimento da comunidade e no cumprimento integral do programa Viseu Primeiro que os Viseenses sufragaram nas eleições autárquicas.-----

Termino já agora, mostrando o mapa que hoje passa a estar à disposição dos nossos visitantes, este em português e haverá um outro em inglês depois iremos ter também um segundo que estará disponível nas próprias unidades hoteleiras, enfim, mais barato e mais simples exatamente para que sejam um instrumento, para além dos três postos de turismo que já tínhamos anunciado e que irão agora abrir, um deles já está a funcionar, que é o da Casa da Ribeira, o da Rua Direita também, onde ficava a Papelaria Dias e abrirá nos próximos dias o quiosque no Rossio, que é no fundo uma das portas de entrada da cidade, onde faz sentido haver um primeiro contacto, independentemente da orientação que daremos em muitos casos aos turistas para que visitem o nosso Welcome Center no Centro Histórico, onde mais informação detalhada poderão ter. Portanto, é com pequenos passos mas também com grandes opções que temos procurado desenvolver o nosso trabalho com o esforço de uma equipa e realçando aqui também a colaboração e por um lado o apoio que também os Senhores Vereadores da oposição têm dado na aprovação da generalidade das propostas que temos levado ao executivo, que acho que ao contrário do que alguns dizem, deve ser valorizado como um aspeto positivo de promoção e desenvolvimento da terra, porque acho que quando estamos de acordo, não temos que encontrar motivos para estar em desacordo. Penso também que neste ciclo exigente que estamos neste momento a viver é muito importante que haja aqui uma convergência de vontades neste posicionamento do município de proximidade e ao mesmo tempo de respeito pela oposição e pelo direito ao contraditório, independentemente dos números poderem não ser contestados, há sempre direito ao contraditório e portanto, o executivo também se sujeitará sempre com gosto ao contraditório e ao debate salutar de ideias. Muito obrigado pela vossa a tenção.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos entrar no período de perguntas e colocação de questões ao Senhor Presidente da Câmara se assim o entenderem. Tem a palavra o Deputado Pedro.-----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Jornalistas, Excelentíssimo Público presente.-----

Na última Assembleia Municipal “em cima da hora”, diluído nas informações do Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Viseu, sem o enquadramento na ordem de trabalhos que tão relevante assunto merecia, foi apresentado o documento base para discussão e participação pública da “Estratégia de Revitalização do Centro Histórico de Viseu”. A estratégia apresentada é globalmente positiva, contemplando diversas boas propostas de ações para a revitalização do Centro Histórico de Viseu. Ainda assim, e como no fundo seria natural, nesta fase em aberto, no texto-brochura onde-se apresenta a ideia base, com uma composição gráfica exemplar, parece transparecer, não tanto uma estratégia, mas mais uma compilação de ações propostas anteriormente pela Câmara Municipal de Viseu, mormente no Estudo de Enquadramento Estratégico para a Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística de Viseu, e de ideias comuns na visão atual sobre a revitalização dos centros históricos das cidades (isto em termos gerais). Por outro lado, saúda-se a inclusão de diversas ideias lançadas pelo PS Viseu nos seus programas eleitorais ou apresentadas pelos seus eleitos locais. Após ter submetido o seu contributo pelos canais criados para o efeito pela Câmara Municipal, vem agora o Partido Socialista de Viseu apresentar as suas propostas para o repovoamento, requalificação e revitalização do Centro Histórico de Viseu, conforme se tinha comprometido na última Assembleia Municipal de Viseu. Sobre o Centro Histórico de Viseu as linhas gerais do seu diagnóstico são bem patentes e, há muito, sentidas pela população em geral e pelos agentes políticos locais. No Centro Histórico verificou-se um acentuado decréscimo e envelhecimento demográfico, a par da dramática redução do comércio tradicional e de outras atividades económicas e administrativas, com a consequente diminuição da atividade humana e deterioração e abandono do edificado e espaços públicos. Entre outras razões, como insistentemente os eleitos locais do Partido Socialista apontaram, pode referir-se o “modelo” territorial seguido nos últimos 30 anos no concelho de Viseu que induziu um desenvolvimento económico e humano heterogéneo. Em contraste com a densificação populacional verificada nos bairros periféricos em torno da circunvalação e, em menor escala, nas freguesias periurbanas, despontava uma forte depressão no Centro Histórico de Viseu e freguesias rurais e mais uma vez chamava à atenção que me parece que a questão das freguesias rurais, pese algumas intervenções que ainda pouco referiu, está a ser descorada. É bom e é simbólico começar pelo Centro Histórico, mas não pode..., antigamente dizia-se que o Rossio ia às aldeias, ou deveria enfim, isso depois não teve concretização efetiva, alguém disse no meu Grupo Municipal que qualquer dia vão dizer e com razão que parece que querem que as aldeias vão ao Rossio. Bem, para o PS Viseu é claro que a estruturação da revitalização do Centro Histórico de Viseu tem de ser alicerçada a partir dos seguintes princípios basilares que de uma maneira relativamente dispersa são também sentidos na tal proposta de estratégia apresentada pela Câmara Municipal:-----

1 – Em primeira estância, toda a estratégia deverá ser norteadada para a dinâmica e atratividade da dimensão humana e social, a começar nos que lá habitam ou devem vir a habitar, passando pelos que lá trabalham, compram ou desenvolvem atividades culturais e associativas, turísticas ou de lazer.-----

2 – Para além das habitações (não apenas numa perspetiva de fachada, mas igualmente na sua habitabilidade), e num dos fóruns em que eu participei o Senhor Presidente e muito bem disse que não queria fachadas tipo holidescas, etc., mas na estratégia para já, a não ser realmente programas que já estão no terreno, não se vê essa intenção de uma maneira tão explícita, eu acho, na sequência destas contribuições que muito tem falado nesta questão da habitabilidade e social, vá lá, das habitações deve isso estar mais explícito e devem ser também requalificadas as diversas infraestruturas, equipamentos e espaços públicos, conciliando o enquadramento histórico e a funcionalidade urbanas dos “dias de hoje”. Portanto, haver aqui um bom casamento entre património e contemporaneidade.---

3 – O único e riquíssimo património histórico-cultural, artístico, tradicional e popular tem

de ser preservado e sublinhado; consubstanciando o Centro Histórico como centro vivo de história, tradição, arte, criação e cultura.-----

4 – Para além de serviços administrativos e sociais, têm de ser fomentadas no Centro Histórico atividades económicas, mormente ao nível do comércio tradicional, mas igualmente ao nível das empresas de serviços, do turismo e de atividades oficinais e diria também outras atividades populares que o Centro Histórico tem muito, as tabernas e tudo mais, deve ser sublinhado portanto a vertente popular tradicional. Penso que também está um bocado descurado isso no programa para já proposto.-----

5 – Dando seguimento aos bons exemplos que têm surgido nos últimos anos, é fundamental desenvolver o calendário de eventos artístico-culturais e de promoção do Centro Histórico de Viseu, e isto é um ponto que eu acho que está muito bem conseguido para já, o Centro Histórico crepita, quase diria, à noite pelo menos no verão. -----

6 – Com soluções pedonais, de transportes públicos, de trânsito automóvel e de estacionamento, o Centro Histórico de Viseu tem de permitir uma elevada acessibilidade e mobilidade.-----

Por princípio, à semelhança, julgamos, da maioria dos Viseenses, o Partido Socialista de Viseu é favorável ao objetivo de, a médio-longo prazo, candidatar o Centro Histórico de Viseu a Património da Humanidade, contudo importa chamar à atenção da CMV sobre algumas questões relevantes:-----

- Avaliar, desde já, o potencial do Centro Histórico de Viseu para tal classificação, identificando as características identitárias e os valores patrimoniais mais significativos.---
- Realizar uma análise séria sobre as vantagens e as desvantagens (eu tenho fortes ligações a Guimarães e sei que há algumas desvantagens sérias) e portanto, importa bem saber todo este enquadramento das limitações inerentes à manutenção desta classificação. A manutenção exige algum esforço também como é evidente.-----
- A estratégia de revitalização do Centro Histórico de Viseu a implementar deverá de raiz e tem sido feito algum esforço nesse sentido, mas não relativamente ao dossier especificamente, ver bem o que é que se exige em tal candidatura para formatar enfim, a estratégia.-----

Para revitalização do Centro Histórico de Viseu, tendo por base os supracitados princípios e propostas apresentadas nos últimos 10 anos nos seus programas de candidatura autárquica e pelos seus eleitos locais, o PS Viseu criou um grupo de trabalho integrando eleitos locais, militantes e independentes viseenses....-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, tem mais um minuto.--

- O Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes prossegue a sua intervenção dizendo:... viseenses entre outras, na área da história, da arquitetura, da engenharia civil e outras áreas, sendo algumas propostas exemplificadas pela Senhora Deputada Adelaide Modesto que irá falar.-----

A atual governação autárquica do concelho de Viseu tem sido pródiga no lançamento de medidas e documentos programáticos/"estratégicos", a par da criação de diversos fóruns e conselhos consultivos. Os Viseenses têm-se também deparado com a realização de múltiplas iniciativas mediáticas e de projeção da imagem da Cidade e da Câmara Municipal de Viseu. Nesta Estratégia anteriormente apresentada, foi realmente feito um esforço de abertura e participação pública com meios relativamente ajustados, onde foram ouvidos diversos agentes, contudo e isto é que é importante, em tudo isto que temos assistido nos últimos 251 dias, é importante depois ver o fazer, não importa só lançar mas o fazer, e portanto, obviamente e o Senhor Presidente sabe e ainda agora falou em tanta coisa,...-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Senhor Deputado, já terminou o tempo.-----

- O Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes prossegue a sua intervenção dizendo: ...vai merecer o escrutínio obviamente pelos viseenses, um grande

escrutínio porque veem-se tantos lançamentos que obviamente têm que ser tudo muito bem escrutinado, a ver vamos, e portanto tem que ser estabelecido um plano de ação com medidas calendarizadas, medidas concretas e “*step by step*” diria, passe o estrangeirismo, ver no terreno a implementação de medidas para que realmente o Centro Histórico seja revitalizado.-----

Pelos Viseenses e pelo melhor do Concelho, o Partido Socialista de Viseu e os seus eleitos estarão ativos e prontos para participar.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Apelava à síntese dos Senhores Deputados. Manuel Teodósio.-----

----- **TRINTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Posso dizer ao Senhor Presidente da Mesa que vou acatar o seu apelo de síntese, garantidamente.-----

O Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção, apresentou-nos um vasto leque de atividades já desenvolvidas pelo seu executivo nestes ainda curtos meses de gestão autárquica, que representam muito trabalho concreto.-----

Passada que está uma das fases importantes do desenvolvimento do Concelho, que muitos apelidaram da era do betão e do alcatrão, concluídas que estão grande parte das obras estruturantes do concelho, passou e muito bem este executivo a concentrar a sua atuação na implementação de iniciativas que potencializam o desenvolvimento económico do concelho, através da criação de mecanismos claros de favorecimento ao investimento e a uma maior internacionalização desta cidade Região.-----

Não tenho dúvidas que esta é a fórmula acertada que irá permitir alcançar na prática e com sucesso o grande objetivo da criação líquida de postos de trabalho, que tão fundamentais são para fazer face a um dos maiores problemas da nossa população, refiro-me ao desemprego, que tem uma grande incidência nos jovens, nas mulheres e nos mais idosos. Não é por Viseu ter uma das mais baixas taxas de desemprego do nosso País que este deixa de ser um problema maior, não, o combate ao desemprego deverá estar sempre bem presente em todas as decisões políticas.-----

Onde existir um desempregado, devem existir medidas de apoio e de solução ao mesmo, com ações concretas e não apenas para embelezamento de discursos e de textos como infelizmente constantemente ou quase diariamente somos constatados através da comunicação social.-----

As ações concretas deste Município para combater o desemprego, são operacionalizadas quer através do Gabinete de Apoio ao Investidor recentemente criado, quer através da implementação de Incentivos Locais ao Investimento Económico, como é o caso da proposta que a Câmara nos apresenta para votarmos num ponto mais à frente da Ordem do Dia, e que permitirá atrair e fixar empresas, pois são elas e só elas, que criam os desejados novos postos de trabalho.-----

Devo ainda referir e realçar a importância que no futuro irá ter nesta matéria, o Conselho da Diáspora de Viseu, constituído por empresários com sucesso nos quatro cantos do mundo, e que foi constituído na semana passada.-----

Também a aposta feita na qualificação no Aeródromo Municipal de Viseu, veio permitir que o mesmo passasse a ser certificado, foi uma aposta acertada, pois irá incluir Viseu na futura rota interna de voos regulares que ligará esta cidade, a cidades como Bragança, Lisboa e Portimão.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, permita-me que o felicite e felicite o seu executivo pela correta opção metodológica feita, para a elaboração do Plano de revitalização do Centro Histórico. Ouvir as pessoas através de muitas reuniões públicas e privadas, através da motivação da participação cívica das mesmas é fundamental para que

no momento certo possam ser tomadas as opções e as decisões corretas, relativamente a um tema tão importante para o desenvolvimento harmonioso da cidade de Viseu.-----  
Ainda dentro desta temática destacaria a implementação do primeiro Orçamento Participativo, também ele destinado à dinamização da Zona Histórica.-----  
Merece ainda uma atenção especial, a forte implementação da atuação cultural, não só pela sua quantidade, que me dispenso de enumerar, mas essencialmente pela sua qualidade e pela capacidade que o seu executivo teve de coordenar e conjugar as muitas sinergias positivas dos diversos atores culturais do concelho.-----  
Antes mesmo de concluir, gostaria ainda de referenciar a reestruturação e a ampliação da programação desportiva, destinada a todos os escalões etários.-----  
Permitam-me que dê um merecido destaque ao “Viseu Ativo”, um novo nome para uma nova oferta de prática desportiva, onde não podemos menosprezar a previsão da participação ativa no mesmo, de um quarto dos viseenses. Conseguir-se ter, vinte e cinco mil crianças, jovens, adultos e seniores a praticar desporto, é um número deveras impressionante.-----  
Para os menos atentos, enumeraria algumas das muitas iniciativas desportivas, que por si só, bastariam para demonstrar o efetivo reforço nas atividades desportivas, desmentindo facilmente aqueles que tentam passar a falsa ideia do contrário.-----  
Temos então as “Manhãs Desportivas”, a ampliação dos “Jogos Tradicionais” num formato intergeracional, atividades de “Orientação” que promovem a participação familiar, os “Percursos Pedestres”, os “Percursos de BTT”, os “Desportos de Verão”, a “Escola Ativa” e a “Meia-Maratona das vindimas” são bons exemplos do que referi.-----  
Também nesta área, ouve uma grande preocupação de articulação com todas as Associações de âmbito Desportivo, com as Escolas, com as empresas e com as Juntas de Freguesia.-----  
Sem me querer alongar muito mais, mas entendo ser da mais elementar justiça fazer ainda referência aos primeiros passos já dados para o desenvolvimento rural e para a valorização dos produtos endógenos. São disso exemplo o I Congresso de Agricultura Familiar já realizado, a organização do “Mercado dos Lavradores” e o lançamento para breve do “Gabinete de Apoio ao Agricultor”.-----  
Quero que fique aqui de uma forma bem clara e bem explícita, o nosso reconhecimento pelo enorme e profícuo trabalho já desenvolvido por esta Câmara Municipal em áreas tão diversas como as que acabei de referir e que claramente consubstanciam o programa “Viseu Primeiro”. Muito obrigado.-----  
----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Deputado Carlos Vieira.-----  
----- TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Antes de mais, gostava de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara o esclarecimento que aqui veio fazer relativamente ao FAM, porque de facto o que estava em causa era a desproporcionalidade entre a participação no capital social do FAM dos Municípios 70% e do Governo Central que era 30%. Claro que a bancada do PSD reage de forma “pavloviana” a tudo o que vem da oposição e portanto ainda não perceberam que estavam a ir contra as posições que o Senhor Presidente da Câmara tem manifestado, tanto como Autarca como Membro da Associação Nacional dos Municípios.-----  
Relativamente a este ponto eu gostaria apenas de sublinhar que o Orçamento Participativo, foi uma proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda desde que há nove anos elegeu pela primeira vez um representante na Assembleia Municipal de Viseu, portanto, pela Deputada Marques Pinto. Quando eu fui eleito pela primeira vez uma das primeiras propostas que apresentei, precisamente na primeira Sessão de 23 de novembro de 2009, foi precisamente a do Orçamento Participativo. Durante a Sessão em que se

discutiu esta proposta, fui acusado de tudo pela bancada do PSD, desde um Presidente da Junta de Freguesia que achou que o que o Bloco queria era instaurar um novo PREC, um Deputado que defendeu que em Viseu os munícipes já tinham meios participativos como as reuniões descentralizadas das juntas, o Gabinete do Município, e até pasme-se, abaixo assinados, e até o Presidente na altura Fernando Ruas, considerou que o que o Bloco pretendia era abastardar a democracia representativa. O CDS absteve-se com o argumento de que “participação sim, mas agora toda a gente participa, toda a gente dá opinião, quer-se discutir-se tudo, não se pode”. Claro, manda quem pode, como dizia o “botas”. Faz lembrar aquele poema do José Fanha “*participação, participação, participação*”. Almeida Henriques apostado em romper com os ativismos com que Fernando Ruas retardou o desenvolvimento de Viseu durante mais de duas décadas, aderiu a esta forma de democracia participativa, prática comum nos países desenvolvidos e em muitas cidades e vilas de Portugal desde que em 2002 o primeiro surgiu em Palmela. Desde aí já houve 46 municípios a promover o Orçamentos Participativos e 19 juntas de freguesia, mas em 2013 só 17 estavam ativos o que prova que ainda há muitas resistências à partilha de decisões na gestão da coisa pública. Quando Almeida Henriques apresentou a sua proposta do Orçamento Participativo aqui nesta Assembleia, tive oportunidade de criticar a verba disponibilizada, cinquenta mil euros (50.000€), manifestamente insuficiente para um projeto com algum impacto na cidade representando apenas como eu disse na altura 10% do Orçamento Participativo da Câmara de Odemira (aqui os serviços puseram na Ata, Mira, e não é Mira, é Odemira, esqueci-me de retificar) que é de quinhentos mil euros (500.000€) bem como a sua circunscrição ao Centro Histórico. A Verba acabou por ser ligeiramente aumentada para setenta e cinco mil euros (75.000€) e o âmbito também se alargou para a Ribeira, Rua das Bocas e Bairro Municipal. Para experiência piloto, confesso que já não está mal. Queria só alertar o Senhor Presidente para um ponto, enfim, apesar das onze sessões públicas e que foram de registar, houve moradores que se queixaram de que viram o anúncio de uma sessão no dia 16 de maio às dezoito e trinta, foram ao local, aliás não estava indicado o local, telefonaram para a Câmara e disseram-lhes que era na incubadora de empresas na Rua do Comércio, foram à incubadora de empresas estava fechada, parece que tinha sido transferido para a Associação dos Comerciantes e eles não souberam, parece que não apareceu ninguém na associação e foi adiada. Pronto, isso é só um reparo, de qualquer modo, o importante é que os munícipes tenham participado e que este processo tenha sido iniciado. Já que foi aberto à área do Bairro Municipal, gostaria aqui também de pôr esta questão ao Senhor Presidente. O Bairro Municipal foi alvo de um projeto de demolição por parte do anterior executivo municipal, que pretendia poupar apenas onze moradias, uma espécie e cito ” *monumento póstumo ao Bairro*”, cito não a Câmara, mas o que é a designação contida no parecer da Direção Regional de Cultura do Centro em resposta ao pedido de classificação feito pelo Núcleo de Viseu da Associação Olho Vivo. Este parecer enviado entretanto à Câmara pela Direção Regional do Património Cultural considerava que o Bairro e cito, face ao seu interesse e representatividade, com influência do Arquiteto da Casa Tradicional Portuguesa segundo Raul Lino a importância do espaço comunitário construída à escala humana recentemente pertença e de entidade coletiva da memória e da afetividade seria passível de ser classificado como monumento de interesse municipal e exortava a autarquia viseense a recuperar as habitações que se encontram muito degradadas e/ou descaracterizadas, com o apoio dos moradores. A demolição do Bairro Municipal, iniciada em novembro de 2012 foi suspensa pelo atual executivo municipal e muito bem, que se comprometeu a reabilitar o Bairro de modo a preservar os seus fins de habitação social. Na reunião da Câmara Municipal de 30 de janeiro último, o Senhor Presidente do Executivo reiterou esse compromisso, designando o Bairro da Cadeia como também é conhecido como uma joia e um testemunho da arquitetura portuguesa do Século XX e como Património Municipal e Social inalienável, perspetivando valências culturais e

turísticas. O Senhor Presidente da Câmara anunciou na mesma ocasião que este projeto seria participado e aberto a todas as propostas de moradores, munícipes, amigos do Bairro e efetivamente isso está a ser feito. Os moradores apesar de satisfeitos com a suspensão da demolição do Bairro e com o processo participativo encetado pelo movimento pelo Bairro, em colaboração com a Câmara e o Curso de Arquitetura da Universidade Católica, continuam a queixar-se de viverem com alguma angustia derivada da indefinição do início da reabilitação do Bairro passados que são nove meses, com as casas destelhadas e as paredes demolidas a deixarem entrar a chuva e humidade para as casa contíguas habitadas, bem como pela presença no espaço ao lado, o principal largo o da fonte, de um amontoado de pedras proveniente das casas demolidas e ainda pelas abordagens de uma Assistente Social da Habisolvis para os moradores realojados se inscreverem num novo bloco já construído, sem que se informem as pessoas das condições, se há alterações de contratos, de rendas etc. Gostaria portanto, que o Senhor Presidente informasse esta Assembleia sobre os "timings" previstos pelo executivo para a classificação do Bairro Municipal e para início da necessária, urgente e tecnicamente sustentada reabilitação do Bairro. Por fim, gostaria que o Senhor Presidente me esclarecesse ainda este ponto, a extensão das Assembleias Distritais obriga a que o seu património seja transferido para os municípios ou para as CIMs, as Comunidades Intermunicipais, acontece que a Revista Beira Alta, é propriedade da Assembleia Distrital de Viseu, sabe dizer o Senhor Presidente se está assegurada a continuidade desta Revista que tem sido um meio privilegiado de divulgação, de investigação local e regional? É que a Revista Beira Alta, é uma das Revistas mais antigas que manteve continuidade, teve início já em 1942, embora o seu projeto editorial, o mesmo vem já dos anos quarenta de investigadores, alguns até autodidatas enfim, homens do seu tempo mas que tiveram um papel de relevo na divulgação da história e na investigação da história local e regional, Alexandre Alves, Alberto Correia, só para citar os últimos, esteja carente de atualização. Urge portanto proteger o destino desta Revista, que ao que me é dado saber até é alvo apetecido de alguns grupos editoriais. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **TRINTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Nós notámos com satisfação a história da melhoria do Aeródromo. Como é sabido estive fora desta Assembleia durante alguns anos, quatro anos concretamente, mas antes disso, eu próprio tinha defendido várias vezes e Vossa Excelência era na altura Presidente da Assembleia, lembra-se que defendi aqui que houvesse um incremento do Aeródromo, nomeadamente para efeitos de turismo. Efetivamente, para efeitos de turismo, para efeitos de comunicação uma vez que se perspetiva uma linha aérea e também para efeitos de Proteção Civil que espero que se consiga implementar, acho magnífico que tenham investido dinheiro no Aeródromo, aplaudo isso. É também motivo de aplauso, aquilo que tem sido a revitalização do Mercado 2 de Maio, eu próprio, já tive a ocasião de o frequentar, acho que aqueles sábados têm sido aproveitados com coisas nomeadamente populares, mas efetivamente as pessoas aderem, vão ao Mercado e é uma forma de o revitalizar. O aparecimento de uma agenda link, é interessante, mas não impede aquilo que há muitos anos eu defendo, que a Câmara tenha um Boletim Municipal. Já teve, deixou de ter, tem a obrigação de ter. Viseu é a capital de um distrito, não é uma Câmara qualquer. Em relação ao "Flyer" do mapa, eu ficava muito contente que Vossa Excelência mandasse distribuir aos Senhores Deputados porque de facto eu também gostaria de ter, em português e em inglês, gostava de ter ambos. Muito obrigado. Mas de facto se efetivamente nós temos a oportunidade de aplaudir coisas, como Vossa Excelência diz no início do seu discurso e bem, o discurso do Presidente no início das

Assembleias, é para prestar contas públicas do governo municipal e em termos de contas públicas..., antes disso gostaria de dizer outra coisa, é também minha opinião de que é uma excelente ideia, avançar com a história da revitalização do Centro Histórico, gostaria contudo de recordar que durante a campanha nós fizemos um debate público sobre o Centro Histórico em que estiveram cá o Arquiteto Gomes Fernandez e o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, que tem até uma grande experiência da revitalização do Centro Histórico, em que Guimarães é de resto exemplar. De qualquer maneira, também o Orçamento Participativo, que não foi uma invenção do Bloco de Esquerda, como já tive aqui a ocasião de o referir, é de aplaudir, mas, nós em relação ao Orçamento Participativo, é coisa que defendemos há muitos anos. Relativamente ao Centro Histórico, gostaria apenas de acrescentar mais uma coisa, foi compromisso por mim assumido aqui de que o PS apresentaria propostas concretas e fê-lo. Vossa Excelência recebeu uma proposta concreta, alargada, bem fundamentada de que o meu camarada de bancada Pedro Baila Antunes já trouxe aqui parte e que a minha camarada Adelaide Modesto mais alguma coisa adiantará de seguida. Contudo em termos de prestação de contas, há duas contas que eu gostaria de contestar. Uma delas é o Turismo Religioso que Vossa Excelência promoveu, acho que não seria mal que verificasse um quadro infantil que está ali à porta de uma Escola chamada Portela que tem em baixo quatro símbolos religiosos a estrela de seis pontas judaica, a cruz cristã, o crescente árabe e um símbolo budista. Isto significa uma coisa, não entendo correto que a Câmara insista em Turismo Religioso unidimensional. Nós temos uma comunidade que não é apenas católica e portanto, é fundamental que se façam coisas que abranjam a totalidade da população e que não sejam apenas dirigidas a uma comunidade, ainda que maioritária. Por outro lado, veio nos jornais, uma afirmação de Vossa Excelência em que a propósito de gastar cem mil euros (100.000€) diz que *“vamos criar um corredor pedonal para cumprimento de promessas entre a casa da Madre Rita e a Igreja Matriz de Ribafeita. Para nós a Madre Rita é uma opção estratégica que o município e a freguesia assumem como desígnio”*. Relativamente a esta história do corredor pedonal, para cumprimento de promessas, vão-me desculpar o termo, talvez seja um bocado violento, mas é medieval. Quem quiser cumprir promessas, ponha uma pedrinha no sapato e cumpre a promessa porque lhe magoa. Agora a Câmara gastar cem mil euros (100.000€) para as pessoas andarem de joelhos, vai-me desculpar Senhor Presidente, não posso estar de acordo, claramente assumo isso como não posso estar de acordo. De resto, estranha-me que isso suceda numa diocese como a de Viseu que tem um dos mais progressistas Bispos de Portugal, eu recorro que ainda recentemente o Senhor Bispo de Viseu, defendeu a possibilidade de haver padres casados, o Senhor Bispo de Viseu defendeu aqui nesta bancada, nesta exatamente, que uma mulher agredida tem o direito de pedir o divórcio. Portanto, tendo nós uma diocese com um Bispo com um pensamento tão *“aggiornato”*, tão atualizado, a Câmara funcionar desta maneira tão retrógrada, não pode merecer o meu acordo. Mas, ainda teria mais duas ou três coisas, eu não sou ninguém para aconselhar Vossa Excelência, mas de facto permito-me que aconselhe a sua bancada a que não repita os seus discursos, nós ouvimos três vezes a sua intervenção hoje. Primeiro veio cá o Senhor Deputado Paulo Pereira e disse exatamente aquilo que o Senhor trouxe, a seguir veio o Senhor Deputado Manuel Teodósio, repete a dose, com os diabos, nós ouvimos à primeira e Vossa Excelência desvaloriza o seu discurso se permite isso, é que eles tiram-lhe a palavra antes, desvalorizam o seu discurso. Finalmente gostaria ainda de dizer o seguinte, eu acho que de facto, este executivo tem alguma ânsia de matar o pai, tem alguma ânsia de matar o pai, repito, ou seja, tudo quanto estava para trás se calhar não estava bem feito, que agora é tudo modernidade, e a sua bancada acompanha-o, também querem matar o pai, mas a verdade é esta, acho que de facto não vale a pena um tal autocontentamento quando se escreve no discurso de Vossa Excelência o executivo municipal não hesita na sua opção de combinar pensamento, discurso, ação e diálogo, desculpe, é demais. Eu entendo que isso é possível, mas, como

disse aqui em tempos, um homem que dirigiu a minha bancada, o Professor Correia de Campos, autoelogio é vitupério. Vossas Excelências não têm necessidade de se autoelogiarem tanto. O executivo está a fazer algumas coisas muito bem feitas, eu salientei algumas delas, mas de facto há que ter alguma moderação. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Presidente de Junta de Ribafeita que pediu a palavra. É sobre esta intervenção.-

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIBAFEITA CUSTÓDIO FIGUEIREDO FERREIRA (PPD/PSD):** Muito bom dia a

todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Caro Ribeiro de Carvalho, você antes de vir a este parlatório e falar sobre determinados assuntos, não se deve limitar só a ler os jornais, eu no seu lugar ia a Ribafeita antes de vir ter esta intervenção aqui. Depois vem falar em nome do Senhor Presidente da Câmara, vem falar em nome do Bispo Dom Ilídio, com que fundamento? O Senhor sabe do que é que se trata? O Senhor sabe do que é que se trata? Não sabe. O Senhor não sabe, e quando não se sabe, fica-se calado, claro. Mas eu convido-o a ir a Ribafeita e ver de facto que o que custa cem mil euros (100.000€) não é o corredor, e o corredor não é só para católicos. Certo? O corredor se calhar custa dez mil euros (10.000€), dez mil euros Senhor Deputado, o resto do investimento é a ligação entre Casal Mendinho e a Igreja Matriz, que serve uma aldeia e faz ligação à Igreja Matriz. Se o Senhor Deputado soubesse isto, com certeza que não faria estas afirmações que no meu entender são graves e lesivas. Digo-lhe, fica-lhe muito mal, tinha muito respeito por si e sinceramente esta sua intervenção aqui foi desastrosa. Portanto, convido o Senhor Deputado a ir lá, é com todo o gosto que lhe mostro o investimento que a Câmara está a fazer. Este investimento vem no seguimento do investimento de cerca de setecentos mil euros que o Instituto Maria José está a fazer em Ribafeita, em que Ribafeita agradece muito e é óbvio que à Câmara estou-lhe muito agradecido e as pessoas de Ribafeita também estão muito agradecidas e é óbvio que teríamos que dar um acesso condigno ao futuro museu. Certo? Portanto, acho que estamos entendidos e que expliquei-me bem, portanto espero que o Senhor Deputado também tenha ficado agora esclarecido.-----

Felizmente vamos inaugurar o museu, o Memorial da Madre Rita dia 27, aproveito para convidar os Senhores Deputados a estarem presentes, com certeza que iremos lá ter milhares de pessoas e muitas delas de fora daqui do concelho porque aquilo é um investimento que não é só para o concelho, felizmente temos até pessoas do Brasil que nos vão visitar pela primeira vez e não vão ser assim tão poucas e portanto eu acho que o Senhor Deputado gostaria de facto de termos ali um museu que com certeza que vai dignificar a freguesia, o concelho e até o país, não tenho duvida nenhuma disso, e não ter um acesso condigno ao museu. Portanto, o que se trata concretamente é o acesso ao museu, certo? Portanto, quanto a isto acho que estamos entendidos. Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado porque Ribafeita está de facto agradecida e o concelho também ficará e acho que os viseenses de uma vez por todas ficam esclarecidos porque eu não tenho dúvida nenhuma que o Senhor Presidente não proferiu aquelas palavras, o Senhor leu aquilo que o jornalista colocou lá, mas se estivesse atento a se calhar a outras intervenções e explicações que o Senhor Presidente da Câmara tinha dado, com certeza que não teria feito esta intervenção de certeza absoluta. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **TRINTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Eu gostava antes de mais de agradecer o facto de ter declarado que tinha consideração por mim, agradeço. Eu também tenho por si e se não tivesse nem sequer cá vinha. Como calcula aquilo que eu disse foi publicado nos jornais como fonte Agência

Lusa. Isto é uma afirmação que a Agência Lusa põe na boca do Senhor Presidente e se não é verdadeira temos que dizer que a Agência Lusa não é verdadeira. Isto eu não invento como calcula eu sou uma pessoa suficientemente idónea para não inventar coisas. Não inventei nada, o que eu disse foi aquilo que vem nos jornais. Se o município, o que fez foi uma ligação, e eu fico muito contente que as populações tenham boas ligações. Agora, se há que haver indignação é porque a Câmara não fez essa explicação pública de que se tratava de um acesso. O que vem nos jornais não é isso, e como calcula eu pessoalmente não tenho vida para ir assistir a todas as declarações que o Senhor Presidente da Câmara faz, não tenho, infelizmente não tenho. Agora, finalmente, quando me diz que vai ser criado o Museu da Madre Teresa, da Madre Rita, peço desculpa, eu gostaria de saber se esse museu, vai estar dotado de quadro de pessoal e quem vai suportá-lo. Eu ficava muito contente com essa informação, até por outros motivos que a gente já aqui falou.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Nós temos para já mais seis pedidos de intervenção. Eu propunha até pela hora que suspendêssemos agora os trabalhos e recomeçávamos às duas e meia. Está bem? Obrigado a todos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhores Deputados, penso que já temos quórum podemos recomeçar então a Sessão, está bem? Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **TRINTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito boa tarde. Dirijo-me particularmente ao Senhor Presidente da Câmara como é natural para lhe dizer que, como já aqui transmiti várias vezes, leio sempre com atenção e até com algum prazer as suas dissertações sobre a Atividade Municipal. Frases como: “*A democracia é o poder do povo segundo princípios de legitimidade, justiça, bem-comum, organização e proporcionalidade*”, deixam-me de boca aberta, por traduzirem conceitos filosóficos de grande alcance que aprecio por formação e me remetem para os brilhantes filósofos da Revolução Francesa.-----

Outra atitude que aprecio no seu texto, é o esforço permanente que o senhor faz para nos convencer da bondade e da relevância das medidas que o seu executivo toma. É um sinal de respeito pela oposição, sem dúvida, não deixando de ser, simultaneamente, um sinal de dúvida, de que nem todos compreendam o alcance e dimensão do trabalho que está a ser desenvolvido.-----

É um facto. Pois se as prioridades do município são o desenvolvimento económico, o investimento privado e a internacionalização do concelho, é natural que se pergunte: e em que lugar deste elenco de prioridades entram as pessoas?-----

Sabe Senhor Presidente, tenho para mim que o município tem prioridades a mais, se bem que elas vão mudando conforme as sessões de “*show off*” que diariamente nos oferece. Pois num dia a prioridade é a educação, noutro o centro histórico, noutro a diáspora, e ainda amiúde entram também neste lote as acessibilidades rodo/ferroviárias, o aeródromo e por aí fora. É muita prioridade junta Senhor Presidente. Com este frenesim de propostas e novidades uma pessoa nem tem tempo para apreciar devidamente as virtualidades de cada uma delas.-----

Vindo a talhe de foice, pode informar-me sobre quantos contratos de investimento foram celebrados com os nossos empresários da diáspora? Estou curiosa por saber o que nos vai propor aquele da Costa do Marfim.-----

Sendo este o órgão deliberativo municipal espero que o senhor nos traga aqui hoje os resultados e propostas do debate realizado sobre o Centro Histórico, iniciativa que tanto orgulho lhe dá. Não basta debater, como bem sabe, é necessário ouvir com atenção e dar provimento às propostas que forem feitas, condensando-as num todo coerente. Lançar um debate que sirva apenas para legitimar ideias pré-concebidas e apriorísticas do município, já o disse, seria uma decepção para os viseenses. O caso do Mercado 2 de Maio, infelizmente, é um exemplo que me deixa com muitas preocupações.-----

Outra iniciativa de que muito o senhor falou nesta semana, foi a do lançamento do Orçamento Participativo, que à falta de um auditório municipal condigno, foi apresentado nas escadarias da Câmara. Senhor Presidente, ao ler o que foi dito relativamente ao Regulamento, fiquei com a estranha sensação de que estávamos na presença de uma espécie do jogo “Caça ao Tesouro”, em que os cidadãos são desafiados a descobrir um lugarinho, uma esquina, um pátio do Centro Histórico ou bairro adjacente onde se possam gastar 75 mil euros. É apenas uma sensação.-----

Sobre o Congresso da Agricultura Familiar, um amigo meu, que é agricultor, brincou com o caso, afirmando que foi mesmo “familiar”, não foi é de agricultores, daqueles que constituem a maioria esmagadora das explorações agrícolas do Concelho. É como essa incongruência, da Câmara ter como parceiro estratégico para a agricultura a Associação dos Criadores de Gado da Beira Alta e não constar em nenhum documento da autarquia, sequer a intenção de desenvolver qualquer diligência para a construção do Matadouro Público de Viseu. Uma infraestrutura imprescindível para o escoamento da nossa produção pecuária e a elevação do rendimento dos agricultores. Enfim, opções de classe.--- Sobre os muitos regulamentos e criação de empresas de que fala e que hoje compõem a ordem de trabalhos, darei a minha opinião na altura própria.-----

E não termino sem fazer uma nova citação do seu documento informativo: ”O Executivo Municipal não hesita na sua opção de combinar pensamento, discurso, ação e diálogo“ já hoje aqui referida. Faltou acrescentar, Senhor Presidente: “E sem o destaque de uma notícia diária, nos jornais locais e nacionais”. Afinal é para isso que servem os gabinetes de informação e imagem. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Ribeiro Gonçalves.-----

----- QUARENTA – O SENHOR DEPUTADO ALFREDO JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES (PS): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Eu vi com atenção a informação que nos aqui foi dada pelo Senhor Presidente da Câmara e faz uma pequena referência à Proteção Civil. Eu acho que é importante aquilo que se irá passar no Aeródromo relativamente a essa matéria, de qualquer das maneiras, estava à espera que houvesse, digamos que, um bocadinho mais, relativamente à Proteção Civil. Amanhã inicia-se oficialmente a chamada “Fase Charlie” que se vai prolongar até final de setembro e eu até admito que no terreno, os agentes de proteção civil nomeadamente os Bombeiros Voluntários e Municipais, estejam preparados para este período crítico, está fora de questão. Eu até admito que a Comissão de Defesa da Floresta que já tivesse reunido e que tivesse tomado as medidas necessárias para o combate aos incêndios florestais. Eu até admito que tem havido já reuniões com as Juntas de Freguesia para estudarem algumas situações que podem ser relevantes, essas situações eu vou admitindo, mas de facto se visitarmos, mas isto é apenas uma hipótese, é só uma possibilidade, porque de facto se visitarmos a página da Câmara Municipal, o site da Câmara Municipal, o que é que vemos? É zero, ou seja, aquilo que consta lá é o plano operacional municipal do ano anterior e quero até digamos que dizer o seguinte. Até há contactos lá, que tem a ver com o anterior Presidente, tem a ver com os anteriores Vereadores e se calhar isso não é agora útil para ninguém. Ter os contactos do antigo Presidente e ter o contacto dos antigos Vereadores eu penso que isso não é importante e fica mal à Câmara Municipal visto que em outras áreas e outras temáticas, até é pioneira e está a avançar e etc., mas relativamente à Proteção Civil parece-me que alguma coisa aqui há-de estar mal e então se formos a essa página, o que é que vemos? Vemos então esse plano operacional municipal que é do ano anterior, vemos ainda uma reunião da Comissão de Defesa da Floresta que é de maio do ano anterior, não faz o mínimo sentido, e vemos ainda que o Plano Municipal de Defesa da Floresta que é de 2007,

está em revisão, mas isto está a sim há já alguns meses, porque eu tenho-me dedicado mais ou menos em ir verificando esta página, e a mim parece-me que não ficará muito bem. Por isso mesmo, aquilo que eu acho é o seguinte: Gostaria de saber, até porque já tinha posto essa questão na anterior sessão, que medidas efetivamente estão a ser tomadas, há uma que eu já vi que vai ser tomada que é o recrutamento de alguns bombeiros e isso parece-me que é importante, de qualquer das maneiras eu gostava de saber que outras medidas também vão ser tomadas. Admito que no terreno, efetivamente as coisas estejam a ser postas em prática, mas digamos que teoricamente e na página da Câmara Municipal não há informação, e conforme eu fico preocupado, seguramente que outras pessoas, a comunidade também ficará preocupada, sabendo que vamos começar este período crítico relativamente aos fogos florestais, e pronto, ficaria por aqui. Parece-me que relativamente às políticas municipais, digamos que, esta área é o parente pobre, pelo menos fico com essa ideia até agora, independentemente de subsídios que eventualmente possam estar a ser dados aos Bombeiros Voluntários ou outra situação qualquer, mas parece-me que não há a mesma preocupação com esta área como há relativamente a outras matérias. Tenho dito. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva.-----

----- **QUARENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito boa tarde a todos, permita-me Senhor Presidente que reitero os cumprimentos que de manhã fiz na minha intervenção. Há aqui uma questão que eu gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara que se prende ainda com a reorganização da rede escolar. De manhã o Senhor Presidente afirmou que a Escola de Bodiosa independentemente do parecer do Ministério de Educação, irá ser mantida. O que nós gostaríamos de saber é o seguinte: Relativamente à colocação de professores, nós sabemos que essa colocação de professores depende do Ministério da Educação, não depende da autarquia. De que forma é que o Senhor Presidente tenciona resolver esta situação? Isto não é apenas uma questão processual mas também é uma questão legal, sendo que e repito, a colocação do pessoal docente é da exclusiva responsabilidade do Ministério da Educação e não da autarquia. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Tem a palavra o Presidente da Junta da União das Freguesias da Cidade, Deputado Diamantino.-----

----- **QUARENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, espero também que me dispense dos cumprimentos, já de manhã o fizemos. Eu gostava de centrar esta minha intervenção relativa à informação dada pelo Senhor Presidente do Município sobre alguns aspetos que foram aqui focados na informação, mas antes permita-me só, muito rapidamente um comentário à intervenção de manhã do Senhor Deputado Carlos Vieira, relativamente ao Bairro Municipal. Eu queria-lhe dizer Senhor Deputado, que relativamente às casas destelhadas sempre tem havido preocupação dos serviços municipais muitas vezes alertados por nós para que as intervenções de urgência em relação aos cidadãos que estão mais desprotegidos e com alguns problemas, era bom que o Senhor Deputado ouvisse e não estivesse aí ao telefone. Está ouvir? Muito obrigado, pareceu-me! Era bom que estivesse de facto preocupado porque os serviços municipais muitas vezes alertados por nós, têm feito intervenções de urgência, quando realmente os cidadãos nos pedem de facto essa intervenção. Percebemos perfeitamente que aquele é de facto um bairro com uma opção clara já da administração municipal e portanto, pequenas reparações de emergência aceitam-se, agora grandes as reparações esperamos de facto que venham aí quando for possível e percebemos todos nós não vivemos propriamente num período de grande desafogo financeiro e estas coisas têm que ser programadas e porventura com recursos a fundos comunitários se possível. Já agora também deixar aqui uma questão relativamente

aquele monte de pedras que o Senhor Deputado fala com frequência. O monte de pedras e bem está a ser esvaziado paulatinamente com calma, já foi construído de facto um muro de suporte para o edifício novo que entretanto foi construído e esse muro de suporte já utilizou grande parte das pedras que referenciou. Um pedido ao Senhor Vereador é que há um erro processual no muro, nesse muro, espero bem que seja corrigido, já alertámos os serviços técnicos para isso e esperemos de facto a pronta intervenção no sentido da regularização desse constrangimento. Passaria então agora à minha intervenção.-----

Atentos à informação escrita e aqui lida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata desta Assembleia, congratula-se pelo intenso trabalho desenvolvido pela atual Administração Municipal, incentivando e valorizando o nosso território e as dinâmicas que cá acontecem.-----

Não vamos aqui repetir ou relembrar a informação escrita prestada pelo Senhor Presidente, mas apenas e só deixar aqui alguns apontamentos, que nos merecem a atenção e reflexão, porque indicativos, da proatividade e labor que a administração Municipal, tem colocado ao serviço do Concelho e da Cidade. Sintetizamos:-----

A discussão pública para a reabilitação do nosso Centro Histórico. Foi proposta a discussão e acho realmente muito estranho que não se aproveite o facto de ainda estarmos na reta final e terminar hoje o prazo para que não haja de facto uma participação ainda mais ativa, mais significativa dos cidadãos relativamente a esta matéria. Houve de facto e há de facto um compromisso para com os viseenses, o Senhor Presidente não se cansou de dizer em diversas sessões públicas que não fez este debate por fazer de conta, é um debate sério, é um debate que envolve todos os cidadãos de Viseu, e espera-se que de facto haja esse compromisso para que os nossos cidadãos também adiram a este assunto. Sabemos que o nosso coração da cidade precisa de uma vida nova. Pensamos nós que o caminho encetado pela administração municipal é o melhor porque nos envolve e nos faz parte da solução. Ainda estamos a tempo, já o disse, de contribuirmos para o encontrar da melhor saída para o nosso Centro Histórico, para que possa ser no futuro o centro vital da nossa urbe, o pólo dinamizador e catalisador de toda a atividade sócio económica que se deseja e anseia, percorrendo-se paulatinamente o caminho até ao desígnio publicamente assumido pelo Senhor Presidente da Câmara e sua equipa e a que nenhum de nós certamente se alheará que é vermos o nosso Centro Histórico como candidato a património mundial da humanidade.-----

Os Mercados 2 de Maio e Municipal, dois lugares importantes da cidade, onde a administração tem investido no sentido de os tornar mais dignos, funcionais e úteis. É evidente o esforço colocado na requalificação do mercado municipal e na implementação de novas dinâmicas que ajudem a revitalizar aquele espaço. Apoiamos o esforço que a atual administração faz e está a concretizar para o local e todas as atividades que valorizem a promoção da economia local, valorizando também a agricultura familiar. São pressupostos para a coesão e sustentabilidade territoriais que se desejam. Nesse sentido o nosso apoio a eventos como foi o “I Congresso da Agricultura familiar”, em ano internacional da agricultura familiar, aos mercados dos lavradores e á criação do gabinete de apoio ao agricultor.-----

No Mercado 2 de Maio, queremos destacar a reinterpretação da data histórica do 2 de maio de 1834, no âmbito das comemorações dos 135 anos daquele espaço. Destacamos o envolvimento dos parceiros e a especial adesão dos Viseenses. Como queremos também destacar toda a atividade para lá prevista, nos meses de verão. É uma tentativa (para já bem conseguida) de levar pessoas aquele local, revitalizando-o. Destacamos a título de exemplo, o mercado de trocas “Mercado Indo Eu”, as duas edições do “Mercado dos Lavradores” e o “Mercado de Viriato”, julgo que foi esse o nome foi entretanto designado e já agora também permita-me, de facto acho que é um símbolo da nossa urbe realmente termos o Viriato como nosso Herói, acho que é uma escolha feliz.-----

Em termos da Agenda Cultural, gostaríamos também de enaltecer todas as iniciativas municipais, nomeadamente a criação de dois fóruns informais que são de facto “Viseu Cultura” e o “Conselho estratégico de Viseu”. São órgãos de debate e de aconselhamento, constituídos por cidadãos de diversos quadrantes, que de alguma forma reforçam a participação cívica e valorizando a interligação com os agentes e produtores culturais.----- Não pretendemos aqui, enumerar todas as atividades culturais até aqui desenvolvidas. Alias, o Sr. Presidente da Câmara fê-lo e em nosso entender bem. O que queremos revelar é a preocupação da administração Municipal em envolver todos os agentes culturais, apoiando-os na melhoria desejada das suas produções, incentivando também a diversidade e valorizando-as por forma a que possam tornar-se num cartaz e atração turísticos, atrativos e respeitadores das tradições.-----

Também concordamos com a necessidade de se rever o figurino da Feira do Livro, sugerindo também uma nova abordagem à Festa das Freguesias, envolvendo mais estas, no programa do evento. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

----- QUARENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP): Uma vez mais reitero os meus cumprimentos quer à Mesa quer ao Executivo e também aos demais Colegas e ao Público Presente. Queria começar esta intervenção, assente em três, quatro tópicos. O primeiro deles refere-se às iniciativas levadas a cabo pelo Município no Mercado 2 de Maio. Iniciativas de verão que têm sido muito bem dinamizadas e concretizadas, sobretudo porque conseguem atingir um objetivo primordial que é captar pessoas para estarem durante o dia no Centro Histórico e é no fundo isso que se pretende, é trazer mais gente ao Centro Histórico sobretudo durante o dia, porque durante a noite, já sabemos que normalmente é casa cheia, sobretudo ao fim de semana e estas iniciativas de verão, são de facto muito positivas. Para o inverno, certamente quando o tempo assim o permitir, será uma coisa a repensar, efetivamente porque naquele espaço, as condições certamente não permitirão esta agenda cultural tão movimentada. Quanto ao Orçamento Participativo, é assim, eu respondo pelo presente e pelo presente o que quero dizer é que não vemos qualquer objeção, desde que o dinheiro seja bem empregue, seja bem gasto. A nossa preocupação é que os setenta e cinco mil euros (75.000€) de facto, surtam efeito e tenham um efeito positivo naquilo que forem aplicados porque de facto, não estamos em tempo de desperdiçar dinheiro e de deitar dinheiro fora, demais a mais a Câmara embora esteja bem financeiramente acho que não estamos em tempo de desperdícios. Sobre o Mercado Municipal, há aqui uma coisa muito positiva e acho que não deslustra ninguém e as coisas quando têm que ser ditas, têm que ser ditas olhos nos olhos e cara na cara. Acho que o Senhor Presidente e o seu Executivo fizeram mais nestes oito, nove meses de mandato do que o seu antecessor em vários anos, e não estou com isto a parafrasear aqui o Doutor Ribeiro de Carvalho, não quero matar pai nenhum. A verdade é aquilo que é, e o que é, é que de facto conferiu dignidade a quem lá vende, deu outra entrada e outro arejamento, acho que aquele “restyling” é muito bem feito na galeria interior, certamente que ainda há outros problemas para resolver, porque está o mercado ainda fechado no seu interior e certamente que aguardamos com interesse os novos desenvolvimentos que ali vão ocorrer. É certo que no inverno e certamente já todos aqui saberão e aqueles que comprem lá e eu também lá compro, que no inverno, aquelas senhoras não têm as condições adequadas e acho que a Câmara certamente será sensível a isso e certamente irá trazer para o interior daquele espaço as senhoras da aldeia que lá vendem. Acho que é uma pequena nota que deixamos aqui também. Sobre a Radial de Santiago, apenas uma pequena nota de interesse, registamos a colocação das balizas, continuamos a apelar para que o parque infantil seja lá colocado porque achamos que faz falta assim como mais alguma sombra, se lá for colocada efetivamente o parque infantil. Para terminar, mais uma pequena nota acerca do Conselho da Diáspora, é uma iniciativa

também da Câmara muito positiva, muito positiva sobretudo neste sentido, porque vai permitir e acho que é esse o objetivo essencial, é permitir que os empresários daqui do Concelho, tenham novas portas e novos canais para o mundo. Assim sendo, tenham portas para poder escoar os seus produtos e isso para nós é muito positivo porque vai trazer certamente mais emprego à cidade e mais postos de trabalho. Acho que é esse o objetivo do Conselho da Diáspora, esperamos que seja feliz na consecução dos seus objetivos, é isso que desejamos e achamos esta ideia muito positiva. Por último, um reparo, sabemos que é uma estrada nacional, sobretudo em algumas rotundas situadas fora de Viseu, sobretudo na Nacional 229, ali junto a Mundão que é algo que deslustra o resto de uma cidade que quer ser o motor e que se quer afirmar enquanto região. Daqui o nosso reparo, não atiramos culpas para ninguém, porque não é esse o nosso papel, é um alerta que deixamos aqui e que certamente o Senhor Presidente tomará boa nota dele. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Público e Comunicação Social. Queria começar por dizer e deixar aqui a nossa nota positiva relativamente à consulta pública da estratégia de revitalização do Centro Histórico de Viseu bem como da iniciativa do Orçamento Participativo que pese embora já ter sido aqui dito saber a pouco e perdoem-me o termo, é uma iniciativa que temos de realçar como positiva no Concelho e em resposta, ou digamos que, cumprindo com o compromisso aqui assumido pelo nosso Grupo Municipal, vinha dar conta do trabalho que o Partido Socialista fez e que através do e-mail institucional disponibilizado para o efeito, fez chegar aos serviços da Câmara Municipal, aos serviços municipais, relativamente ao nosso contributo para a estratégia da revitalização do Centro Histórico. Vou fazer uma resenha como é óbvio, não vou ser exaustivo porque o documento que fizemos chegar através dessa via informática à Câmara Municipal é bastante...e vou só deixar aqui alguns traços daquilo que fizemos. Lamentamos entretanto, antes de passar a dar algumas indicações sobre isso, lamentamos que algumas propostas que aqui têm sido feitas, não tenham sido acarinhadas e por norma chumbadas pelo plenário e não acolhidas também pela Câmara Municipal. A nossa proposta que fizemos chegar, versa essencialmente cinco áreas que eu vou enunciar: Administração e Fiscalidade, Urbanismo Habitação e Infraestruturas de Equipamento, Património Cultural e Criação, Revitalização da Atividade Económica Turística e Administrativa, Acessibilidade e Mobilidade. Como disse que não ia ser exaustivo, vou só citar aqui alguns pontos que achamos como de interesse, expurgando isto da proposta que apresentámos pelas vias institucionais. Por exemplo, no plano de emergência ativo para o Centro Histórico de Viseu municipal, dissemos isto: O Centro Histórico de Viseu, tem de ter um plano de emergência moldado às suas especificidades como valor patrimonial sensível, os arruamentos de difícil acesso e a elevada carga térmica resultante da sua construção antiga e desordenada. Em colaborações com outras entidades é vital promover de forma regular mais simulacros, exercício de treinos dos agentes municipais ligados à Proteção Civil, realizando um grande exercício bianualmente. Relativamente ao guia de boas práticas sobre o qual também nos pronunciámos, para a reabilitação do Centro Histórico de Viseu, criar com outras entidades públicas uma plataforma que disponibilize a promotores e investidores todo o histórico de pareceres e informação técnica relacionados com processos de reabilitação no Centro Histórico, para além de haver uma clarificação das regras por parte da Câmara Municipal de Viseu, através de um guia de boas práticas para a reabilitação do Centro Histórico de Viseu. Também relativamente às cidades criativas. Cidades criativas, articulam atividades sociais, económicas, artísticas e culturais e de governança local de modo a produzir uma efervescência que desenvolve atrai e retém

talentos, promove diversidade, gera conhecimento, aumenta o potencial criativo das empresas e a empregabilidade e atrai mais turismo, sendo um claro investimento para a economia da cidade. Precisamente no Centro Histórico de Viseu, com muita atratividade cultural, devem ser promovidas iniciativas que materializem a criação e a divulgação de arte e serviços, indústrias criativas, por exemplo sob a promoção da Câmara Municipal e/ou associações empresarias eventualmente aproveitando participações comunitárias, sugere-se a concessão de centros de criatividade, ateliers e plataformas de apoio com condições tecnológicas em edifícios camarários institucionais ou particulares devolutos, promovendo assim um encontro a cooperação e a produção entre criadores empresariais ou artísticos. Tocámos finalmente também numa matéria que já hoje aqui foi tratada ou focada por várias vezes que se prende com o Vinho Dão. Para o esforço de Viseu como cidade do Vinho do Dão incitar a Comissão Vitivinícola Regional do Dão e os produtores vitivinícolas para criarem no Centro Histórico de Viseu uma extensão ou um polo de promoção e eventualmente de comercialização especializada do Vinho do Dão. Estes são alguns dos contributos que fizemos chegar dentro daquilo que nos tínhamos comprometido à Câmara Municipal, para os quais temos que referir também, o muito que contribui a JS que por sua vez fez também a sua apreciação e a fez encaminhar para a Câmara Municipal pelas vias institucionais. Finalmente, uma nota a um assunto que me é particularmente sensível e que se prende com a última frase da informação escrita, distribuída, percebemos que houve mais alguma coisa que não foi distribuída naquele texto que recebemos, mas a última frase diz isto: Por isso desafiámos já também as nossas freguesias a considerarem projetos de empreendedorismo rural de base local. Toda a informação que aqui recebemos, e pode ter sido falha minha, tanto quanto me apercebi, pouco diz daquilo que foi feito nas freguesias. Isto é o que eu constato, também em forma de análise ao documento, mas também da observação de que ao longo destes já quase nove meses de mandato fomos verificando e fomos constatando pela atividade municipal. Como dizia há pouco o meu camarada Baila Antunes tudo nos leva a pensar que se calhar têm que vir, e sente-se um pouco isso, as Freguesias e as Aldeias começam a vir à cidade, não diria ao Rossio mas à cidade, mas mesmo ao Rossio. Penso que do balanço que foi feito neste trabalho e como já foi aqui dito, onde se demonstra muito trabalho feito, foi dito aqui pelo Senhor Presidente e por alguém mais da bancada do PSD, de facto, não noto atividades, não noto projetos, não noto investimentos, não noto incrementos nas nossas aldeias, nas nossas freguesias rurais. Daí deixava aqui duas perguntas, eu peço que não veja isto como uma crítica mas como um desafio, se calhar como uma forma de ver, se calhar serei eu que não estarei a ver bem porventura, gostava que o Senhor Presidente nos informasse concretamente quais os investimentos, atividades, ao incrementos que ao logo destes nove meses têm sido feitos concretamente nas freguesias rurais. Depois, queria também pedir-lhe que nos especificasse concretamente, nos desafios lançados às freguesias a que se refere esta frase que eu citei, que medidas, investimentos, incrementos, atividades, preconiza para o meio rural, que como afirma, possam aí fazer fixar as populações, isto é de crucial importância na medida em que todos sabemos que as nossas freguesias rurais têm estado a esvaziar-se de população em favor dos centros urbanos, nomeadamente de Viseu que é o polo mais atrativo da nossa região. Portanto deixava estas duas questões finais a Vossa Excelência. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma inscrição, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados.-----

----- **QUARENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento-o e cumprimento de novo as Senhoras e os Senhores Deputados e deixem-me que comece por realçar um aspeto, a tónica positiva das onze intervenções no período de informações, à exceção da Senhora Deputada, mas enfim, sendo a Senhora Deputada filósofa e tendo o dom também da retórica, eu com certeza que

também vou continuar a apreciar a sua retórica e aliás, já do tempo do liceu que aprecio essa retórica e portanto, também não vou esperar que a Senhora Deputada venha aqui procurar enfatizar algum aspeto positivo do exercício camarário, porque se nós não tivéssemos lançado o Orçamento Participativo, a Senhora Deputada estaria ali, porque estes malandros prometeram e não lançaram o Orçamento Participativo. Se não tivéssemos lançado o debate sobre o Centro Histórico, a Senhora Deputada estaria ali a dizer, porque não lançaram..., já sabemos que é essa a forma de atuar do Partido Comunista, e esperamos sempre que seja essa a forma, porque assim, já não temos surpresas, porque já esperamos. Indo agora às questões que foram colocadas e agradecer todas as questões que os Senhores Deputados nos formularam, elas são sempre bem-vindas, eu estou aqui exatamente para esclarecer e realçar um aspeto é que pela primeira vez nesta Assembleia Municipal, o período de informação do Presidente da Câmara, está exatamente a ser utilizada para que o Senhor Presidente da Câmara possa fazer informações. Muitas vezes o Período de Antes da Ordem do Dia funcionava exatamente também para isso. Senhor Deputado Baila Antunes, eu não aceito adesivos, aliás, eu penso que o Senhor Deputado não está cá e é pena, é pena, porque sendo assim, respondo genericamente ao Grupo Municipal, que foi em nome do Grupo Municipal que falou.----- Dizer que nos acusa de falta de estratégia para o Centro Histórico, também não a vi presente na intervenção que o Senhor Deputado aqui fez e portanto, fico muito expectante, até porque ainda não tive a oportunidade de olhar para as propostas que efetivamente o Partido Socialista apresentou e irei olhar para elas, como irei olhar para todas as propostas que foram apresentadas, os tais 159 contributos e convirão, que terminando hoje o debate não fará qualquer sentido que hoje estivesse aí a apresentar um documento.- Há um compromisso que já assumi com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é que na primeira Sessão da Assembleia Municipal logo a seguir às férias, o documento será enviado e acho que esta Assembleia tem toda a legitimidade, obrigação direi mesmo de debater estas matérias. Por outro lado, nós temos tido uma grande preocupação, é de fazer o diagnóstico e passar à ação e verão com toda a certeza que em relação ao Centro Histórico que é de facto um dos desígnios mais difíceis de nós conseguirmos nos próximos tempos. São cerca de 150 edifícios que precisam de ser objeto de reabilitação. A autarquia seguramente que não vai reabilitar estes edifícios todos, temos sete neste momento em fase de adjudicação, isso implica mobilizar os operadores e criar instrumentos que levem os operadores a interessarem-se pelo Centro Histórico. Por outro lado, nós abordámos no documento que pusemos em público, dissemos duas coisas logo à partida. Primeiro, não queríamos um debate de fachada, queríamos um debate participado e que estaríamos recetivos a acolher ideias que fossem veiculadas. Por outro lado, que também estaríamos disponíveis para algumas das ideias que pusemos lá para suscitar o debate, poder deixar cair alguma por argumentos que nos sejam apresentados que têm valia para que as deixemos cair. Portanto não nos venham acusar de falta de debate nem de não querermos fazer um debate sério. Este debate está a ser feito de uma forma séria e todos aqueles que se deram ao trabalho de ir participar, verificaram que assim foi. Quero-vos também referir que também não deixo que me coloquem o adesivo nem ao executivo, do tal executivo que ostraciza as freguesias. Senhor Deputado, para mim, esse peditório, escusa de dar para ele porque eu também não dou. As Freguesias são muito respeitadas no dia-a-dia e têm tido muito trabalho. O Senhor Deputado, desse ao trabalho de ler as Atas das Reuniões da Câmara e terá a resposta. Tenho dito aqui, não farei o trabalho dos Senhores Deputados. O Senhor Deputado pega, vai às Atas todas, que são públicas, faça o favor de as consultar e vai verificar que mais de metade das deliberações que foram tomadas durante este período, dizem exatamente respeito às freguesias. Se há algo de que eu prezo muito, é exatamente um desenvolvimento uniforme do Concelho. Se eu defendo uma lógica de coesão para o país, por maioria de razão, tenho que defender a coesão também dentro do território e a forma como estamos a olhar designadamente para as freguesias mais

longínquas daqui do centro da cidade é exatamente a forma de lhes dar consistência para a criação de valor, para a criação de riqueza para que as pessoas se possam fixar. Agora, obviamente convirá, e já agora respondo também à Deputada da CDU, se a Senhora Deputada é mágica e consegue de um dia para o outro com uma varinha de condão inverter as situações e pôr o país a crescer a dois dígitos, então traga-nos essas poções mágicas que nós estamos disponíveis para as aceitar. Agora, admito que se ponha em causa um trabalho sério que está a ser feito e que até merece a concordância de toda esta Assembleia e dos diferentes partidos. O trabalho é sério, nós estamos a trabalhar uma média de catorze, dezasseis horas por dia e por isso é que a Senhora Deputada não tem capacidade muitas vezes para acompanhar aquilo que nós fazemos. Tenho que lhe pedir desculpa por estarmos a trabalhar de mais. Ó Senhora Deputada, peço-lhe desculpa por estarmos a trabalhar demais mas garanto-lhe que vamos continuar a trabalhar assim, portanto a Senhora é que se calhar terá que trabalhar um bocadinho mais para acompanhar todo o trabalho que nós andamos a fazer. Portanto, é uma sugestão que lhe deixo hoje aqui nesta Assembleia, porque eu sou a pessoa mais democrática, mais disponível para o contraditório, mas também não gosto de ser injustamente julgado, não gosto e portanto a Senhora Deputada destooou hoje no conjunto desta Assembleia por não ter a capacidade para..., reconheça uma vez por outra, não lhe fica mal, “não lhe caem os parentes na lama”, se a Senhora Deputada uma vez por outra reconhecer que nós fizemos alguma coisa bem-feita, olhe que isso não lhe estraga a pintura não é? Nem deixará de pôr os cartazes nos sítios onde entenda pôr. Portanto, ficamos entendidos. Senhor Deputado Manuel Teodósio, queria agradecer a sua intervenção, é um estímulo porque efetivamente é bom saber que da parte do Grupo Municipal que sustenta a atual maioria na Câmara Municipal, está a apreciar o trabalho que está a ser feito. O que eu vos quero dizer é que o governo de um município, é um governo muito exigente de trabalho diário e não se compadece com intermitências, isto é nós todos os dias temos que trabalhar, os Senhores Vereadores têm pelouros atribuídos e todos os dias têm que trabalhar nos respetivos pelouros. Isso não se compadece com a intermitência de alguns que acham que vêm duas ou três vezes por mês fazer oposição, depois ausentam-se durante um mês ou dois e passados um mês ou dois apresentam-se outra vez com a mesma legitimidade. A mesma exigência que é exigida ao executivo, também é exigida à oposição. A oposição é algo que tem que ser feito todos os dias e não de uma forma intermitente e séria, porque nós estamos aqui, esse é um princípio do qual eu parto, todos nós estamos aqui imbuídos do melhor espírito, estamos aqui para defender da melhor maneira os interesses das nossas populações e por puxar pelo desenvolvimento da nossa cidade região, não tenho dúvidas de que todos estamos imbuídos desse espírito.-----

Deputado Carlos Vieira, quando precisar de esclarecimentos, terei todo o gosto em dar-lhos. Hoje tive o gosto em lhe dar o esclarecimento sobre o FAM, sempre que tenha alguma dúvida, não hesite até em me ligar que eu terei todo o gosto assim como algum dos Senhores Deputados que em algum momento não percebam, é legítimo que isso aconteça.-- Portanto, quando precisarem de algum esclarecimento para além daquilo que se faz aqui na Assembleia e daquilo que é, enfim, o trabalho político de maior visibilidade, não hesitem em me ligar porque eu terei sempre muito gosto em esclarecer as opções do município. Falou também sobre Orçamento Participativo, aliás, apreciei a forma como se dirigiu às questões que nós fizemos, falou do primeiro programa de debate público sobre o Centro Histórico, falou do Orçamento Participativo, já agora em relação ao Orçamento Participativo, toda a gente aqui parece querer ter a paternidade. O pai sou eu, que não fique dúvidas. O pai deste Orçamento Participativo sou eu, portanto não é preciso estarem aí a discutir paternidades porque eu assumo, pronto. Eu assumo publicamente a paternidade do Orçamento Participativo. Espero pelo menos que o filho seja tão bonito como a nossa cidade e portanto, seguramente aí iremos atingir. Portanto para que não restem dúvidas, já agora em relação à morte do pai, é uma coisa demasiado séria, o meu

pai de facto já morreu e eu tenho muitas saudades dele. Tenho muitas saudades dele.-----  
Portanto, o que eu quero dizer é o seguinte, a forma como nós estamos a governar o município é esta. Eu ainda disse numa entrevista há dias, que não há tabus nem há assuntos que não devam ser discutidos. A vida é dinâmica, o debate político é um debate dinâmico e se em determinada altura debatíamos as coisas numa determinada perspetiva, hoje é perfeitamente normal que possamos olhar para ela de outra maneira. Portanto, que também não se queira colar o adesivo, tenho muito orgulho e volto a afirmá-lo aqui, tenho muito orgulho no trabalho que foi feito nos últimos 24 anos no município. Estamos a honrar esse trabalho, obviamente que estamos a fazer as nossas opções dentro de um novo ciclo em que estamos, por isso, não me venha cá com essas etiquetas ou adesivos, porque não gosto desse tipo de etiquetas ou adesivos. Por outro lado, também é interessante verificar, o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho veio aqui e o Carlos Vieira a mesma coisa e por aí fora, vêm aqui dizer, a rapariga é linda, é linda, os olhos azuis são lindíssimos, mas aquele ciscozito que aparece ali no meio dos olhos é terrível. Enfim, não tem mal nenhum que se assuma que a rapariga tem os olhos bonitos. Se ela tem os olhos bonitos, tem os olhos bonitos, não é preciso pôr-lhe um cisco, até porque isso vai-lhe afetar a visão e vai ter que o tirar. Portanto, não tenham dúvidas, eu espero da vossa parte, da parte de todos que efetivamente apontem o que está mal e eu estou disponível se estiver alguma coisa mal, estou disponível para corrigir, é para isso que eu cá estou, para ouvir também a oposição e para ouvir as pessoas que vêm por bem. Em relação ao Bairro Municipal, meu caro Deputado Carlos Vieira, obviamente que o município tem intenção de o classificar como Património Municipal, é um dos objetivos, tenho também a informar que a obra que estava parada por dificuldades do próprio empreiteiro recomeçou, vamos esperar que as coisas corram com normalidade para fechar aquele bloco, garanto-lhe que não vou construir mais nada naquele espaço, e estamos a trabalhar inclusivamente com os amigos do bairro, aliás, já houve duas sessões públicas onde o próprio Bloco de Esquerda esteve representado e participou de uma forma dinâmica e já agora quero realçar que aquele lançamento do debate sobre o Orçamento Participativo, não deixou de ter elementos de várias bancadas que não se queixaram por estar sentados nas escadas do município, não nos faltam auditórios para o podermos apresentar. Fizemo-lo de uma forma simbólica, o simbolismo daquela iniciativa e é bom que também se perceba, foi o simbolismo de abrir as portas da Câmara simbolicamente para o debate, e achámos que nada melhor do que o hall de entrada da Câmara para fazer a apresentação e olhem, genericamente vi lá pessoas do Partido Comunista, do Bloco de Esquerda, do Partido Socialista, pessoas sem partidos, vi lá pessoas de todos os quadrantes da cidade e do concelho e todas acharam até bastante interessante. Portanto, enfim, eu também já fiz apresentações à porta do Mercado 2 de Maio, ainda não abrimos a nossa incubadora e já lá fizemos dois debates, enfim, se quiserem criticar por isso, é legítimo podem fazê-lo, estejam perfeitamente à vontade. Agora, também temos que neste momento em relações às opções que estamos a fazer, ter o Quadro Comunitário perfeitamente clarificado. Uma obra como o Bairro da Cadeia é uma obra cara que vamos ter que a enquadrar numa candidatura comunitária que até agora, ainda nem o acordo final entre Portugal e a União Europeia foi fechado, ainda não conhecemos os regulamentos e portanto há aqui opções que temos que ir fazendo. Em relação à questão da Assembleia Distrital, que fique bem claro que o executivo quando conheceu a legislação e o facto de ser Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios também me dá aqui uma posição privilegiada de até me poder pronunciar sobre a legislação ainda ela não está adotada, quando nos apercebemos que iria haver esta legislação para transferência do património das Assembleias Distritais de imediato vincámos a nossa posição, vincámos a posição junto da Comunidade Intermunicipal dizendo: Se a Comunidade Intermunicipal quiser mudar para a Casa do Adro, Viseu vê isso com bons olhos, se não quiserem mudar a sede para a Casa do Adro, nós temos outras soluções para lá designadamente a colocação lá da União

das Freguesias da Cidade. Obviamente que a questão da Revista da Beira Alta foi desde início uma preocupação, a própria legislação define que quem ficar com o património das Assembleias Distritais assegurará a continuidade, mas eu vou olhar com particular atenção a questão da Revista da Beira Alta, que acho que é um património demasiado importante e se for necessário o Executivo assume a Revista da Beira Alta, se tiver que ser, mas entendo que ela deveria ser assumida eventualmente até pela Comunidade Intermunicipal, portanto, há abertura, o importante é que ela continue a existir. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, já lhe fui respondendo a algumas questões, em relação ao Aeródromo, enfim, se não nos tivéssemos posicionado, não tínhamos atingido o objetivo. Se não nos estivéssemos a posicionar junto da Proteção Civil, não estávamos neste momento a ambicionar por exemplo criar melhores condições este ano para os Bombeiros, não é, e também desenvolver todo um projeto que visa o quê? Visa dar mais valor a uma infraestrutura que é única. O nosso Aeródromo é neste momento considerado depois das obras que fizemos um dos melhores Aeródromos do país, o que enfim, só nos envaidece se ele for útil. O que é que me interessa ter uma coisa que é a melhor do país e depois ela não ser muito utilizada. É evidente que o Aeroclube foi sempre utilizando o Aeródromo, mas é importante que ele tenha valor. Aproveito também para responder ao Senhor Deputado do PS que falou sobre a Proteção Civil que se chama...-----

- *Um dos Senhores Deputados intervém dizendo:* Ribeiro Gonçalves.-----

- *O Senhor Presidente da Câmara prossegue dizendo:* Exatamente, dizer assim, só fala assim quem não conhece. Repare, nunca houve uma relação tão próxima entre a autarquia de Viseu e o próprio CDOS. Não é por acaso que temos dois meios aéreos hoje instalados no Aeródromo, anfíbios, não é por acaso que temos lá um helicóptero também instalado, não é por acaso que ao chegar e ao falar com os GIPS eles dizem nunca estivemos tão bem instalados como estamos neste momento, não é por acaso que já tive duas reuniões com o anterior e com o atual responsável da Proteção Civil Nacional, exatamente para ver como é que vamos fazer evoluir o CDOS, assumindo nós a passagem do CDOS para o Aeródromo, com obras que vamos desenvolver nesse sentido, até para que ele próprio possa depois também assumir a sua função de CNOS Alternativo, não estando à espera que seja o Poder Central que o faça, mas sendo iniciativa do próprio município, porque achamos que o Aeródromo ganhar a valência da Proteção Civil, será uma grande mais-valia para a infraestrutura, mas sobretudo para a região. Portanto, pode dormir descansado porque inclusivamente fui ao local, acompanhado pelo Senhor Vice-Presidente responsável pela Proteção Civil e tivemos oportunidade de com todas as forças envolvidas verificarmos que está tudo perfeitamente a postos, Deus queira que a época seja com pouco trabalho, porque se assim for, é sinal que a nossa floresta saiu mais protegida.----- Agora, do nosso ponto de vista, seguramente que toda a preparação foi feita de uma forma criteriosa e não convém também desvalorizar o apoio que se dá aos Bombeiros Voluntários, um dos pontos que hoje vem aqui na Ordem de Trabalhos é de valorização dos próprios Bombeiros Municipais, também temos que ter enfim, aqui um bocadinho a perspetiva de apontar as críticas quando elas são apontáveis ou quando elas podem ser apontadas mas também não deixar de enfatizar aspetos positivos. Portanto, pode dormir descansado que aquilo que está à nossa responsabilidade e na articulação com os diferentes atores, as coisas estão devidamente tratadas. Em relação ao Boletim Municipal, enfim, ainda bem que o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, acaba por..., sou acusado de comunicar de mais, aliás, houve uma Senhora há bocado que até me acusava das notícias que aparecem sobre Viseu nos jornais e eu acho que é de ficarmos felizes quando uma notícia aparece nos jornais sobre a nossa cidade, sobretudo se for uma notícia que enfatiza aspetos positivos da nossa cidade e do nosso concelho. Agora, acho que é uma boa sugestão a questão do Boletim Municipal e também concordo que é preciso existir um instrumento que faça... portanto, no fundo cheguei à conclusão de que estamos a comunicar pouco e portanto temos que incrementar ainda mais a comunicação além

daquilo que tinha dito e já agora eu também queria dizer ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho que na sua intervenção, com toda a amizade que temos que é pública não é, não vamos escondê-la não é, somos amigos de longa data, senti-o com alguma dificuldade em encontrar temas para criticar o executivo, senti que na sua intervenção foi de facto difícil de encontrar o tal cisco, mas enfim, poderá ser bom sinal. Já agora, clarificar aquilo que já foi aqui foi clarificado pelo Senhor Presidente da Junta de Ribafeita, quero agradecer-lhe porque clarificou isto de uma maneira extrema, eu não tenho culpa dos títulos não é, quem faz os títulos são os jornalistas, se o Senhor Deputado tivesse lido a notícia toda da Lusa, estava lá tudo explicadíssimo. A iniciativa de criar aquele corredor que no fundo é uma espécie de uma pista idêntica à ecopista, resultou da seguinte avaliação no local, eu gosto muito de ir ao local e avaliar antes de decidir, e estive lá com o Senhor Presidente da Junta, estive lá com pessoas responsáveis da estrutura, da Madre Rita e acompanhado pelo Senhor Vereador das Freguesias e no momento em que estamos a ponderar como é que iríamos fazer a pavimentação da estrada que liga estes dois pontos, colocou-se a seguinte questão: Por um lado a quantidade de peregrinos que vão ali aquela festa e que há a expectativa de que venham a ser mais e por outro lado avaliarmos que num dia de celebração e de festa, aquela estrada estará toda ela cheia de carros estacionados à direita e à esquerda, esta estrada que vamos fazer e a necessidade de criar ali um espaço que permitisse às pessoas circularem do ponto de vista pedonal sem se porem em risco e foi em nome da segurança das pessoas que isso foi feito. Lá que agora queiram fazer ironia, enfim, eu também se tiver pecados, quando os tiver escolherei seguramente a forma de os espiar não é, e como sou católico seguramente que através da confissão fico com os pecados espiados. Agora, não vou seguramente estar a alimentar uma situação que no fundo visa o quê? Visa colocar segurança nas pessoas que vão usufruir desta infraestrutura e ficaremos ali, com um troço de pista que poderá servir para este efeito, mas que servirá também para as populações praticarem desporto e para as populações que se deslocarem de um espaço para o outro, em vez de irem no meio da estrada poderem ir por esta via. No cômputo geral estamos a falar de um investimento de cem mil euros em que 90% é o custo da estrada e 10% é o custo desta via proposta exatamente pelo Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Junta não me pediu para eu construir uma via pedonal para as pessoas poderem circular com segurança, fui eu que disse, face à utilização quer esta infraestrutura vai ter, acho que faz todo o sentido que haja aqui um percurso pedonal. Portanto, tire o “cavalinho da chuva”, não estamos aqui seguramente a fazer aquilo que estava a dizer. Em relação à Deputada Filomena Pires, já falámos o suficiente sobre a sua intervenção, de facto se há alguém que faz bom “*show off*” seguramente que a Senhora Deputada é uma “*expert*” na matéria e fá-lo seguramente melhor do que eu, e se gosta de ler os meus textos, enfim, à terça-feira escrevo num jornal nacional, todos os dias gosto de escrever e até se quiser passo a enviar-lhe os textos por mail já que se delicia tanto. Olhe, passo a enviar-lhe em primeira mão para ser a primeira pessoa a tomar contacto com eles, é um privilégio que passa a ter. Ao Senhor Deputado Ribeiro Gonçalves já respondi. Em relação à Senhora Deputada Lúcia Silva, que fique bem claro o seguinte, o interesse das populações está primeiro, aquilo que eu digo e volto a afirmar é que a Escola de Travanca vai funcionar no próximo ano, isso quero-lhe assegurar, ou porque resulte de um acordo com o Ministério e estou convencido de que se calhar ainda hoje vamos chegar a esse entendimento até pelo teor da conversa que tive com o Senhor Ministro à um bocadinho atrás ou por outra via, mas se tiver que a autarquia assumir o pagamento como tem assumido noutras coisas assume e contrata diretamente a pessoa para que fique a funcionar. Eu assumi um compromisso com as populações, sou um homem de uma só palavra como já o disse publicamente. Por outro lado, antes de vir ao Conselho Municipal de Educação, tive o cuidado de perguntar ao Ministério se estava fechado o acordo. O Ministério acordou comigo que iríamos fechar cinco escolas, se agora pôs na lista seis, a responsabilidade não é minha e portanto, eu irei

honrar os compromissos com o Senhor Presidente da Junta, com os pais e com todos aqueles, independentemente do custo ter que ser suportado ou não pela autarquia, mas será. Já agora, para a Senhora Deputada ver o cuidado com que estamos a preparar a abertura do ano letivo, tivemos o cuidado de convocar o Conselho Municipal de Educação, onde esteve até presente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal exatamente para darmos conta em primeira mão ao Conselho das negociações que tínhamos tido e o resultado a que tínhamos chegado, falar da preparação do próximo ano letivo, iremos apresentar o Viseu Educa exatamente no início do próximo ano letivo com as suas diferentes variáveis e temos neste momento em curso, desde a construção da Escola Viseu Estrela, estamos com um contrato assinado na Escola da Ribeira para a reposição/substituição do telhado para no próximo ano letivo já estar a funcionar sem esse problema e no ano seguinte iremos tratar da vertente da eficiência energética, a obra de Fragosela está em curso, em fase terminal para entrar em funcionamento no ano letivo que vem, Santiago está também já em fase de obra para funcionar no próximo ano letivo, o Pavilhão da Viriato que era um assunto quer se arrastava, o acordo está praticamente feito com o Ministério de Educação, é só assiná-lo, portanto, estamos em condições de lançar também o concurso de reabilitação do Pavilhão da Viriato e mesmo em relação à Escola Grão Vasco, assumimos com o Ministério da Educação que avançaríamos com o projeto de remoção das placas de amianto que estão no refeitório e da construção de imediato de mais uma casa de banho para os jovens. Portanto, isto chama-se cuidado na preparação do próximo ano escolar, porque para nós a educação é um bem demasiado precioso para brincarmos com eles e para brincarmos com as palavras. Preocupação a nível do funcionamento das escolas, ao nível das infraestruturas e sobretudo ao nível das opções para garantirmos uma diminuição do insucesso escolar, uma diminuição do abandono escolar e dotar os alunos daquilo que precisam para serem pessoas de corpo inteiro e bem-sucedidas na vida. Portanto, esteja descansada Senhora Deputada que mesmo que nos acusem de estarmos a trabalhar muito, nós estamos a trabalhar nos diferentes vetores, portanto esteja descansada que as promessas que faço, estou habituado a cumpri-las. O Senhor Deputado Diamantino Santos, Senhor Presidente da Junta, muito obrigado também pela sua intervenção e deixar aqui bem enfatizado uma coisa, em relação ao Mercado 2 de Maio está bem claro o debate público que vamos lançar, em relação ao Mercado Municipal, nós sabemos que apesar do muito esforço que temos vindo a fazer nestes últimos meses para dinamizar o Mercado, é pouco para voltar a pô-lo outra vez nos hábitos dos viseenses. Eu ainda desafiava na última Assembleia Municipal a que fossem os Senhores Deputados também a dar o exemplo, a irem ao Mercado fazer compras, exatamente para o valorizarem. Obviamente que temos outras ideias na cabeça designadamente para pormos tudo no mesmo nível do ponto de vista do funcionamento, sabendo que, a parte que nós chamamos o bacalhau que é aquela parte lateral do lado direito, da forma como está, dificilmente nós conseguimos mobilizar os vendedores para passarem para a parte de cima, nós vamos ter que colocar aquilo num ou dois patamares amplo, para que os próprios vendedores se possam ver e mobilizá-los para por tudo ao mesmo nível. Ora bem, isso custa dinheiro e se eu poder fazer a reabilitação daquele edifício com dinheiro comunitário, estamos a preparar os projetos para depois podermos aproveitar o próximo quadro comunitário e assumir que não vamos demolir o Mercado Municipal, ele está ali localizado, fica no Centro Histórico, vamos melhorá-lo, criar condições para que efetivamente as pessoas cada vez mais possam ir lá. Senhor Deputado Carlos Cunha, agradeço também a sua intervenção, foi de facto uma intervenção em que enfatizou alguns aspetos positivos. Gostava de destacar aqui a questão do Conselho da Diáspora, houve uma Senhora Deputada que queria que eu viesse já hoje aqui dizer quais foram os contratos não é? Isto é assim, fala-se com um empresário e o empresário manifesta vontade em investir na cidade e no dia seguinte está o contrato assinado e estão logo os trabalhadores no local, quer dizer, isto não tem percurso a fazer, “é atar e pôr ao

fumeiro” enfim, se de facto sabe fazer isso dessa maneira, se trouxer alguns investimentos pela mão do Partido Comunista, eles são bem-vindos, depois os investimentos também não têm rótulo, portanto, se tiver aí algum empresário comunista que queira investir em Viseu, ele é bem-vindo e será seguramente acarinhado. Agora, quero-lhe dizer que no Conselho da Diáspora em que participaram, vários encontros de negócios foram feitos e há neste momento já, sei por exemplo de um empresário de uma empresa ligada ao setor alimentar que está neste momento a ir para o Luxemburgo na perspetiva de poder vir a fechar um contrato de exportação, fruto já dos contactos que fez no Conselho da Diáspora. Estas coisas são sementes que todos os dias se lançam à terra e que acabam por produzir os seus frutos. Estou convicto que estas pessoas que nós convidámos para o Conselho da Diáspora, são cidadãos da nossa beira, cidadãos que gostam muito da sua terra e que querem ajudar a terra a desenvolver-se e portanto, será nesta perspetiva que as coisas serão feitas. Já agora Senhor Deputado Carlos Cunha, em relação à 229 e a outras situações. Nós temos uma relação boa com a Estradas de Portugal que temos procurado cada vez mais estreitar, há várias situações, por exemplo no IP5 no antigo troço, já notificámos a Estradas de Portugal por causa de uma acumulação de lixo que há numa antiga área de serviço, já o fizemos há uns tempos, mas o lixo ainda lá está. Sabemos bem que por exemplo na 229 aquelas rotundas e o tratamento da estrada, deslustra até a posição que Viseu gosta de ter do ponto de vista do seu posicionamento. Estamos a tentar chegar aqui a um entendimento se em determinada altura tivermos que nos substituir à Estradas de Portugal e fazer o que eles não fazem e debitar, se tivermos que chegar a esse recurso, chegaremos, porque tem razão, há de facto alguns espaços nas estradas nacionais que não deixam nada bem a nossa Cidade-Região. Por último Senhor Deputado Alberto Ascensão, também tentou colar o tal adesivo, enfim, ando aqui com um adesivo porque tenho que andar não é, mas não deixo que me o colem na testa, as freguesias são demasiado importantes para deixar que me cole o adesivo e que nós não nos interessamos. Olhe, esta foi das primeiras câmaras do país, foi a segunda câmara do país a assinar contratos programas com as próprias freguesias no cumprimento da Lei 75. Se fizer o levantamento de tudo aquilo que foi aprovado e que tem sido feito, aliás tenho feito até algumas inaugurações em algumas freguesias, verificará que está completamente errado na sua avaliação em relação à importância das freguesias. Portanto, aconselho a leitura das Atas exatamente para ter noção do que já se investiu nas freguesias. Por outro lado, temos estado a trabalhar em estreita colaboração com os Senhores Presidentes da Junta para cada vez mais, como disse na parte da manhã puxarmos pela criação de valor e procurarmos nas freguesias rurais puxar pela vertente da ruralidade, nas freguesias que têm indústria, puxar também por elas, ou no setor do comércio, na pecuária, procurarmos puxar pelos diferentes setores que cada uma das freguesias tem e posso-lhe dizer que o princípio é este, tudo o que se possa fazer na proximidade, não se fará à distância. Isto é, se a freguesia puder desenvolver na proximidade, nós sabemos que um euro investido na freguesia tem um efeito multiplicador muito maior do que se for a autarquia a fazer diretamente. Portanto, este é o princípio que temos estado a seguir com os Senhores Presidentes da Junta e deixem que vos diga, não gostamos de fazer autoelogio, gostamos de ir falando no trabalho que estamos a fazer de uma forma séria, mas nós fomos eleitos para um mandato e no final desse mandato seremos julgados, o povo julgará o trabalho que estamos a fazer, sendo que esperamos aplicar aquilo que o povo sufragou, que é o nosso programa, o Programa Viseu Primeiro e que tem uma particularidade, gostem ou não gostem, é que este programa foi sujeito a debate público já depois da nossa eleição e adotado como o programa do município. Gostem ou não gostem, a autarquia optou por um modelo de governo em rede, com o seu Conselho Estratégico, onde estão as várias instituições da cidade envolvidas, o seu fórum Viseu Cultura, onde estão os vários atores da Cidade-Região na área da cultura, com a dinamização do Conselho Municipal da Juventude que já reuniu duas vezes, com a dinamização do Conselho Municipal de

Educação, porque entendemos que o Governo da Polis, o Governo da Cidade, o Governo do Concelho, tem que ser cada vez mais participado pelas pessoas, é a única maneira de podermos mobilizar as pessoas para os desígnios coletivos que temos. Portanto, isso dá muito trabalho, é verdade Senhor Deputado Alberto Ascensão, dá mesmo muito trabalho, mas também dá muito gozo, dá muito gozo, podermos interagir com os nossos concidadãos e verificar que em cada reunião que fazemos saímos sempre mais enriquecidos do que aquilo que entrámos. Portanto, por mais que nos procurem colar adesivos, é esta a metodologia de trabalho que escolhemos e até nos provarem do contrário, achamos que estamos no caminho certo. Fazê-lo em sintonia com os Senhores Presidentes de Junta, nas 25 freguesias, fazê-lo em sintonia com os vários atores do Concelho e da Cidade-Região, fazê-lo em sintonia com os Concelhos à volta, articulando no âmbito da A25 com Aveiro e com a Guarda, fazendo a articulação com o Porto, com quem nos estamos neste momento a aproximar, a Lisboa, tenho uma reunião marcada, não me quero interferir nas eleições internas do Partido Socialista, mas tenho uma reunião marcada com o meu colega, Presidente da Câmara de Lisboa, para tratarmos de cultura e empreendedorismo, vão são ser os dois temas que vamos tratar, para podermos aproveitar sinergias de funcionamento, com o meu colega de Coimbra, enfim, com quem tenho o gosto de ser Vice-Presidente da Associação Nacional dos Municípios sobre dossiers conjuntos, porque é neste modelo que nós acreditamos é o modelo de facto de funcionamento em rede. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Há mais alguém que queira colocar alguma questão neste período? Não havendo, íamos já entrar no Ponto Dois. Tem a palavra a Senhora Deputada Lúcia Silva.-----

----- QUARENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Senhor Presidente, apenas aqui uma dúvida com que continuo, porque o Senhor Presidente efetivamente não respondeu à questão que eu lhe coloquei diretamente. O interesse da freguesia é o interesse também do Partido Socialista. O Partido Socialista tem assumido aqui uma posição de oposição construtiva é esse o nosso papel e aquilo que é melhor para a freguesia se o Senhor Presidente o conseguir, nós também o subscrevemos, contudo, há aqui uma pergunta que eu lhe coloquei e à qual o Senhor não respondeu e a pergunta foi, se o Ministério de Educação não permitir que a escola se mantenha aberta de que forma é que o Senhor Presidente vai contratualizar o professor? Sendo que a contratualização do professor é da responsabilidade do Ministério da Educação. Não vale a pena, eu penso que o Senhor Presidente conhece muito bem os formalismos da contratação do pessoal docente e sabe muito bem que uma coisa são as competências da Autarquia, outra coisa são as competências do Ministério da Educação e aqui neste campo, a autarquia, o Presidente de Câmara ainda não tem competências para contratualizar professores. Portanto, Senhor Presidente, eu gostava sem demagogias, eu gostava que o Senhor fosse muito claro e se o Senhor conseguir que a Escola de Travanca de Bodiosa se mantenha aberta, nós subscrevemos e nós concordamos com isso, tão simplesmente quanto isso. Agora, há aqui uma questão que nós lhe colocamos e a qual penso que merece também resposta uma resposta objetiva. Com todo o respeito Senhor Presidente.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Deputado Ribeiro Gonçalves.-----

----- QUARENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO ALFREDO JOSÉ RIBEIRO GONÇALVES (PS): Reitero os meus cumprimentos. Eu só queria, eu sou gostava de colocar uma questão ao Senhor Presidente que é muito objetiva. A questão que eu pus aqui, tinha a ver com a Internet, tinha a ver com a página da Câmara Municipal e não há a mínima referência aos planos operacionais municipais atuais. Como eu disse à pouco as referências que existem ainda têm a ver com executivo anterior. Se forem ver os contactos, tem a ver com o Dr. Ruas e tem a ver com os outros Vereadores e eu acho que não faz sentido para uma pessoa que vá visitar a página, chegue lá e que diga assim, então ainda

não tiveram a oportunidade e tempo para atualizar esta página? Porque eu acredito e eu já o disse aqui que até admito que no terreno, que os Bombeiros Municipais e Voluntários estejam capazes e aptos a desenvolver no terreno aquilo que têm que fazer, não tenho a mínima dúvida sobre isso, a eficácia existirá, mas relativamente a este aspeto parece-me que até é importante para a Câmara Municipal. Eu não vim dizer isto para estar achincalhar ou digamos que estar a dizer mal, o que eu estou a dizer até é para bem da Câmara Municipal, porque haverá outras pessoas, digamos que, no resto do país, que irão ver a página da Câmara Municipal e verão que aqui há algum descuido, é só relativamente a essa matéria que eu me queria pronunciar. Eu penso até que isto é bom para a Câmara Municipal, que sejam avisados exatamente de algumas situações que enfim digamos, que estão menos bem. É só isso. Obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Deputado Alberto Ascensão.-----

----- QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas Membros da Assembleia, Público em geral e Comunicação Social. Eu não quero ser insistente ou que pareça que nos organizámos no sentido de reiterar o nosso pedido de informação, mas, eu queria dizer ao Senhor Presidente o seguinte: Primeiro, da mesma forma que o Senhor foi eleito e tem legitimidade para governar o concelho, nós fomos exatamente eleitos para fiscalizar, criticar, pôr as nossas opiniões e trazer aqui aquilo que pensamos que também é útil para o nosso concelho. O concelho não é de ninguém, o concelho é de todos nós que fomos eleitos pela mesma população. Felizmente que nem sabemos quem é que nos elegeu, porque o voto é secreto e portanto, sabemos é que estamos aqui eleitos todos com o mesmo objetivo de melhoraram ou tentar proporcionar melhor vida aos nossos concidadãos e por isso, em nome da transparência e em nome desses cidadãos que nos elegeram a todos, é que eu perguntei muito concretamente e em nome da transparência que nos diga concretamente, eu não acredito nem me passou pela ideia, aquilo que o Senhor Presidente procurou dizer e procurou pôr-me com um adesivo. Eu não acredito que a Câmara Municipal, nomeadamente o Senhor Presidente ostracize qualquer freguesia, muito menos as mais distantes como assim disse, eu falei em rurais e falou em mais distantes, eu falo em todas, principalmente as rurais, porque normalmente e como vimos desta informação municipal, as freguesias urbanas são normalmente bem mais tidas em consideração, até na informação que nos dá. Portanto, eu reitero só as duas perguntas concretas e precisas que fiz. Não tenho mais nada para perguntar e em nome da transparência é que as pessoas precisam de saber o que esta Câmara tem. É saber quais os investimentos, incentivos e atividades feitos nas freguesias nos últimos nove meses, ou seja nos primeiros nove meses deste mandato e também saber quais os desafios lançados às freguesias e que medidas, investimentos, atividades, incrementos preconiza para o meio rural, que como afirma possam fazer fixar as populações naqueles meios rurais. Isto tudo em nome da última frase que foi escrita e que nos foi distribuída. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Ribafeita.-----

----- QUARENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIBAFEITA CUSTÓDIO FIGUEIREDO FERREIRA (PPD/PSD): Muito boa tarde a todos. Dispensio os cumprimentos à Mesa, mas eu acho que falaram de transparência então falaremos de transparência. Eu não estou e não podia estar mais de acordo com o Deputado Ascensão, porque de facto não podemos esquecer aqui as freguesias rurais, é óbvio. Agora não podemos é vir, vem cá um Deputado, o Senhor Ribeiro de Carvalho criticar o investimento numa freguesia rural, que entendemos que é um investimento estrutural para a Freguesia de Ribafeita e a seguir vem outro Deputado questionar os investimentos nas freguesias rurais. Então em que é que ficamos Senhores Deputados? Em

que é que ficamos? Muito obrigado e boa tarde.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta de Ribafeita. Tem a palavra o Senhor Jorge, Presidente da Junta de Cavernães.-----

----- **CINQUENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAVERNÃES JORGE ANSELMO MARTINS (PPD/PSD):** Muito boa tarde a todos. Um cumprimento à Mesa, à Digníssima Administração da Câmara, Senhores Vereadores e Caros Colegas. Eu queria falar aqui ao Senhor Deputado, mas ele oportunamente saiu, porque de facto, quer dizer, eu tenho estado com os meus colegas e não tenho nenhum conhecimento que lhe tenhamos passado uma procuração para ele vir aqui tão ferozmente defender-nos. De qualquer maneira quero-lhe dizer o seguinte: No que à minha freguesia diz respeito, eu não me queixo e não me queixo porque sei que a administração da câmara está a fazer um trabalho preparatório, temos obras a andar, temos protocolos que foram celebrados e eu mesmo sou testemunha que o Senhor Vereador das Freguesias ainda na semana passada, teve uma tarde inteira na minha freguesia, fez-se acompanhar dos Senhores Diretores de Departamento, inventariou aquilo que eu entendia que eram as necessidades para a minha freguesia, tomou boa nota delas e sei que a breve prazo reuniremos para tomar decisões em relação ao protocolo com que posso contar. De maneira que, Senhor Deputado, não atire atoardas para o ar porque amanhã, uma mentira dita muitas vezes, são verdades. E não é verdade, porque eu fui eleito para defender a Freguesia que me elegeram e se assim fosse, estaria aqui a dizer o contrário. Mas devo dizê-lo por amor à verdade porque sei que é esse também o sentimento dos meus colegas que a câmara está muito atenta aquilo que são as preocupações das freguesias rurais, e como exemplo, é aquilo que o Senhor Vereador das Freguesias, teve o cuidado de “in loco” ir a cada uma delas para se inteirar daquilo que são as suas necessidades.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Jorge Martins, Presidente de Junta de Cavernães. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder se assim o entender.-----

----- **CINQUENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Será muito breve. Em relação à Senhora Deputada Lúcia Silva, é só para lhe dizer o seguinte: A Escola estará em funcionamento este ano letivo. Em relação ao Senhor Deputado Ribeiro Gonçalves, quero-lhe dizer o seguinte: Nós temos o “site” da Câmara em reformulação e temos noção de que a informação que está no “site” da Câmara, está até ultrapassada, temos noção exatamente disso. Tínhamos uma hipótese, ou fazíamos um refrescamento do “site” para ele começar já a dar alguma informação útil às pessoas, como sabe há um objetivo que é a desmaterialização de muitos processos designadamente colocar ferramentas aos serviços dos cidadãos para que possam utilizar de uma forma desmaterializada e recorrer aos serviços da câmara por essa via. O “site” está a ser todo reformulado nessa lógica. Portanto, é um trabalho de fundo que está a ser desenvolvido que vai permitir seguramente que toda a informação seja atualizada. Portanto, fique perfeitamente tranquilo sobre isso, agora, “*Roma e Pavia não se fizeram num dia*” portanto, estamos a trabalhar nessa vertente.-----

Senhor Deputado Alberto Ascensão, em alguns tempos até se assumiu um bocado como o Ministro das Finanças da bancada do Partido Socialista, o Senhor só tem que fazer o seguinte: Pega no orçamento que está previsto para este ano e veja o que lá está previsto do ponto de vista de investimentos nas freguesias. Pega nas deliberações do Executivo, feitas nestes primeiros seis meses e vê o que é que foi deliberado, e vai chegar a uma conclusão, é que muito mais de metade do orçamento que está previsto para as freguesias, já está comprometido e executado e vai chegar à conclusão que aquilo que está a procurar colocar é falso. Eu candidatei-me com um lema, levar o Rossio às Aldeias e levar as Aldeias ao Rossio. Serei julgado no final do mandato por isso e lhe garanto que ninguém é mais defensor das freguesias do que eu e até porque, até vivo numa freguesia rural. Vivo

na Freguesia do Campo, tenho origens em Cavernães, portanto tenho várias ligações rurais que me permitem olhar para estes territórios e tenho atrás de mim uma responsabilidade, que é o meu pensamento e se defendo a coesão para o país, por maioria de razão tenho que defender a coesão no âmbito do meu concelho. Ainda hoje de manhã vim eu aqui defender na perspetiva das escolas, que pedi ao Senhor Vice-Presidente para reformularmos a carta educativa exatamente para que fique bem patente que é preciso que cada freguesia tenha no mínimo uma escola primária e no mínimo uma escola pré-escolar porque os serviços mínimos têm que funcionar em todas as freguesias e sabemos que se deixarmos que este princípio não seja acautelado estamos a prazo a condenar à desertificação algumas das nossas freguesias e não é essa a nossa intenção. Portanto, Senhor Deputado Alberto Ascensão, faça o seu trabalho de casa e escusa de fazer estas perguntas.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Iámos passar então ao PONTO NÚMERO DOIS, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO RELATIVO À CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTES DO CONCELHO DE VISEU. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados no âmbito este ponto da criação da Comissão Municipal de Mobilidade, Trânsito e Transportes do Concelho de Viseu, é claramente uma opção no âmbito das atribuições que o município tem nesta matéria, criarmos por um lado de uma comissão que tenha uma determinada representatividade e é a representatividade que está patente no texto que foi distribuído e que foi aprovado por unanimidade na reunião do Executivo, em que várias entidades integrarão esta Comissão de Mobilidade e ao mesmo tempo, para além do grupo permanente, também um grupo consultivo, onde há aqui uma grande preocupação de dar atenção designadamente a objetivos da cidade, de ser uma cidade inclusiva e com representantes daqui, designadamente dos deficientes, ter aqui as diferentes associações, a Comercial, os Bombeiros, enfim, várias entidades que nos ajudem, a por um lado olhar de uma forma mais abrangente para todas as questões que têm a ver com o trânsito e com a mobilidade e os transportes no Concelho de Viseu, num momento particularmente importante, porque nós, enfim temos que lançar o grande concurso para a questão dos transportes urbanos da cidade no próximo ano, temos questões de mobilidade designadamente ligação ao Centro Histórico e de ligação a outras áreas da cidade que é importante tomar decisões sobre elas, mas entendemos que faz todo o sentido até para servir de apoio ao trabalho do Senhor Vereador que tem esta área, a criação desta comissão exatamente para podermos ter aqui posições avalizadas. Há também aqui uma preocupação como deverão ter reparado ao ler a proposta que é ter aqui também o apoio de duas entidades que nos darão aqui suporte a nível do “*Know how*” designadamente o Politécnico de Viseu, aliás tem sido uma prática do município, envolver o Politécnico em todas as matérias onde possa ir buscar conhecimentos sobre a matéria e manter aqui também o Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, pelo trabalho que vem de trás designadamente nesta matéria e porque é claramente na região a entidade que melhor sabe mexer nestas matérias e portanto, aquilo que se propõe é exatamente a criação desta Comissão Municipal de Mobilidade, Trânsito e Transportes do Concelho de Viseu.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Eu recordava só que todas as deliberações desta Assembleia segundo proposta da Mesa e também na sequência da proposta da Câmara e as Moções, foi feita a proposta no sentido de aprovação em minuta para efeitos imediatos. Era só para recordar isto e também recordar a todos e por isso pedia um esforço nesse sentido que vamos ter uma votação com clara identificação dos Membros e o sentido de voto de cada Membro, por isso pedia que não se ausentassem da sala durante as votações. Fazia esse pedido a todos. Obrigado.-----

Algum Membro da Assembleia quer intervir, algum Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Costa.-----

----- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. Eu queria, na sequência daquilo que o Senhor Presidente da Câmara acaba aqui de dizer, também relevar todas as entidades que fazem parte quer do Grupo Permanente desta comissão quer do Grupo Consultivo, relevar especialmente a vertente técnica que é valorizada com esta composição, relevar também a abertura da discussão deste dossier, ao fim e cabo a toda a sociedade e criar uma voz ativa dentro da câmara para que o sentir e o pulsar de todos seja vertido depois nas decisões que se vão tomar em termos de competências e em termos de decisões na mobilidade e no trânsito e em jeito de remate, só fazer aqui a expressão de um desejo muito simples que com certeza irá compreender, é que dentro de um ano estejamos a incluir nesta composição mais a vertente aeronáutica também e quiçá também já a estudar a vertente ferroviária. Era só isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINQUENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Senhor Presidente, não quis naturalmente intervir anteriormente respondendo enfim, a algumas observações que aqui fez sobre a minha pessoa, se de facto a memória lhe recorda a convivência que tivemos quando jovens, saberá que eu gosto muito mais da dialética do que propriamente da retórica e quanto ao “show off”, também naturalmente lembrar-se-á que eu sempre fui uma pessoa discreta e gosto muito de o ser, “show off” não é de facto comigo. Quanto ao estereótipo de que o PCP só deita abaixo e deita abaixo, também não corresponde à verdade e penso que a minha intervenção nesta Assembleia de alguma forma tem provado o contrário e mesmo nesta sessão o fará pelas recomendações construtivas que aqui trago. Relativamente à matéria que está agora em análise, queria de facto colocar algumas questões:-----

Não nos parece que os problemas da mobilidade se restrinjam à deslocação/ ou estacionamento de veículos motorizados. Não encontro neste regulamento ou enfim, na constituição desta comissão, qualquer referência à participação de cidadãos na qualidade de peões como também não vejo qualquer representação dos ciclistas. Gostaria de saber porquê, se consideram que não é pertinente.-----

Procurei apuradamente saber quem é a Associação de pessoas com deficiência. Enfim, a limitação pode de facto ser minha mas eu não encontrei qualquer dado esclarecedor sobre esta associação. Gostaria que o Senhor Presidente me desse essa informação se assim puder ser.-----

Queria também, apresentar uma proposta de alteração no que respeita à composição desta comissão. Os Bombeiros, pela relevância que nos parece que assumem na matéria, deveriam integrar o Grupo Permanente e não o Grupo Consultivo.-----

Quero também ainda deixar aqui sobre esta matéria da mobilidade uma recomendação no sentido de que sejam criados mais lugares de estacionamento para motociclos pois os existentes revelam-se insuficientes e que seja analisada e repensada a localização das paragens de autocarro nos casos em que duas paragens se situam uma frente a outra porque isso de facto dificulta o trânsito. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Dava a palavra ao Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **CINQUENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Dispensando os cumprimentos, apenas gostaria de referir o seguinte: Tratando-se de uma Comissão Municipal de Mobilidade, Trânsito e Transportes, acho estranho que não figure, nem no Grupo Permanente, nem

sequer no Grupo Consultivo os mais importantes atores disto ou seja, o Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Distrito de Viseu, são quem guia todos os dias, esses não têm uma palavra a dizer nisto? Acho muito estrando, quer dizer, deve ser claramente integrado nisto.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Agradeço as questões que foram colocadas. Em relação ao Senhor Deputado Carlos Costa, obviamente que a criação desta Comissão também testemunha, por um lado termos um órgão de apoio a decisões que temos que tomar, enfim, a diversidade das matérias em que temos que intervir, leva-nos a rodear-nos de pessoas e de representantes de instituições que nos possam ajudar a decidir bem e portanto na composição digamos, quer do Grupo Permanente, quer do Grupo Consultivo, houve exatamente essa preocupação, do tal funcionamento em rede. Também espero que de facto, aquilo que disse seja verdade, porque eu estou perfeitamente convicto que conforme estamos a fazer este percurso determinado e muito com os pés assentes na terra do ponto de vista do aeródromo, também o estamos a fazer do ponto de vista da ferrovia, aliás, quero anunciar aqui aos Senhores Deputados que amanhã no âmbito da plataforma da A25, vai decorrer mais um encontro na Guarda, portanto é o terceiro encontro desta plataforma, a temática será exatamente sobre a questão da ferrovia, com a presença do Secretário de Estado dos Transportes exatamente porque ainda não desistimos, independentemente de podermos dizer que ficaria cumprida a promessa de Viseu ter ferrovia através da melhoria da Linha da Beira-Alta e da ligação a Viseu, continuamos a entender que o país ganhará muito mais se efetivamente houver uma ligação nova entre Aveiro-Viseu-Mangualde e melhoria da Linha da Beira-Alta. Amanhã vamos ter exatamente na Guarda, a seguir ao almoço uma reunião com os três Presidentes de Câmara e com a participação de especialistas, mais um passo que damos nesta, enfim, tentarmos demonstrar no fundo ao Governo que independentemente daquela solução que o Governo possa defender poder contribuir para o nosso objetivo de termos a ferrovia, ela não serve o Centro Norte do País, é melhor que seja a segunda solução. Portanto, estamos perfeitamente empenhados em concretizar esse objetivo que entendemos que é fundamental para o país. Em relação às questões colocadas pela Senhora Deputada Filomena Pires, não vou fazer aqui conjeturas sobre os tempos do liceu, mas quero-lhe dizer que em relação aos representantes das pessoas com deficiência, vamos seguramente encontrá-los, porque há várias associações, felizmente Viseu tem dez associações no âmbito da deficiência que cobrem as diferentes áreas, o que é que vamos dizer, é no fundo pô-las a conversar para escolhermos quem será o seu representante. Por outro lado, em relação às sugestões esta comissão está a compilar, neste momento nós temos uma infinidade de assuntos que precisamos de decidir em matéria de trânsito em Viseu, desde assuntos mais pequenos a assuntos mais complexos. Mas faz sentido que, para além da compilação de uma série de assuntos que temos neste momento estudados, qualquer sugestão que tenham para fazer chegar, não hesitem, junto do Senhor Vereador que tem a responsabilidade também desta área, o Senhor Engenheiro João Paulo Gouveia, façam chegar, sendo que por exemplo, há espaços na cidade onde eu já detetei falta de espaços para cidadãos com deficiência, desde logo ao lado do Teatro Viriato, faz pouco sentido que o Teatro Viriato tendo a valência que tem, não tenha logo ali à porta um espaço para deficientes. Portanto, essas questões estão a ser vistas e muitas delas prendem-se também com a filosofia de transportes públicos futura que nós queremos implantar no município. Portanto, seguramente que se chegarmos a uma conclusão, que dentro desta composição é necessário reforçá-la, não deixaremos de a reforçar, agora, não podemos transformar uma comissão digamos que, de aconselhamento da autarquia numa estrutura que a determinada altura, onde tudo e mais alguma coisa está representado e que depois não possa ser devidamente agilizada, mas não colocamos fora de hipótese que colocando

este regulamento em vigor que no decurso do trabalho desta comissão se chegue à conclusão, independentemente de estar no regulamento ou não, se em qualquer momento entendermos convidar mais alguém para participar, também não hesitaremos até porque entendemos que devemos ter sempre aqui a opinião dos mais capazes e dos que estejam mais habilitados a prestarem-nos o apoio nestas áreas.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO RELATIVO À CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRANSPORTES DO CONCELHO DE VISEU. Quem se abstém? Quem vota contra? *Aprovada por unanimidade. (Anexo 1 – Registo nominal das votações, páginas 335/336).*-----

Passávamos ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DE GESTÃO MUNICIPAL – PARQUE DESPORTIVO DO FONTELO.** Dava a palavra ao Senhor Presidenta da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, eu solicitava se estivesse de acordo e os Senhores Deputados estivessem de acordo, se não fazemos isto separadamente, nós temos aqui dois pontos com regulamentos de utilização de instalações desportivas, temos por um lado o Regulamento do Fontelo e temos também o Regulamento do antigo Pavilhão do Inatel, agora designado Pavilhão Cidade de Viseu, basicamente estes dois regulamentos o que é que visam, visam definir os princípios de utilização dos mesmos. Portanto, desde logo no Parque do Fontelo um conjunto de infraestruturas que são propriedade da autarquia e portanto definir as regras da sua utilização e também os custos da sua utilização e no Pavilhão Cidade de Viseu a mesma coisa, sendo que, como sabem, existe também o objetivo da Câmara de Viseu negociar um prazo mais dilatado com o Inatel no que diz respeito ao Pavilhão Cidade de Viseu, antigo Pavilhão do Inatel e inclusivamente transformar hoje um espaço que lá existe como um espaço para as associações desportivas no sentido de otimizarmos a utilização daquele mesmo espaço. Mas neste caso concreto, no fundo são dois regulamentos que visam criar transparência e que todos os cidadãos saibam que quando o precisam de utilizar, ou as instituições, estas são as regras do funcionamento. Portanto, sugiro e se estiverem de acordo considero os dois pontos apresentados.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Colocava a questão à Assembleia esta proposta e que penso que faz sentido de discussão conjunta do Ponto Três e do Ponto Quatro e depois teríamos que fazer a votação separada. Penso que não há nenhum problema. Então Senhor Presidente, íamos fazer a discussão conjunta. Há alguém que queira intervir? Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINQUENTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Ora, sobre esta matéria apenas duas ou três notas. Antes de mais perguntar para minha informação naturalmente, se para a redação deste regulamento, foram ouvidos os agentes desportivos, nomeadamente as associações desportivas do concelho ou se as decisões foram tomadas à margem da sua opinião como aconteceu com o desaparecimento dos jogos desportivos tanto quanto sabemos.-----

Questionar ainda porque não consta no regulamento em análise a definição das prioridades na utilização e isto referentemente portanto ao Parque Desportivo do Fontelo em concreto. Portanto, retomando, não consta no regulamento em análise a definição das prioridades na utilização das instalações desportivas. Não estando elas definidas, pensamos que as associações federadas, com compromissos desportivos ao nível da formação e da competição, poderão estar em pé de igualdade com particulares que não tenham qualquer compromisso federado e até associativo, tendo necessidade de recorrer a instalações privadas com custos muito superiores e gostaríamos que isto fosse ponderado.- Perguntar também para quando se prevê a conclusão das obras no Pavilhão Desportivo do Fontelo, não sei se o Senhor Presidente há pouco fez referência a isto, peço desculpa se

estive distraída. Queríamos também fazer aqui uma Recomendação muito concretamente em relação a este regulamento que o responsável/coordenador técnico pelas instalações integre na sua equipa integre também um animador desportivo que possa organizar o desporto lúdico, recomendar ainda que o conjunto de Princípios Orientadores para a Celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo que o Senhor Presidente me enviou em resposta a requerimento por mim apresentado, venha a evoluir para um regulamento claro, transparente e esclarecedor das decisões nesta matéria.-----

Queríamos ainda também trazer aqui uma outra recomendação. Queixam-se os cidadãos que de facto a Piscina do Fontelo não chega para dar resposta a todas as necessidades. De facto a piscina alberga simultaneamente a preparação de atletas federados, lecionação de aulas variadas, prática de natação livre e fruição de atividades lúdicas e frequentemente há de facto alguma incompatibilidade nestas diferentes utilizações. Também gostaríamos de chamar à atenção para a conservação do circuito de manutenção na Mata do Fontelo, que nos parece que de facto merece a atenção da parte do executivo. Muito obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Não havendo mais nenhuma intervenção, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- CINQUENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, muito rapidamente para dizer que obviamente que este regulamento resulta de todo o trabalho prático que tem vindo a ser feito sobre esta matéria. As associações sabem bem as linhas com que se cosem, porque têm todas elas ou pelo menos aquelas que o quiseram, têm protocolos assinados com o município, sabem exatamente quais são os apoios de uma forma clara, sabem exatamente as regras da utilização das instalações e obviamente que sempre que se trata de fazer a calendarização, a calendarização dá sempre prioridade às atividades devidamente organizadas. Portanto, nem precisa de colocar a questão. Em relação às piscinas do Fontelo, elas ainda têm horários por utilizar. Quero-lhe dizer que há sempre quatro pistas que estão definidas e estão disponíveis para a utilização de qualquer utente que chega ao Fontelo e posso-lhe dizer que ainda há horários ao longo do dia onde a piscina não está completamente utilizada. Agora, obviamente que há picos de utilização, além disso, Viseu não se limita a ter felizmente umas piscinas, há outras ofertas que existem e aqui também deve haver uma lógica de complementaridade com outro tipo de ofertas existentes no concelho e a utilização das piscinas do Fontelo não é gratuita, como sabe cada cidadão tem que pagar um determinado custo. Portanto, as instruções que os serviços têm é utilizarem a 100% as instalações. Temos estado a celebrar mais alguns protocolos com algumas instituições, exatamente porque o custo está lá, no fundo é uma lógica de responsabilidade civil dos Serviços Municipalizados, é bom que se assuma que as piscinas são responsabilidade civil dos Serviços Municipalizados. Para além da receita da água, os Serviços Municipalizados assumem todo custo do funcionamento das piscinas e que têm um custo bastante elevado ao longo do ano e portanto, no fundo é uma maneira de devolverem à sociedade e bem um serviço que também é prestado pelos Serviços Municipalizados. Em relação ao Pavilhão desportivo do Fontelo, ainda bem que a Senhora Deputada pergunta, porque de facto as obras começaram no dia doze do seis depois de um período muito complexo do ponto de vista jurídico, este era um dos dossiers mais complicados que tínhamos para resolver, porque tínhamos aqui duas bitolas, por um lado a necessidade de aquela infraestrutura ficar a funcionar, embora lhe diga com algumas questões como por exemplo a do judo, fomo-las resolvendo por outros mecanismos mas, havia aqui também uma questão que se chama fundos comunitários, porque aquela obra é comparticipada por fundos comunitários e nós temos obrigatoriamente de ter aquela obra concluída até setembro do próximo ano. Acho que essa será a data limite do ponto de vista dos fundos comunitários. Agora, obviamente que a expectativa que temos, Deus queira que tudo corra na normalidade, mas perspectiva que temos é que a empresa entre em velocidade cruzado do ponto de vista da obra e que a obra até ao final do ano possa estar praticamente concluída, final do ano início do

próximo. Portanto, é mais um nó que acabámos por conseguir desatar e portanto, é também com gosto que anuncio que já desde o dia doze do seis que as obras recomeçaram e que a curto prazo teremos seguramente o Pavilhão Gimnodesportivo do Fontelo a funcionar ao serviço da comunidade.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Colocámos à votação A PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DE GESTÃO MUNICIPAL – PARQUE DESPORTIVO DO FONTELO. Quem se abstém? Quem vota contra? Foi aprovada a proposta com uma (1) abstenção. (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 337/338).-----

Íamos passar ao PONTO QUATRO Apreciação e votação da proposta de Regulamento Geral de utilização das instalações desportivas do Pavilhão Cidade de Viseu (Pavilhão da Fundação do INATEL). Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovada a proposta com uma (1) abstenção. (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 339/340).-----

Íamos agora apreciar o Ponto número Cinco da Ordem de Trabalhos, Apreciação e votação da proposta Viseu Investe - Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este é um regulamento que tendo sido debatido e aprovado por unanimidade no executivo é claramente um dos pontos que me apraz muito apresentar nesta Assembleia Municipal. Dentro do princípio das tais três prioridades, três prioridades muito concretas e não dispersão de prioridades que definimos, por um lado a vertente social, por outro lado a vertente económica e o apoio ao investimento económico e a terceira coesão territorial onde entra o Centro Histórico e a ligação à nossas Freguesias, esta enquadra-se na segunda prioridade. Começou pela criação do Gabinete de Apoio ao Investidor, de todo um conjunto de iniciativas que já tomámos, designadamente desbloquear o Parque de Mundão, a ampliação futura do Parque de Coimbrões, perspetivar também no próximo quadro comunitário de apoio o Parque de Lordosa, mas ao mesmo tempo criando um regulamento que seja transparente e que não deixe ao livre arbítrio a capacidade de decisão. Este regulamento que hoje trazemos aqui e que faz parte do programa Viseu Primeiro, no fundo coloca aqui também, na perspetiva de que a competitividade do concelho, depende muito da capacidade que o concelho tenha para criar riqueza e através dessa riqueza criar postos de trabalho. Este programa Viseu Investe que estamos a implantar no terreno e do qual já tem o Gabinete de Apoio ao Investidor e também agora hoje propomos aqui a aprovação de um regulamento de apoios municipais, a dirigir portanto, ao investimento produtivo. Na prática como sabem, os municípios, não têm possibilidade de isentar as empresas dos impostos municipais e aquilo que nós assumimos neste regulamento, é o princípio de promover o investimento e compensar localmente a criação de emprego e riqueza na proporção definida pelo regulamento dos impostos municipais a liquidar e em função da verificação, das condições nele referidas. Esses incentivos previstos, assumem claramente aqui uma situação de rutura com o modelo generalizado de apoio ao investimento ao tornaram mais claro e transparente a forma de o acederem e por outro lado, assumindo-se aqui uma postura de discriminação positiva das micro e das pequenas e médias empresas e ao mesmo tempo daqueles que são os investidores que já cá estão, porque também, há uma perspetiva de acarinhar quem cá está e verem a possibilidade de se continuarem a desenvolver. Portanto, faz parte da política municipal para a promoção do investimento e para a captação de investidores. Portanto, no fundo o que nós pretendemos é apoiar os investimentos que criem riqueza mas ao mesmo tempo também emprego. Queremos também apoiar os que o fazem de uma forma diferente, pela positiva e na perspetiva

também da inovação e teremos majorações também para os que já investiram em Viseu ou pretendam investir novamente no sentido de no fundo sinalizar positivamente os que já cá estão e não ter uma atitude de apoio explícito aos novos investidores que vamos angariar deixando para trás aqueles que ao longo destes últimos anos foram investindo no concelho. Portanto, este regulamento no fundo aplica-se a quem faça investimentos superiores a setenta e cinco mil euros e à criação de cinco postos de trabalho, portanto daí para a frente, em menos de vinte e quatro meses e no fundo consubstancia aquilo que é o cumprimento de mais uma promessa eleitoral que foi feita e ao mesmo tempo criar aqui um instrumento efetivo para captação de investimento para o nosso concelho. Portanto, estamos em crer que com isto demos mais um passo que estava faltando para ficar todos os instrumentos concluídos, o dossier do investidor onde este também se conterá. Porque obviamente os incentivos à fixação de investimento será também uma parte do regulamento do dossier do investidor, daí que seja a ultima peça que nós iremos preparar para esse efeito. Voltando a reafirmar uma coisa às Senhoras e aos Senhores Deputados, a captação de investimento é algo muito difícil, todos nós sabemos disso porque cada vez que nos posicionamos há outros países que se posicionam e há outros concelhos que se posicionam. Agora, se não tivermos os instrumentos adequados para o poder captar, então é não o captamos de todo. Portanto, há aqui claramente uma aposta do município naquilo que foi também um dos seus compromissos eleitorais e estamos em crer até pelo exercício continuado que temos vindo a fazer, nós temos andado a fazer uma autêntica pesca à linha, de falar com empresários, com grupos industriais, apresentando-lhes Viseu no sentido que Viseu apareça como um concelho amigo do investidor, um concelho amigo que quer investimento na agricultura, que quer investimento nos serviços transacionáveis, que quer investimento no domínio industrial e estamos em crer que estaremos a dar passos que nos poderão permitir, ter outras “BizDirect” a virem para o nosso concelho e podermos dessa forma, por um lado incentivar a redução do desemprego porque preocupa-nos sempre, nem que seja uma pessoa que esteja numa situação de desemprego, procurar fixar os nossos jovens, porque de facto o crescimento do concelho e a sustentabilidade futura do concelho depende muito da capacidade de fixação e porque não ambicionar a prazo, procurarmos recuperar até alguns daqueles que abandonaram o nosso concelho e a nossa região para emigrarem para outras paragens. Acho que temos que ser aqui ambiciosos, mas ambiciosos com os pés assentes na terra e reiterando aqui um compromisso que já assumi, o município só anunciará aquilo que efetivamente já esteja concretizado, preto no branco. Nunca me verão aqui a anunciar um investimento que não esteja já devidamente contratualizado. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Está aberta a discussão. Tem a palavra o Senhor Deputado Rafael Amaro.-----

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS:)** Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social, Meus Senhores e Minhas Senhoras. Senhor Presidente, por obrigação como é óbvio, e até por gosto, tenho acompanhado digamos que, durante estes nove meses, que até são simbólicos, nove meses não é! Tenho acompanhado durante estes nove meses, digamos que, a arquitetura institucional que tem vindo a construir do ponto de vista económico e do ponto de vista do investimento, mas centrando-me apenas nesse ponto. Quando foi do debate do orçamento, tive a ocasião de dizer que não via no orçamento uma rutura com o passado e não querendo entrar agora aqui em psicanálise Freudiana, não o tinha visto nesse momento, mas, reconheço agora que olhando para esta arquitetura institucional que está a construir, reconheço e acho que ninguém pode dizer o contrário, que a forma de fazer política e a forma de, digamos que, mudar institucionalmente o concelho no que diz respeito ao investimento e no que diz respeito à captação de investimento, há aqui uma mudança substancial. Eu deixarei de lado todas as outras coisas e a mudança substancial é de que,

há aqui um modelo, há aqui uma estratégia e até posso dizer que, não só o que este regulamento traz, mas outras medidas que já foram aqui anunciadas, não poderei estar contra elas até porque o Partido Socialista no seu programa contemplava isto. Não se trata aqui de paternidade, mas é dizer, o Senhor é o pai destas medidas, eu até dizia ali comentando com os meus colegas, a verdade é que não ganhámos e como não ganhámos, não somos nós a instituí-las e como tal não podemos dizer mal delas o que é um princípio que eu terei aqui sempre enquanto Deputado Municipal. Portanto, olhando para este regulamento, tem algumas coisas de pormenor que nem interessa estarmos a discutir, poderíamos mais para baixo ou mais para cima, a questão dos bens transacionáveis se deveriam ou não digamos que, ser bonificados, não vou entrar por aí, a única coisa que vou dizer é que há coerência, há estratégia, há uma nova forma de fazer política, não há dúvida nenhuma sobre isso e há também uma coisa que eu gostaria de ressaltar aqui, que é, eu vejo nas palavras do Senhor Presidente da Câmara muito mais consciência das dificuldades, não obstante esta moldura institucional do que nalguns dos discursos que eu ouço nesta Assembleia, não pelo Senhor Presidente. O que é que eu quero dizer com isto, quero-lhe dizer mais uma vez que o Senhor Presidente não precisa dos meus conselhos e sei que está bem assessorado, e isto não é uma crítica, é um elogio. Está bem assessorado, mas, o que eu gostaria de dizer é que, todos estes elogios que estamos a fazer e agora falando do ponto de vista do Partido Socialista e no meu caso pessoalmente, são elogios que como é evidente estando na oposição, numa oposição construtiva, são elogios que vão pedir em algum momento um balanço, não é agora. Como eu costumo dizer, não é agora o balanço. O que o Senhor Presidente está a fazer neste momento e bem, é lançar as bases de uma arquitetura institucional que permita que este concelho seja competitivo a nível nacional. Eu apontava portanto para aqui dois constrangimentos, um material e outro de ordem política. O material é que, eu acho que a moldura institucional e digamos que o empenho estratégico que está a colocar na captação de investimento que não pode ser de outra maneira, não há riqueza se não existir investimento, não há emprego sem investimento, não interessa depois estarmos aqui a dizer que não há emprego, digamos que tem o primeiro constrangimento do ponto de vista digamos que nacional é que não me parece que esta ambição seja acompanhada por este Governo, da forma como estrategicamente define a política nacional. Não há tempo nem interessa estarmos aqui a discutir, não é acompanhado, mas isto não é da sua competência. A outra mais de natureza política e como digo, não precisará obviamente dos meus conselhos, é que faz bem e fez muito bem no discurso que apresentou, baixar as expectativas. Penso que, e portanto, baixar as expectativas é não cometermos o erro da Seleção Portuguesa, ou seja que partiu para o mundial com expectativas que depois saíram frustradas, porque como diz e muito bem, digamos que, o investimento é aquilo que todos estão à procura neste momento no país e portanto, criar emprego, digamos que, tornar o concelho mais competitivo que os outros e mesmo atuando não só a nível nacional como a nível internacional numa sociedade que é a globalizada a competitividade entre concelhos está aí e portanto, do ponto de vista institucional e olhando para este regulamento, eu prefiro mais esta filosofia do que aquela como chamou e bem que é uma filosofia casuística ou seja que o Senhor Presidente faria de acordo com os rumores da altura relativamente a qualquer um dos investidores. O investidor sabe neste momento com o que é que pode contar e quais são os benefícios que tem e portanto dou-lhe os parabéns por isso. A única coisa que eu lhe recomendava do ponto de vista, digamos que, daquilo que está aqui em presença e dos discursos que fui ouvindo aqui, é que não faz mal nenhum que do ponto de vista político a expectativa sejam aquelas que são, as que acabou por dizer, realistas, ou seja, não significa que criando todas estas condições que nós tenhamos muito emprego, muito investimento daqui a dois ou três anos até pelos condicionalismos que eu já disse. Quer dizer, o Senhor Presidente não vai controlar aquilo que é a estratégia do Governo, espero que este Governo não esteja lá muito tempo e que possa vir outro, mas depois

também teremos que ter calma não é, porque pode “*virar-se o bico ao prego*”, é verdade, essa é que é a verdade e portanto este é um condicionalismo, o outro condicionalismo é esse que acabei de falar, e acabei de falar porquê, porque daqui por dois anos e meio ou três, não levará a mal com certeza o Senhor Presidente não é, meio do mandato, segunda metade do mandato que os Deputados Municipais estejam aqui com base nisso a dizer, bom, Senhor Presidente criou a arquitetura, criou as instituições, criou as coisas, mas eu agora vou ver o emprego e emprego criado “x”, empresas “y” e depois o Senhor Presidente vai ter obviamente que responder. Por isso, o que eu queria dizer Senhor Presidente com o que disse é que não tenho nenhuma crítica a fazer-lhe, o Partido Socialista vai votar favoravelmente isto, está de acordo com esta filosofia, aquilo que eu estou se calhar a dizer é muito mais para os discursos que ouvi da bancada que, digamos que “*cautelos e caldos de galinha não fazem mal nenhum a ninguém*” e eu acho que como estamos aqui quatro anos, é melhor termos alguma atenção e ver as coisas com realismo porque estamos a falar numa coisa que é essencial obviamente para o concelho, mas que, todos gostaríamos que viessem muitas empresas, seria bom para todos e eu vou-lhe dizer com toda a sinceridade política, eu gostaria que daqui por três anos ou quatro, estar aqui a dizer que o Senhor teve muito sucesso com isso, mas se não tiver, é óbvio que também lhe estarei aqui a dizer que, não obstante isso as coisas não foram, como deviam e portanto, eu achava que nesse aspeto, a seriedade que colocou na apresentação desta proposta acho que é a mais correta. Era o que gostaria de dizer.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais alguma intervenção? Tem a palavra a Deputada Filipa Mendes e depois a Deputada Filomena Pires.-----

----- **SESSENTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Por motivos de saúde que aqui já foram referidos o Deputado Dr. João Cotta não pôde estar presente e por essa razão, em nome do meu companheiro de bancada, farei a leitura da sua intervenção sobre o Programa Viseu Investe.-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Secretários da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Caras Vereadoras e Caros Vereadores. A atração do investimento foi definida pelo programa Viseu Primeiro como uma das prioridades. O investimento é a semente da criação de riqueza e de emprego, sendo por isso prioritário para o futuro dos territórios. A atração do investimento é multifatorial, exige determinação e visão. São diversas as variáveis que contribuem para atrair o investimento: promoção dos territórios, regras de licenciamento simples, trabalho em rede, segurança, qualidade de vida, ensino superior e profissional de qualidade, áreas de investimento adequadas, envolvente empresarial dinâmica, aposta nos afetos e capacidade dos nossos emigrantes, mão-de-obra qualificada, paz social, acessibilidades adequadas, incentivos ao investimento, vida cultural ativa e confiança no futuro.-----

A Câmara Municipal de Viseu tem revelado ter uma estratégia concertada com todas estas variáveis.-----

O programa Viseu Investe é uma medida integrada nesta estratégia. É um sistema de incentivos locais ao investimento económico, tendo em vista a atração e fixação de empresas, atividades e a criação de emprego, cuja aplicação decorrerá ainda no mês de Julho. O programa Viseu Investe tem diversas características muito positivas:-----

- 1 – Está integrado numa estratégia global de atratividade de Viseu. Por isso, as probabilidades de êxito são maiores.-----
- 2 – Está orientado para resultados nomeadamente a criação de emprego e para o investimento. É um apoio não casuístico, não ao acaso, mas com regras ao investimento e objetivos.-----
- 3 – É transparente pois tem os fundamentos, objetivos e fórmulas de cálculo. O

regulamento define critérios e escalões em proporção dos investimentos aplicados, sendo os incentivos aplicados num período de três anos.-----

4 – É abrangente pois abrange todas as iniciativas empresariais privadas ou públicas que visem a sua instalação ou realocação no concelho de Viseu, de carácter industrial, comercial e serviços de interesse municipal.-----

5 – Apoia projetos com algum impacto, que podem fazer a diferença e a quem arrisca mais: só com 75.000€ de investimento e com 5 postos de trabalho é que se começa a premiar.-----

A Câmara Municipal de Viseu tem hoje uma linguagem adequada à atração do investimento. A estratégia que está a ser implementada vai exigir esforço, método e determinação até os resultados serem os que todos desejamos.-----

Com o programa Viseu Investe, a CMV está a dar um exemplo de confiança, visão, modernidade, competência e transparência.-----

Com este programa estamos a dar um passo em frente na competitividade do Concelho de Viseu, na fixação de empresas e pessoas. Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada, tem a palavra a Senhora Depurada Filomena Pires.-----

----- **SESSENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Sem pôr aqui em causa naturalmente a bondade das intenções, na criação deste programa, há um esclarecimento e uma nota que eu queria aqui deixar e o esclarecimento tem a ver com uma questão que é, lido todo o documento eu não encontro nele qualquer referência a um limite previsto para o número de projetos a apoiar. Todos os candidatos serão apoiados? Ou eu terei feito uma leitura errada do documento de forma a não ter encontrado esta informação?-----

Relativamente aos critérios é minha opinião que de facto eles gozam de alguma perversidade. Não beneficiam a pequena empresa, sendo que, o tecido empresarial que mais sustentabilidade tem é justamente aquele que é constituído por essas empresas. Direi mesmo que estes critérios, assumem uma lógica profundamente ideológica pois constitui uma inversão de valores que prezamos. Quem investe muito é porque muito tem! É um regulamento marcado por uma clara visão de classe, apoia os mais fortes, os que mais investem, sendo que quem vive e sobrevive com mais dificuldades, são justamente os pequenos. Um regulamento que serve as regras da concentração capitalista em vez de estimular o desenvolvimento efetivo do concelho, a fixação das pessoas na sua terra. E isto porque, os grandes investimentos, Senhor Presidente, vêm frequentemente de fora da nossa região e para fora irão quando lhes for conveniente, alheios à responsabilidade social que não pudemos deixar de lhes imputar. Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Não havendo mais nenhuma intervenção, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente, por um lado agradecer o estímulo que é dado pela intervenção do Senhor Deputado António Amaro e dizer-lhe que obviamente que, temos que olhar sempre com o sentido de responsabilidade, estamos a criar uma estratégia ou um conjunto de instrumentos para apoiar o investimento, com a consciência de que este é um trabalho duro, mas mesmo muito duro que todos os dias estamos a desenvolver no terreno e estamos a criar estes instrumentos e utilizando uma linguagem futebolística, para procurar marcar golos, golos, sendo que aqui, quando marcarmos golos, quando tivermos essa felicidade como tivemos no caso da "Bizdirect" felicidade e esforço, estamos a falar em alguns casos de projetos mais pequenos, projetos médios, sendo que lhe digo, prefiro ter dez projetos médios do que um projeto grande, porque um projeto grande a médio prazo, pode ser mais complicado do ponto de vista da sua própria gestão. Obviamente que irei prestar contas, mas atenção Senhor Deputado, não se demita da sua responsabilidade e nenhum dos Senhores Deputados se demita da sua

responsabilidade. Eu acho que qualquer cidadão deste concelho tem que estar comprometido com a lógica de criação de riqueza, independentemente da visão que tenha, mesmo que seja a visão do Partido Comunista que vê sempre aqui o papão dos trabalhadores, porque se nós não tivermos emprego, se não tivermos investimento, aonde é que trabalham os trabalhadores? A Câmara não tem o condão de dar emprego a todos, seguramente que não tem, nem teria pretensões para isso. Agora, temos que incentivar o tecido económico da terra e para isso este regulamento assume aqui uma perspetiva de o incentivar. Temos que procurar investidores de fora da terra, internacionais, colocar Viseu na rota do investimento e temos a expectativa de que com este nosso esforço de todos os dias, vamos conseguir levar a “bom-porto” alguns projetos e que isso enfim, seguramente que cada projeto que conseguirmos para Viseu será uma vitória expressiva que vamos ter. Agora, que ninguém se demita deste processo. Este tem que ser um trabalho em rede, que tem que ser feito com as instituições e com cada um dos cidadãos, estes Senhores que estão na diáspora, no Conselho da Diáspora, os Senhores Deputados que devem também assinalar que quando tiverem uma solução não deixem de a apresentar porque ela será seguramente acarinhada. Agradecer também a intervenção da Filipa, aqui neste caso, lendo um texto de alguém que percebe estas coisas não é? O Doutor João Cotta é um investidor, não é do Concelho mas é um investidor da região, tem a sua empresa aqui em Tondela e por isso é bem-vindo e percebe estas questões que são complexas. Senhora Deputada Filomena, Deus queira que apareçam dezenas, não aparecerão, mas tomara eu, até porque tem a ver com o seguinte, os projetos que vão ser apoiados, também são apoiados numa lógica da autarquia abdicar de receita futura e portanto, quantos mais melhor, porque significa que mais postos de trabalho teremos conseguido criar no concelho. Agora, gostava de enfatizar que independentemente dos instrumentos que estamos a criar, este é um trabalho muito duro, é um trabalho diário, que nos levará a ter que tomar aqui até pequenas iniciativas, vou trazer cá a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, vou trazer cá a Confederação da Indústria Portuguesa, há uma série de instituições que vão passar por Viseu nos próximos meses no sentido de exatamente fazermos esta tal pesca à linha, de divulgarmos a cidade, formos a nossa qualidade de vida, “A Melhor Cidade para Viver” também ao serviço do investimento. Porquê? Porque há aqui três linhas, que é continuarmos a desenvolver este nosso conceito da “Melhor Cidade para Viver”, a “Melhor Cidade para Investir”, isso também é criação de riqueza, através do investimento, e a “Melhor Cidade para Visitar”, também é criação de riqueza, através da promoção turística da própria cidade e potenciando também os nossos cartazes. Seguramente que enfim, o caminho é este. Também teremos a humildade, conforme fizemos a observação de vários regulamentos, de vários municípios para aproveitar o que de melhor havia, também teremos a humildade de se verificarmos que em determinado momento algum aspeto deste regulamento não está a cumprir bem o seu objetivo, viremos aqui sem problema nenhum fazer uma alteração ao regulamento para que com ele se consiga atingir o objetivo, porque estas coisas são dinâmicas, como sabe Dr. Amaro, estas coisas todos os dias podem mudar e podemos ter que acelerar mais num determinado momento ou noutro. Agora, Doutora Filomena, para terminar, eu espero que muitos postos de trabalho possam vir a ser criados e olhe que os trabalhadores vão agradecer porque efetivamente é para eles também que nós trabalhamos todos os dias.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos colocar à votação.-----

- ***O Senhor Deputado António Manuel Antunes Rafael Amaro intervém dizendo:*** Senhor Presidente, peço para fazer uma única pergunta, nem sequer tem a ver com isto mas o Senhor Presidente da Câmara poderá esclarecer.-----

- ***O Senhor Presidente da Mesa prossegue dizendo:*** Certo, Senhor Deputado Rafael Amaro.-

----- **SESSENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL ANTUNES RAFAEL AMARO (PS:)** Não levarão a mal que não repita agora os cumprimentos, mas

estão todos cumprimentados. Na leitura que fiz, é apenas uma pergunta, apenas para esclarecimento geral, da leitura que fiz do regulamento, depois esqueceu-me de registar aqui, eu gostaria que o Senhor Presidente explicasse melhor pelo menos, e veja se o meu entendimento é correto, o que é que se entende aqui por realoção. Se realoção é como eu estou a entender, significa uma empresa que já está no concelho mas que pretende fazer um outro investimento ou se isto também abrange empresas que queiram digamos que, alargar o seu negócio dentro do mesmo produto ou do mesmo âmbito ou noutra âmbito. Dá-me a ideia que, isto só para dizer que este conceito me parece demasiado ambíguo para o regulamento ou então sou eu que estou a entender mal. Era só isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito rapidamente. Obviamente que ele prevê a realoção porque há situações, por exemplo: A defesa de postos de trabalho e crescimento pode implicar que uma determinada empresa que esteja por exemplo instalada no Parque de Coimbrões e tenha que mudar para outro sítio para poder crescer, porque não tem mais capacidade de crescer no sítio onde está, isto é uma realoção. Portanto, é um pouco esta a perspetiva. Agora, embora este regulamento seja objetivo, também tem que ser de banda larga e estamos também já, digamos que, trabalhámos este regulamento já na base de alguns meses já de trabalho que levamos de procurar captar algum investimento. Mas a realoção será isso, no fundo estarmos atentos a uma situação de que enfim, ou a criação de uma segunda fábrica ou a transferência da fábrica de um sítio para o outro, porque naquele sítio não pode crescer. Portanto, realoção, estamos a falar basicamente disso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Então, colocávamos à votação a proposta VISEU INVESTE - REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL. Quem se abstém? Quem vota contra? Quem vota a favor? Temos que contar. Já temos aqui o número, *são Quarenta e dois (42) votos a favor e um (1) voto contra, por isso Aprovada a proposta. (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 341/342).*-----

Íamos agora, eu fazia uma sugestão que o Ponto Seis e Sete, tivessem discussão conjunta e votações separadas, já que tem a ver com dois regulamentos e era nesse sentido. Se alguém tiver alguma questão a colocar? Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente. Perguntarão porque é que trazemos uma segunda vez estes regulamentos aqui à Assembleia Municipal? Por uma razão muito simples, havia necessidade de muito rapidamente ter estes regulamentos aprovados por questões operacionais que se prendem com a Atividade de Comércio a Retalho não Sedentário do Município e também com o Regulamento sobre a Organização e Funcionamento do Mercado 21 de Agosto. Sabíamos que estávamos a correr um risco porque tínhamos em consulta pública os dois regulamentos, mas necessitávamos deles para operacionalizá-los do ponto de vista do terreno. Depois da consulta pública, verificámos que quer da parte da Associação de Feirantes das Beiras num dos casos, quer da parte da Associação Comercial de Viseu, quer da parte da própria DECO, havia sugestões que faziam todo o sentido de serem acolhidas dentro do próprio regulamento e foi isso que fizemos. Portanto, hoje vem aqui o regulamento, exatamente numa perspetiva evolutiva, com os contributos destas três instituições e pensamos que contribuíram e muito para o enriquecimento destes dois regulamentos importantes para a nossa atividade.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Dava a palavra à Deputada Adelaide Modesto e também à Deputada Filomena Pires. Penso que não há mais nenhuma intervenção.-----

----- **SESSENTA E OITO – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA**

**MODESTO (PS):** Os meus cumprimentos à Mesa na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas Municipais, Senhores Deputados Municipais, Senhores e Senhoras do Público, Comunicação Social. Bom! Venho aqui só para tentar compreender relativamente a este regulamento, se ele estava em consulta pública, de que forma é que essas entidades foram auscultadas, porque eu creio que isto é a segunda vez que aqui vem e o porquê do tentar compreender da aceitação ou não das sugestões que foram aqui feitas nesta mesma sede, tendo Vossa Excelência com certeza recordação do ponto final em que terminou agradecendo o empenho e análise que foi feita, mas dizendo claramente que na próxima vez deveria ter cuidado e colocar na agenda a análise e a sugestão em determinado tempo. Portanto, pergunto-lhe eu o porquê de não terem sido aceites essas observações que aqui foram feitas. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Dava a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires.-----

----- **SESSENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Relativamente a este regulamento, gostaria de saber se o estipulado no Capítulo I, Disposições Gerais, Artigo 5º, Outros Encargos, se se aplica também aos vendedores do setor do produtor direto. Sou cliente deste mercado e ouço frequentemente as queixas que revelam as profundas dificuldades que estes micro produtores agrícolas vivem. Acusam as grandes superfícies de lhes roubarem a possibilidade de venda, lamentam esta descentralização consentida, agora agravada pela aprovação camarária de mais um supermercado em Repeses, queixam-se de não vender para pagar os impostos e as taxas que lhes são aplicadas. Ouço-os também lamentar o facto de não serem convidados a participar no Mercado dos Lavradores (no Mercado 2 de Maio) pois a divulgação destas iniciativas passa apenas pela internet à qual não acedem por infoexclusão ou por falta de tempo. Sei que apenas terão sido ouvidos, para a redação deste documento, os vendedores dos dias ditos melhores, daqueles em que há mais garantia de venda. Quando tomarão conhecimento estes vendedores das regras que até esta data desconhecem? Alguns confidenciam que, tendo que realizar inscrição nas finanças, mais vale deixar de produzir e vender. Gosto de ir ao mercado 21 de Agosto. Os produtos são melhores e mais económicos, trazem o afeto dos rostos que ganham nome. Não me agrada a ideia de ver partir alguns destes rostos por falta de apoio da autarquia.-- Quero também chamar a atenção para uma contradição flagrante. Se um produtor, munido de um documento passado pela Junta de Freguesia quiser vender na feira semanal, sem inscrição nas finanças, pode fazê-lo, o mesmo produtor, se quiser vender no Mercado 21 de Agosto, está impedido. Não me parece bem e gostava que isto fosse revisto.- Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente, este regulamento foi objeto de auscultação pública e quando é objeto de auscultação pública, como os Senhores Deputados saberão, qualquer cidadão ou organizado em grupo ou individualmente pode participar e fazer chegar as suas sugestões, pelo que, se de facto existem essas situações da parte desses empresários, só têm que conversar connosco, além do que o próprio Senhor Vereador teve um encontro com uma Comissão de Representantes desses mesmos empresários. Portanto, nós queremos é estimular a atividade Senhora Deputada, nada nos move contra ninguém e muito menos em relação aos produtores diretos, até os estamos a estimular, senão não estávamos a desenvolver o Mercado dos Lavradores, não estávamos a fazer o esforço que estamos a fazer no Mercado 2 de Maio. Gostávamos era de ter o mercado cheio de pessoas a vender e que efetivamente os cidadãos tirassem também partido disso, da compra direta ao produtor. Ninguém defende mais a produção local do que nós, e portanto estes

regulamentos, são exatamente regulamentos para no fundo as regras serem iguais para todos, houve aqui e respondendo à questão que foi colocada pela Senhora Deputada do Partido Socialista, houve aqui a necessidade de rapidamente ter estes regulamentos, porque a cidade não podia viver sem eles e de ao mesmo tempo dizer-se assim, é preferível acolhermos estas sugestões e levá-los outra vez à Assembleia Municipal, do que estar a manter teimosamente os regulamentos em vigor sem terem estas sugestões. Portanto, sempre que haja alguma sugestão que permita melhorar, não hesitarei em trazê-la aqui. Aliás, disse isso em relação ao regulamento de investimentos, sempre que detete que efetivamente, até porque há caminhos novos que estamos a desbravar e portanto, é natural que depois na aplicação no terreno, independentemente da valoração que fizemos, é muito natural que em algum momento se chegue à conclusão que determinado caminho não será o mais correto, e se não for traremos aqui outra vez o regulamento, porque achamos que o que faz sentido é termos hoje instrumentos adequados aquilo que é a dinâmica que queremos dar ao município. Portanto, esse é o nosso compromisso e portanto hoje, assumimos aqui exatamente o ónus de voltar a trazer estes dois regulamentos porque entendemos que eles vão sair daqui bastante melhor do que aquilo que estavam depois da sua última aprovação.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Também pedia a colaboração dos Senhores Deputados no sentido de conseguirmos estabilizar o quórum na sala. Colocava à **VOTAÇÃO A PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE VISEU**. Quem se abstém? Quem vota contra? *Foi aprovado com duas abstenções. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 343/344).*-----

----- **SETENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Reitero os meus cumprimentos à Mesa e a todos os presentes, dizendo tão-somente quanto esta declaração de voto o seguinte: Abstive-me, porque Vossa Excelência mais uma vez não respondeu diretamente à minha questão e de facto, eu devo dizer que aprecio bastante esse reconhecimento de não dever ser teimoso, de ouvir, aliás, Vossa Excelência já repetiu hoje aqui várias vezes que está aberto à participação, sendo certo que não houve qualquer acolhimento às observações que aqui lhe foram feitas relativamente ao regulamento.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Íamos então passar à **VOTAÇÃO A PROPOSTA MERCADO 21 DE AGOSTO - REGULAMENTO SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**. Quem se abstém? Quem vota contra? *Aprovada com uma abstenção. (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 345/346).*-----

Passávamos à **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA VISEU MARCA – ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EVENTOS E PROMOÇÃO**. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Muito rapidamente, a autarquia tem vindo a seguir um caminho que a Lei lhe definiu e também por opção. Portanto, tomámos a decisão em reunião do executivo e trouxemos depois também aqui à Assembleia Municipal, da extinção da Expovis e estamos neste momento a participar na criação de uma nova instituição uma Associação Viseu Marca - Associação de Cultura, Eventos e Promoção, que no fundo o que é que permite, permite continuar a desenvolver algum do objeto quer a própria Expovis desenvolvia, embora mantendo obviamente a Expovis em funcionamento visto que está em curso a preparação da Feira de S. Mateus e seria muito complicado não termos, digamos assim, uma entidade instrumental para podermos desenvolver este desígnio da política municipal, mas ao mesmo tempo para criarmos uma instituição que logo à partida terá como sócios a Câmara Municipal e a Associação

Empresarial da Região de Viseu e ao mesmo tempo porque é que a estamos a trazer aqui assim, porque antes mesmo de partirmos para a constituição da instituição, este documento vai ser sujeito a visto do Tribunal de Contas. Isto é, nós não queremos avançar para a criação desta instituição sem primeiro termos a certeza que o Tribunal de Contas estará de acordo com este caminho que iremos seguir. Porquê? Porque trata-se aqui de cumprir aquilo que a Lei estipula, Lei das Empresas Municipais e trata-se aqui de criar uma plataforma onde estão estes dois associados como poderão vir a estar outros, sei que a Associação Comercial já manifestou vontade também de ser sócia desta entidade, seguramente que terá cabimento nesta iniciativa, mas não vale a pena estarmos a convidar outros associados para uma instituição onde o município não será maioritário mas que não deixará de marcar também as suas posições, não fará sentido sem primeiro questionarmos o Tribunal de Contas sobre o caminho que estamos a fazer, para não correremos o risco de estarmos a criar uma instituição e depois o Tribunal de Contas dizer que não está no espírito da Lei. Portanto, há aqui de facto uma grande cautela da nossa parte, seguir um caminho, e há aqui passos que tinham que ser dados. Tinha que ser dado o passo da extinção, até para cumprirmos a Lei, depois encontrar a alternativa e assumi o compromisso de trazer aqui até ao verão esta proposta e aqui está, e agora, seguir-se-á uma consulta ao Tribunal de Contas, depois de termos o aval do tribunal de Contas iremos para o terreno constituir o Viseu Marca, aí já com a certeza de que estamos a dar o passo que o tribunal de Contas aceitará. Até lá, obviamente que a Expovis, agora com a Direção da Senhora Vereadora, porque foi uma opção clara de pôr a Expovis sob a direção da Senhora Vereadora da Cultura, está a fazer todo o trabalho de organização e preparação da próxima Feira de S. Mateus, sendo que esta Viseu Marca pretende ser muito mais do que uma instituição só para a organização da Feira de S. Mateus. Permite também posicionar-se do ponto de vista regional para o desenvolvimento de outros eventos, doutro tipo de feiras, até no apoio de outro tipo de feiras que sejam feitas na nossa Cidade Região, portanto, neste território e ao mesmo tempo com participação de entidades que possam trazer algum valor acrescentado à criação da própria Viseu Marca. Portanto, a metodologia é esta, porquê? É uma metodologia de pés assentes na terra, porque temos que dar um passo, agora consultamos o Tribunal de Contas, que até nos pode sugerir algumas alterações que viremos trazer aqui à Assembleia se isso acontecer, depois de termos a garantia de que o Tribunal de Contas aceitará que, designadamente os ativos da Expovis possam ser transferidos para a Viseu Marca de acordo com o encerramento de contas que será feito à data, só aí é que será permitido criar a nova instituição. Portanto, esta metodologia está a ser seguida porque a legislação a isso nos leva e também por uma opção estratégica do próprio município. Portanto, é este o percurso que estamos a fazer e com esta clareza toda que acabo de vos apresentar.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer...Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **SETENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Esta associação cujos estatutos são submetidos à nossa apreciação, suscitam-me variadíssimas interrogações. Na verdade, trata-se antes do mais da criação de uma associação de direito privado participada pela Câmara Municipal em montantes e quantitativos que não conhecemos e que ao passar a ser de direito privado, deixa de ser escrutinável. É de direito privado à Assembleia e o Executivo deixa de ter, o Executivo da oposição, porque o Executivo obviamente que é quem vai nomear as pessoas que dirigem, deixam de ter qualquer controlo nisto e isso é grave. Eu tenho dúvidas que o Tribunal de Contas aprove a transferência dos valores da Expovis desta maneira simples. Aliás, o Senhor Presidente da Câmara colocou esse problema. Portanto, estamos aqui a discutir um assunto que está pendente, está pendente de diversas maneiras, mas não é só esse problema que se levanta.

Há algumas situações que se me afiguram desde logo de uma legalidade muito duvidosa, eu começo pela Cláusula 3ª. A Cláusula 3ª diz: *“Para assegurar a prossecução dos seus fins, a Associação pode filiar-se em pessoas coletivas e organismos nacionais e internacionais com o objeto afim e subscrever ou adquirir partes de capital em sociedades comerciais e agrupamentos de empresas”* Como é que é possível que uma empresa que, pretende-se que vá dirigir os eventos e promoção da Câmara, nomeadamente do mais importante anual que é a Feira de S. Mateus, subscrever capital de empresas, é uma coisa de uma configuração jurídica muitíssimo duvidosa. Por outro lado, na Cláusula 5ª alínea h) do numero 1, diz que: *A Associação tem por objeto a promoção e desenvolvimento da cultura...* “e na alínea h) diz: *Proceder à cobrança de ingressos, tarifas e outras receitas próprias relativas ao exercício da sua atividade...*”. Ora bem, eu não sei bem como é que se fixam tarifas no município sem ser o município a fixá-las. Parece que está aqui a ser concedido a esta Associação a capacidade de criação de tarifas, o que se me afigura claramente ilegal a ser assim. Por outro lado a Cláusula 14ª, e aí é um dos pontos fundamentais e isso foi referido também em termos da Vereação, que é a história do património. Se verificarem diz: *“Incluem-se no património inicial da Associação os valores subscritos pelos associados fundadores, que constituem o fundo social da Associação”*, depois diz: Município de Viseu - € quantos quais como! AIRV - € quantos quais como, o que efetivamente, não penso que esta Associação possa ser aprovada por esta Assembleia, com esta indefinição. Qual é o Capital Social disto? Com toda a franqueza, eu entendo que, isto constitui uma ilegalidade uma aprovação desta maneira. Aliás, os Vereadores do Partido Socialista levantaram também esse problema, mas há mais. A Cláusula 26ª diz que, e o Senhor Presidente da Câmara levantou esse problema, que são transferidos para esta nova Associação o património da empresa Expovis. A Expovis, é uma empresa de direito público, embora extinta aqui, não deixa de ser até à sua dissolução, de ser uma empresa de direito público. Como é que se transferem patrimónios de uma instituição de direito público para uma instituição de direito privado, eu gostava de saber, essa construção jurídica escapasse-me, mas! Há outro problema depois, há situações aqui, nesta Cláusula 26ª, diz na alínea b) do número 2: *“Todos os contratos celebrados em data anterior à extinção mantêm-se e são transmitidos para a Associação, assumindo esta a posição contratual da Expovis Lda.”* E diz também a alínea a) *“Todos os contratos de trabalho em vigor à data da extinção da empresa Expovis e constituição da associação, transmitem-se para esta associação mantendo-se todos os direitos dos trabalhadores, designadamente a antiguidade”*. Eu antes de mais nada, pergunto concretamente ao Senhor Presidente da Câmara, quantos contratos de trabalho temos na Expovis que vão ser transferidos para a nova associação. Que tipos de contratos de trabalho vão ser transferidos da Expovis para a nova associação. Eu peço desculpa, mas eu isto, gostava que houvesse uma resposta rigorosa. Quantos contratos? Quais contratos? Em relação à alínea b) onde se diz: *“Todos os contratos celebrados em data anterior...”* eu recordo que o Artigo 424 do Código Civil diz que, as transmissões de posições contratuais, só são válidas se o outro contraente consentir a transmissão. Como é que estamos aqui a assumir que a nova empresa vai assumir os contratos existentes e aqui já não se trata apenas de contratos de trabalho e eu volto a perguntar, que contratos existem que não são de trabalho que se pensa transferir para a nova unidade? Peço uma vez mais o favor de haver rigor na resposta, que seja respondido concretamente à minha pergunta, que é para sabermos do que é que estamos a falar, porque isto é muito vago. Que contratos? Que montantes estão envolvidos? De que é que se trata e se assegurou que esses contratos têm da parte dos outros contraentes a devida adesão para que isso possa suceder. Eu para já diria isto, se for caso disso, pedirei nova intervenção. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma inscrição? Deputada Filomena Pires.-----

----- **SETENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE**

**MATOS PIRES (CDU):** Relativamente a esta associação para além de todos os argumentos já aqui trazidos pelo orador anterior, e muitos outros tornados até públicos na comunicação social por outras forças políticas e que de facto em grande medida nós subscrevemos, há mais algumas questões que eu gostaria de trazer aqui. De facto, tratando-se de uma associação de direito privado, não nos parece democraticamente salutar que a autarquia integre uma associação cujos órgãos são eleitos dentro do microcosmos dos associados. Sendo que a autarquia foi naturalmente eleita. Consideramos que a criação desta associação pode constituir uma violenta “machadada” no movimento associativo pois coloca a Câmara Municipal de Viseu como parte interessada e a Viseu Marca como parte privilegiada num qualquer processo de distribuição de subsídios por associação ou de aprovação de projetos ou contratos-programa. O que fará a Câmara Municipal de Viseu perante uma situação destas? Favorece a Viseu Marca ou, para honrar a ética, desfavorece-a naturalmente faltando aquilo que é a sua obrigação enquanto membro? Parece-nos que há aqui uma tentativa de “tapar o sol com a peneira” para que não se constitua em Empresa Municipal ou Fundação. Quais são os equipamentos culturais a ser geridos e como será feita essa gestão? Nada disto é claro. A participação maioritária da Câmara Municipal de Viseu parece-nos uma falsa questão pois ser ou não maioritária no nosso entendimento é irrelevante uma vez que nas associações não há votos mais valiosos ou menos valiosos. Se uma qualquer associação se constituir como sócia da Viseu Marca, o seu voto valerá tanto quanto o voto da Câmara Municipal de Viseu. Não será por aí que a boa gestão dos dinheiros públicos ficará salvaguardada. De facto há muita matéria nesta questão que nos parece por esclarecer, que nos levanta profundas dúvidas relativamente à legalidade da constituição desta associação. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Deputado Pedro Alves.-----

----- **SETENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Dizer que, relativamente a esta questão e sempre que há alguma mudança e alguma novidade, somos todos levados a refletir sobre elas e neste caso particular, é da liberdade também desta Assembleia, porque também é sua competência exercer a sua competência de fiscalização sobre um ato que o executivo está neste momento a querer realizar ou concretizar, nomeadamente porque e eu daquilo que fui lendo também na comunicação social, quanto às críticas que foram feitas relativamente quanto à constituição desta associação de direito privado e dizer também que não é novidade que câmaras municipais ou organismos públicos estejam presentes em associações de direitos privados e que por isso mesmo, não é nenhum mal que vem ao mundo por a Câmara de Viseu definir esta estratégia. Dizer que muitas das declarações que foram proferidas na comunicação social, acabam por ser declarações que não são mais do que uma tentativa de provocar na opinião pública uma sensação de que existe algo que se está a criar que não é transparente. No entanto e como o Senhor Presidente da Câmara acabou aqui de dizer e por isso daí a nossa tranquilidade, nenhum ato futuro de compromisso por parte do município nomeadamente ao nível da assunção de responsabilidades de natureza financeira ou de alienação do património, será feito sem que o Tribunal de Contas se pronuncie sobre a proposta que aqui hoje apresentamos, o que deveria no meu entender deixar tranquila toda esta Assembleia, respeitando também essas mesmas diferenças de opinião, naturalmente que algumas questões que não vou aqui pronunciar-me porque também não tenho a preparação suficiente para avaliar, mas dizer que nos deixa tranquila essa posição de em primeiro lugar, ou antes de qualquer ato de compromisso por parte do Município de Viseu, haverá um parecer por parte do Tribunal de Contas. Depois, dizer também que antes desse parecer, pelo que me parece e passo o pleonismo, de algumas dúvidas e interrogações que aqui foram deixadas, relativamente,

seja a transferência do património, seja à constituição do Capital Social que, parte deste processo vai depender daquilo que será a extinção da Expovis e aqui que não se venha dizer mais uma vez que será a morte do pai, porque se trata de um procedimento de natureza legal que temos que concluir, no entanto, e só um aparte porque eu há pouco fiquei baralhado relativamente à questão dos problemas familiares e relativamente que o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho quando se referiu aos problemas que eventualmente possam existir no PSD relativamente às ligações entre os pais e os filhos, eu às vezes fico apreensivo é com os problemas que aparecem do avô que bate no neto do Partido Socialista e o neto que chora porque o irmão é melhor tratado e depois a seguir a mãe que vem pôr toda a gente em tribunal para que se inquiria se efetivamente houve ou não violência doméstica. Esta é a realidade que se passa no Partido Socialista e que nós não ficamos satisfeitos que isso aconteça, mas a verdade é que pelo menos queixa na Procuradoria-Geral da República já houve não é? Por isso, eu acho que vocês devem organizar-se primeiro em vez de estarem preocupados com o que se passa na nossa casa. Relativamente também a algumas situações que aqui foram abordadas, nomeadamente quanto aos ingressos, eu penso que isto é fácil de depreender, se a empresa ou a Associação que vai ser criada, digo, tem por objeto a promoção e a realização de espetáculos, e se nesses espetáculos vão ser nalguns deles cobrados ingressos, esses ingressos têm que reverter naturalmente para a entidade promotora. Dizer também que, daquilo que me pareceu o Marca Viseu e há aqui às vezes um problema de interpretação do que é o Marca Viseu ou o que é que efetivamente significa a palavra Marca Viseu, se é um adjetivo se é um substantivo ou se é um verbo, e neste caso, pelo menos daquilo que me parece e do que fui lendo, o objetivo é que Viseu, esta Marca Viseu seja uma marca intangível e que marque as pessoas que cá passam não é? Ou seja, em função da experiência que cada um puder retirar de cada evento onde participe e nesse sentido Senhor Presidente, dizer-lhe que acho que devemos continuar na prossecução do objetivo de Viseu ser uma cidade de eventos. Viseu tem conseguido manter essa capacidade de atração em muitas coisas e nomeadamente ao nível do que são os acontecimentos culturais. Por isso, da nossa parte sem demagogias e sem querer entrar aqui num oportunismo fácil e também sem querer cair numa ignorância saloia, da nossa parte, vamos naturalmente aprovar esta proposta de estatutos, porque também do ponto de vista legal estamos certos que o Tribunal de Contas fará a devida apreciação e se necessário for também estou certo que o próprio executivo fará as correções que forem necessárias. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.-----

----- **SETENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. A extinção da Expovis, Promoção de Eventos Lda., por imperativo legal, poderia e deveria ser evitado pelo anterior executivo, também de maioria PSD, conforme alertou na Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2013, a Deputada Municipal do Bloco de Esquerda, Manuela Antunes cujo excerto da intervenção transcrita na respetiva Ata da Sessão, se cita: *“Verifica-se na relação de participações sociais que o Município de Viseu detém uma participação de 51% na Expovis, o que faz dela uma empresa local. A esta Assembleia não chegou a notícia da adaptação dos estatutos da Expovis à Lei nº 50, pelo que Sr. Presidente se pergunta, está a Câmara Municipal consciente da necessidade de proceder à adaptação dos estatutos da Expovis à Lei nº 50? Foram os estatutos da Expovis já adaptados? Ou está a Câmara Municipal consciente de que, se não se proceder a essa adaptação terá de alienar a sua participação?”* Fim de citação.-----

Respondendo a esta questão, Fernando Ruas então Presidente da Câmara Municipal, dizia, conforme lavrado na respetiva Ata: *“Mas, nós não temos, está excluída a Expovis dessa situação. O que trazemos aqui foi aquilo que os nossos técnicos, digamos, analisaram e*

*são aquelas que necessitam de denominação e portanto de alteração. É isso que vamos fazer, alteração estatutária, não na Expovis, porque essa não está no universo das alterações”.* Fim de citação. A maioria PSD e o então Presidente da Câmara Municipal de Viseu, não tinham razão e a consequência foi a obrigatoriedade de dissolução e liquidação da Expovis - Promoção de Eventos, Lda., criando graves problemas quanto ao destino a dar ao património e ao pessoal da mesma. Repete-se, alertados a tempo pelo Bloco de Esquerda, fizeram orelhas moucas e trouxeram-nos aqui! De uma forma habilidosa, a atual maioria da Câmara Municipal de Viseu, decidiu contornar o problema propondo a criação de uma associação de direito privado, designada por “Viseu Marca - Associação de Cultura, Eventos e Promoção”, para a qual reverte todo o património da “Expovis Promoção de Eventos Lda.”, transformando no fundo a “Expovis Promoção de Eventos Lda.” numa Associação de direito privado para a qual reverte todo o património da “Expovis Promoção de Eventos Lda.”, nos termos da Cláusula 26ª da Proposta de Estatutos. A participação de municípios em associações de direito privado está sujeita ao regime da Lei nº50/2012, de 31 de agosto, conforme se conclui no seu artigo 1º, nº3. É certo que os municípios podem participar em associações de direito privado artigo 59º, nº 1 da Lei nº50/2012 de 31 de agosto. A participação pelos municípios nas associações de direito privado está sujeita a visto prévio, prévio repito, do Tribunal de Contas (artigo 56º nº2 da Lei nº50/2012 de 31 de agosto). De igual modo, encontra-se a participação por municípios em associações de direito privado sujeita a procedimentos prévios à deliberação pelos competentes órgãos das autarquias locais, devendo no caso concreto aplicar-se o disposto no artigo 32º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, (de acordo com o art.º 54 nº2 da Lei nº50/2012, de 31 de agosto, aplicável nos termos do artº56 nº3 da Lei nº50/2012, de 31 de agosto). Perante este entendimento, deveria ter-se procedido a um estudo prévio de viabilidade económica financeira e racionalidade económica, tal como é exigido pelo artigo 32º, nº1 e nº2 da Lei nº50/2012 de 31 de agosto, encontrando-se tal incumprimento cominado com a nulidade da deliberação, ainda nos termos do artigo 31º nº1 da Lei nº50/2012, de 31 de agosto. Verificando-se nesta proposta em concreto a ausência dos requisitos do artigo 32º, nº1 da Lei nº50/2012, de 31 de agosto, exigíveis pelos artigos 54º, nº2 e artigo 56º, nº3 da mesma Lei, a proposta enferma de ilegalidade, sendo o seu desvalor jurídico a nulidade. A atividade municipal deve revelar-se transparente e ponderada, o que não se verifica com a inexistência de estudos que fundamentem a necessidade, a viabilidade e a racionalidade da presente proposta, o que para além do mais é ilegal, conforme demonstrámos. Nestes termos, o Deputado Municipal eleito pelo Bloco de Esquerda, declara votar contra a proposta constituição da associação “Viseu Marca- Associação de Cultura, Eventos e Promoção”. Isto vai ficar como declaração de Voto. Só acrescentar uma coisinha. É que nos princípios gerais, são benévolos são inócuos certamente, o problema está de facto... e portanto, também não vou atrás do argumento que foram aduzidos ou argumentados na Câmara, segundo a Ata da Sessão da Câmara do CDS de que acusa de quererem fazer uma privatização da Feira de S. Mateus, porque até vindo de quem vem, de um Governo que está a privatizar tudo incluindo a energia, portanto, até chega a ser ridículo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais alguma intervenção? Não havendo, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SETENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Caras Deputados e Caros Deputados. Que fique bem claro o seguinte: O Executivo, está a resolver um problema que é exatamente cumprir a Lei em vigor e obviamente que se está a sujeitar a esta Assembleia como deve, a aprovação destes estatutos, com consulta prévia ao Tribunal Constitucional, este assunto terá que voltar outra vez à Assembleia, porque obviamente, obviamente que, se neste momento nós temos uma sociedade que decidimos extinguir mas que se irá manter em funções até à sua extinção, quando fizermos a extinção da Expovis, teremos que trazer a esta Assembleia de

novo o tema com as sugestões que eventualmente o tribunal de Contas possa dar ou que possa nem dar, o Tribunal de Contas pode aceitar exatamente as coisas como são.-----  
Portanto, essa é a primeira questão. Segunda questão, aquilo que será o objeto desta sociedade privada, onde não há problema nenhum de participação da autarquia, há várias onde isso acontece, e por outro lado não significa que deixe estar fora do perímetro do controlo orçamental e do controlo por parte da Assembleia porque, em todas as instituições onde a autarquia participe mesmo que não seja maioritariamente as contas têm que ser presentes a esta Assembleia, ou melhor, têm que ser presentes ao Executivo e podem ser objeto de fiscalização. Portanto, não criemos aí esse fantasma, porque tudo o que envolva dinheiro público tem que estar sujeito à sindicância dos eleitos e portanto, isso não é nada que esteja em causa. Por outro lado, Feira de S. Mateus. A Feira de S. Mateus, é um património dos Viseenses, é um património do Município, em quaisquer circunstâncias como já hoje acontece, a Feira de S. Mateus, é organizada pela Expovis, mas quem tem o direito de definir as regras para a Feira de S. Mateus é o Município e portanto, o Município tem também, quando for constituída esta nova entidade irá solicitar a esta nova entidade que organize a Feira de S. Mateus dentro das regras que o próprio Município possa fazer e em última análise, se esta sociedade que viesse a ser criada ou a Expovis não cumprisse o seu objeto, o Município pode sempre avocar a organização da Feira de S. Mateus. Portanto, neste momento o único evento que esta empresa Expovis faz é portanto, o desenvolvimento da Feira de S. Mateus, mesmo ao nível de feiras temáticas, nos últimos tempos não tem havido grandes feiras temáticas. Portanto, que fique bem claro que neste figurino, o Município não abdica do património que tem, a Feira da S. Mateus, é um património de Viseu, dos Viseenses e da Autarquia. Portanto, pode recorrer a uma entidade como é este o caso, onde se propõe participar para desenvolver a sua atividade. Portanto, que seja bem claro, eu sei que muitas vezes se procura criar aqui algum anátema sobre esta solução. Esta é uma solução jurídica que esperemos que o tribunal de Contas a valide, se o Tribunal de Contas a validar avançamos, se o Tribunal de Contas sugerir algumas alterações à metodologia, incorporaremos essas alterações à metodologia. Portanto, acho que mais transparência do que isto não é possível Senhores Deputados. Portanto, não enfiarei a carapuça em momento algum de estar a querer fazer aqui um processo que não seja devidamente transparente. Por outro lado, ainda há dias se fez chegar, se não estou em erro ao CDS/PP uma resposta detalhada sobre todas as questões referentes à Expovis, onde está tudo lá claro, o quadro do pessoal da Expovis é constituído por oito colaboradores, cuja remuneração mensal é de cinco mil novecentos e vinte euros, a sociedade tem avenças com o Técnico Oficial de Contas, Revisor Oficial de Contas, Eletricista, Limpeza, Jurista, Marketeer, como valor mensal de quatro mil e quinhentos euros, isto tudo está escrito e é do domínio público, até porque as contas são aprovadas pelo Município, mais uma vez cumprindo o princípio, tudo é transparente porque tudo é público e portanto que não se ponha em causa isso. Agora, este caminho que estamos a seguir é um caminho de respeito por um lado pela entidade e por outro lado de pragmatismo, nós não nos podemos dar ao luxo neste momento de termos um vazio que nos impedisse por exemplo de realizar a Feira de S. Mateus este ano e a própria Feira de S. Mateus, contrata serviços, tem bilhética, tem segurança, tem contratos que adjudica enfim, há uma maioria de procedimentos que se neste momento não mantivéssemos a Expovis em funcionamento, estávamos a pôr em causa a própria organização da Feira de S. Mateus. Portanto, essa metodologia foi: Ok, vamos deliberar a extinção para cumprir a Lei que está em vigor, manter em funcionamento esta empresa até termos a nova instituição para que possamos participar e por outro lado Senhora Deputada Filomena Pires, eu sei que não é jurista, eu por acaso sou e posso-lhe dizer, em qualquer associação os direitos não são todos iguais, está aí, os sócios fundadores podem ter mais direitos do que os sócios que venham a seguir mas enfim, também se perdoa porque a uma filósofa não é forçoso que saiba estes pormenores jurídicos e portanto, seguramente que a

autarquia não deixará de assegurar mesmo que seja minoritária nesta associação os seus direitos de sócio fundador desta mesma associação. Agora, não tenho dúvidas nenhuma de que este é um assunto que terá que voltar aqui à Assembleia. Agora, eu não posso enviar um documento que foi só aprovado pela reunião de Câmara para que o Tribunal de Contas me dê o seu parecer prévio, a única coisa que o Tribunal faria, era remeter-me de novo o documento e dizer assim: Leva à aprovação da Assembleia Municipal e depois então peça que nós nos pronunciemos. É isso que estamos aqui a fazer, exatamente a fazer o percurso que tem que ser feito, que não é fácil, era muito mais fácil se não existisse nada e estávamos aqui neste momento a propor uma coisa de raiz. Quando já existe um ativo que vem de trás, obviamente que a Câmara não pode ser lesada na gestão desse ativo, de maneira nenhuma, nós estamos aqui para a defesa do interesse público não estamos aqui a falar de nenhuma privatização da Feira de S. Mateus, não vamos entregar a Feira de S. Mateus à organização de uma entidade seja ela qual for, é uma entidade onde a autarquia irá continuar a ter o seu papel e é o que eu digo quer dizer, em última análise a “faca e o queijo” estão nas mãos da autarquia, porque da mesma maneira que entregará a esta entidade a realização da Feira de S. Mateus, se a entidade não cumprir com os objetivos, pode dizer assim, avoco outra vez à autarquia o desenvolvimento deste projeto. Por outro lado, aquilo que se pretende é que esta instituição se assuma também como uma entidade regional, que possa vir a participar até, a prestar serviços de outra natureza, que possa vir a desenvolver outro tipo de certames e onde a própria autarquia possa por exemplo contratar a (AgroViseu) no próximo ano, que é um dos objetivos que temos para o próximo ano, a “Agrobeiras”, (já estava a fazer possibilidade a uma empresa) a “Agrobeiras”, que é um dos nossos objetivos organizá-la para o próximo ano. É natural que se tivermos uma sociedade como hoje temos a Expovis que a possamos contratar. Portanto, os Senhores Deputados estejam perfeitamente tranquilos, que este, como em todos os processos transparentes é preciso darmos os passos que temos que dar e toda a informação obviamente que estará patente, porque ela é pública. Nunca ninguém viu negada uma informação que fosse, até porque não faço mais do que a minha obrigação. As orientações que os serviços têm é, dê-se toda a informação que tem que ser dada e acho mesmo útil que os cidadãos tenham acesso, cada vez mais têm visto que eu tenho seguido a prática de tornar público algumas rúbricas de atuação da autarquia para que os cidadãos também tenham noção do que é que custa cada uma das rúbricas da atuação da própria autarquia. Portanto, em relação à Viseu Marca, obviamente que os Senhores Deputados são livres de votarem da forma que entenderem, agora, nós não podemos é ter este impasse, temos que avançar, temos que dar mais um passo, os Senhores votarão como entenderem e nós aquilo que faremos é, logo que esta aprovação hoje seja aqui feita e esperamos que seja aprovada, vamos enviar para o Tribunal de Contas e seguramente que dentro de algum tempo, estaremos aqui outra vez a deliberar, aí já com os valores, já com as contas fechadas da Expovis para a transição do património de uma entidade para a outra. Portanto, não tenham dúvidas de que isso será feito assim.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há mais alguma intervenção? Não havendo, coloca-se à VOTAÇÃO A PROPOSTA VISEU MARCA – ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EVENTOS E PROMOÇÃO. Quem se abstém? Quem vota contra? Quem vota a favor? *Foi aprovada com vinte e oito (28) votos a favor e dez (10) votos contra.* - (**Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 347/348**) ---  
- **O Senhor Presidente da Câmara intervém dizendo seguinte:** Senhor Presidente, pedia-lhe só se me podia dar o uso da palavra por dez segundos antes de passarmos ao ponto seguinte.-----

----- **SETENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Era só para pedir ao Senhor Presidente que ficasse o Senhor Vice-Presidente agora a tratar dos restantes pontos, porque estamos já com quarenta e cinco minutos de atraso em relação à apresentação dos Jardins Efémeros e portanto, estão à minha espera para iniciar a Sessão.

Portanto, pedia ao Senhor Vice-Presidente e logo que termine o lançamento dos Jardins Efémeros virei de novo para privar com as Senhoras e os Senhores Deputados, não deixando o Senhor Vice-Presidente de estar à vontade para prestar todos os esclarecimentos que entenderem. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu propunha à Assembleia e à Câmara, Propunha ao Executivo e à Assembleia, que o ponto nove, dez e onze tivessem discussão conjunta se não houver nenhum problema e que depois votaríamos em separado, já que têm a ver com recursos humanos e no fundo era esse aspeto. Por parte da Assembleia também não há nenhum problema? Então, dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- **SETENTA E NOVE – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhores Secretários da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Estimado Público, boa tarde a todos. No Ponto Nove, trata-se de um pedido de renovação de autorização de abertura de procedimento concursal, isto vem já na sequência de um outro pedido que foi feito na passada reunião desta Assembleia de fevereiro, trata-se de um concurso para a admissão de um Técnico Superior no âmbito ou na área do desporto. Este concurso tem vindo a atrasar-se sistematicamente, por razões diversas, umas porque tinha a ver com a falta de vagas, porque como sabem era preciso cumprir determinados requisitos, especialmente no ano anterior, era preciso reduzir 2% e portanto não pode avançar e agora embora esteja em condições, está a avançar, mas ainda não terminou no prazo de seis meses que foi a prorrogação que foi autorizada no passado mês de fevereiro. Portanto, aquilo que se propõe aqui é um pedido de renovação por mais seis meses e esperamos que neste prazo agora que seja já concluído, tal como foram os outros três salvo erro ou quatro que na altura tinha sido pedida também a prorrogação conjuntamente com estes. Portanto, é apenas esta a questão, pedir mais seis meses para concluir este concurso.-----

No Ponto Dez, alteração do mapa, é uma alteração muito pontual que tem a ver essencialmente com a questão dos Bombeiros, de facto, na sequência das várias reuniões que tivemos com a Direção dos Bombeiros, também com a Associação Nacional e com o Sindicato dos Bombeiros, concluímos que tem havido um número bastante significativo de Bombeiros a pedir a sua aposentação, dois deles já foram aposentados, há quatro que estão na iminência também de passarem a essa condição e por isso mesmo nós não quisemos estar a esperar mais, mas queria deixar aqui claro um esclarecimento com toda a transparência, o que se está a fazer não é um aumento do quadro para mais seis Bombeiros, o que se está aqui a fazer é no fundo antecipar, para quê, para se poder desenvolver o procedimento e que vem imediatamente a seguir o pedido até estes Bombeiros, nomeadamente estes quatro passarem à condição de aposentados. É evidente que depois de passarem à condição de aposentados certamente que virá novamente aqui o Mapa do Pessoal para retificar o número e ficar com o número que está previsto de Bombeiros. Portanto, neste caso é apenas digamos assim, não é um artifício mas quase, é uma forma de permitir que nós possamos abrir o concurso mais cedo, ainda antes esperamos nós de os pelo menos quatro Bombeiros passarem à condição de aposentados e acelerarmos este processo até porque a recruta ainda demora um ano. Em bom rigor, só ao fim de um ano é que vamos ter no fundo mais seis Bombeiros. Em bom rigor é exatamente assim. Portanto, para acelerarmos este processo propomos isto à Assembleia para que alargue este quadro aparentemente para mais seis lugares para Bombeiro Recruta da carreira de Bombeiro Municipal.-----

Também ainda neste âmbito do Mapa, propomos também a criação de um posto de trabalho de um Técnico Superior da área do ensino básico, uma vez que nos serviços do Gabinete de Educação, temos apenas pessoas de outras formações ou Assistentes Técnicos, e portanto, faz-nos falta especialmente e como sabem a parte da educação é uma área a que estamos a dar uma atenção muito especial, o Viseu Educa, mesmo agora para a

preparação, já para o início do ano letivo, precisávamos já deste quadro e por isso mesmo, já não virá a tempo certamente para a preparação do Viseu Educa, mas sim para depois para o seu acompanhamento. Portanto, é fundamental, tendo o Município responsabilidades muito grandes na Área do Ensino Básico é fundamental também que tenhamos nos nossos quadros alguém com essa formação e por isso, vimos aqui propor a criação de um posto de trabalho de Técnico Superior precisamente nessa área do Ensino Básico. Depois, o Ponto Onze decorre do Ponto Nove, exatamente da criação dos seis lugares para Bombeiro Recruta e neste ponto estamos já a pedir autorização a esta Assembleia para podermos abrir ou iniciar o procedimento concursal já de imediato para a constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado para estes mesmos seis Bombeiros que agora se abre o quadro. Portanto, em síntese penso que era isto que tinha a apresentar nestes três pontos.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Vice-Presidente. Dava a palavra à Assembleia. Senhora Deputada Filomena Pires. Estamos na discussão dos Pontos Nove, Dez e Onze.-----

----- OITENTA – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Dizer já que votarei a favor de qualquer um dos pontos, no entanto há duas ou três questões que eu gostaria de aqui colocar. Desde já relativamente à contratação, portanto à criação de um posto de trabalho de técnico superior da área de Ensino Básico, eu gostaria que enfim, me fosse apontada alguma razão para ser escolhido um professor do 1º Ciclo e não ser um educador ou um professor do 2ºCiclo, uma vez que enfim, também é da responsabilidade da Câmara Municipal de Viseu todo o Ensino Básico. Se há alguma razão que justifique que seja um professor do 1º Ciclo. Depois, relativamente à contratação dos Bombeiros, é pedido a autorização para de facto contratar seis profissionais, no entanto da análise do documento, por aquilo que eu vejo em dois anos, serão perdidos dezassete Bombeiros e não posso de maneira nenhuma deixar de expressar aqui uma grande preocupação relativamente a isto, para já, portanto, nove mais dois são onze que desaparecem e vão ser compensados com seis se eu bem percebi, mas nos próximos dois anos haverá a perda de mais seis o que perfaz dezassete, tendo em conta até, que enfim, se prevê o funcionamento do Aeródromo que naturalmente também exigirá a presença dos Bombeiros, que gestão é que será feita relativamente a esta nova exigência e se de facto não será muito pouco para as necessidades. Qual é a consideração que é feita, o que é que se prevê fazer efetivamente, se considera que isto é muito pouco, porque ouvidos os Bombeiros de facto eles queixam-se que isto é absolutamente insuficiente para dar resposta aquilo que são as necessidades enfim, que os chamam não é? Não gostaríamos de forma nenhuma ver repetidos este verão alguns dos acontecimentos do verão passado e daí a manifestação desta nossa preocupação e o pedido de esclarecimento.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- OITENTA E UM – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente. Senhora Deputada Filomena Pires, as responsabilidades a nível municipal em matéria de educação, é Pré-escolar e 1º Ciclo, o 2º Ciclo é da responsabilidade do Ministério. Portanto, aqui era muito simples, nós precisávamos de ter alguém ou do Pré-escolar ou do 1º Ciclo. Como só optamos por um lugar, ou seria do 1ºCiclo ou seria do Pré-escolar, pareceu-nos que dada a ênfase que estamos a fazer, todo o conjunto de atividades que vem decorrendo a nível do 1º Ciclo, que seria mais vantajoso ser do 1ºCiclo. Portanto, a opção foi pura e simplesmente essa. Podia ter sido Pré-Escolar? Podia, é evidente, só havia um teríamos que fazer essa opção. Na parte dos Bombeiros, diz que são poucos para as necessidades, admito que sim e se tivéssemos aqui os responsáveis pelos vários departamentos e pelos vários serviços da Câmara Municipal, diriam também exatamente o mesmo, que nos seus serviços têm falta de pessoal. Portanto, quem está a gerir não pode só olhar para uma parte, tem que olhar

para o todo e tem que olhar de uma forma criteriosa e portanto, neste momento aquilo que está em desenvolvimento foi de facto que recentemente dois Bombeiros aposentaram-se, é verdade que já se tinham aposentado outros, mas recentemente foram dois, estão quatro na calha, digamos assim, e portanto foi esse exatamente o critério, acudir já de imediato a seis. Certamente que, se fosse nomeadamente pelo sindicato, até nos propuseram doze, mas também não nos podemos esquecer, falando na questão do verão passado, certamente se tivéssemos mais seis Bombeiros Municipais, não acredito que seria por isso que não teríamos os problemas que tivemos, por outro lado não podemos esquecer que para além disso Bombeiros Municipais, Viseu ao contrário do que acontece em muitos dos municípios portugueses, apenas em vinte e seis municípios portugueses, temos os Bombeiros Municipais, mas nos outros municípios, só têm Bombeiros Voluntários, nós felizmente temos uma ótima Corporação dos Bombeiros Municipais e uma ótima Corporação dos Bombeiros Voluntários, portanto também não podemos ignorar a existência destas duas corporações que felizmente ainda ontem estiveram a atuar em conjunto num incêndio na Zona da Ribeira. Portanto, é evidente que nós temos que fazer opções em matéria de pessoal, por outro lado também temos que ver as questões orçamentais. Aqui houve este sinal, ainda antes de se repensar tudo o que tem a ver com o pessoal, não se esteve à espera dessa análise global para se avançar já com este concurso e mais, e nem se esteve se quer à espera que mais estes quatro se aposentassem. Portanto, este é um sinal de que estamos atentos precisamente às necessidades também dos Bombeiros Municipais.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Vice-Presidente. Íamos proceder à VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE DESPORTO. Quem se abstém? Quem vota contra? *Aprovada por unanimidade. (Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 349/350).*-----

Ponto do Dez da Ordem de Trabalhos, íamos proceder à VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2014. Quem se abstém? Quem vota contra? *Aprovada por unanimidade. (Anexo 9 – Registo nominal das votações, páginas 351/352).*-----

Ponto Décimo Primeiro da Ordem de Trabalhos, VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 6 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE BOMBEIRO RECRUTA. Quem se abstém? Quem vota contra? *Aprovada por unanimidade. (Anexo 10 – Registo nominal das votações, páginas 353/354).*-----

Íamos agora para o Ponto Décimo Segundo APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2013 DO MUNICIPIO DE VISEU. Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- **OITENTA E DOIS – O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, isto é pela primeira vez que ocorre, decorre da Lei 75/2013 em que prevê exatamente a consolidação das contas relativas ao exercício de 2013. Há um alargamento do perímetro de consolidação para entidades cujo controlo não é detida a 100% pelo Município de Viseu, a Lei também prevê que é precisamente nesta Assembleia de junho que deve ser feita esta consolidação e portanto nós em abril salvo o erro a partir do momento em que foram aprovadas as contas do município, tratamos de contratar uma empresa no sentido de tratar desta consolidação. Como sabem este executivo praticamente não teve quase intervenção, apenas dois meses, nas contas. Aqui, neste momento, com esta consolidação, tem-se uma noção de todo o grupo do peso se quisermos assim, digamos assim do grupo, é evidente que o Município é responsável por cerca de 65% do Ativo e

Passivo do Grupo Municipal chamemos-lhe assim, juntamente com os SMAS que aparece logo a seguir com um peso de cerca de 20% do Ativo e da Viseu Polis ainda com 14% do Ativo. As restantes empresas praticamente não têm impacto ou pelo menos é muito pouco significativo neste Balanço Consolidado. Portanto trata-se de uma obrigação legal, este processo para além do trabalho que foi feito por esta empresa contratada, houve ainda depois algumas reuniões com os próprios Revisores Oficiais de Contas de cada uma destas empresas, portanto, houve ainda aqui a análise do trabalho que foi feito e por isso parecem-nos que está aqui um trabalho em condições de poder ser aprovado por esta Assembleia.---

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Vice-Presidente. Íamos agora, pôr à discussão esta proposta do Município. Está prevista a intervenção de algum Senhor Deputado? Não havendo, íamos já iniciar a votação. Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovado com.....

- *Um dos Senhores Deputados intervém, sem que se perceba o que foi dito.*-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Então íamos repetir a votação está bem? Quem se abstém? Em relação ao Ponto 12, VOTAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2013 DO MUNICÍPIO DE VISEU, uma (1) abstenção. Quem vota contra? Um (1) voto contra. Quem vota a favor? A proposta foi aprovada. (Anexo 11 – Registo nominal das votações, páginas 355/356).-----

Íamos entrar no último ponto da Ordem de Trabalhos que é, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU. Eu dava a palavra à minha companheira de Mesa que liderou o processo.-----

----- **OITENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA CRISTINA PAULA CUNHA PEREIRA GOMES (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Como se recordam, por proposta da Mesa da Assembleia foi constituído um Grupo de Trabalho composto pela Mesa e pelos Líderes dos vários Grupos Municipais, para se proceder à revisão do Regimento e nos termos da Lei em vigor, da Lei 75/2013 de 12 de setembro apresentar um projeto de Regimento adaptado ao novo Regime Jurídico das Autarquias Locais de preferência para se tentar apresentar um projeto consensual se não na totalidade o mais alargado que fosse possível. Informo a Assembleia que isso foi conseguido há um projeto de alteração ao Regimento que foi aceite por todos, qualquer outra alteração que alguns dos Senhores Deputados entendam pertinente e querendo colocá-la à discussão estarão à vontade para o fazer. Em resumo, foi por consenso do Grupo de Trabalho aprovado alterar, o artigo 1º, ... esta alteração já seguiu toda, portanto, o artigo 1º, artigo 3º, artigo 5º, 9º, 10º, 28º, 29º, 30º, 31º, 34º, 35º, 37º, 42º e agora vou passar à numeração 55, 56, 58 e 60. Eu penitencio-me também, houve aqui um pedido de retificação no que diz respeito ao Anexo 1 que passará, se for aprovado a fazer parte integrante do Regimento e que é precisamente a distribuição dos Tempos de Intervenção, consta indicado o PCP, e foi pedida a retificação para CDU, que foi aceite, mas por um pequeno lapso, de facto não consta a retificação, mas seu peço que considerem CDU onde está PCP e que quando for feito o texto final, já constará e peço desculpa por este lapso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Está à apreciação este projeto de Regimento e como também foi acordado, houve também um conjunto de recomendações do Grupo de Trabalho por consenso que passamos a ler e também e também houve consenso no Grupo de Trabalho no sentido, quer de apreciar o projeto, quer de inclusivamente os próprios Grupos Municipais apresentarem propostas se assim o entendessem ao Plenário. Por isso, as Propostas de Recomendação do Grupo de Trabalho era que, sem prejuízo da inscrição para intervenção do público prevista nos termos Regimentais no seu Artigo 39º, sejam criadas condições designadamente de ordem técnica, para que a inscrição se possa fazer online com uma antecedência de 72 horas relativamente à Sessão da Assembleia Municipal e logo que se mostrem verificadas as condições designadamente de ordem técnica para o efeito, que seja determinada a transmissão sonora online das Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de Viseu.

Penso que eram estas as propostas de recomendação. Essas não vêm, mas fazem parte integrante da proposta do Grupo. Por isso, está à apreciação esta proposta de Regimento, as alterações propostas aprovadas pelo Grupo de Trabalho. Está à discussão como é óbvio, é a proposta de um Grupo de Trabalho, tem que ser apreciado por todos os elementos da Assembleia, discutidos e só depois é que vamos à votação.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues intervém questionando: Depois à uma votação final global, depois de apreciadas as propostas?-----

- O Senhor Presidente da Mesa responde à questão colocada: Não. Aquilo que propúnhamos era isto? Primeiro temos uma proposta consensual, depois temos recomendações e depois temos propostas individuais que qualquer Deputado pode fazer, inclusivamente podem apreciar este consenso não é? Penso que estou a transmitir o espírito com que se partiu.--- Em relação à proposta deste projeto de Regimento, alguém se quer inscrever para intervir sobre este projeto de Regimento ou clarificar alguma situação? Alguém quer intervir? Não há dúvidas? Estamos a falar deste projeto de Regimento que foi distribuído a todos. Em relação a este projeto de Regimento? Está aqui uma situação que pedem para distribuir, porque houve dois lapsos de escrita. Pedia aos serviços para distribuírem então, já se devia ter distribuído, peço imensa desculpa,-----

- A Senhora Deputada Cristina Paula Cunha Pereira Gomes intervém dizendo: Só para esclarecer porque Doutora Filomena, inclusivamente uma delas foi apresentada por si, eram aqueles lapsos de escrita que existiam no Regimento, que não consubstanciando uma alteração ao Regimento, já que o vamos alterar, retificamos e escrevemos como deve ser. São aquelas duas situações, que era uma repetição e uma palavra que estava incorretamente escrita, vamos também fazer essas retificações, no âmbito do decidido/acordado no Grupo de Trabalho.-----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a palavra dizendo: Então, em relação a isto e com aquela alteração do Anexo, CDU em vez de PCP.-----

----- **OITENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Eu não participei à Mesa da Assembleia nem ao Grupo de Trabalho e peço desculpa, porque só me apercebi já quase em cima da Assembleia. Agradecia depois à Mesa, já que vão corrigir a designação, alterar de PCP para CDU, senão não fazia questão, mas já que vão corrigir isso, a ordem deve ser Bloco de Esquerda, CDU, porque nós fomos eleitos primeiro. A diferença foi de 50 votos mas que já vão corrigir, é uma questão de rigor. Por outro lado, eu devo ter percebido mal, mas pelos vistos não fui só eu. Eu pensei que ia haver uma votação do texto que foi enfim, possível chegar a um consenso na comissão de trabalho, que nós chegávamos aqui apresentávamos as nossas propostas e depois que haveria, à semelhança do que acontece na Assembleia da República haveria uma votação final global, porque na verdade se as nossas propostas não forem aceites e eu gostava apenas de lembrar que não houve o mínimo de esforço por exemplo do PSD para chegar a um consenso, porque por exemplo há uma proposta que é comum a todos os Grupos Municipais, exceto do PSD e nem essa foi adotada, que foi a do período do público ser no início das Sessões. Portanto, não houve de facto esse esforço de chegar a um consenso. Portanto, se a redação final não incluir estas propostas, naturalmente que eu não me posso rever e acho que esta revisão do Regimento é uma oportunidade perdida e portanto, acho que essa metodologia, devia ser adotada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu acho que houve um consenso e o espírito que, por aquilo que me foi transmitido e nalgumas reuniões que tivemos, o espírito que me foi transmitido, foi que havia uma situação de consenso. Esse foi o consenso possível. Este é o consenso que vai à discussão do qual isto não implica que todos ou qualquer Grupo Municipal apresentem as suas propostas que estão para além deste consenso. Certamente que depois no final, há uma situação que não é uma votação global, aprovámos uma parte e a seguir há propostas. Se as propostas forem aprovadas também revertem para o documento final, são propostas de alteração não é? Íamos agora a este

Regimento. Em relação a este Regimento não há qualquer tipo de dúvidas, certo? Então eu passava a ler para não haver dúvidas e para ficar em Ata.-----

Artigo 1º, fica no Ponto 2, “A Assembleia Municipal...” Não é preciso? Dispensam a leitura certo? Pronto. Portanto em relação ao projeto de Regimento que foi distribuído e que faz parte da Ordem de Trabalhos, Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Esta proposta de Regimento que foi distribuído, está aprovado por unanimidade. Proposta de alteração. (Anexo 12 – Registo nominal das votações, páginas 357/358).-----

Eu agradecia que ninguém abandone a votação está bem? Estamos em votação, no fundo.-----

----- **OITENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA DE RIBEIRO CARVALHO (PS):** Era só para dizer o seguinte: Eu, por deve do ofício sou um bocado formal. Do que se trata desta Assembleia, é de pegar num Regimento que já havia, que vem de trás, mas que teve que ser atualizado por dois motivos. Por um lado, porque a Lei impunha e por outro lado, porque os Grupos nomearam os seus representantes e acharam que havia alterações possíveis, é essa a situação que se está a tratar. O que se vai votar aqui são as alterações ao anterior Regimento, tudo o resto que lá estava mantém-se exceto as alterações que eventualmente venham a surgir. Peço desculpa.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Era isso que inclusivamente a Doutora Cristina já tinha apresentado. Está aprovado esta situação. Vamos agora, se houver propostas em relação também de alteração ao Regimento. Alguém quer apresentar propostas? Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Vieira do Bloco de esquerda.-----

----- **OITENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Ora então, se me permitem dispensar dos cumprimentos. Proposta, Artigo 16º. Portanto, Vou começar por ler para simplificar e agilizar, leio o artigo com as alterações e depois se quiserem acompanhar-me pelo Regimento e depois a justificação.-----

**Artigo 16º (Competências da Mesa)** -----

n) Apreciar e deliberar sobre admissibilidade de petições populares.-----

o) (atual alínea n) -----

**JUSTIFICAÇÃO:** O Direito de Petição Popular é um direito fundamental constitucionalmente garantido, nos termos do artigo cinquenta e dois da Constituição da República Portuguesa. O legislador ordinário, com a Lei número quarenta e três de noventa, de dez de Agosto, alterada e republicada pela Lei número quarenta e cinco de dois mil e sete, de vinte e quatro de Agosto, não regulou o procedimento do exercício do Direito de Petição perante as autarquias locais. No entanto, nos termos do artigo vigésimo oitavo da Lei quarenta e três/ noventa, de dez de Agosto, alterada e republicada pela Lei quarenta e cinco de dois mil e sete, de vinte e quatro de Agosto, os órgãos e autoridades abrangidas devem elaborar normas e outras medidas tendentes ao seu eficaz cumprimento.-----

**Artigo 30º (Sessões Extraordinárias)** -----

Alinea c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município equivalente a 10 vezes o número de elementos que compõem a Assembleia.-----

**JUSTIFICAÇÃO:** “o limite de 50 vezes o número de elementos que compõem a Assembleia” (no actual regimento) equivale a 2.500 eleitores, o que é quase igual ao número exigido em Lisboa, cidade dez vezes mais populosa, e torna quase impossível acionar este dispositivo de democracia participativa numa cidade como Viseu”.-----

**Artigo 31º (Duração das sessões)** -----

As sessões da Assembleia Municipal não podem exceder a duração de cinco dias, ou um dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia Municipal delibere o seu prolongamento, nunca excedendo o dobro das durações referidas.-----

Propõem-se acrescentar: “As sessões ordinárias da Assembleia Municipal de Viseu

realizam-se à noite, em horário pós-laboral, de modo a favorecer o acompanhamento e a participação dos munícipes que durante o dia têm as suas actividades profissionais e a não prejudicar o trabalho profissional dos próprios Membros da Assembleia.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Pedia silêncio está bem?-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo o seguinte: Quando fizerem silêncio, eu continuo.-----

**JUSTIFICAÇÃO:** Primeiro, isto é prática na maior parte Assembleias Municipais do país, das maiores às mais pequenas, desde o Porto, a Sintra, a Braga, etc. Os resultados das recentes eleições autárquicas vieram demonstrar mais uma vez que há um crescente número de eleitores que se abstêm ou votam em branco e nulo como sinal de desencanto face aos partidos políticos e de descrença na democracia representativa. Há, pois, que retirar daí as devidas ilações e procurar criar condições para uma maior participação dos portugueses na gestão da coisa pública, aproximando os eleitores dos eleitos e construindo as bases de uma verdadeira democracia participativa, a melhor forma de dignificar e reforçar a democracia representativa.-----

Os Senhores riram-se mas, por exemplo para mim, eu sou Professor mas não sou praticante e neste momento nem que quisesse não tinha hipótese, com as vossas políticas de ataque à escola pública. Portanto, neste momento eu vivo exclusivamente do comércio, eu para estar aqui tive que fechar a porta do meu estabelecimento e não são os cinquenta euros que eu venho aqui receber, que me pagam o prejuízo...-----

- Um do Senhores Deputados intervém dizendo: É uma questão pessoal!-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue dizendo o seguinte:

Não é uma questão pessoal, conforme digo eu, há outras pessoas, outros Deputados hoje ou amanhã que podem ter problemas. Nem toda a gente anda a viver de subsídios. Pronto.

**Artigo 39º (Período de intervenção do público).**-----

**Ponto 5.** O Período de intervenção do público antecederá o período de “antes da ordem do dia”.-----

**Justificação:** Muitos munícipes não participam nas sessões da Assembleia Municipal, colocando os seus problemas e solicitando os respectivos esclarecimentos, por não poderem perder um dia de trabalho e ficarem até ao fim das sessões, as quais têm duração imprevisível. Portanto, propomos esta alteração, de acordo aliás, com a Lei 169/99, de Funcionamento das Autarquias, actualizada pela Lei 5-A de 2002.-----

Deixem-me apenas já agora, informar que na Assembleia de Freguesia da Cidade de Viseu, isto já é praticado e a maioria é do PSD. Não é verdade Senhor Presidente? Isto já é praticado, portanto, não se riam, porque não é nenhuma coisa do outro mundo.-----

**Artigo 61º (Direito de petição)** -----

1 – É garantido aos cidadãos o direito de petição à Assembleia Municipal de Viseu sobre matérias do âmbito do Município nos termos da lei em vigor.-----

2 – Recebida a petição, a Mesa da Assembleia Municipal delibera sobre a sua admissibilidade, remetendo cópia da petição e da decisão relativa à sua admissibilidade a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

3 - Os Deputados Municipais poderão propor a tomada de deliberações com base em petições populares.-----

**Artigo 61º - A (Petições obrigatoriamente apreciadas em plenário)** -----

1 – Ponto As petições populares que sejam subscritas por, pelo menos, trezentos cidadãos eleitores recenseados no Município de Viseu, serão obrigatoriamente apreciadas pela Assembleia Municipal em sessão plenária.-----

2 – A apreciação das petições referidas no artigo anterior serão apreciadas na sessão ordinária seguinte à sua admissão pela Mesa da Assembleia Municipal, como assunto incluído na respectiva ordem de trabalhos autonomamente”.-----

Já agora deixe-me esclarecer o Senhor Deputado Manuel Teodósio, que duvidou da informação que eu dei no Grupo de Trabalho, efetivamente na última Sessão da

Assembleia Municipal de Lisboa foram admitidas duas petições populares, subscritas por 250 pessoas eleitores.-----

**JUSTIFICAÇÃO:** A atual redação do Regimento da Assembleia Municipal de Viseu, não concretiza qualquer procedimento ou garantia de apreciação das petições populares que lhe sejam apresentadas. Urge por isso, dignificar este instituto jurídico, garantindo um efectivo exercício do Direito de Petição, num aprofundamento da Democracia Participativa. Assim e verificada admissibilidade da petição pela Mesa da Assembleia Municipal, deve a mesma ser distribuída, acompanhada da decisão de admissibilidade ou não admissão a todos os Deputados Municipais. Por forma a efectivar o exercício do Direito de Petição, estabelece-se a regra de obrigatoriedade da sua apreciação em plenário da Assembleia Municipal na primeira sessão ordinária seguinte à sua admissão, constando para o efeito como ponto autónomo da ordem de trabalhos, quando a mesma seja subscrita por mais de trezentos eleitores recenseados no Município de Viseu. Recorde-se que, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e quatro da Lei quarenta e três/noventa, de dez de Agosto, alterada e republicada pela lei quarenta e cinco de dois mil e sete, de vinte e quatro de Agosto, são obrigatoriamente apreciados no plenário da Assembleia da República as petições subscritas por mais de quatro mil cidadãos. Só assim será possível garantir o exercício deste direito fundamental com a eficácia e dignidade devida aos cidadãos, garantindo um tratamento compatível com a relevância de um direito fundamental e garantindo igualmente aos Deputados Municipais toda a informação relativa às petições que venham a dar entrada. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Agradecia que deixasse a proposta, está bem? Pedia a todos os grupos que tivessem proposta, porque se houvesse propostas coincidentes, nós estabelecíamos só a votação e as outras propostas seriam um pacote que votaríamos à parte. Há mais alguma proposta? O Senhor Deputado Alberto Ascensão e depois também o Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Couto de Cima e Couto de Baixo.-----

----- **OITENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia. A nossa proposta vai de encontro a uma parte da proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda e prende-se exclusivamente com a ordem dos vários períodos de cada sessão. A proposta que temos e que tínhamos proposto no grupo de trabalho e que não foi consensual, por isso é que está aqui, refere-se estritamente a isso, ao Período de Antes da Ordem do Dia ou o primeiro período das sessões ser o período público e por isso propunhamos uma forma de alteração do Regimento, diferente daquela que foi apresentada pelo Bloco de esquerda, daí trazermos aqui também esta proposta, que depois terá que ser reformulada para a Mesa poder transcrever na Ata, porque a proposta que trazemos aqui é aquela que levámos exatamente ao grupo de trabalho. Então, a nossa proposta constitui, na alteração ao Artigo 36º do atual Regimento e no número um, alterávamos a sua redação por forma a ficar com o seguinte texto:-----

**Artigo 36º**-----

1 – Em cada sessão ordinária há um Período de Intervenção do Público, um Período de Antes da Ordem do Dia e um Período da Ordem do Dia.-----

Isto automaticamente altera a ordem dos vários períodos de cada sessão diferente daquela a que nos temos submetido.-----

2 – Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os Períodos de Intervenção do Público e da Ordem do Dia, para manter a mesma ordem dos vários períodos de cada sessão. Isto originava como é óbvio, também para manter aqui alguma disciplina do articulado, originava também que o 37 passava a ser o atual 39 sem o seu número 3, atual 39 sem o seu número 3, depois o 38 era o anterior 37 e o 39 correspondia ao atual 38. Portanto a proposta que nós trazemos no sentido de que o Período do Público seja no início de cada

sessão obrigaria a estas alterações. É só o texto do número 1 e depois a adequação da disciplina do articulado do Regimento.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Para simplificarmos há aqui uma proposta vossa que é, que o Período de Intervenção do Público seja antes do Período de Antes da Ordem do Dia. Certo? Isso é que é importante para simplificarmos. Certo? Depois as alterações vinham a seguir.-----

- O Senhor Deputado Alberto Gonçalves da Ascensão prossegue a sua intervenção dizendo: Certo. Absolutamente certo, mas depois tem que se alterar aqui o articulado de forma atual.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo: Se fosse aprovado depois tínhamos que criar...-----

- O Senhor Deputado Alberto Gonçalves da Ascensão intervém novamente dizendo: Eu peço desculpa mas tínhamos que deixar isto bem explícito para podermos ter a certeza de que as coisas eram adequadas, não estou aqui a ser redundante em nada daquilo que estou a dizer. Muito obrigado-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo: Senhor Deputado, só para sermos rápidos nesta situação e simplificarmos. Se a vossa proposta coincide com a proposta do Bloco de Esquerda no que concerne ao Período da Intervenção do Público antecederá o Período de Antes da Ordem do Dia, a partir daí toda a questão do articulado, e após a aprovação ou não desta proposta. Certo?-----

- O Senhor Deputado Alberto Gonçalves da Ascensão responde: Absolutamente.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: O Senhor da União das Freguesias Couto de Baixo e Couto de Cima.-----

----- OITENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS COUTO DE BAIXO E COUTO DE CIMA FERNANDO MANUEL LEITÃO DE ALMEIDA (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa boa tarde, restantes Elementos, Senhor Vice- Presidente em exercício, muito boa tarde, Senhores Vereadores. Eu queria apenas deixar aqui um repto ao Senhor Deputado Carlos Vieira do Bloco de Esquerda, que tem a ver com o seguinte. Na generalidade concordo com a proposta que ele apresentou, excepto num ponto que tem a ver com o horário das sessões, a mudança do horário das sessões para horário pós-laboral. Eu percebo e compreendo que proventura para o Senhor e para outras pessoas, isso daria muito jeito, não sei se na prática isso é possível. Nós vamos aqui com esta carga horária e se elas comessem, suponhamos às 19 horas, não dormíamos Senhor Carlos Vieira, não dormíamos. Excepto essa questão da alteração do horário laboral para horário pós-laboral, eu acho muito bem a questão das petições populares não terem que ser cinquenta vezes, dez vezes acho que é suficiente, foi isso que o Senhor propôs, não é assim Senhor Carlos Vieira? Eu acho, eu estou aqui a falar em meu nome pessoal. Eu concordo com a sua proposta e vou votá-la favoravelmente nesse aspeto, nesse ponto em concreto, também na antecipação da intervenção do público para antes da Ordem do Dia, eu acho muito bem, há aqui pessoas, penso eu que há aqui público inscrito e não se sabe quando é que isto vai terminar e isto não dignifica em nada a Assembleia nem permite que o público, nem motiva que alguém venha aqui a esta casa pôr alguma questão e de certa forma apresentar a sua petição. Portanto, eu votá-la-ei também favoravelmente. Se o Senhor entender dever alterar a questão do horário, eu votarei favoravelmente a sua proposta de alteração. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Eu pedia a todos um esforço final no sentido de estabilizarmos a discussão e a votação. Dava a palavra à Senhora Deputada Filomena Pires, depois está o Senhor Deputado Manuel Teodósio e também o Senhor Deputado Carlos Cunha-----

----- OITENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Objetivamente aquilo que eu aqui venho trazer é uma concordância relativamente à proposta do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, de que o Período

de Intervenção do Público seja antes da Ordem do Dia. De facto, ao Grupo de Trabalho cheguei a levar uma outra possibilidade que seria este período ser dividido em dois momentos, antes da sessão e no final da sessão, até porque me parece que o Regimento impede os Deputados de se pronunciarem sobre os problemas que os cidadãos aqui trazem e penso que a intervenção ser antes da Ordem do Dia permite justamente essa intervenção. Por outro lado, ser dividido entre dois períodos permitiria de facto que as pessoas que trabalham durante o dia e portanto não podem aqui estar às nove horas com toda a certeza, não podem aqui estar durante todo o dia para fazer a sua intervenção, pudessem efetivamente ao fim do dia poder fazer essa intervenção. Claro que remeter toda a intervenção para o final do dia gera um problema que eu penso que é extremamente desmotivante para o cidadão eleitor vir aqui fazer a intervenção pois não sabemos nunca quando é que a sessão termina e portanto, as pessoas não podem acautelar a sua vida, as pessoas não podem, organizar a sua vida e nós queixamo-nos que a Assembleia de facto não é conhecida pelos cidadãos, nós queixamo-nos permanentemente que o cidadão está alheio à participação cívica, que o cidadão não quer saber daquilo que efetivamente se passa nomeadamente dentro desta Assembleia à qual dificilmente até tem acesso, algumas das propostas que foram feitas pela CDU, foram justamente no sentido de que aquilo que aqui se passa seja mais acessível ao cidadão. De facto, isto passa completamente alheio e até porque, acontece uma coisa, muitas vezes na conversa com os cidadãos aquilo que percebemos é que efetivamente o cidadão não percebe que a Assembleia não é a Câmara.-- Portanto, tudo se baralha, tudo se confunde e portanto, eu penso que o facto da intervenção do público estar remetida para o final da sessão não ajuda em nada a participação dos eleitores que eu acho que é também de muito grande importância. Um período inicial, reafirmo, parcialmente ou por inteiro, portanto estou aqui a pôr em alternativa, ou o período todo no início ou período dividido em dois, com uma parte no início e outra parte no fim sendo que naturalmente que quem intervém no início não pode intervir no fim, não é, teria apenas uma participação e que tinha de facto esta vantagem de todos nós podermos também de alguma forma falar sobre as questões que viessem ser aqui trazidas por parte dos eleitores. Dizer só também para finalizar que de facto, este não é o Regimento que nós gostaríamos de ver aqui aprovado, foi um trabalho muito duro, muitas propostas a CDU trouxe, algumas estão de facto revertidas nas recomendações, algumas foram recusadas e entendi não as trazer aqui mas efetivamente não nos revemos inteiramente naquilo que aqui está e não posso deixar de dizer que de facto o figurino que eu pensei e que poderia imaginar em termos de votação é um bocadinho diferente daquele que aqui está. Dizer que, uma vez que não me revejo inteiramente neste Regimento me levou a tomar uma posição de abstenção, mas que, no momento em que me perguntam, então mas estás de acordo com isto que está aqui que são as alterações? Não sei se a Mesa reparou que eu nem consegui votar, porque efetivamente fico profundamente dividida. Há aqui coisas que de facto foram aceites, aqui algumas coisas que foram por consenso muito difícil, muito difícil que me dói muito e há coisas que aqui não estão e que eu gostaria que estivessem. Portanto, o que é que eu aprovei de facto?-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Dava a palavra ao Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **NOVENTA – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Muito rapidamente, deixar aqui bem clara a posição do Partido Social Democrata em toda esta negociação. Por um lado subscrever que houve aqui um trabalho que foi muito duro como foi dito, muitas horas de reuniões, profícuo porque foi possível apresentar aqui um conjunto de propostas de alteração que acabámos por aprovar por unanimidade e portanto, para quem esteve envolvido obviamente que sentimos aqui uma certa satisfação do reconhecimento do trabalho e do esforço

desenvolvido nesta situação toda. É óbvio que não houve hipótese de haver concordância em todas as matérias e eu vinha aqui apenas justificar três, porque foram aquelas que são aqui mais levantadas e fundamentar a razão por que o Partido Social Democrata não poderia estar de acordo com elas, porque nós partimos para esta negociação com um propósito de melhorarmos o Regimento de acordo com as necessidades, por um lado por força da nova Lei, por outro pela realidade do dia-a-dia. Isto vem já ao encontro de uma das situações que tem a ver com a petição. Nunca houve um problema até hoje de uma petição não pudesse dar entrada porque não havia um número suficiente de subscritores.-- Tudo que é matéria importante sempre foi discutida, e lembro-me que houve, aqui há uns anos atrás, relativamente ao Centro Histórico que tanto hoje aqui se falou, uma situação dessas e a própria Assembleia tem essa sensibilidade de quando o tema efetivamente é importante de a poder agendar e fizemos inclusivamente um debate específico sobre o Centro Histórico, precisamente porque nos enquadrámos. Portanto, a questão da petição é uma questão que em parte não se põe. Já agora amigo Carlos Vieira, só precisar a situação, eu não disse que Lisboa não tinha aceite uma petição com 250, eu disse que se aceitou, porque a Mesa é livre de poder aceitar e a Assembleia, mesmo não cumprindo o que está estipulado. Agora, o que lá está é cinco por cento dos eleitores, portanto, é só para precisar essa situação relativamente a essa conversa. Relativamente à alteração do horário das sessões serem para a noite e serem em fins de semana, há aqui duas ou três coisas que são muito claras. Primeiro, com as horas do debate que temos tido em termos de Assembleias, se fossem à noite, nós teríamos que vir aqui, não sei quantas noites consecutivas. Outra questão que eu expliquei porque não podíamos estar de acordo, é que quase metade dos Membros desta Assembleia são Presidentes de Junta e todos eles têm atendimento ao público precisamente à noite, ou seja, nós ao pormos a Assembleia à noite, íamos impedir a participação de muitos dos Presidentes de Junta, se à terça-feira eram uns, à quarta eram outros e não é possível encontrar um dia para essa situação, mas ainda encontramos uma terceira razão justificativa para este facto e num momento económico difícil como é este, é a questão do número de senhas de presença, é que se nós tivermos que vir aqui três ou quatro noites, são três ou quatro vezes mais senhas de presença que são pagas a todos, e é do erário público, é dos nossos impostos. Portanto, há aqui três razões muito objetivas, não estivemos contra só por estar contra ou porque é apresentado pelo Partido A, B ou C, não é isto que nos move na vida. A última questão, a questão do período destinado ao público ser no fim ou ser no princípio, aqui dois tipos de discussão pode ser feito, se para as pessoas dá mais jeito no início ou se dá mais jeito ao fim. Para nós isto não é líquido, não é claro. Até hoje eu ainda não tive nenhuma pessoa e penso que a Assembleia também nunca recebeu nenhuma queixa de ninguém, que o facto de ser no fim impedia de falar, impedia de participar. Portanto, objetivamente não tem havido essa situação, tem havido pessoas a falar nesse período, mas por outro lado tenho gente que me diz, se for ao início, a gente tinha que faltar ao trabalho para poder vir aqui fazer a sua intervenção e sendo ao fim do dia, ainda permite poder vir ao fim do trabalho. Portanto é assim, não estou a dizer que nós temos a razão toda e que os outros não têm razão, eu penso que há aqui uma divisão de interesses e portanto, esta questão não é clara. Se no início pode dar jeito efetivamente para alguns, o facto de ser no fim dará também jeito, interesse para outro tipo de pessoas, mas também há uma questão, que nós termos que intepretar que é o espírito da lei, o espírito da Legislação, é que nós temos que ter e nós temos todos o máximo de respeito pelos cidadãos e pela participação e se alguém me dissesse aqui que o facto de passar para o início da Assembleia ia fazer com que a abstenção diminuísse e que efetivamente este era o grande problema, eu digo-vos já, assumiria aqui, eu votaria favoravelmente. Não tenho essa questão, para mim e para o meu Grupo Parlamentar, essa situação não é objetivamente clara e entendemos até que há aqui uma certa subversão do próprio espírito da lei, porque que é assim, todos somos cidadãos, nós também somos cidadãos de Viseu, também somos o público, só que nós

temos um voto, todos nós demos a cara numas Eleições Autárquicas portanto, estamos legitimados e quando estamos aqui, estamos a falar em nós e naqueles que votaram em nós portanto, estamos a ter uma legitimidade maior e inverter eventualmente esta situação, no fundo poderia estar também a inverter, mas isto são questões de retórica, mas é assim, objetivamente nós não concordamos. Não vamos votar favoravelmente esta situação porque objetivamente não temos nada que nos diga que há uma situação de melhoria. Se assim fosse, fá-lo-íamos com todo o gosto e não é por ter vindo, até porque neste caso vem dos outros partidos todos, não é por essa situação que não o fazíamos. Agora, mudar só por mudar sem que haja objetivamente ganhos de alguma coisa, isso para nós é que continua a não estar aprovado, não quer dizer que em termos futuros, não possamos vir a concordar se efetivamente nós nos apercebermos de que isso tem a importância que lhe estão a querer dar e antes fosse porque que seria fácil resolver este problema, que é um problema que todos temos que resolver e temos responsabilidades acrescidas de efetivamente facilitar a participação dos cidadãos na vida pública e na vida política. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Em a palavra o Senhor Deputado Carlos Cunha.-----

----- **NOVENTA E UM – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Senhor Presidente, Senhores Deputados mais uma vez. Reiterados os meus cumprimentos, neste momento o que é que eu pretendia aqui dizer? No fundo manter a coerência com aquilo que afirmámos na sede do Grupo de Trabalho, isto prende-se precisamente com uma assunção de compromissos eleitorais que foram por nós perconizados e defendidos em campanha eleitoral e que vimos aqui uma vez mais reiterar sobretudo com o período do público que para nós, deveria anteceder o Período de Antes da Ordem do Dia. A razão da nossa fundamentação é fácil, para além do compromisso eleitoral assumido, defendemos também que seria talvez uma iniciativa de aproximar esta casa, esta Assembleia dos eleitores. É no fundo esta a nossa razão. Já vimos que de facto estas sessões se prolongam por um tempo bastante longo, o que, quem venha para aqui com o sentido de intervir perde se calhar um bocadinho essa vontade. Neste sentido defendemos então a antecipação do Período do Público, para antes do Período da Ordem do Dia. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Alves.-----

----- **NOVENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente em Exercício, Senhores Vereadores. Eu vou ser muito rápido porque estava aqui a ouvir as intervenções e parece que existe por parte do PSD, criou-se aqui a sensação de que o PSD não quer que o Público fale primeiro do que os Deputados, ou de que os Membros eleitos desta Assembleia e eu parece-me que há aqui qualquer coisa que no meu entender não está a funcionar bem e nomeadamente pelo facto de se dizer que é um problema para o Público vir para aqui assistir às Assembleias, porque isto demora muito tempo e o Público cansa-se, mas nós estamos a tratar de que assuntos afinal? Não são assuntos da comunidade? Não é do interesse do Público que cá deve vir? Então se nós os queremos cá é para ouvirem o que se passa na Assembleia, não é para chegarem aqui e tratarem de assuntos muitas das vezes do interesse exclusivo e individual e depois vão-se embora, porque depois está tudo resolvido. Então, se nós queremos que eles percebam o que é que nós discutimos no órgão, se calhar faz mais sentido que venham mais cedo e que ouçam o que nós cá estamos a fazer. Podem às vezes é não gostar daquilo que nós fazemos, isso é outra coisa não é? Isso é outra coisa, agora parece-me que nós estamos a permitir que o Público venha aqui apenas tratar das suas questões pessoais e não é essa a situação. O que eu acho, o que nós estamos aqui a tratar e no respeito pelo mandato que nos foi conferido por quem nos elegeu, no respeito pelo mandato que nos foi conferido por quem nos elegeu, nós devemos

falar também em nome dessas pessoas, eu certamente que fui eleito supostamente por mil e qualquer coisa pessoas em função do resultado eleitoral do PSD e o número de eleitos que temos, por isso é que fizemos também uma divisão e uma grelha no Período Antes da Ordem do Dia, porque certamente nós temos uma voz diferente, por isso é que somos mais e também ouvimos as pessoas, nós somos a voz das pessoas, nós não somos só a nossa consciência, nós somos também a voz daqueles que nos elegeram, nós sufragámos um programa eleitoral e é esse programa eleitoral que está aqui a ter que ser defendido e fiscalizado e por isso mesmo, cabe-nos a nós, cabe-nos a nós defender isso e não é cada cidadão que o vem aqui fazer. Os cidadãos que aqui vierem fazer isso, vêm defender certamente os seus interesses. Quanto às petições, não vejo qualquer problema que elas se façam não é? Agora, uma coisa também é certa, nós sabemos muitas das vezes e conhecemos quem são os protagonistas também a dinamizar as comissões “de tudo e mais de um par de botas e mais que houvesse”, fazem sempre a mesma coisa, discutem sempre os mesmos assuntos a cartilha é sempre a mesma e a orientação vem sempre do mesmo sítio. Se nós quisermos defender também um conjunto de situações que às vezes são específicas, nós hoje vimos aqui defendida uma situação que poderia muito bem ter resultado de uma petição popular, a questão da Escola de Travanca. Tivemos aqui um representante local, um Presidente de Junta, que sentiu e legítimo também e que sentiu essa obrigação de vir aqui defender a sua comunidade, de um assunto específico que podia ter sido através de uma petição, não se põe em causa a petição. Agora, se existe órgão que funciona bem, se existe poder que está suficientemente próximo dos cidadãos, é o Poder Local seja através das Assembleias de Freguesia, das Juntas de Freguesia ou das Assembleias Municipais e não é porque nós vamos alterar o Período de Intervenção do Público que as pessoas cá vêm ou não, as pessoas vêm cá se tiverem ou não assuntos para resolver e se nós cá estamos a resolver permanentemente os assuntos da comunidade que também são do interesse de quem cá vem resolver apenas os seus assuntos, é bom que também se inteiram do que se cá passa, porque também nos custa anos, custa a todos, mas quem cá está, também cá está de livre vontade, está cá de livre vontade e por isso mesmo, se tem interesses, já sabia que era ou funcionário público, ou professor ou empresário, todos nós assumimos o mandato de livre vontade com uma candidatura e com as condicionantes que isto traz, não vamos aqui agora dizer que a minha vida hoje permite-me que seja desta maneira ou da outra, não faz sentido isto, são as regras, não agradam a todos. Agora, acho que nós devíamos ter aqui um bocadinho mais de cuidado e perceber também, dignificar o papel desta Assembleia, e o papel desta Assembleia é representar todo o universo eleitoral e nós representamos esse universo eleitoral independentemente da participação individual de cada um e por isso mesmo acho que quem quiser participar, é livre de o fazer, nas se vier no final da Assembleia não tem mal nenhum, claro que custa, não é fácil, o assunto da pessoa é uma urgência dela própria, certamente que nós não temos essa preocupação, não temos esse conhecimento, mas também as pessoas podem abordar o Presidente da Junta, um Membro da Assembleia, a Câmara Municipal ou o que seja. Há um conjunto de portas, de “*front office*” chamemos-lhe o que quiserem a que eles se podem dirigir e por isso mesmo, acho que, daquilo que foi a proposta do PSD de não alterar o Período de Intervenção do Público, o Público deve continuar a intervir no fim. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Adelaide Modesto.-----

----- **NOVENTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Senhor Presidente da Mesa os meus cumprimentos, Senhor Vice-Presidente agora em exercício de funções, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhoras Deputadas Municipais. Eu não tinha intenções de vir aqui acima e mas de facto, depois desta intervenção e sofrendo de vergonha alheia, não podia de deixar de aqui manifestar o meu repúdio quanto a algumas das afirmações que aqui foram

proferidas. É caricato, hoje esta Assembleia já provou aqui várias coisas. Provou que em 2012 se votou aqui contra um Orçamento Participativo e hoje em dia, já se vê uma abertura e inclusão do cidadão na discussão dos dinheiros. É curioso também, que já é colocado à discussão pública o Centro Histórico. Bom, de facto a cidadania é isto mesmo, é um aperfeiçoamento. As suas declarações ficaram com certeza para memória futura e eu estou em crer Senhor Deputado Pedro Alves que vai haver aqui um momento também de aperfeiçoamento e que vai com certeza evoluir na sua perspetiva por uma razão simples, nós não estamos aqui a defender o indefensável, aquilo que se está a dizer e a precisar tão-somente é que provavelmente no início da Ordem de Trabalhos a abertura ao público, facilita à participação e à cidadania ativa e é certo que existem várias formas de auscultar as entidades, existem várias formas do cidadão comum se dirigir aos partidos políticos, mas quanto mais alargarmos o leque de possibilidades, tanto melhor e é para isso que também nos elegeram Senhor Deputado, é para isso que nos elegeram, para darmos esse contributo, essa é que é a demonstração da cidadania e da vontade em ouvir aqueles que nos elegeram e quando Vossa Excelência aqui diz, bem cada um vem falar da sua cotada e dos seus problemas, mas também é para isso que aqui estamos Senhor Deputado e se qualquer cidadão entender vir aqui defender a sua dama, é para isso que aqui estamos e é para isso que fomos eleitos e é esse o nosso papel aqui. Era só isto que eu queria dizer. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. A Mesa pedia a todos que estabilizássemos o quórum. Eu propunha uma metodologia para ser rápido que era: Nós temos aqui uma proposta elaborada pelo Bloco de Esquerda em que contempla também as propostas dos outros partidos e que quando chegássemos a essa proposta, nós dizíamos, é a proposta do Bloco de Esquerda, também proposta do CDS, proposta... íamos acrescentando as situações, era só por uma questão de metodologia, íamos aos artigos, eu li-a os artigos, punham-se à votação, são quatro ou cinco artigos que temos aqui e isto seria um processo extremamente rápido que eu propunha nesses aspeto. Senhor Deputado Alberto Ascensão e Senhor Deputado Carlos Vieira, está bem? Pedíamos que estabilizássemos o quórum senão, não conseguimos Está bem?-----

----- **NOVENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Peço que me dispensem dos cumprimentos para ser mais breve e vou ser breve. Eu respeito como é óbvio, a opinião do Deputado Pedro Alves, mas estou em completo desacordo. Quer dizer, eu acho que, o Senhor Deputado não esteve aqui nos últimos mandatos? Já cá esteve noutros tempos, estivemos cá, mas se calhar está um bocado a pensar que por exemplo o Orçamento Participativo, já existia neste concelho como aqui foi afirmado pelo anterior Presidente do Executivo, quando dizia que já era participativo o orçamento deste concelho porque os Presidentes de Junta já se pronunciavam sobre isso tudo, pronto, era um novo conceito de Orçamento Participativo. De facto, o Orçamento Participativo existe é agora e é o público que tem que participar. A Lei, o espírito da Lei no seu entendimento está a ser deturpado, o espírito da Lei quando diz que, há um período do público para intervenção e esclarecimento público. Ora bem, se existe um período de intervenção e esclarecimento público, certamente que, e um princípio do Direito é que o legislador diz exatamente aquilo que quer, não diz aquilo que não quer, é porque entende que além desses representantes eleitos diretamente pelo povo, há necessidade de dar um período a esses mesmos eleitores para resolverem exatamente aqueles problemas que o Senhor não quer que resolvam, os problemas pessoais, os problemas deles, os problemas que os afetam na vida, que a política os afetam é para isso mesmo que eles o têm. Isto é aquilo que eu percebi e que não estava articulado com a Lei e com o Regimento, depois...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Atenção! Não pode haver diálogo.-----

- *O Senhor Deputado Alberto Gonçalves da Ascensão prossegue a sua intervenção dizendo:* Depois queria-lhe dizer que, e isto é uma questão de respeito pelos os eleitores e depois

também, dizer-lhe que de facto, o Período do Público antes do Período de Antes da Ordem do Dia, simplifica a participação das pessoas, porque as pessoas que venham para aqui com intenção de falar, cansam-se, porque não são eles que estão aqui eleitos, eles lá fora até dizem, vocês é que estão lá a ganhar o vosso, é para estarem lá e nós elegemos-vos para estarem lá, e bem, somos nós que estamos aqui para tratar dos assuntos, eles querem é tratar de assuntos pontuais, aqueles que lhes interessam, que lhes afetam a vida enquanto que a política está em ação e é nessa medida que eu discordo, respeitando, discordo em absoluto daquilo que disse aqui, porque de facto é exatamente para assuntos particulares, assuntos pontuais da sua vida que a política afeta, que esses eleitores que também nos elegeram para aqui e nós estamos cá com essa obrigação porque nos candidatámos, mas eles, além desse, têm o direito de vir aqui pedir esclarecimentos e a serem esclarecidos. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Deputado Carlos Vieira.-----

----- **NOVENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Ora bem. A argumentação do Senhor Deputado Pedro Alves, foi obrigar o público. É assim, muito bem queres vir apresentar um problema, então tens que ficar aqui até ao fim a ouvir a Assembleia. Ora, isso foi aquilo que disse há pouco a brincar. “participação, participação, participa cão”. As pessoas são tratadas com arrogância, os munícipes são tratados com arrogância, porque o Senhor Deputado não percebe, não compreende os constrangimentos das pessoas que não têm os privilégios que alguns têm, porque não há dispositivo legal de poder faltar ao trabalho. A pessoa não vai dizer ao patrão, vou ali à Assembleia e já venho, daqui a quanto tempo? Não sei. Se fosse à noite, se as Sessões fossem à noite como são em muitas Assembleias Municipais, se calhar esse problema não se punha, as pessoas poderiam ficar a acompanhar. Poderia se pôr ou não, não era tão premente. Agora, neste caso há de facto aqui uma incompreensão da necessidade de as pessoas fazerem isso mesmo que o Senhor estava a criticar, de poderem dizer ao patrão, desculpe lá eu tenho que ir ali à Assembleia mas volto já, o que é diferente de estar aqui cinco ou seis horas ou sete ou oito, que as pessoas têm a sua vida, têm o seu trabalho. Pronto, acho que isso é uma arrogância que fica mal a qualquer um de nós. Por outro lado eu tenho que declarar aqui, e tenho que pedir desculpa em primeiro lugar aos eleitores do Bloco de Esquerda porque eu caí numa esparrela, porque esta aprovação e votação do projeto de Regimento, foi de facto uma oportunidade perdida e nós apresentámos, sufragámos ao eleitorado propostas de revisão do Regimento e neste momento, vou votar a favor de uma revisão de um Regimento que não contempla as nossas propostas. Não, é que o Senhor Deputado do PSD que estava na comissão de revisão, não apresentou para além, aliás até está escrito, só apresentou as alterações que decorriam da alteração da Lei, aliás, só na última reunião é que apresentou depois a propostas dos tempos para o PAOD. Pois é isso, é que a conclusão que eu tiro é que mais valia não ter participado na comissão de trabalho, que agora estava aqui livre para votar contra esta revisão do Regimento que efetivamente não contempla nenhuma das propostas que a oposição quis apresentar.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves, que é resposta rápida e depois o Senhor Presidente de Junta de Bódiosa.-----

- *O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho intervém dizendo:* Eu proponho que no Anexo I, para além dos tempos distribuídos depois tenha mais uma alínea no fim a dizer assim: Os Deputados do PSD têm direito a 33 minutos, o Senhor Deputado Pedro Alves, fala quando quiser, essa é a minha proposta.-----

- *O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém dizendo:* Eu fiz uma interpelação à Mesa porque fui visado, apenas isso.-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Não Senhor Doutor. Foi porque foi visado

diretamente. Há bocadito também dei a palavra ao Senhor Deputado e tem a ver com isto, foi visado diretamente. Agradecia rapidamente está bem?-----

----- **NOVENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Fui visado diretamente e mais, porque efetivamente como disse o Senhor Deputado o Deputado Carlos Vieira, afirmou aqui que havia propostas e dos diferentes Grupos Parlamentares ou das diferentes candidaturas relativamente ao Regimento...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo:* Pedia que se cingisse concretamente ao assunto pessoal.-----

- *O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue a sua intervenção dizendo:* Mas é um assunto pessoal que é o facto de ele ter dito que eu de uma forma arrogante, assumi ou achava que o público devia falar no fim, simplesmente se trata de um compromisso eleitoral também. Do mesmo modo que vocês apresentaram sob proposta ao público ou ao povo ou aos eleitores que queriam que houvesse uma alteração do Regimento da Assembleia, nós não o fizemos, e nós ganhámos as eleições e por isso mesmo se calhar ainda não percebeu isso, tem que começar a perceber e se calhar até houve mais brancos e nulos do que os votos que teve efetivamente e se calhar nem essa parte conseguiu convencer para vir falar primeiro. Aqui não se trata de um processo de arrogância, trata-se de um processo de assunção de cada um do seu mandato e da sua responsabilidade e no respeito pela intervenção de cada um, participa quem quer do modo como quer com as regras que estão, e aqui alterar para trás ou para a frente, não aproxima nem desaproxima o que altera efetivamente é os resultados da ação política, não é a participação nos órgãos, neste caso das intervenções nas Assembleias. Se nós conseguirmos fazer aqui um bom trabalho e se esse trabalho corresponder às expectativas daqueles que nos elegeram, acredito que as pessoas estarão próximas e que nos voltarão a reeleger e uma coisa nós temos a certeza, temos sido reeleitos sucessivamente durante anos com maiorias absolutas aqui em Viseu e certamente se deve, não é ao facto de não permitirmos que haja uma participação livre no concelho de Viseu, é porque as pessoas se reveem no modo como temos feito política. É só isso.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado, obrigado. Tem a palavra e é o último orador antes da votação o Senhor Presidente de Junta de Bodiosa.-----

----- **NOVENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BODIOSA RUI MANUEL DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Obrigado. Os meus cumprimentos uma vez mais. Eu só vinha questionar uma coisa, de que é que serviu o grupo de trabalho se estamos aqui a discutir o que vocês discutiram? Aonde é que está o respeito por nós Presidentes de Junta, que fora desta Assembleia muitos têm as Assembleias para ir cumprir, às sete, oito e nove horas, e nós temos que lá estar e também estamos também a faltar ao nosso trabalho e amanhã temos que estar no trabalho. Então proponho, se a preocupação do Senhores é tanta com a participação dos eleitores, vamos fazer Assembleias descentralizadas e vamos ao encontro das preocupações não só dos eleitores e dos habitantes da zona urbana, mas vamos ao encontro dos problemas dos eleitores da zona rural, porque esses não têm possibilidade de cá vir e aí sim, e aí sim os Senhores também que tanto defendem,-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Não pode haver diálogo, desculpem lá está bem?-----

- *O Senhor Presidente da Junta de Bodiosa prossegue a sua intervenção dizendo:* ... e aí sim os Senhores que tanto defendem o eleitorado, vão também tomar realidade dos problemas que nós Presidentes de Junta nos debatemos e que nós temos que trazer aqui, e não é por notícias do jornal é pelo conhecimento no terreno. Aí sim, peguemos no exemplo da Câmara e façamos a mesma coisa. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado, não dou mais porque isso não é esclarecimento. Vamos agora, se não estamos

aqui...,eu ia propor então rapidamente se concordassem, eu ia propor: Proposta do Bloco de Esquerda Artigo 16º nomeadamente alínea n). Propõe no fundo mais uma alínea cujo texto é este: “ Apreciar e deliberar sobre admissibilidade de petições populares”. Quem vota a favor? Catorze (14) votos. Quem vota a contra? Quem se abstém? Resultado final, a *proposta foi rejeitada com e vinte (20) votos contra, catorze (14) votos a favor e três (3) abstenções* -----

Artigo 30º Tem a ver com as Sessões Extraordinárias.-----

“De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município equivalente a 10 vezes”. O que tínhamos antes era 50 vezes. Esta é a alteração proposta. Diga, diga Senhor Deputado, aceitamos todas as sugestões.-----

----- NOVENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Dispensem-me os cumprimentos. Eu penso que estamos a votar coisas que não têm razão de ser. Uma vez que não foi aprovada a primeira proposta do Bloco de Esquerda, para que é que estamos a votar isto que é na sequência da primeira parte da proposta. Se calhar simplificávamos os procedimentos em vez de estarmos a votar isto. É só para saber quem votou?-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Não. São coisas diferentes. Eu não queria complicar e estão a complicar, é assim, são coisas diferentes. Senhor Deputado, são coisas diferentes, por isso não vamos complicar. Pretende uma alteração de 50 vezes o número de elementos para convocar, para 10 vezes. Quem vota a favor da proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda? É para dez vezes e está no artigo 30º cinquenta vezes. Diz assim: De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município equivalente a 50 vezes o número de elementos que compõe a Assembleia, isto é o que está no Regimento. A proposta é, em vez de cinquenta vezes sejam dez vezes. É esta a proposta. Quem vota a favor desta proposta? Seis votos a favor. Quem vota contra? Vinte e um votos. Quem se abstém? Sete votos.-----

Por isso, *a proposta foi rejeitada com vinte e um (21) votos contra, seis (6) votos a favor e sete (7) abstenções*.-----

Vamos agora rapidamente para outra proposta que é Duração das sessões.-----

Artigo 31º que propõe: “As sessões ordinárias da Assembleia Municipal de Viseu realizam-se à noite, em horário pós-laboral, de modo a favorecer o acompanhamento e a participação dos munícipes que durante o dia têm as suas atividades profissionais e a não prejudicar o trabalho profissional dos próprios Membros da Assembleia”-----  
Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? *Proposta rejeitada com trinta (30) votos contra, um (1) voto a favor, e quatro (4) abstenções*.-----

Artigo 39º (Período de intervenção do público) -----

São vários os Grupos Municipais que apresentaram esta proposta-----

O Período de intervenção do público antecederá o período de “antes da ordem do dia”.-----

Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Agora estão 36 pessoas e a *proposta foi rejeitada com vinte e um (21) votos contra, quinze (15) votos a favor e zero (0) abstenções*.-----

Agora, Artigo 61º (Direito de petição) -----

Neste momento está: “É garantido aos cidadãos o direito de petição à Assembleia Municipal de Viseu sobre matérias do âmbito do Município nos termos da lei em vigor”.---

O que se propõe é manter isto e acrescentar mais dois pontos.-----

“2 - Recebida a petição, a Mesa da Assembleia Municipal delibera sobre a sua admissibilidade, remetendo cópia da petição e da decisão relativa à sua admissibilidade a todos os membros da Assembleia Municipal.”-----

“3 - Os deputados municipais poderão propor a tomada de deliberações com base em petições populares.”-----

Em relação a esta proposta, Quem vota a favor da proposta? Quem se abstém? Já saiu

mais uma pessoa, estão 35 pessoas neste momento. A proposta foi rejeitada com vinte e três (23) votos contra, dez (10) abstenções e dois (2) votos a favor.-----

Depois, propõe aqui um artigo que é o “Artigo 61º - A” Petições obrigatoriamente apreciadas em plenário, que eu acho que já está prejudicado pelo anterior, Certo? Acho que este aqui já está prejudicado, não sei se concorda o subscritor? Concorda o subscritor que está prejudicado, certo? Pronto.-----

Eu proponho a todos por uma questão de grande transparência porque é óbvio que tivemos aqui uma metodologia que é complexa e por isso proponho a todos, isto: A Mesa, nomeadamente a Doutora Cristina vai elaborar uma redação que enviará a todos, uma proposta de redação final de tudo isto que enviará aos Grupos Municipais e também aos dois Deputados independentes. Enviaré essa redação a todos e depois, marcar-se-á uma reunião dos Líderes dos Grupos Municipais para se discutir se houver algum problema com a redação final, redação que fará parte, até porque tudo foi aprovado em minuta, portanto é só haver o consenso da redação final e a partir daí, já será aplicado este Regimento na próxima Assembleia Municipal e por isso, quanto à aplicação do Regimento, eu gostaria com a tabela, desde já pedir, solicitar, principalmente aos Grupos Municipais que são constituídos por mais pessoas que, quando apresentassem a lista dos seus Membros que vão intervir, já fizessem uma aproximação aos minutos de cada um ou seja, vai intervir o Senhor Deputado fulano tal e previsão, uma previsão como é óbvio por exemplo, 4 minutos, outro 8 minutos, 7 minutos, 4 minutos, etc., e ser feita uma listagem de acordo com o tempo que está na grelha, fazerem uma listagem das prováveis intervenções. Isto facilita a intervenção de todos. Pedia a todos porque isto permitia e só vou dizer isto, não defraudar eventualmente expectativas de pessoas que tenham que intervir, porque, se vem uma pessoa que acordou no seu Grupo Municipal intervir 4 minutos, se utiliza 10 minutos, a partir daí, prejudicou a intervenção de outros e a Mesa não pode depois dar a palavra a outros Deputados. Por isso, a grelha que é apresentada aqui deve trazer: Senhor Deputado fulano tal xis minutos que é para nós podermos controlar e alertar a própria Assembleia.-----

Terminámos a Ordem de Trabalhos. Abre-se agora o Período de Intervenção do Público, e pedia alguma compreensão até como exemplo de todos, conforme previsto no Regimento. Está um Cidadão inscrito que é o Senhor Álvaro Martins Rebelo Pires a quem dava a palavra e como é habitual tem cinco minutos para a sua intervenção. Agradecia que pudesse usar da palavra e pedia desde já a sua compreensão.-----

----- NOVENTA E NOVE – O SENHOR ÁLVARO MARTINS REBELO PIRES:  
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Distintos Elementos da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssima Vereação, Excelentíssimos Membros eleitos da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimos Senhores da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Ao dirigir-me pela primeira vez à Assembleia em 25/30 anos do meu relacionamento com a autarquia, é-me grato saudar todas as Vossas Excelências como os expoentes máximos da Democracia direta representativa do Poder Local. Não constitui hábito meu escrever discursos nem o momento o aconselharia, mas receando trair pela indignação contida, o rigor do pensamento e procurando aliviar a desagradável tarefa de quem redige Atas, senti hoje a necessidade de alinhar os tópicos mais significativos desta minha curta intervenção. É pois com a brevidade que a Mesa reclama e a amabilidade que Vossa Excelência aconselha que aproveitarei os minutos concedidos. Certamente não venho em boa hora pelo que ouvi mas pelo respeito que devo a esta Assembleia, vou arriscar. Começo por dizer que sou por formação e convicção institucionalista, sempre acreditei nas virtualidades das instituições como formas organizativas da sociedade e não será por isso de estranhar que destaque em primeiro plano o papel de todas Vossas Excelências no contexto da autarquia mas sobretudo e para além dessa circunstância a qualidade de Homens e Mulheres livres. Livres de amarras partidárias, livres de preconceitos

ideológicos ou administrativos, livres de teias que cuja razão, a própria razão desconhece. Apenas fiéis aos ditames da consciência e na realidade é de um problema de consciência e principalmente de carácter o assunto que me traz aqui hoje. E assim, manda a boa educação que me apresente, como diria Ortega, *eu e as minhas circunstâncias* ditaram que em 1989 eu na qualidade de comproprietário de uma zona de Marzovelos, estabelecesse com o então Presidente da Câmara o Excelentíssimo Senhor Engenheiro Carrilho um acordo que visava em termos gerais a localização do complexo de Marzovelos, o prolongamento da circunvalação e naturalmente uma certa expansão da malha urbana da cidade. Perante tal facto, mal eu sabia, a par da assinatura do respetivo acordo que estava a decretar o meu calvário de muitos anos e bem assim a minha crucificação. É que como diria “Lacordaire”, que também foi um grande orador, *“Cada Homem tem o seu tempo, cada palavra a sua hora”* no meu caso direi também, se um dia na vida de cada um representa muito, vinte e cinco anos deste calvário são uma eternidade. Venho pois a esta Assembleia, porque ainda não perdi o direito de fazer valer aqui neste lugar de excelência a minha dignidade e a minha honra, face ao inqualificável comportamento da Câmara em tempos passados. Começo por me dirigir ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, na pessoa do Senhor Vice-Presidente para manifestar uma vez mais publicamente o quanto lamento por o meu assunto volvidos tantos anos chegar ainda às suas mãos do qual o Senhor e a nova Administração não têm responsabilidade alguma. Mas o Senhor Presidente supostamente presente é jurista e como jurista que é estudou nos Princípios Gerais do Direito a Teoria da Instituição, para reter uma das qualidades fundamentais, as instituições perduram no tempo independentemente da mudança dos seus protagonistas. Naturalmente que eu não cometerei a indelicadeza de o interpelar com o intuito de obter aqui respostas pontuais, nem o local seria adequado e é óbvio que as não tem nem pode ter, por muitos relatórios que lhe cheguem às mãos, relatórios elaborados e inspirados segundo a velha fórmula “*mascarar factos e deixar tudo na mesma*”. Senhor Presidente, isto não é um problema de mais ou menos relatórios é um problema de carácter, um bem à muito escasso é certo e de um comportamento indigno e impróprio a que fomos assistindo e sofrendo ao longo do tempo. Já lá vão muitos anos. Por falar no tempo e nos anos, estando eu há dias a folhear um jornal onde o Senhor Presidente habitualmente escreve os seus artigos, dos quais sou leitor atento e é por isso que o felicito, deparei-me com uma notícia da Câmara de Sintra para nela reter esta informação. Cerca de cinco mil processos aguardavam resolução no Departamento de Urbanismo, será doença contagiosa? Um deles, licença para a construção de um muro, esperava ou espera trinta anos, afinal, aqui também havia não um mas dois muros o verdadeiro por fazer e o do silêncio de trinta anos. Perante isto, o meu, da omissão e do silêncio é mais modesto, ainda não chegou aos trinta mas está no bom caminho ou tem estado no bom caminho. Como é isto possível? Perguntam neste momento Vossas Excelências e eu ousar referir uma explicação. Qual seja a subalternização do poder político ao técnico-burocrático e sobre este ponto fico-me por aqui por razões óbvias e de ética. Ora, o exercício do poder tem que ser digno e suficientemente forte para não ser prepotente, é uma velha máxima já nossa conhecida e foi de prepotência, abuso de poder que redundou num verdadeiro assassinato administrativo camarário a que fui submetido pela Câmara de Viseu. Fazendo de um dever público um negócio, aproveitando-se de forma ilegal, injusta e injustificada da situação de desigualdade flagrante, não respeitando conforme lhe convinha o espírito do acordo estabelecido em 1989, mediante interpretações abusivas da Lei e assim, exigir e receber quantias que sabia de antemão que não lhe eram devidas apropriando-se do que não era seu e não pode a Câmara alegar desconhecimento de toda a situação pois por inúmeras vezes foi alertada por mim através de variadas exposições nomeadamente de 2003, 2007, 2009 e mais recentemente 2012 para a barbaridade jurídica e humana que estava a cometer tendo-se sempre remetido ao silêncio. Silêncio de tantos anos só agora quebrado pelo relatório chegado neste fevereiro último, certamente mérito da nova

Administração na pessoa do Senhor Vereador João Paulo Gouveia e pasme-se, nele se sugerem eventualmente indeferimentos tácitos face às citadas exposições. Senhor Presidente, um comportamento destes, revela carácter e tem um nome, desonestidade intelectual. Por mim, cumpro tudo o que me era possível cumprir decorrente do acordo celebrado em 89, à Câmara de Viseu entreguei as áreas afetas ao complexo escolar, a área à circunvalação e zona “*non aedificandi*”, as áreas das ruas que marginam o complexo, 3 lotes, vinte e cinco vírgula vinte e sete fogos que a Câmara vendeu nesse mesmo ano e arrecadou muitos milhares de contos (ainda em moeda antiga) e só não digo o número porque não me compete fazê-lo. Fiz pagamentos de sessenta mil contos e era suposto a mudança de um coletor do qual esperei mais de treze anos para que me cedessem os terrenos para o poder fazer. Apresentei e ofereci um projeto de arquitetura para o complexo escolar que a Câmara deitou para o caixote do lixo e realizei todas as infraestruturas, mesmo todas onde Vossas Excelências há muitos anos percorrem a pé ou de carro e porventura se apoiam nelas habitando, inclusivamente infraestruturas não previstas. Ainda a propósito das minhas exposições e requerimentos, nunca obtive resposta formal da posição da Câmara que me levasse também formalmente a recorrer ao Tribunal. A estratégia da Câmara era outra, era da insinuação velada, querendo empurrar-me para onde eu evitei sempre ir e eu pergunto, a quem aproveita o Tribunal? A tática é notória, endossar para terceiro o carácter decisório, qual lavar de mãos tipo Pilatos, forma subtil de desresponsabilização dos atos que os próprios cometeram e este é o principal desafio que lamentavelmente o Senhor Presidente estará futuramente confrontado e irá pôr à prova a sua autoridade, isto é, se continua a tolerar tal prática ou rompe definitivamente obrigando os agentes responsáveis à assunção das suas responsabilidades sob pena se o não fizer e lamento muito, ficar refém da célebre fórmula da renovação na continuidade. Senhor Presidente, a Câmara comportou-se em tempos passados, desta forma algo parecida com este exemplo que deixo: Imagine, dou-lhe um abraço, tiro-lhe a carteira e depois digo-lhe para se queixar ao Tribunal, e isto não é inocente porque:-----

Primeiro, a Câmara perdendo justifica-se com o Juiz que se enganou.-----

Segundo, tendo que pagar, pagavam todos contentes porque o dinheiro não era deles e assim iam gerindo a situação.-----

Senhores Deputados e Senhores Membros desta Assembleia, eu sei que estão cansados e sei que o tempo já vai adiantado, mas sempre lhes quero dizer que foi um calvário e é uma situação terrível na minha vida pessoal, face a procedimentos administrativos corrosivos e danosos, danosos numa tripla dimensão, valores indevidamente cobrados face ao protocolo, garantias e recessões que perduraram no tempo com reflexos bancários danosos e danos colaterais na minha esfera pessoal. E sobre o processo global da tal urbanização que foi um todo e que fez parte exatamente do acordo com a Câmara na época, eu pergunto? Têm conhecimento de toda a situação? Da sua gravidade? Conhecem toda a documentação? As minhas exposições? A razão dos factos? E afinal qual é a posição oficial da Câmara? E ainda agora, sobre o alvará, a que eu..., este último, porque os alvarás não eram mais do que meras fases de todo um protocolo global e por isso mesmo eu na altura fiz as infraestruturas todas para além dessas delimitações para pôr os eixos todos a funcionar, eu pergunto se nas deliberações ora tomadas os Senhores Vereadores estavam na posse plena de todos os elementos? Se votaram em consciência na plenitude dos factos? Foi-lhes fornecida a minha exposição? Questionaram as causas? É neste contexto e vou ser breve que lanço uma petição ao poder político, para em sede de audiência eu seja ouvido sobre todo o processo, todo o percurso, tirar todas as dúvidas, que me seja permitido apresentar a verdade dos factos documentalmente e testemunhalmente e estou à disposição de quem entender por bem interpelar-me. Finalmente e uma vez mais com os meus cumprimentos e grato pelo tempo concedido, gostaria de deixar claro o seguinte: Ao sair aquela porta tudo muda, o meu processo desde longos anos confinado aos corredores e

gabinetes da Câmara passa para o Rossio, aí seguramente tenho o favor da opinião pública, não temo o seu julgamento e garanto, a culpa não morrerá solteira. Por mim, acabo como comecei, de um problema de consciência, a minha está tranquila. Obrigado a todos.

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Álvaro Martins Rebelo Pires. Agradeço a presença e a colaboração de todos e vamos encerrar os trabalhos. Muito obrigado a todos.

- Um munícipe presente na área reservada ao público solicita à Mesa autorização para intervir.

O Senhor Presidente da Mesa retoma a palavra dizendo o seguinte: Nós não tínhamos essa informação, mas não há problema nenhum. São mais cinco minutos. Tem direito a cinco minutos, não há problema. Já agora como se chama? Senhor Manuel tem cinco minutos está bem?

----- **CEM – O SENHOR MANUEL ANTÓNIO DE OLIVEIRA PEREIRA:** Boa tarde a todos e obrigado. É verdade que eu só tenho a 4ª Classe e aqui só ouvi falar de Engenheiros, Doutores e Professores e em Viseu é pena que sejam todos Doutores e Engenheiros. Mas a minha 4ª Classe vai-me permitir de falar um pouco da Freguesia de Cepões. Eu sou Membro da Assembleia da União de Freguesias Barreiros Cepões e não vi aqui o Presidente da nossa Freguesia, uma Freguesia de que não foi falada aqui uma palavra única por Cepões. Quando vejo os Senhores Deputados rirem, dá-me a impressão que são uns "supermen". Eu vi aquele filme lá em França, em trinta anos que estive e riem-se, riem-se de coisas sérias, as coisas sérias não são para rir. E queria convidar desde já a Senhora Deputada da CDU que venha visitar a Freguesia de Barreiros/Cepões para pôr de joelhos estes Deputados, estes Senhores Deputados, talvez o Executivo e a Junta de Freguesia de Cepões. É pena...na minha intervenção em reunião de 30 de janeiro em Bodiosa denunciei um pouco o desastre da nossa Freguesia Barreiros/Cepões, é esgotos diretos para a Ribeira do Seixal, água com sabor a pneu e bateria. Cinco meses depois continua na mesma situação, como calor mais se agravou. O trabalho que foi feito, com brio, este Executivo de Junta de Freguesia de meter herbicida por todo o lado, claro veio melhorar a catástrofe. Minhas Senhoras e Meus Senhores será que ainda podemos dizer, Viseu primeiro em água e em saneamentos? Este executivo foi instalado sem comissão instaladora como previsto na Lei, ou seja clandestinamente, e por isso nada se faz nesta Freguesia em conformidade com a Lei. Tudo como antes. Alargam ruas que passam de cinco metros a ter três e noventa, quer dizer em vez de alargarem não, retrogradam a largura e faz rir estes Deputados. Venham à Freguesia e venham falar comigo que eu sou habitante de Aviúges e estou livre a toda a hora, não trabalho, sou um indivíduo que não usufrui de um cêntimo de Portugal ao contrário dos Senhores, por isso venham que eu estou livre para vos escutar e ver-vos rir, rirão menos. E diz o francês "*rira seule qui rira en dernier*". Deixam construir muros em cima do alcatrão nas ruas, o Senhor fiscal Pereira da zona quando avisado fica todo contente, como os Deputados, esta situação cria muita "destabilidade" nas povoações, uns podem fazer e os outros não. Suas Excelências, o mais grave, há trabalhos imaginários que foram pagos a cem por cento e nunca foram executados. Saneamentos com o apoio da Comunidade Europeia de alguns milhões de euros e não funcionam nem a trinta por cento, o parque do Cemitério de Cepões, construído e entregue como acabado em setembro de 2013, não aparece nas contas de 2013, é verdade que ainda não foram apresentadas em Assembleia de Junta, o novo executivo só apresentou três meses de contas de 2013, o que é isto? Trata-se de uma Freguesia do terceiro mundo, ninguém pode acreditar com o que se passa nesta Freguesia. A Associação de Aviúges, foi construída em 1991, autorizada e financiada, com projetos feitos pela Câmara Municipal de Viseu, apoio da ADDLAP, Junta de Freguesia de Cepões e ainda não está legalizada. Um polidesportivo, construído em Aviúges em terreno da Associação financiado pela Câmara Municipal de Viseu e Junta de Freguesia de Cepões

em 2005 não se encontra licenciado, por favor respondam a esta calamidade. A Freguesia está a perder mais de cem hectares e isto concerne um Senhor Presidente que também se riu há pouco e concerne que este é o limite da Freguesia de Cepões, da União de Freguesias, (exibe um Mapa da Freguesia) esta parte em cor é a perda do território da Freguesia para Cavernães, para Mundão e para Lordosa, isto é um levantamento de cartografia, espero que conheçam todo este território. Peço desculpa do meu Português, prometo se nada for feito para regularizar esta situação, tomarei medidas jurídicas nacionais e internacionais e na próxima intervenção, não serei nada simpático, serei eu mesmo, isto é, de um cidadão que tem como estudo básico a quarta classe. Uma vez mais desculpem, muito obrigados.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado pela sua intervenção Senhor Manuel António de Oliveira Pereira.-----

Agradeço a presença e colaboração de todos. Estão encerrados os trabalhos. Muito obrigado a todos.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de trinta de junho de dois mil e catorze quando eram dezanove horas e trinta e cinco minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui 24 páginas anexas que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

**(José Manuel Henriques Mota Faria)**



# ANEXOS

## ANEXO 1


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**
**VOTAÇÕES**

Presente em Sessão de 30 / 6 / 2014

A Assembleia Municipal deliberou

a favor por unanimidade

Viseu, 30/6/2014

**PONTO 2 DA ORDEM DE TRABALHOS: Apreciação e votação da proposta de Regulamento relativo à criação de uma Comissão Municipal de Mobilidade, Trânsito e Transportes do Concelho de Viseu, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3	PPD/PSD		António José Coelho Lopes					X
4	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD		Florbel de Almeida Correia Soutinho		X			
9	PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11	PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12	PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferrelira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X				
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO	Armado Nuno dos Santos Gomes		X			
23	PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25	PPD/PSD	RANHADOS	Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 1

 **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**  
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**  
**VOTAÇÕES**

**PONTO 2 DA ORDEM DE TRABALHOS: Apreciação e votação da proposta de Regulamento relativo à criação de uma Comissão Municipal de Mobilidade, Trânsito e Transportes do Concelho de Viseu, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F. REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	F (Tardi)				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves					X
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	F (Tardi)				
46	CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X				
47	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
<b>Resultado</b>				6	43	0	0	3

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 2


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**

Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014

**VOTAÇÕES**

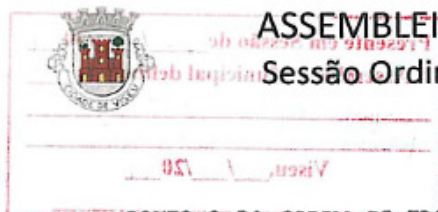
Presente em Sessão de 30 / 6 / 2014  
A Assembleia Municipal deliberou  
a favor com 43 votos a  
favor e 1 abstenção  
Viseu, 30 / 6 / 2014

**PONTO 3 DA ORDEM DE TRABALHOS: Apreciação e votação da proposta de Regulamento de utilização de instalações desportivas de gestão municipal – Parque Desportivo do Fontelo, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		ANTÓNIO JOSÉ LÓBÃO LOPES					X
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		Florbela de Almeida Correia Juntinho		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Távares da Fonseca	X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 2


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**
**VOTAÇÕES**

**PONTO 3 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DE GESTÃO MUNICIPAL – PARQUE DESPORTIVO DO FONTELO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Balla Madeira Antunes	F(Hand)				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	F(Hand)				
46	CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X				
47	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
<b>Resultado</b>				<b>6</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 3


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**

Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014

**VOTAÇÕES**

Presente em Sessão de 30 / 6 / 2014  
A Assembleia Municipal deliberou  
aprovar com 43 votos a favor  
e 1 abstenção  
Viseu, 30 / 6 / 2014

PONTO 4 DA ORDEM DE TRABALHOS: ~~APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE~~  
REGULAMENTO GERAL DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DO PAVILHÃO  
CIDADE DE VISEU (PAVILHÃO DA FUNDAÇÃO DO INATEL), nos termos e para os efeitos do  
disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes					X
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		Florbelá de Almeida Correia Soutinho		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almada Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado		X			
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 3


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**
**VOTAÇÕES**

**PONTO 4 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO GERAL DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DO PAVILHÃO CIDADE DE VISEU (PAVILHÃO DA FUNDAÇÃO DO INATEL), nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balsa Madeira Antunes	F(Hand)				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	F(Hand)				
46 CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X				
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almolda		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
<b>Resultado</b>			<b>6</b>	<b>43</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 4


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**

Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014

**VOTAÇÕES**


Presente em Sessão de 30 / 6 / 2014  
A Assembleia Municipal deliberou  
aprovando por 42 votos a  
favor e 1 voto contra  
Viseu, 30 / 6 / 2014

**PONTO 5 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA VISEU-INVESTI-  
REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL, nos termos  
e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
setembro**

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD	João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3	PPD/PSD	António José Coelho Lopes					X
4	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	Florbel de Almeida Correia Soutinho		X			
9	PPD/PSD	Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11	PPD/PSD	Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12	PPD/PSD	António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD	António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD	Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA António de Jesus Tavares da Fonseca	X				
20	PPD/PSD	FRAGOSELA Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO Armando Nuno dos Santos Gomes		X			
23	PPD/PSD	ORGENS Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25	PPD/PSD	RANHADOS Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE Fernando Martins Machado					X
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 4



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014

### VOTAÇÕES

**PONTO 5 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA VISEU INVESTE - REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS ECONÓMICAS DE INTERESSE MUNICIPAL, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amarel dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Balsa Madeira Antunes	F(Hand)				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	F(Hand)				
46	CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X				
47	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				6	42	1	0	3

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 5


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**

Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014

**VOTAÇÕES**

Presente em Sessão de 30 / 6 / 2014

A Assembleia Municipal deliberou

aprovou com 41 votos a

favor e 2 abstenções

Viseu, 30 / 6 / 2014

**PONTO 6 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes					X
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		Floribela de Almeida Correia Soutinho		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes		X			
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado					X
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 5


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**
**VOTAÇÕES**

**PONTO 6 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélino Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	F (Faltou)				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto				X	
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	F (Faltou)				
46	CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X				
47	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
<b>Resultado</b>				<b>6</b>	<b>41</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 6


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**
**VOTAÇÕES**

Presente em Sessão de 30 / 6 / 2014  
A Assembleia Municipal deliberou  
apoiar com 42 votos a  
favor e 1 abstenção  
Viseu, 30 / 6 / 2014

**PONTO 7 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA-MERCADO 21 DE AGOSTO - REGULAMENTO SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD	João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3	PPD/PSD	António José Coelho Lopes					X
4	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD	Florbela de Almeida Correia Soutinho		X			
9	PPD/PSD	Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11	PPD/PSD	Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12	PPD/PSD	António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD	António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD	Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA António de Jesus Tavares da Fonseca	X				
20	PPD/PSD	FRAGOSELA Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO Armando Nuno dos Santos Gomes		X			
23	PPD/PSD	ORGENS Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel de Almeida Fernandes		X			
25	PPD/PSD	RANHADOS Luis Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA Carlos Alberto Pereira Gama Henriques		X			
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE Fernando Martins Machado					X
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 6

 **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**  
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**  
**VOTAÇÕES**

**PONTO 7 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA MERCADO 21 DE AGOSTO - REGULAMENTO SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F.REPES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho		X			
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	F(tarde)				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	F(tarde)				
46	CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X				
47	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
<b>Resultado</b>				<b>6</b>	<b>42</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 7


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**

Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014

**VOTAÇÕES**

Presente em sessão de 30/6/2014  
A Assembleia Municipal deliberou  
apoiar com 28 votos favor  
e 10 contra  
Viseu, 30/6/2014

PONTO 8 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA VISEU MARCA  
– ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EVENTOS E PROMOÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto  
na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes					X
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		Florbela de Almeida Correia Soutinho		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes					X
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes					X
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado					X
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 7


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**
**VOTAÇÕES**

**PONTO 8 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA VISEU MARCA – ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EVENTOS E PROMOÇÃO, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro**

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho					X
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho			X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X		
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão			X		
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro			X		
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca					X
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	F (Ausente)				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves			X		
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto			X		
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	F (Ausente)				
46	CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X				
47	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha			X		
48	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos			X		
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires			X		
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			a) X		
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
<b>Resultado</b>				<b>6</b>	<b>28</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>8</b>

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 8


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**
**VOTAÇÕES**

Presente em Sessão de 30/6/2014

A Assembleia Municipal deliberou

apoiar por unanimidade

Viseu, 30/6/2014

PONTO 9 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE DESPORTO (AVISO N.º 22624/2011 DO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, N.º 220 DE 16 DE NOVEMBRO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2	PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3	PPD/PSD		António José Coelho Lopes					X
4	PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8	PPD/PSD		Florabela de Almeida Correia Soutinho		X			
9	PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10	PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11	PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12	PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13	PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14	PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18	PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19	PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X				
20	PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21	PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22	PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes					X
23	PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes					X
25	PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27	PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado					X
31	PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida					X

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 8

 **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**  
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**  
**VOTAÇÕES**

**PONTO 9 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM POSTO DE TRABALHO PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR - ÁREA FUNCIONAL DE DESPORTO (AVISO N.º 22624/2011 DO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, N.º 220 DE 16 DE NOVEMBRO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro**

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho					X
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	F (Faltou)				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	F (Faltou)				
46 CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X				
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
52							
<b>Resultado</b>			6	38	0	0	8

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 9


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**

Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014

**VOTAÇÕES**

Presente em Sessão de 30 / 6 / 2014  
A Assembleia Municipal deliberou  
afavor por unanimidade  
Viseu, 30 / 6 / 2014

PONTO 10 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes					X
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		Floribela de Almeida Correia Soutinho		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes					X
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes					X
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado					X
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida					X

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 9



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014 VOTAÇÕES

**PONTO 10 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2014, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro**

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F. REPESES e S. SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho					X
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	Atendi				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	Atendi				
46	CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X				
47	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				6	38	0	0	8

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 10


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**
**VOTAÇÕES**

Presente em Sessão de 30/6/2014  
A Assembleia Municipal deliberou  
apoiar por unanimidade  
Viseu, 30/6/2014

**PONTO 11 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 6 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE BOMBEIRO RECRUTA, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro**

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes					X
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		Florbel de Almeida Correia Soutinho		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes					X
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes					X
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado					X
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida					X

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 10

 **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**  
Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014  
**VOTAÇÕES**

**PONTO 11 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, PARA O PREENCHIMENTO DE UM NÚMERO MÁXIMO DE 6 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE BOMBEIRO RECRUTA, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro**

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares	X			
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho				X
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Auréllo Pereira Lourenço	X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho	X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão	X			
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro	X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca	X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	F(faltou)			
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves	X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto	X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota				X
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	F(faltou)			
46	CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X			
47	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha	X			
48	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos	X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires	X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues	X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida	X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses	X			
<b>Resultado</b>			6	38	0	0	8

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 11


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**
**Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014**
**VOTAÇÕES**

Presente em Sessão de 30/6/2014  
A Assembleia Municipal deliberou  
afavorar com 36 votos a favor  
1 contra e 1 abstenção  
Viseu, 30/6/2014

**PONTO 12 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2013 DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro**

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes					X
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		Florbel de Almeida Correia Soutinho		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes					X
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes					X
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado					X
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida					X

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 11



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU

## Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014

### VOTAÇÕES

**PONTO 12 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2013 DO MUNICÍPIO DE VISEU, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro**

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33 PPD/PSD	U.F. REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho					X
34 PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35 PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39 PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40 PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41 PS		Pedro A. S. Balla Madeira Antunes	F(faude)				
42 PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43 PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44 PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X
45 PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	F(faude)				
46 CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X				
47 CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48 CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49 CDU		Maria Filomena de Matos Pires				X	
50 BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues			X		
51 Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52 Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado			6	36	1	1	8

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 12


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU**

Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014

**VOTAÇÕES**

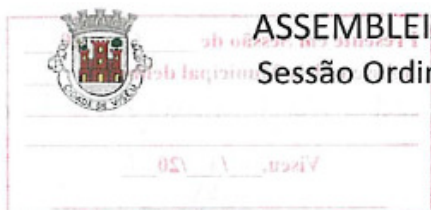
Presente em Sessão de 30 / 6 / 2014  
A Assembleia Municipal deliberou  
apoiar por unanimidade  
Viseu, 30 / 6 / 2014

PONTO 13 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota Faria		X			
2 PPD/PSD		João Fernando Marques Rebelo Cotta	X				
3 PPD/PSD		António José Coelho Lopes					X
4 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
5 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
6 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira	X				
8 PPD/PSD		Florbel de Almeida Correia Soutinho		X			
9 PPD/PSD		Sofia Margarida Guedes C. Salvado Pires		X			
10 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
11 PPD/PSD		Filipa Manuela C. Almeida Mendes		X			
12 PPD/PSD		António Vicente de Figueiredo		X			
13 PPD/PSD		António Carlos Gomes Tomás da Costa		X			
14 PPD/PSD		Joana Patrícia dos Santos Ferreira		X			
15 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
16 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
17 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
18 PPD/PSD	CAVERNÃES	Jorge Anselmo Martins		X			
19 PPD/PSD	CÔTA	António de Jesus Tavares da Fonseca	X				
20 PPD/PSD	FRAGOSELA	Arnaldo António Correia Gonçalves		X			
21 PPD/PSD	LORDOSA	Carlos Manuel Martins Correia		X			
22 PPD/PSD	MUNDÃO	Armando Nuno dos Santos Gomes					X
23 PPD/PSD	ORGENS	Adérito Pais Cardoso		X			
24 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel de Almeida Fernandes					X
25 PPD/PSD	RANHADOS	Luís Filipe Martins Almeida Mendes		X			
26 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio Figueiredo Ferreira		X			
27 PPD/PSD	RIO DE LOBA	Carlos Alberto Pereira Gama Henriques					X
28 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
29 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira de Almeida		X			
30 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	Fernando Martins Machado					X
31 PPD/PSD	U. F. COUTO BAIXO COUTO CIMA	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## ANEXO 12



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU Sessão Ordinária de 30 de junho de 2014 VOTAÇÕES

PONTO 13 DA ORDEM DE TRABALHOS: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	U. F. BARREIROS CEPÕES	António da Silva Gomes Tavares		X			
33	PPD/PSD	U.F.REPESES e S.SALVADOR	José Domingos Abreu Coelho					X
34	PPD/PSD	U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
35	PPD/PSD	U. FREGUESIAS VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		António Augusto E. Ribeiro de Carvalho		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		Alberto Gonçalves da Ascensão		X			
39	PS		António Manuel Antunes Rafael Amaro		X			
40	PS		Cristina Maria Nunes Fonseca		X			
41	PS		Pedro A. S. Baila Madeira Antunes	F(falta)				
42	PS		Alfredo José Ribeiro Gonçalves		X			
43	PS		Adelaide Joana da Silva Modesto		X			
44	PS	SILGUEIROS	José Augusto Henriques Mota					X
45	PS	U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	F(falta)				
46	CDS/PP		António Luís Gonçalves Costa Martins	X				
47	CDS/PP		Carlos Fernandes da Cunha		X			
48	CDS/PP		Elsa Maria da Costa Lemos		X			
49	CDU		Maria Filomena de Matos Pires		X			
50	BE		Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues		X			
51	Independente	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
52	Não integra nenhum Grupo Municipal	U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	José Paulo Moreira Cardoso Meneses		X			
Resultado				6	39	0	0	7

a) Declaração de voto

NÚCLEO DE APOIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL